

MANDEI-LHE UMA

A OBRA POÉTICA E O PENSAMENTO POLÍTICO DE VIRIATO DA CRUZ

[illegible]

ORGANIZAÇÃO DE
FRANCISCO SOARES
FRANCISCO TOPA
REGINA QUEIROZ



sombra pela cintura

«Mandei-lhe uma carta»: a obra poética e o pensamento político de Viriato da Cruz

Organização de Francisco Soares,
Francisco Topa e Regina Queiroz



sombra pela cintura

Porto

2025

Design gráfico da capa: Bruno Bento

Depósito legal
550881/25

ISBN
978-989-53548-8-7

Entrei com a sombra pela cintura como algo conquistado
Com o sangue a escorrer-me para os pés. Mas mesmo
Que não sangrasse eu entrava em triunfo
Inteiramente vencido.

Daniel Faria

Porto • 2025

Índice

<i>e ela disse que sim</i>	5
O PENSAMENTO POLÍTICO...	
Relendo o «Manifesto do MPLA»: amplo movimento ou partido de vanguarda no pensamento político de Viriato da Cruz?	11
Michel CAHEN	
Os reflexos do comunismo de Viriato da Cruz na sua militância política: do PCA à China	37
Anabela SILVEIRA	
De Luanda a Pequim: reflexões sobre o percurso político e intelectual de Viriato da Cruz	59
Angela LAZAGNA	
‘A single spark can start a prairie fire’: Viriato da Cruz e o seu exílio chinês	75
Jodie Yuzhou SUN	
O fim trágico e olvidado de Viriato da Cruz em Pequim, 1967-1973	93
Moisés Silva FERNANDES	
A influência do Iluminismo no pensamento político de Viriato da Cruz	105
Regina QUEIROZ	
Viriato da Cruz: poeta proscrito	119
José Carlos VENÂNCIO	

... E A OBRA POÉTICA

Viriato da Cruz: da poética política à política da poética ou de como, em <i>Makèzú</i> , se resolvem	135
Salvato TRIGO	
Poesia e ritmo nos <i>Poemas</i> de 1961	153
Francisco SOARES	
Viriato da Cruz e Noémia de Sousa: encontros e desencontros	187
Fátima MENDONÇA	
Na encruzilhada de sons, cores e humanismo em Viriato da Cruz e Noémia de Sousa	203
Francisco NOA	
Viriato da cruz, «Menina da roça»: o fascínio do político no pensamento poético	215
António QUINO	
Viriato da Cruz: uma obra poética de esperança	233
Maria do Carmo Cardoso MENDES	
Viriato e a poesia-política: uma proposta retórico-discursiva em <i>Poemas</i> (1961)	245
Ana Flávia dos Santos MARTINS / Fabíola de Jesus Soares SANTANA / Raíce Adrielle Ribeiro MARTINS	
Quando o menos é mais: Viriato da cruz, poeta	263
Francisco TOPA	

e ela disse que sim

Assinalou-se em 2023 o cinquentenário da morte de Viriato da Cruz, poeta e político que deixou uma marca indelével na literatura e na história de Angola, apesar do seu desaparecimento precoce, aos 45 anos, no longínquo exílio chinês. Tentando reavaliar a obra desta figura nem sempre bem-amada, organizámos na altura — com o apoio do CITCEM — um congresso que reuniu pouco mais de três dezenas de palestrantes, de várias gerações e formações, oriundos de diversos países e universidades.



Alguns dos participantes no congresso de 2023

Os quinze textos que agora damos ao prelo representam uma síntese desse encontro: sete deles passam em revista aspetos do pensamento político (ou político-poético) de Viriato da Cruz — do Manifesto do MPLA ao exílio na China e à proscrição da figura —, ao passo que os restantes examinam aspetos diversos da sua linguagem poética (das línguas ao ritmo, passando pela relação com a moçambicana Noémia de Sousa), a partir de perspectivas metodológicas também diversificadas. Assinados por professores e investigadores de Portugal, Angola, Brasil, Moçambique e França, estes estudos, no seu conjunto dão-nos uma visão mais exata da riqueza e da diversidade de uma figura inquieta que marcou profundamente o seu tempo, conjugando a poesia com a militância anticolonialista e revolucionária, o pensamento com a práxis marxista, numa atitude de constante insatisfação e evolução.



Regina Correia lendo poemas de Viriato da Cruz

Entre as muitas novidades trazidas pelos ensaios agora publicados, conta-se a versão portuguesa de dois dos poemas que Viriato da Cruz publicou na China, numa prova clara de que a exegese dos textos tem de continuar a ser acompanhada pela heurística, apesar das dificuldades decorrentes de uma

vida que se desenrolou em muitos lugares e esteve sempre marcada pela vigilância apertada.

Meio século depois da sua morte é mais do que tempo de dizer sim a um legado que não cessa de ver renovado o seu auditório.

Francisco Soares, Francisco Topa e Regina Queirós

O pensamento político...



Viriato da Cruz no Lobito, em janeiro de 1951

Relendo o «Manifesto do MPLA»: amplo movimento ou partido de vanguarda no pensamento político de Viriato da Cruz?*

Rereading the «MPLA Manifesto»: broad movement or vanguard party in Viriato da Cruz's political thought?

Michel Cahen**

Resumo: O «Manifesto do MPLA», redigido, segundo a versão oficial do MPLA, por Viriato da Cruz, em 1956, em Luanda, é falsamente conhecido: não foi ele o ato fundador do Movimento Popular de Libertação de Angola, que declarou a independência em 1975 e ainda hoje está no poder? No entanto, tem havido controvérsia sobre a sua própria existência, sobre o local onde foi redigido (Luanda? Paris?), sobre o seu objetivo (era o ato fundador do MPLA ou um documento estratégico?), ou sobre o momento em que foi redigido (1956, quando Viriato ainda estava em Luanda; 1957, quando Viriato estava em Paris?). Por isso, poucos leram atentamente o seu texto: o documento ficou conhecido pelas suas questões táticas e não pelo seu conteúdo. O objetivo deste artigo é, pois, triplo: em primeiro lugar, discutir a natureza do manuscrito e da primeira versão datilografada que chegaram até nós, recorrendo a novas fontes; em segundo lugar, comparar cuidadosamente as versões manuscrita e datiloscrita; em terceiro lugar e acima de tudo, analisar o conteúdo político do documento, apontar as suas contradições e compreender o estado do pensamento marxista de Viriato da Cruz no final da década de 1950.

Palavras-chave: Viriato da Cruz; «Manifesto do MPLA»; Angola; anticolonialismo; marxismo

Abstract: The «MPLA Manifesto», drawn up, according to the official MPLA version, by Viriato da Cruz in Luanda in 1956, is falsely well known: is it not the founding act of the Popular Movement for the Liberation of Angola, which declared independence in 1975 and is still in power today? However, there has been controversy about its very existence, about where it was written (Luanda? Paris?), about its purpose (was it the founding act of

* Agradeço à Doutora Angela Lazagna, da Universidade de Campinas (Brasil), que me incentivou a participar no Colóquio «*Mandei-lhe uma carta*»: a obra poética e o pensamento político de Viriato da Cruz (1928-1973), Porto, CITCEM, 22-23 de junho de 2023, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Casa dos Livros), colóquio que ela contribuiu para viabilizar. Este texto baseia-se na comunicação pronunciada aquando deste colóquio. Agradeço também à Doutora Angela Lazagna pela revisão do texto em língua portuguesa.

** Universidade de Bordeaux, Instituto de Estudos Políticos, centro de investigação «Les Afriques dans le monde» (CNRS).

the MPLA or a strategic document?), or about when it was written (1956, Viriato being still in Luanda; 1957, Viriato being already in Paris?). As a result, few people read his text carefully: the document was known for its tactical stakes, not for its content. The aim of this paper is therefore threefold: firstly, to discuss the nature of the manuscript and the first typed version that have come down to us, using new sources; secondly, to carefully compare the handwritten and typed versions; thirdly and above all, to analyse the political content of the document, to point out its contradictions, to understand the state of Viriato da Cruz's Marxist thought at the end of the 1950s.

Key words: Viriato da Cruz; «MPLA Manifesto»; Angola; anti-colonialism; Marxism

Viriato Francisco Clemente da Cruz foi um dos pouquíssimos quadros anticolonialistas do Império português a ser verdadeiramente marxista, uma vez que a esmagadora maioria dos outros ativistas, mesmo quando recorriam a «palavras» marxistas, mesmo quando os partidos MPLA e Frelimo se tornaram oficialmente «marxistas-leninistas» a partir de 1977, tinha do marxismo um mero verniz, e um verniz de um marxismo estalinizado¹.

Viriato da Cruz foi, é verdade, durante algum tempo, influenciado pela forma maoísta do estalinismo no contexto do seu afastamento do MPLA. Mas isso foi somente uma etapa de um pensamento, antes de tudo pessoal, marcado por uma pesquisa intelectual e política permanente, como bem demonstrou a malograda socióloga francesa Christine Messiant, na sua análise das *Cartas de Pequim*, num ensaio escrito e publicado pouco tempo antes da sua morte². O próprio Viriato da Cruz rompeu claramente com o estalinismo maoísta mesmo vivendo exilado em Pequim — e morreu na miséria por causa disso, em situação de verdadeira prisão domiciliária na última fase da sua vida. O que será discutido aqui é a importância e os limites do pluralismo no

¹ Digo «estalinizado» permitindo-me lembrar que se pode ler a totalidade das obras de Marx e Engels sem encontrar nelas nenhuma palavra favorável ao partido único; e que, se Lenine e Trotsky cometeram o tremendo erro de manter o partido único, mesmo depois da vitória na guerra civil em 1921 — o que agravou consideravelmente a burocratização do jovem regime soviético e preparou a contrarrevolução estalinista —, nunca teorizaram este princípio, que foi oficializado somente na constituição soviética de 1936 (artigos 126 e 141).

² Ver Messiant 2003. É de notar que, apesar de no livro *Cartas de Pequim* terem sido publicadas somente as cartas escritas (originalmente em francês) por Viriato da Cruz a Monique Chajmowiez, C. Messiant tinha conhecimento das missivas enviadas por Viriato a José Carlos Horta, e incluiu-as na sua análise (só uma carta de Viriato para José Horta foi publicada no livro). Essas «mais cartas de Pequim» foram incluídas no livro póstumo de José Carlos Horta, *Viriato da Cruz: cartas, textos e documentos*. Luanda: Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos Africanos, 2024 [a sair].

pensamento de Viriato da Cruz dessa época (fim dos anos de 1950), tal como aparecem no chamado Manifesto do MPLA.

Por isso, o objetivo deste texto é modesto: trata-se simplesmente de ler com atenção o «Manifesto», priorizando o manuscrito que sobreviveu às vicissitudes da vida militante. Que eu saiba, há dois exemplares manuscritos da autoria de Viriato da Cruz que sobreviveram. 1. Provavelmente o original — mas vamos discutir *infra* o que isso quer dizer —, escrito a esferográfica, sem título, e com comentários acrescentados por Mário de Andrade. Este documento está guardado na Associação Tchiweka de Documentação, em Luanda, e é proveniente do espólio de Lúcio Lara³. 2. Com toda a certeza, uma cópia em papel químico do primeiro texto, que foi conservada por Mário de Andrade, cujos título em português e data em francês foram acrescentados por este. Este documento, depositado no arquivo da Fundação Mário Soares, está disponível na página eletrónica da Fundação, a Casa Comum, juntamente com uma versão datilografada⁴.

Comparei com atenção as duas versões manuscritas e não há dúvida alguma de que se trata de uma mesma versão — mesmo com a presença de algumas pequenas diferenças em relação ao texto datilografado. No entanto, o facto de o texto manuscrito original se encontrar conservado em Luanda não significa que foi escrito em Luanda: tão somente foi conservado por Lúcio Lara nos seus diversos domicílios no exterior, «voltando», mais tarde, a Luanda⁵. Também não significa que se trata da primeira versão, supostamente escrita por Viriato ainda em Luanda, antes da sua partida, a 30 de setembro de 1957, para Lisboa e, em seguida, para Paris.

³ Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0003000013#&gid=2&pid=1>. A Associação Tchiweka de Documentação (ATD) analisou este manuscrito num esclarecimento publicado no *Jornal de Angola* em 2019: O Manifesto — original ou cópia? Esclarecimento da Associação Tchiweka de Documentação, *Jornal de Angola* (Luanda), pp. 6-7. Disponível em: <https://www.facebook.com/803802836492514/posts/1113089148897213/>. Citado por Lazagna 2021.

⁴ *Manifesto do MPLA* (redigido a lápis por Viriato da Cruz, com anotações manuscritas de Mário Pinto de Andrade que acrescentou, no final e a tinta, a data de dezembro de 1956. Junto, o mesmo texto, em cópia dactilografada). In Casa Comum. Fundo: DMA — Documentos Mário Pinto de Andrade/Mário Pinto de Andrade/04. Lutas de Libertação/01. Angola/MPLA/Docs. e notas diversas/, Pasta: 04357.005.001. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04357.005.001&pag=2>.

⁵ Aliás, isso fica bem claro no comentário da ATD (ver nota 3).

A argumentação de José Carlos Horta

O livro póstumo de José Carlos Horta⁶, a ser publicado pela Universidade Católica de Angola sobre Viriato da Cruz, inclui um documento importante do próprio autor, que foi um grande amigo de Viriato e que manteve com ele um intenso intercâmbio epistolar. José Carlos Horta facultou-me este documento intitulado *As duas versões manuscritas do Manifesto do MPLA* (Horta s/d)⁷. Mas não se trata das «duas versões» às quais me referi acima (a da Associação Tchiweka e a do arquivo Mário de Andrade que são uma e idêntica versão). Para José Horta houve, na realidade, provavelmente três versões do texto manuscrito — ele diz «duas» porque, para ele, há uma versão longa que não temos e a versão curta que temos em dobro. Isto é: a versão longa escrita ainda em Luanda por Viriato (que não temos, *cf. infra*); e a versão escrita à mão por Viriato, logo que chegou a Paris (outubro de 1957). Trata-se da versão de 17 páginas, tendo Viriato ao redigi-la ainda bem em mente a versão escrita em Luanda; seria esta a que temos⁸. A versão muito mais extensa (trinta páginas), incluía as

⁶ Sobre a vida de José Carlos Horta, ver a necrologia de Lazagna 2020.

⁷ O meu arquivo informático é de 30 de abril de 2014, mas o texto não tem data.

⁸ Numa correspondência particular de 25 de maio de 2014 em que eu falava do «Manifesto de Viriato da Cruz», a historiadora angolana Maria da Conceição Neto fazia-me reparar que «“manuscrito” e “original” (no sentido de primeira versão) não são necessariamente o mesmo, já que as pessoas naquele tempo copiavam e recopiavam à mão os documentos... E o facto de estar escrito com a letra de alguém (Viriato, inegavelmente) não impede que tenha tido contribuições de outras pessoas, nomeadamente do(s) grupo(s) a que o Viriato estava ligado. Por isso não diria “o Manifesto do Viriato”». Num documento pedagógico de 1995 distribuído aos seus estudantes do ISCED de Luanda, que ela me facultara, M. Conceição Neto escrevia que «Segundo o depoimento de António Jacinto em 1988 (*apud* LABAN, 1991:156), também confirmado por outros, o documento foi elaborado no seio do PLUAA (Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola), uma pequena organização derivada do efêmero Partido Comunista de Angola (PCA), criado inicialmente por António Jacinto, Viriato da Cruz, Ilídio Machado e Mário António Oliveira». No entanto, nessa altura, a professora M. Conceição Neto ainda não tinha conhecimento da versão manuscrita sem lugar e sem data.

Ao contrário da afirmação de M. da Conceição Neto, Nelson Pestana afirma: «O Manifesto de 1956 foi escrito como programa de luta de um colectivo, mas hoje, até pela consulta do documento original escrito pelo punho de Viriato da Cruz, parece ser unânime que a sua redacção se deveu a este e que a contribuição dos seus companheiros, na sua discussão, foi meramente pontual» (Pestana 2016: nota 81). [Até hoje, o artigo pioneiro e fundamental de Nelson Pestana não está *online*. Note-se, no entanto, que o volume da revista onde o seu artigo foi publicado pode ser comprado como e-book no site da Leya]. Viriato da Cruz era o «teórico» mais avançado do pequeno grupo de quadros políticos de então e,

siglas dos diversos pequenos grupos anticoloniais de Luanda que deveriam unir-se num «amplo movimento popular de libertação de Angola», que José Horta afirma ter visto e lido em companhia de Marcelino dos Santos, quando viviam em Liège (Bélgica), e em companhia de Mário de Andrade, que estava de passagem, rumo à Alemanha. Essa lembrança de José Horta sobre as siglas de pequenos grupos anticoloniais (que não aparecem nas versões ulteriores) é importante para aumentar o grau de verosimilhança da sua própria lembrança. Esta versão extensa recebida por Mário até hoje não foi encontrada em nenhum arquivo. Não é dessa versão extensa que se vai tratar aqui, uma vez que não a possuímos. Tratar-se-á da versão manuscrita que temos em dois exemplares, a manuscrita e a cópia em papel químico. Quero frisar que o meu propósito aqui não será o de discutir a «data de fundação do MPLA», que foi objeto de grande polémica⁹, mas de debater o próprio texto do dito «Manifesto». Por isso, temos que identificá-lo bem.

José Horta oferece uma argumentação em geral convincente, a saber: que a versão manuscrita conservada na Associação Tchiweka e a cópia a papel químico do Arquivo Mário Soares não foram enviadas de Luanda, não sendo, pois, de «Décembre 1956» (data acrescentada em francês e à mão por Mário de Andrade), mas são de Paris, isto é, talvez o texto tenha sido redigido no final de outubro de 1957, ou, muito provavelmente, no final do ano de 1957¹⁰. Mas isto não significa que não tenha havido uma primeira versão manuscrita, redigida ainda em Luanda, e talvez de «Dezembro de 1956»¹¹,

se pode obviamente ter sido influenciado por discussões dentro do PCA ou do PLUAA, foi ele mesmo o autor, e não apenas o porta-voz de um coletivo.

⁹ Cf. Pacheco 1997. Em desfavor de uma tese no entanto bem aceitável (a saber, que, ao contrário da posição oficial sempre repetida, o MPLA como organização não foi criado em Luanda em 1956), C. Pacheco (1997) cometeu erros metodológicos importantes, em particular ao testemunhar uma estranha confiança na veracidade dos documentos da PIDE: assim, pelo facto de o texto do Manifesto não constar dos arquivos da PIDE (o que é verdade), C. Pacheco deduziu que tal Manifesto nunca existiu... Teria sido mais prudente e mais interessante refletir sobre o facto de que, nesses mesmos arquivos, nunca o nome «MPLA» aparece antes de 1960. Como maliciosamente reparou a ATD (ver nota 3), quando apareceu com toda a evidência o tal Manifesto, Carlos Pacheco não reconheceu o seu erro. Christine Messiant (1998) analisou em detalhe essa polémica (e o seu contexto historiográfico).

¹⁰ José Horta (s/d, p. 3) lembra que Viriato da Cruz embarcou em Luanda para Lisboa, no navio Uíge a 30 de setembro de 1957.

¹¹ Posição assumida em 1995 pela professora Maria da Conceição Neto. Cf. nota 8.

que Viriato terá levado, *impressa na mente*, quando embarcou rumo a Lisboa.

Para comprovar que a versão manuscrita que temos não foi enviada de Luanda, José Horta desenvolve uma argumentação cultural, técnica e arquivística. Em primeiro lugar, o texto refere-se à Conferência Afro-Asiática de Bandung realizada em abril de 1955; cita, além disso, a tese do historiador senegalês Cheikh Anta Diop, segundo a qual a civilização egípcia era negra (presente no livro *Nations Nègres et cultures*, publicado em 1954). Essas informações, segundo José Horta, eram muito mais fáceis de obter em Paris que em Luanda¹². O argumento de Horta que considero mais importante é que essas informações correspondiam mais ao ambiente cultural da diáspora africana de Paris que às necessidades concretas da luta em Luanda. Além disso, José Horta discorda da posição de Lúcio Lara, segundo a qual o manuscrito teria sido enviado de Luanda, sem precisar como, e da de Edmundo Rocha, segundo a qual o documento fora trazido por um marítimo. Mesmo Mário de Andrade, quando acrescenta a data «Décembre 1956», não menciona a palavra «Luanda» antes da data.

Em segundo lugar, de acordo com José Horta, não é crível que Viriato tivesse trazido documentos comprometedores de Luanda, porque, mesmo tendo saído legal e normalmente, com passaporte obtido em Lisboa, a sua prioridade era sair sem dar nas vistas e não ser detido nas fronteiras pela PIDE e reencaminhado para a origem (Horta s/d, p. 6). Mas, por que não um envio postal? José Horta responde: «O manuscrito sem vincos não foi dobrado para ser enviado ou trazido de Luanda» (Horta s/d, p. 3); e acrescenta: «Nas condições de clandestinidade de todas as actividades políticas, ninguém, muito menos Viriato, iria correr o risco de se identificar à PIDE pela sua caligrafia» (Horta s/d, p. 6).

Finalmente, vem o argumento arquivístico: «Até à data não se encontrou nada sobre o Manifesto nos arquivos da PIDE da Torre do Tombo [...] que estão recheados de panfletos distribuídos em Luanda» (Horta s/d, p. 6). Para

¹² Este argumento cultural é pouco convincente, porque a pequena elite política anticolonialista de Luanda dos anos de 1950 estava bem a par da atualidade intelectual, através da correspondência trocada, nomeadamente com autores brasileiros. Assim, por exemplo, num dos seus poemas, Viriato da Cruz cita o herói brasileiro Zumbi que, com certeza, não constava da história tal como era ensinada em Portugal e nas colónias. Agradeço a Nelson Pestana o ter-me chamado a atenção para este contexto.

Horta, ao contrário de C. Pacheco (ver nota 10), essa ausência do Manifesto nos arquivos da PIDE não significa que ele não existiu, mas que não foi escrito em Luanda. E José Horta conclui: «uma coisa é certa, o Manifesto saiu de Luanda impresso na mente de Viriato. [...] Isto é quanto basta, para se considerar o MPLA como angolano das entranhas. Contrariamente à UPA, que nasceu fora de Angola, o cordão umbilical do MPLA foi enterrado nos terreiros e musseques de Angola» (Horta s/d, p. 6).

Um outro problema evocado por José Horta é «porque é que o Manifesto não foi impresso, nem muito difundido a partir do exterior?». Ele tenta apresentar uma explicação: «A resposta é quiçá: porque havia duas versões diferentes, destinadas uma ao interior outra ao exterior» (Horta s/d, p. 7)¹³. Enfim, «Talvez a policópia dos arquivos da Fundação Mário Soares tivesse sido feita em Conacri. Daniel Chipenda testemunha ter recebido “um manifesto do MPLA”, quando estava ainda em Portugal, “que nos foi enviado pelo seu Comité Director”¹⁴, nessa altura sediado em Conacri» (Horta s/d, p. 9). A proclamação do MPLA no exterior teria sido atrasada pela concorrência e pelas tentativas de unidade com a UPA-FNLA.

Uma carta de Viriato da Cruz

O sábio raciocínio de José Carlos Horta não parece ser contestado em nada por uma carta do próprio Viriato da Cruz, salvaguardada no espólio de Lúcio Lara e lembrada pela Doutora Angela Lazagna. Diz a pesquisadora brasileira: «... o próprio Viriato, em uma carta a Lúcio Lara de 29 de outubro de 1959, refere-se à sua existência [do «Manifesto de 1956»], bem como às suas diferentes versões» (Lazagna 2021, p. 15):

¹³ A lembrança de José Horta é muito nítida: este texto comprido tinha muitas indicações concretas úteis ao interior, com uma lista dos pequenos grupos para unificar. Formulo, pois, uma hipótese que não posso comprovar: será essa versão comprida (trinta páginas manuscritas) a versão original do Manifesto, escrita ainda em Luanda por Viriato, mas que não teria saído com ele nem enviada por correio postal e que teria vindo parar às mãos de Mário de Andrade, mais tarde e por outras vias, quando Viriato já estava fora de Portugal? Segundo Horta, Mário de Andrade saiu da Bélgica para a Alemanha com esta longa versão na sua bagagem, e esta não voltou a aparecer. Ver *infra* o desenvolvimento desta hipótese.

¹⁴ Cf. Chipenda 1995.

*Quanto ao programa [do MAC¹⁵], estou de acordo em que se deva redigir outro, mas dentro da actual situação dos nossos problemas. Vou fazer um rascunho aqui. Enviar-to-ei depois. Em todo caso, pede a Paris que te envie cópias do programa que redigimos lá há dois anos^{**} e cópia do programa redigido em Angola e que vinha com os estatutos que já conheces. O Mário^{***} deve ter cópia deste último programa, e o Marcelo [Marcelino dos Santos] deve ter cópia do primeiro. (Cruz 2017 [1959], pp. 154-163,159)*

Esta carta deve ser analisada cuidadosamente e em vários pontos. Quando Viriato escreve «Quanto ao programa [do MAC], estou de acordo em que se deva redigir outro», ele fala provavelmente do facto de o «Manifesto do MPLA» não poder, em 1959, ser meramente copiado para servir o novo movimento a ser criado oficialmente. Depois, escreve Viriato: «Em todo caso, pede a Paris que te envie cópias do programa que redigimos lá há dois anos», o que confirma que Viriato escreveu o ou um «Manifesto do MPLA» em Paris em fins de 1957, mas também que, em Conacri, dois anos mais tarde, ainda não havia a tal cópia, o que mostra bem a pouca circulação deste documento. E a seguir: «... e cópia do programa redigido em Angola e que vinha com os estatutos que já conheces». Isto é muito interessante. Com efeito, Viriato da Cruz nunca escreveu os estatutos do MPLA: escreveu, sim, estatutos do Partido comunista angolano. Será que Viriato fez referência aqui ao primeiro «Manifesto», este escrito ainda em Luanda em 1956, mas que teria sido do PCA ou, segundo Marcelo Bittencourt (1997, p. 192)¹⁶, do PLUAA¹⁷, ou pelo menos produto da orientação do PLUAA para alargar a não comunistas os objetivos de aliciamento do PCA¹⁸? De qualquer maneira, era sempre o mesmo pequeno grupo de amigos... Esta hipótese é muito ve-

¹⁵ Movimento Anti-Colonial, uma das múltiplas organizações fugazes cuja criação foi discutida em Paris, em novembro de 1957, mas criada oficialmente em Lisboa, em 1959, pelo mesmo grupo, antes da formação do MPLA. O MAC deveria servir como instrumento de unificação dos vários anticolonialistas das colónias portuguesas (por exemplo, com Amílcar Cabral).

^{**} *Nota de A. Lazagna*: Durante a sua passagem por Paris, no final de 1957.

^{***} *Nota de A. Lazagna*: Mário Pinto de Andrade (1928-1990) [...].

¹⁶ Citado por Lazagna (2021, p. 15).

¹⁷ *Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola*, criado pelos militantes do PCA para mobilizar de maneira mais alargada, uma vez que alguns anticolonialistas contactados desejavam aderir a uma luta anticolonial, mas que não fosse comunista.

¹⁸ Não parece claro se, para Viriato da Cruz, a criação do PLUAA significava a extinção do PCA, ou se o PLUAA era um «partido amplo» no qual continuaria a existir um PCA «de vanguarda».

rossímil, uma vez que este Manifesto de Luanda, mesmo que não tenhamos o texto, possui certamente a mesma orientação global do Manifesto «oficial», este escrito em Paris em 1957¹⁹.

Pois, podia ser deste manifesto de Luanda, emanção do PLUAA (mas sempre do punho de Viriato da Cruz) em prol da lenta construção de um vasto movimento popular de libertação de Angola, que José Horta se lembrava, mais extenso e com mais detalhes práticos (incluindo siglas de pequenos grupos para unificar, etc.). De qualquer maneira, uma vez que não temos parte dos documentos originais, ficarão sempre incertezas. Mas o que interessa aqui é entender melhor a cultura política de Viriato da Cruz no final dos anos de 1950.

Primeira leitura

Comparei cuidadosamente a versão manuscrita que temos (seja a da Tchiweka, seja a do Arquivo Mário Soares) e a versão dactilografada (seja a que foi feita em Paris ou, mais tarde, em Conacri). Além do facto de a versão manuscrita não possuir nem título («Manifesto do MPLA»), nem lugar («Luanda»), nem data («Dezembro de 1956»), tendo sido acrescentado por Mário de Andrade quatro subtítulos, as diferenças são muito pequenas. A datilografia é efetivamente uma cópia.

Na página 3 do manuscrito, temos a frase: «[Os colonizadores] Reduzem a zero a contribuição do homem negro»; da página 3 da versão datilografada foi amputado o adjetivo «negro». Mero erro ou relutância do datilógrafo em falar de cor da pele? A segunda hipótese é pouco verosímil, uma vez que a palavra “negro/negra” aparece noutras passagens do texto.

Na página 5 do manuscrito, na frase: «Essa não é já, de facto, uma política de discriminação racial; é pior — é uma política de assassinato do povo negro de Angola», a expressão «povo negro de Angola» substituiu a expressão «raça negra de Angola», riscada pelo próprio Viriato no mesmo manuscrito (p. 4 da versão datilografada). Na mesma página, na frase: «Portugal assina acordos e pactos consentindo a penetração política e económica dos imperialistas e monopolistas norte-americanos em nossa terra, acordos e

¹⁹ Já defendi *grosso modo* esta tese anos atrás. Ver, nesse sentido: Cahen; Fortuna 2013, pp. 144; 146. Nesta entrevista, desenvolvi a hipótese já formulada muito mais antes por René Pélissier (1978, p. 245).

pactos cujas cláusulas são extensivas às colónias, acordos e pactos que vêm comprometendo o nosso povo numa política de preparativos para a guerra...», o datilógrafo escreveu sistematicamente «factos» em vez de «pactos» — o próprio Mário de Andrade corrigiu à mão no datiloscrito.

Na página 7 do manuscrito, na frase: «Os pequenos comerciantes e industriais, na maioria colonos, pois os naturais falham inexoravelmente, vivem em dificuldades crescentes provocadas pela falta de crédito...», Mário de Andrade colocou o pedaço de frase «pois os naturais falham inexoravelmente» entre parênteses; mas este pedaço aparece na versão datilografada sem parênteses. Isto poderia indicar que Mário de Andrade trabalhou na versão manuscrita já depois de ter em sua posse uma versão datilografada.

Na página 8 da versão datilografada do espólio Mário Soares, há um importante erro: «O essencial, em toda nossa luta, é isolar o inimigo, [...] realizar as suas possibilidades...», enquanto o manuscrito (p. 10) diz «reduzir as suas possibilidades». No entanto, em outras versões datilografadas ou impressas, este erro foi corrigido ou não foi cometido²⁰.

No final da página 9 da versão datilografada, na expressão «frente popular geral» que constava da versão manuscrita (p. 11), o adjetivo «geral» foi riscado. No entanto, em outras versões datilografadas ou impressas, o adjetivo «geral» foi mantido. Esses dois exemplos parecem indicar que algumas versões datilografadas mais tardias não foram feitas a partir da versão datilografada de Mário de Andrade. É de lembrar que na altura pouco se fazia fotocópias, mas datilografias sucessivas, o que poderia ocasionar erros.

Na página 10 da versão datilografada, um pedaço de frase que constava do manuscrito (p. 12) foi omitido (aqui coloco este pedaço de frase entre parênteses retos): «A vida e a actividade das nossas organizações devem [interessar unicamente aos seus membros, devem] estar unicamente voltados para o nosso povo...»²¹.

Na página 12 do manuscrito, 1.^a linha, na frase: «Portanto, é preciso [lutar] sempre pela instrução», falta o verbo «lutar» (mas encontra-se no manuscrito, p. 15)²².

²⁰ Por exemplo, no documento pedagógico de Maria da Conceição Neto.

²¹ Este erro é repetido na versão difundida por Maria da Conceição Neto.

²² Este erro não consta da versão difundida por Maria da Conceição Neto.

Na página 14 do manuscrito, Mário de Andrade acrescentou um «d», a fim de corrigir um lapso: «... a Cultura [d]um povo constitui um dos alicerces da sua existência e garantia da sua sobrevivência» (p. 12 da versão datilografada).

Na página 15 da versão manuscrita, na frase: «Façamos os possíveis por sermos compreendidos por todos os homens do povo, analfabetos ou alfabetizados», o adjetivo «alfabetizados» foi erradamente substituído por «analfabetizados» (p. 12 da versão dactilografada)²³.

Na página 17 do manuscrito, na palavra de ordem: «Povo angolano! Luta [pela], tua sagrada liberdade!», «pela» foi acrescentado por Mário de Andrade (p. 14 da versão dactilografada).

Nas mesmas páginas, na palavra de ordem, «Tudo pela criação, pelo fortalecimento e pela multiplicação por toda a Angola de organizações patrióticas!», na versão datilografada, «organizações» está no singular («organização») mas «patrióticas» permanece no plural²⁴.

Na realidade, essas pequenas diferenças são com toda a certeza erros tipográficos de um datilógrafo quicá pouco experiente. Não se vislumbram mudanças políticas entre as duas versões (a manuscrita anterior, a datilografada ulterior) que poderiam ter sido provocadas pelo decorrer de tempo. Em contrapartida, o facto de haver erros ou ausência de erros em diversas versões datilografadas comprova que não foram sempre meras cópias stencil ou em papel químico. Como na altura as fotocópias eram muito difíceis, é bem possível que tenha havido cópias datilografadas de cópia datilografada.

Em nenhuma das duas versões aqui analisadas aparecem citados um lugar («Luanda») e uma data («Dezembro de 1956»). No entanto, numa versão pedagógica difundida pela professora Maria da Conceição Neto, em 1995, esse lugar e essa data aparecem (ela afirma que, na altura, não conhecia uma versão manuscrita). Isso deixa entender que houve outras versões datilografadas ulteriores, onde o lugar e a data foram inseridos por conveniência política.

Passemos à análise política do texto.

²³ Este erro não consta da versão difundida por Maria da Conceição Neto.

²⁴ Este erro não consta da versão difundida por Maria da Conceição Neto.

Segunda leitura

O texto manuscrito ao qual tivemos acesso não possui subtítulos. Estes foram acrescentados à mão por Mário de Andrade que, tendo experiência editorial na revista *Présence Africaine*, provavelmente pensava numa publicação do texto — Mário de Andrade mencionava também extratos, possivelmente porque havia a possibilidade de publicá-los, mas não a totalidade do texto. Mas uma publicação, total ou parcial, nunca se efetivou. Os subtítulos acrescentados são ora em francês («II. Lutte sur tous les fronts»; «III. L'Angola aux Angolais»), ora em português («IV. O povo não tem taras»; a parte «I» só tem este número). Pensava M. de Andrade publicar em francês na *Présence Africaine*? Voltaremos mais tarde a este mistério: por que não foi publicado na altura o dito «Manifesto do MPLA»? Salvo engano, ele foi publicado pela primeira vez no primeiro volume da antologia de textos do MPLA, organizado por Ruth e Lúcio Lara, *Um amplo movimento...*, ou seja, em 1997. O texto dado ao prelo pelo histórico casal do MPLA é oriundo de uma versão datilografada que não inclui o título «Manifesto do MPLA», sendo designado como «documento sem título, que viria a ser o manifesto do M.P.L.A.» e terminando com a menção «Luanda, Dezembro de 1956»²⁵. Na realidade, não se sabe bem de quando datam as versões datilografadas: teriam sido feitas logo em Paris ou mais tarde em Conacri, como supõe José Horta?

O «documento que viria a ser o manifesto do MPLA» começa com uma análise marxista clássica do imperialismo e do colonialismo ligados ao desenvolvimento das «forças produtivas» que permitiram «a transformação do capitalismo num sistema mundial de opressão colonial» (sublinhado no manuscrito, p. 1). Essa vertente internacional reaparece várias vezes, numa perspetiva consequentemente internacionalista: trata-se de construir uma «frente mundial contra o imperialismo» (p. 2), mas não se trata de internacionalismo proletário na medida em que se saúda a Conferência de Bandung que reuniu governos de países recém-independentes, mas que estavam longe de ser todos governos socialistas (com exceção da República Popular da

²⁵ Ver Lara (1997, pp. 23-29 e enquadramento teórico nas páginas seguintes: 29-43). Sobre este enquadramento, ver também Mabeko-Tali 2001. Na realidade, o capítulo 1 deste livro (pp. 47-105) trata também do período anterior a 1962 (sobre o «Manifesto», ver pp. 52-62).

China e do Vietname do Norte)²⁶. Aliás, no «Manifesto» nunca aparece o conceito de proletariado; em contrapartida, aparecem várias vezes os de «raça(s)» ou de «povo», nomeadamente no emprego das expressões «raça negra» e «povo negro».

Isso pode surpreender porque, com mostrou Nelson Pestana no seu artigo sobre o Partido comunista angolano (Pestana 2016), Viriato fizera um estudo sobre a industrialização de Angola, aventando a possibilidade de fundar um PCA em razão do rápido aparecimento de um proletariado industrial negro²⁷. Contradizendo o veterano angolano Edmundo Rocha que caracterizou a criação do PCA como «um acto inadequado para a época histórica» (Rocha 2008, p. 125), Pestana (2016, p. 154) afirma que «foi um acto fundado em dados objectivos e prospectivos, discutidos e assumidos, que mostravam que o país vivia então um período de mudança histórico-social profunda». Mesmo concordando com Pestana, é necessário fazer um reparo: vejo aqui uma influência estalinista distante, a de fazer corresponder mecanicamente a existência de um proletariado à possibilidade da existência de um Partido Comunista. Lenine afirmava precisamente o contrário: se o marxismo surgira num dado momento e num dado lugar da história do capitalismo, uma vez aparecido, poder-se-ia desenvolver uma política marxista e comunista em outras partes do mundo, mesmo sem proletariado, adaptando-se a estratégia políti-

²⁶ Quando da apresentação oral da minha comunicação no Colóquio «Mandei-lhe uma carta...», Nelson Pestana discordou desta minha análise dizendo que mesmo o Partido Comunista de Angola (que advogava uma abordagem proletária) se reivindicava da Cimeira de Bandung. Pode muito bem ser, mas isso não muda em nada a minha análise. O movimento comunista internacional apoiou a Cimeira de Bandung, no quadro da teoria do «desenvolvimento não capitalista» (eufemismo para dizer «não socialista») no Terceiro-Mundo, isto é, uma política de aliança de classe com as elites locais. Não discuto aqui essa posição em si; observo, simplesmente, que não se trata de internacionalismo proletário.

²⁷ Cito na íntegra a nota 75 do artigo de Pestana (2016, p. 128): «“A Industrialização de Angola e a situação da nova classe operária” é um documento apócrifo que foi apreendido pela PIDE, quando da prisão de Franco de Sousa, no âmbito do processo dos 50 e que pode ser consultado nos anexos do livro de Maria do Carmo Medina, *Angola: Processos Políticos da Luta pela Independência*, Coimbra, Almedina, 2013, pp. 273-280. Este texto, embora não esteja assinado, é facilmente atribuído a Viriato da Cruz pelo seu conteúdo e pelo facto de ter uma emenda à mão, na página 5 do documento, onde se reconhece claramente a caligrafia inconfundível de Viriato da Cruz e ainda pelo facto do Manifesto de 1956 se referir, nos mesmos termos, ao chamado “condicionamento industrial” da metrópole como obstáculo ao desenvolvimento da colónia. Este estudo não estando datado deve ter sido escrito em meados de 1955, pois as suas referências e indicadores económicos e sociais, retirados de documentos oficiais, reportam-se ao quinquénio 1950-1954».

ca. Afinal, Edmundo Rocha e Viriato da Cruz (bem como Nelson Pestana) têm aqui a mesma metodologia de pensamento: para o primeiro, não há nem vai haver num futuro próximo uma classe operária negra em Angola, pois não é possível construir um PC; para o segundo, este desenvolvimento do proletariado já acontecia, sendo, pois, viável a construção de um PC. A influência à qual me refiro é a ideia do «etapismo» quando Estaline abandonou a ideia da revolução mundial, defendendo a do «socialismo num único país», e advogou a tese do «desenvolvimento não capitalista» (e também não socialista), em países do terceiro-mundo; estes deveriam passar pela etapa «não capitalista» (para não dizer a etapa da «revolução burguesa»). Obviamente, essa influência é indireta no pensamento de Viriato da Cruz e pode ter-lhe sido veiculada pelos PCP e PCB, bem como por muitas outras leituras.

Logo, mesmo que à primeira vista a inexistência do conceito de proletariado (ou de classe operária) no Manifesto surpreenda, esta ausência, na realidade, é bem coerente: aqui não se trata do Partido comunista angolano, mas de um texto que deve servir de guião para recrutar pessoas de várias «cores políticas» (p. 9). Poucas vezes o conceito de «classe» é empregado no Manifesto: quando aparece, é para descrever as classes burguesas da metrópole (p. 16), ou pela negativa: «[os trabalhadores] não têm direito a organizarem-se para a defesa dos seus interesses de classe» (p. 6), pois não se podem constituir como «classe per se». Viriato da Cruz emprega a expressão «classe trabalhadora» (p. 7) uma única vez (voltaremos a isso). Em uma ocasião, aproxima-se do conceito de internacionalismo proletário:

Os povos coloniais oprimidos e as massas trabalhadoras exploradas das metrópoles são aliados naturais na luta comum contra os exploradores de ambos. Levante-se a bandeira da solidariedade internacional dos trabalhadores de todos os países! (p. 16)

Os conceitos de «raça», de «povo», de «massas populares», de «população negra» (p. 7), de «população nativa» (p. 8) ou de «massas trabalhadoras» substituem (ou, pelo menos, não se combinam com) os de proletariado ou classe operária. Na realidade, isso é coerente com a visão de «um amplo movimento» também aceite pelo PCA²⁸: «a luta é a de África para os africanos» (p. 14) e de «uma Angola para os angolanos» (p. 14). Outra noção que

aparece frequentemente é a de «indígena». Não se sabe bem se Viriato da Cruz emprega a expressão no seu sentido colonial de estatuto jurídico-legal, ou no sentido antropológico:

a população indígena cresce, segundo as suspeitas estatísticas oficiais, num ritmo lento, a natalidade infantil indígena é baixa e a mortalidade das crianças e dos trabalhadores indígenas é altíssima [...] Não há Bancos de indígenas nem meios de transporte de indígenas (p. 3)

Toda a vida social indígena foi desorganizada. A cultura indígena é desprezada, silenciada e aniquilada. Fazem silêncio sobre a história dos povos indígenas, ou a deturpam e difamam. Desconsideram as línguas indígenas [...] [T]udo isso tem em vista liquidar a população indígena e fazer Angola uma terra de brancos.... (p. 4).

Será aqui já um sinal da visão «indigenista» que iria levar Viriato da Cruz, alguns anos mais tarde, a entrar em dissidência por causa da impossibilidade de uma discussão democrática dentro do MPLA já apoderado por Agostinho Neto, sobre a natureza da direção do movimento que, segundo o primeiro, deveria ser indígena? Faço aqui esta observação na impossibilidade de responder a essa questão.

Certamente, ao pensar no «amplo movimento», o Manifesto evoca as «camadas médias» que «vivem mal» quando «não existe o ensino universitário, não há faculdades» (p. 6). Há uma estranha subestimação numérica dos trabalhadores do campo: «Os trabalhadores do campo, formando mais de um quinto dos homens válidos de Angola, obrigados pelo infame “contrato” ao trabalho forçado, vivem sem o gozo dos mais elementares direitos humanos» (p. 6). Com toda a razão, Viriato não considerava que os contratados fizessem parte da classe operária negra, tomando antes o fenómeno como uma continuação da escravatura. Mas, justamente, fala aqui dos contratados, não se sabe se por um mero erro de escrita ou por um erro de análise, sobrestimando a população urbana. Ou será que Viriato fez uma distinção (não explicitada) entre «trabalhadores do campo» e «camponeses»? Será que esse «mais de um quinto» diz respeito aos assalariados agrícolas que não são os contratados do trabalho forçado? Neste caso, um quinto é, ao contrário, um grande exagero, atendendo a como era a formação social colonial angolana nos anos de 1950.

²⁸ Ver nota 18.

O Manifesto nunca fala em luta armada e menos ainda em guerra de libertação, ou guerrilha camponesa ou urbana. No entanto, os pioneiros anticolonialistas de Angola já tinham o exemplo da guerra de libertação em curso na Argélia, ou na Indonésia, já vitoriosa sobre a Holanda, ou ainda no Vietname, vitoriosa no norte do país. Não é, pois, uma omissão involuntária: a escolha deste meio de ação radical deve ter sido considerada, nesta fase, como antagónica ao «amplo movimento». O Manifesto fala da «luta em todas as frentes e em todas as condições» (sublinhado no texto, p. 7) o que, em teoria, pode incluir a luta armada. E fala da «luta revolucionária» (p. 8). Mas fala, sobretudo, do que se poderia chamar de lutas civis, legais ou semilegais:

O nosso Movimento irá desde as mais pequenas às mais amplas e profundas lutas. Desde a luta que dado individuo [sic] deve travar em si mesmo para tomar consciência do perigo de morte que vem correndo a existência da população negra, [...] para criar e desenvolver qualidades de vigilância, de auto-defesa, de disciplina e de organização, para despertar e levar a consciência de todos os africanos [...] para criar organizações, até às lutas de organizações particulares e distintas, às lutas unidas de duas ou mais organizações aliadas, às lutas unidas de todas as organizações de uma sanzala, de uma aldeia, vila ou região, às lutas unidas de todas as organizações de Angola [...]. (p. 10)

É essencial compreender que a luta só pode ter êxito através de participação nela das grandes massas populares, que se organizarão através de organizações [sic] de família, de bairro, de local de trabalho ou residência, de estudo, de cultura, de recreio, de desporto, etc. Nem a luta individual, nem mesmo a luta de apenas alguns homens decididos e corajosos alcançará os nossos objectivos. (p. 10)

É indispensável, portanto, lutar para organizar e organizar para lutar. Devemos fazer tudo por lutar sempre organizados, ainda que se criem para isso organizações temporárias, de curta duração. [...] Os indivíduos devem organizar-se, e devem começar a organizar-se, em torno dos seus interesses mais sentidos, imediatos e do dia a dia.

Essa estratégia, quase «sindicalista», de defesa da gente no quotidiano assemelha-se ao que fez, mais tarde, o *African National Congress* na África do Sul, desenvolvendo organizações semilegais e até legais, sem ligação direta com elas.

Mas, aqui, constata-se uma forte contradição. Em primeiro lugar, Viriato descreve um movimento feito de dezenas, até de centenas de organizações, de aldeias, de empresas, de bairros, abertas a todas as cores políticas. Com

efeito, a definição do inimigo é precisa e o inimigo não é o branco: «o inimigo são todos os organismos e todos os indivíduos interessados na manutenção do actual estado de coisas em Angola, e são todos quantos colaborem, de qualquer modo, consciente ou inconscientemente, clara ou veladamente, com os primeiros.» (p. 9). Pois «O que nos une e o que nos falta deve estar sempre acima daquilo que nos separa» (p. 9). Esta definição do inimigo viabiliza a estratégia da luta:

Esta luta, no entanto, só alcançará a vitória através de uma frente única de todas as forças anti-imperialistas de Angola, sem ligar às cores políticas, à situação social dos indivíduos, às crenças religiosas e de tendências filosóficas dos indivíduos, através portanto do mais amplo MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (p. 8).

Poder-se-ia pensar que tal amplo movimento deveria ter um funcionamento muito flexível, tanto mais que, escreve Viriato, «Este movimento, porém, não se fará através da filiação de todos os patriotas angolanos a uma única organização ou associação. O Movimento será a soma das actividades de milhares e milhares de organizações». Encontra-se aqui a contundente afirmação sobre o necessário pluralismo do movimento anticolonial, incluído no âmbito organizacional, mesmo que as condições da luta exijam um movimento de coligação («coalizão», escreve Viriato, p. 7). Mas ele acrescenta depois duas séries de considerações:

Em primeiro lugar, aquela ampla união «sem ligar às cores políticas» (p. 9) deverá ser construída segundo

os princípios e os objectivos expressos neste Manifesto. A unificação das organizações faz-se, portanto, através de um certo número de ideias, de princípios e de objectivos comuns a todas as organizações, comuns a todos os indivíduos angolanos organizados. (p. 9)

O objetivo dessa luta será uma Angola independente,

Um governo de ampla coalizão de todas as forças que tenham lutado implacável e intransigentemente, até ao fim, contra o colonialismo português. Um governo de todas as forças anti-imperialistas e à frente do qual esteja a classe trabalhadora. (p. 7)

O que quer dizer «... à frente do qual esteja a classe trabalhadora»? Que tipo de organização implementará este princípio?

Em segundo lugar, a forma de organização proposta contradiz a ideia de um movimento multifacetado:

É absolutamente indispensável criar uma indestrutível barreira de segredo e de vigilância entre todas as organizações patrióticas de um lado, e o inimigo e os seus agentes de outro lado. Mantenha-se sempre o mais sagrado e rigoroso segredo das actividades das nossas organizações. (p. 12)

Em todas as organizações deve reinar, portanto, a maior disciplina e as mais rigorosas normas de organização e trabalho. (p. 13)

Isto é um partido de vanguarda, um partido de revolucionários profissionais, um partido de quadros políticos. Há aqui uma contradição aparente que exprime o que não está na escrita do Manifesto, mas possivelmente seria óbvio para o pequeno grupo de amigos, quer de Luanda, quer de Lisboa, quer de Paris: por trás do «amplo movimento», por trás dessa confederação flexível, quase nebulosa, se se acreditar na letra do Manifesto, deveria haver a direcção política do Partido comunista angolano. Com efeito, o facto de ter escolhido a estratégia do «amplo movimento» em nada significa que Viriato da Cruz e pelo menos alguns dos seus camaradas tenham abandonado o Partido Comunista Angolano (pelo menos como uma ideia). Aliás, quando Viriato chega a Paris, ele não transmite (ou escreve de novo) somente o Manifesto, mas também traz os estatutos do PCA (que já estavam em Lisboa)²⁹. E em Luanda, o código dessa superposição foi o PLUAA, já citado. E, aliás, poucos anos mais tarde, desta vez com o apoio do PCP, apareceu um segundo PCA, com uma nova geração de portugueses e angolanos anticolonialistas. No seu famoso V Congresso, o PCP tinha definitivamente optado pelo anticolonialismo, incluindo a África³⁰. Mas este anticolonialismo restaria metropolitano, já que não se tratava de construir organizações africanas autónomas, mas organizações antifascistas unitárias, isto é, portuguesas³¹. Seria a

²⁹ Ver Lara 1998, pp. 39-41.

³⁰ O PCP sempre foi favorável à independência de Goa. Mas a posição do partido antes do V Congresso era que a África precisava de mais tempo para que um movimento de auto-determinação não tivesse como consequência direta uma nova colonização pela Inglaterra. Ver Manya 2000.

³¹ Ver Manya 2004.

queda do fascismo que permitiria a descolonização: como se sabe, foi exatamente o contrário que aconteceu. Aliás, o próprio PCP encontrava-se relativamente atrasado em relação à política do Kominform, na medida em que ainda buscava construir células comunistas ou movimentos afins (MUD, etc.), quando a linha internacional já não era essa.

Essa «coexistência» da estratégia de uma confederação anticolonialista «sem ligar às cores políticas» e da manutenção, na sombra, de uma direção política comunista (pelo menos «revolucionária»), sublinha outra característica implícita: se o movimento anticolonial seria multifacetado socialmente, até aceitando os Europeus na futura Angola independente (p. 16), não seria, na realidade, politicamente pluralista. Era um PC (ou a organização revolucionária) dirigindo uma frente ampla: aliás, era esta a situação no Vietname. No entanto, só muito implicitamente se pode deduzir que o Manifesto já era pró-partido único e que o seu «MPLA» era o «representante único e legítimo do povo de Angola».

De qualquer maneira, a ideia do PCA desapareceu depois, mas não necessariamente a ideia de um núcleo revolucionário na cúpula do amplo movimento: essa ideia seria retomada, bem mais tarde, depois de 1975, pela OCA (Organização Comunista Angolana), que deveria ser um novo partido comunista dirigindo um novo MPLA. Mas, justamente, isso ocorreu depois. Fiquemos, pois, em 1956-1957, ou seja, no Manifesto.

As palavras de ordem finais do Manifesto resumem bem o seu conteúdo:

Povo angolano! Luta [pela] tua sagrada liberdade! Povo negro de Angola! Luta pela tua sobrevivência! Pela sobrevivência da raça negra que os colonialistas querem assassinar! [...] Tudo pela criação, pelo fortalecimento e pela multiplicação por toda a Angola de organizações patrióticas! [...] Viva o invencível MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA! (p. 17)

Apesar das contradições ou imprecisões notadas, ao menos duas questões ficam claras:

— a da luta autónoma dos Africanos. Viriato da Cruz era completamente hostil à participação de africanos em organizações portuguesas, mesmo comunistas, quando outros, como Agostinho Neto, praticavam isso. Viriato desejava provavelmente o reconhecimento do PCA pelos PCP e PCB, mas

como partido independente. A luta conjunta dos trabalhadores portugueses contra o fascismo e dos angolanos contra o colonialismo deveria ser uma confluência, e não uma subordinação.

— o Manifesto não é um apelo à criação de uma organização que se chamaria Movimento popular de libertação de Angola. O «MPLA» do Manifesto é um conceito, é uma estratégia, é o apelido da união na luta de dezenas de organizações «patrióticas» (p. 12; p. 17). Estas são autónomas, mas... devem seguir a linha do Manifesto.

Eis uma última observação sobre o conteúdo do Manifesto. Há uma ausência interessante no texto: o conceito de «nação» nunca aparece, mesmo para se referir a uma futura «luta de libertação nacional», mesmo para qualificar um futuro como o da «construção da nação»; essas expressões não aparecem. Em contrapartida, o conceito de «país» é usado, incluindo para «países dependentes» (pp. 1-2). Será que Viriato da Cruz não via o futuro de Angola como uma nação, mas como um simples «povo»? Não saberia dizer, mas esta ausência não deixa de ser estranha. Será que, no contexto africano, não poderia haver nações, não seria essa a tarefa do momento? No entanto, se essa autonomia não criasse necessariamente uma nação — pelo menos o Manifesto não fala nisso —, permitiria ao menos unir os «patriotas».

Uma injusta posteridade

Concluirei com algumas considerações sobre a posteridade do Manifesto. Visivelmente, Viriato da Cruz considerava este texto como importante. Muito provavelmente, a versão escrita em Luanda³², impressa na sua mente, esteve na base de uma nova redação em Paris. Mas por que não foi logo publicada?

Há uma razão fundamental: o Manifesto *não diz* «vamos anunciar a criação de uma organização», mas desenha uma estratégia de luta anticolonial unida, segundo a qual iriam coexistir muitas organizações de todos os tipos. Isto não impedia uma publicação — aliás, provavelmente, Mário de Andrade quis publicar extratos do texto na revista *Présence Africaine* —, mas não

³² Já formulei *supra* a hipótese de que a versão escrita em Luanda fosse a versão longa (do PCA ou do PLUAA), fugazmente aparecida em Liège (Bélgica) e da qual José Horta afirma lembrar-se bem. Ver nota 14.

impunha a publicação rápida: quando se cria uma organização, mesmo que clandestina, anuncia-se. Aliás, o que se seguiu foi anunciado: a criação do MAC (Movimento Anticolonial), a primeira versão da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas) cujo texto de fundação evidencia um parentesco óbvio com o Manifesto; a tentativa de criação da FRAIN (Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional), que deveria permitir a unidade com a UPA-FNLA³³.

Mas, na prática, o Manifesto não correspondia bem à situação, já que cada tentativa concreta era a de construir uma organização, um aparelho, e não tentar federar uma nebulosa de grupos populares nas cidades e no campo, grupos aparecidos espontaneamente ou com ligação indireta com a organização. Quando acontece a grande revolta semi-espontânea da Baixa de Cassange (que se inicia a 4 de janeiro de 1961), isso não beneficia de imediato o esforço organizativo, e menos ainda o MPLA (desta vez já proclamado). E bem se sabe agora que o 4 de fevereiro de 1961 não foi organizado por membros do MPLA, mas por simpatizantes da FNLA que, depois, passaram ao MPLA³⁴. O MPLA, na realidade, teve grandes dificuldades para nascer como organização, e este foi o trabalho principal³⁵.

Depois, há o contexto, quase que esmagado pela rivalidade entre a FNLA e o MPLA. É a FNLA que começa a guerra de libertação e, na prática, ela

³³ O MAC apelava para adesões individuais enquanto que a FRAIN agrupava organizações. Agradeço a Nelson Pestana esta precisão.

³⁴ Ver, nesse sentido, Lopes (2017).

³⁵ Mário de Andrade explica bem isso na entrevista que concedeu em 1982 a Christine Messiant: «Quand Viriato vient en Europe avec son manifeste, il y a entre nous des discussions, le texte est remanié, mais avec ces discussions Viriato prend conscience que ni la réalisation du PCA ni celle du MPLA ne sont possibles dans la situation, et le projet du MPLA est en quelque sorte congelé. Il sera repris seulement en 1960 à Tunis même, et seulement en ce qui concerne le MPLA. Ce sera effectivement bien tard. Et l'impulsion viendra de l'extérieur» (Mário de Andrade, *apud* MESSIANT, 1999). De que falava Mário de Andrade dizendo «le texte est remanié» («o texto é revisto»)? Isto obviamente quer dizer que a versão manuscrita que temos já é o produto desta revisão. Mas Mário de Andrade disse também: «Quand Viriato vient en Europe avec son manifeste...» («Quando Viriato chega à Europa com o seu manifesto...»). Isto contradiz aparentemente a análise de José Horta — da qual sou partidário — segundo a qual Viriato não trouxe concretamente um manifesto escrito. Mas ele veio com um manifesto *já pronto na sua mente* e escreveu na Europa uma versão diferente daquela escrita em Luanda para o PLUAA. Mas, o facto de afirmar que é a própria discussão sobre o «Manifesto do MPLA» que fez Viriato da Cruz tomar consciência de que nesta altura não se poderia criar um «MPLA» tal como descrito no Manifesto, não deixa de ser interessante.

própria é ultrapassada pela grande revolta popular do Norte a que a sua ação levou. À mercê do apoio de Frantz Fanon, é a FNLA que é reconhecida, através do GRAE (Governo Revolucionário Angolano no Exílio), pela Organização da Unidade Africana. Essa rivalidade não permitia que se advogasse uma confederação de uma nebulosa de grupos locais. Mais tarde, claro, houve a dissidência de Viriato da Cruz, que foi forçado a deixar o MPLA quando Agostinho Neto toma o poder num contexto de grandes tensões internas e mesmo de assassinatos.

O resultado de tudo isso é muito injusto: o «Manifesto do MPLA» não foi conhecido pelo seu conteúdo. Depois de apagado durante anos pela direção do MPLA por causa da dissidência de Viriato da Cruz, foi conhecido de maneira instrumental pelo seu suposto lugar de redação («Luanda»), o seu suposto título («Manifesto do MPLA») e a sua suposta data de redação («Dezembro de 1956»). Assim, o «MPLA» como organização teria nascido dentro de Angola e não no exterior como a UPA/FNLA, e teria nascido antes desta. Quase ninguém deu importância ao conteúdo.

No entanto, além da sua importância como documento histórico, o Manifesto deve ser entendido como ilustração de uma etapa do pensamento político de Viriato da Cruz. Este, vindo de um marxismo aprendido, sobretudo, nas margens dos PCs oficiais (sobretudo do PCP e do PCB) ou de movimentos culturais próximos destes³⁶, ia-se confrontando com as condições concretas da luta anticolonial a desenvolver numa sociedade africana bem heterogénea.

Mas, como disse Maria da Conceição Neto aos seus estudantes quando, numa atitude pioneira, lhes deu a conhecer o texto do Manifesto em 1995: «O “Manifesto” de 1956 é um documento essencial para o estudo do nacionalismo angolano»³⁷. Mesmo se não for de 1956³⁸.

³⁶ Sobre a relação cultural entre os jovens intelectuais anticoloniais africanos — incluindo Viriato da Cruz — com o Brasil, pode-se consultar Salim Miguel (2005). Uma análise (em francês) deste livro encontra-se na longa recensão de Santil (2006). Ver, da mesma autora, Santil (2007).

³⁷ Documento pedagógico transmitido por ocasião de uma correspondência particular (25 de maio de 2014).

³⁸ Concluindo este artigo, não queria deixar de saudar o valioso esforço realizado por Nelson Pestana para reunir e publicar o número máximo de textos de Viriato da Cruz. Nunca poderão ser «Obras completas», já que muitos textos foram perdidos; mas já é uma «Obra máxima». Ver: Cruz 2023a; 2023b. Com o livro de José Carlos Horta (ver nota 6),

Bibliografia

- BITTENCOURT, Marcelo, 1997. A criação do MPLA. *Estudos Afro-Asiáticos*, 32 (dez.), pp. 185-208.
- CAHEN, Michel, e Cláudio FORTUNA, 2013. Entrevista a Michel Cahen: Quer a Frelimo e o MPLA, quer a Renamo e a Unita, são partidos profundamente diferentes – pesquisando os passos de Christine Messiant. *Revista Angolana de Sociologia*, 12, pp. 127-153.
- CHIPENDA, Daniel, 1995. *Revolta do Leste*. In José Freire ANTUNES. *A Guerra de África (1961-1974)*. V. 2. Lisboa: Circulo dos Leitores.
- CRUZ, Viriato da, s/d. Documento sem data manuscrito por Viriato da Cruz conhecido como “Manifesto do MPLA”. Luanda: Associação Tchiweka de Documentação (ATD): Fundo: Arquivo Lúcio Lara, 17 p. [Em linha]. [consult. 2021-10-20]. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0003000013> 17 p.
- CRUZ, Viriato da, 1956. *Manifesto do MPLA* (Cópia a papel químico do Manifesto do MPLA, redigido por Viriato da Cruz, e com anotações manuscritas por Mário Pinto de Andrade que acrescentou a tinta, entre outros elementos, a data de Dezembro de 1956. Junto, o mesmo texto, em cópia dactilografada....). Lisboa: Fundação Mário Soares: Arquivo Mário Pinto de Andrade. dez. 1956b, 48 p. [Em linha]. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04357.005.001#!1>.
- CRUZ, Viriato da, 2017 [1959]. [Carta] 1959 nov. 22, s.l. [a] Lúcio Lara. In Lúcio LARA. *Um amplo movimento...: itinerário do MPLA através de documentos e anotações*. V. 1 (até fevereiro de 1961). 3.^a ed. rev. e aum. Luanda: Edição do autor, pp. 154-163.
- CRUZ, Viriato da, 2023a. *Obra Máxima I*. Luanda: Centro de Estudos Africanos da Universidade Católica de Angola; Imprensa Nacional. ISBN: 978-989-8880-43-7.
- CRUZ, Viriato da, 2023b. *Obra Máxima II (artigos, textos, entrevistas, notas e documentos)*. Luanda: Centro de Estudos Africanos da Universidade Católica de Angola; Imprensa Nacional. ISBN: 978-989-8880-44-4.
- HORTA, José Carlos (s/d). *As duas versões manuscritas do Manifesto do MPLA*. [Algés], 12 p.
- LABAN, Michel (1991). *Angola — Encontro com Escritores*. V. 1. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- LARA, Lúcio (1998). *Um amplo movimento... Itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara*. V. 1. (até fev. 1961). Luanda: sem editor.

uma etapa importante será atingida no conhecimento político de Viriato Francisco Clemente da Cruz, esperando ainda por uma biografia política.

- LAZAGNA, Angela (2020). Morreu José Carlos Horta (1935-2020). *H-Luso-Africa*. 11 de maio. Disponível em: <https://networks.h-net.org/node/7926/discussions/6155030/morreu-josé-carlos-horta-1935-2020>.
- LAZAGNA, Angela, 2021. Viriato da Cruz: da luta anticolonial ao exílio em Pequim. *Revista Tempo & Argumento*. 13: 34 (set.-dez.), 49 p. [In dossiê editado por Luca Bussotti & Marc Jacquinet, «A outra história: por uma narração alternativa das lutas de libertação nos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa)»]. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/tempo/issue/view/854>.
- LOPES, José Manuel da Silveira, 2017. *O Cónego Manuel das Neves. Um Nacionalista Angolano (Ensaio e Biografia Política)*. Lisboa: Nova Vega.
- MABEKO-TALI, Jean-Michel, 2001. *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977). Ensaio de história política*. V. 1, 1962-1974. Luanda: Nzila.
- MANYA, Judith, 2000. La « question d'Orient » dans l'imaginaire colonial du Parti communiste portugais. *Lusotopie*. 7, pp. 161-173. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_2000_num_7_1_1368.
- MANYA, Judith, 2004. *Le parti communiste portugais et la question coloniale (1920-1974)*. Bordeaux: Institut d'études politiques – Sciences Po Bordeaux / Université de Bordeaux. Tese de doutoramento. Disponível em: <https://theses.hal.science/tel-01460495v1/document>.
- MESSIANT, Christine, 1998. Chez nous, même le passé est imprévisible. L'expérience d'une recherche sur le nationalisme angolais, et particulièrement le MPLA : sources, critique, besoins actuels de la recherche". *Lusotopie*. 6, pp. 157-197. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1998_num_5_1_1151. [Republicado em título póstumo: MESSIANT, Christine (2009) (editado por Christine Lachartre e Michel Cahen). *L'Angola postcolonial*. 2. *Sociologie politique d'une oléocratie*. Paris: Karthala, pp. 153-202. Disponível em: <https://www.cairn.info/l-angola-postcolonial-tome-2-9782811100858-page-153.htm>]
- MESSIANT, Christine, 1999. Sur la première génération du MPLA: 1948-1960. Mário de Andrade, entretiens avec Christine Messiant (1982). *Lusotopie*. 6, pp. 185-221. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1999_num_6_1_1259.
- MESSIANT, Christine, 2003. Viriato da Cruz em Pequim: as provas de um revolucionário angolano. Esboço de um percurso e tentativa de interpretação. In Michel LABAN (ed.). *Viriato da Cruz: cartas de Pequim*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, pp. 215-360.
- MIGUEL, Salim, 2005. *Cartas d'África e alguma poesia*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- PACHECO, Carlos, 1997. *MPLA, um nascimento polémico*. Lisboa: Vega.
- PÉLISSIER, Réne, 1978. *La colonie du Minotaure: nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*. Orgeval: Éditions Pélissier.

- PESTANA, Nelson, 2016. O Partido Comunista de Angola, de Viriato da Cruz. *Lucere. Revista académica da UCAN*. Luanda / Lisboa: Universidade Católica de Angola; Centro de Estudo e Investigação Científica / Leya, (dez.), pp. 127-156.
- ROCHA, Edmundo, 2008. *O Itinerário político de Viriato da Cruz (até a crise no MPLA de 1963-1964)*. In, Edmundo ROCHA, Francisco SOARES, e Moisés FERNANDES, (eds.). *Viriato da Cruz – o homem e o mito*. Luanda: Chá de Caxinde.
- SANTIL, Juliana Marçano, 2006. Salim Miguel (ed.). Cartas d'África e alguma poesia. *Lusotopie*. XIII: 2, pp. 196-201. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lusotopie/1351>.
- SANTIL, Juliana Marçano (2007). Le Brésil de Luandino Vieira. Entrevista. *Lusotopie*. XIV: 2, pp. 171-183. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lusotopie/990>.

Os reflexos do comunismo de Viriato da Cruz na sua militância política: do PCA à China

The reflections of Viriato da Cruz's communism in his political activism:
from the PCA to China

Anabela Silveira

Investigadora independente
m.anabela.silveira@gmail.com

[...]

*Pelos teus olhos, minha Mãe
vejo oceanos de dor
claridades de sol-posto, paisagens
roxas paisagens
dramas de Caim e Jafé...
Mas vejo (Oh! Se vejo!...)
mas vejo também que a luz roubada aos teus olhos, ora
[esplende
demoniacamente tentadora — como a Certeza...
cintilantemente firme — como a Esperança...
em nós outros, teus filhos
gerando, formando, anunciando
— o dia da humanidade*

Viriato da Cruz, «Mamã Negra»

Resumo: Viriato da Cruz foi poeta comunista, anticolonialista e revolucionário marxista. O poeta da luta contra os grilhões do colonialismo. O pensador marxista, comunista assumido, que aderiu à ideologia de Mao Zedong. O cofundador de grupos clandestinos cujo objetivo era provocar o desgaste das estruturas coloniais. O ideólogo de um amplo movimento popular contra o jugo colonial português. Perseguido pela PIDE e exilado, como militante do MPLA anunciou, em Londres, a inevitabilidade da luta armada. O homem das ruturas, da radicalização e de opções inusitadas? Ao trocar África pela China, nunca renegou a raiz marxista, mas acabou por reformular o seu pensamento sobre a revolução mundial, os regimes socialistas e o rumo tomado pelos países recém-independentes.

Palavras-chave: Viriato da Cruz; comunismo; marxismo; movimentos de libertação

Abstract: Viriato da Cruz was a communist poet, anti-colonialist and Marxist revolutionary. The poet of the struggle against the shackles of colonialism. The Marxist thinker, outspoken communist, who adhered to Mao Zedong's ideology. The co-founder of clandestine groups whose aim was to wear down colonial structures. The ideologue of a broad popular movement against Portuguese colonial rule. Persecuted by the PIDE and exiled, as an MPLA militant he announced in London the inevitability of armed struggle. The man of ruptures, radicalization and unusual choices? When he left Africa for China, he never renounced his Marxist roots, but he ended up reformulating his thinking on the world revolution, socialist regimes and the direction taken by the newly independent countries.

Key words: Viriato da Cruz; communism; Marxism; liberation movements

Em 1962, tinha o conflito armado deflagrado um ano antes, na revista *Présence Africaine* Mário de Andrade apontava o término da II Guerra Mundial como o início de uma nova etapa no nacionalismo angolano, preconizada essencialmente por jovens luandenses que, segundo palavras do autor, faziam uma «entrada estrondosa na cena política»¹. A partir de 1950, alguns deles passaram a integrar as associações culturais permitidas pelo governo de Lisboa. Servindo-se das revistas *Mensagem* e *Cultura*, bastas vezes em textos poéticos, passaram a divulgar o pensamento emancipalista, caminho seguro para a futura independência da grande colónia portuguesa do século XX — Angola. Nessa juventude rebelde e insubmissa pontificavam nomes como António Jacinto, Mário de Andrade, Agostinho Neto, José Graça (Luandino Vieira) e, como não podia deixar de ser, Viriato da Cruz.

Afinal, quem foi Viriato da Cruz? O poeta que, em 1952, na revista *Mensagem*, invocando a Mãe Terra, se proclamava «uma força do ódio a tudo quanto algema o Ideal — esse presente que se nega / (...) sou amor, ódio e emoção / mas sou uma força a influir no destino do que me cerca / graças a ti / a ti, ó Mãe Terra (...)», numa clara alusão aos grilhões do colonialismo e à ânsia pela libertação? O pensador marxista e comunista assumido que se deixou inebriar pela ideologia de Mao Zedong? O cofundador de grupos clandestinos cujo objeto era provocar o desgaste das estruturas coloniais? O ideólogo de um amplo movimento popular que congregasse todos os que se queriam libertar do jugo português e construir uma pátria independente? Aquele que, perseguido pela PIDE, teve de fugir da sua tão idolatrada Mãe Pátria? Aquele que, no exílio, integrou e deu a cara pelo MPLA, anunciando

¹ Cf. Andrade 1974.

em Londres a inevitabilidade da «ação direta», ou seja, da luta armada, mas também o homem das ruturas, da radicalização e das opções inusitadas? Aquele que, ao trocar África pela China, sem nunca renegar a raiz marxista, acabou por reformular o seu pensamento sobre a revolução mundial, os regimes socialistas e o rumo tomado pelos países recém-independentes, pasto do neocolonialismo? O homem que, abandonado por todos, morreria tão longe da sua Angola ainda em guerra?

Para procurar dar respostas às questões enunciadas, vale e pena começar pelo princípio. Viriato Francisco Clemente da Cruz, filho primogénito do casal Abel e Clementina da Cruz, ele um abastado proprietário do Cuanza Sul, nasceu a 25 de março de 1928 na vila piscatória de Porto Amboim. Era ainda muito menino quando a separação dos pais o levou para Luanda, passando a residir em casa dos avós. Aprendeu as primeiras letras na escola da Igreja do Carmo, concluindo o ensino primário no colégio de D. Berta Gandra de Oliveira. Num outro colégio, o D. João III, completou os três anos iniciais do ensino liceal, prosseguindo estudos no Liceu Salvador Correia. Aos 17 anos, por ter contraído tuberculose pulmonar, teve de interromper a frequência do 7.º ano, ficando internado durante três meses no Hospital Maria Pia. Aí começou a escrever poesia. Motivos económicos impediram-no de concluir o curso dos liceus, começando a trabalhar na secretaria da Escola Industrial de Luanda, de onde foi transferido para o Liceu de Sá da Bandeira. Não foi fácil a vida de Viriato na capital da província do Lubango. As opções políticas levaram-no à colisão com o reitor da instituição, com este a acusá-lo de ser subversivo. O conflito aberto provocou o afastamento do cargo que ocupava, regressando a Luanda, onde, com o empenho do seu amigo e camarada, o poeta António Jacinto, encontrou emprego, como administrativo, na empresa *Singer*. Paralelamente, passou a ser vigiado de perto pela polícia política — a PIDE, recém-instalada em Angola.

Desde cedo Viriato foi catalogado como «elemento declaradamente comunista»². Mário António considerava-o até como «o único comunista» angolano da década de cinquenta³. Não por acaso, numa carta enviada à poetisa moçambicana Noémia de Sousa, datada de 27 de novembro de 1952 e

² Cf. *Viriato da Cruz*. ANTT, Arquivo da PIDE, Processo 1153/51-SR, ofício n.º 5920-SR, 26-12-1952, fl. 473.

³ *Entrevista a Mário de Andrade*, Laban 1991, p. 393.

apreendida pela PIDE, fazia uma análise marxista da sociedade angolana. Considerava que nela coexistiam três modos de produção — escravagista, feudal e capitalista:

Uma indescritível exploração do homem trabalhador [pois] o capitalismo explora e goza as sobrevivências das relações feudais, semifeudais e escravagistas e o regime agrário explora e goza das sobrevivências escravagistas. Deste modo, a classe trabalhadora dificilmente consegue orientar a sua luta tão cercada está de vários inimigos e tão complexas as suas condições de vida, [mas] à medida que a sociedade capitalista angolana se desenvolve, o proletariado nascido no seio dela [...] vai tomando a necessária consciência de si próprio para romper com a estrutura capitalista, suprimi-la e instaurar [...] a nova sociedade socialista⁴.

Contudo, segundo Viriato, o caminho para a construção de uma sociedade socialista seria autónomo e desligado das lutas antirregime encabeçadas pelo Partido Comunista Português, do qual sempre desconfiou.

António Jacinto, que nos inícios da década de cinquenta foi com Viriato um dos subscritores do *Movimento dos Novos Intelectuais de Angola*, movimento que mais não era do que uma capa para a defesa e divulgação da corrente independentista, referia-se ao processo comum de formação marxista, afirmando:

Nós começámos a ler quer documentos do Partido Comunista Brasileiro, quer do Partido Comunista do Uruguai [e] a ter contacto com estudantes nossos, de Angola, que vinham passar férias a Luanda e [...] nos traziam certos documentos. Fomos lendo. Foi decidido que se havia de enveredar por um partido mesmo [e] decidimos criar o Partido Comunista de Angola. Praticamente os [seus] estatutos são um decalque dos estatutos do Partido Comunista Brasileiros⁵ [depois] de encontros conspirativos para [melhor] se combinar o modo de ação [bem como a] doutrinação conveniente baseada na teoria marxista-leninista constante de livros que Viriato possuía(,) que tratavam da economia política e do materialismo dialético.⁶

Viriato queria efetivamente a fundação de um partido comunista genuinamente angolano, uma vez que duvidava dos objetivos dos comunistas por-

⁴ Carta de Viriato da Cruz a Noémia de Sousa. ANTT, Arquivo da PIDE, Processo 1153/51-SR, 27-11-1952, fl. 477-489.

⁵ Entrevista a António Jacinto. Laban, 1991, p. 155.

⁶ Processo de António Jacinto. ANTT, Arquivo da PIDE, Processo 58/59-Del A, Auto de perguntas ofício, 15-10-1959, fl. 19-22.

tugueses para as colónias. Em dezembro de 1952, num documento intitulado *O panorama colonial português e as tarefas imediatas do partido*, o PCP defendia o aprofundamento das relações com o proletariado colonial, vendo nele uma reserva imensa na luta contra o salazarismo. Mas, face «à débil experiência revolucionária que possuem e à ação repressiva do colonialismo contra os baixos salários e as brutas formas de exploração [era necessário fomentar, organizar e dirigir] as pequenas lutas nos locais de trabalho contra os baixos salário e as brutais formas de exploração»⁷. Aparentemente as teses do PCP estariam em consonância com o pensamento de Viriato, tanto mais que, na carta a Noémia de Sousa, defendia o desenvolvimento da economia capitalista angolana, ponto de partida para a criação não só de uma elite autónoma como para o desenvolvimento do proletariado branco, capaz de unir os seus esforços à resistência da grande massa dos explorados trabalhadores africanos. Porém, para Viriato, os comunistas portugueses lutavam unicamente contra um regime opressor, deixando para mais tarde a questão da autodeterminação e independência das colónias.

O comprometimento de Viriato com a independência, adensado com o resultado da conferência de Bandung, realizada nesta cidade indonésia entre 18 e 24 de abril de 1955, era potenciado pelo movimento independentista asiático e o início das independências africanas. Seria neste cenário de uma ebulição transformadora que se estruturava em Luanda o *Partido Comunista de Angola*. A ata da sua fundação refere concretamente a «influência do êxito da luta multiforme do proletariado em todo o mundo [...] dos resultados da histórica conferência afro-asiática de Bandung e a influência da luta justa e heroica dos povos africanos para a libertação nacional»⁸. Foi, contudo, muito fraca a adesão ao PCA. A filiação num partido comunista afastava muita gente. Na conversa que teve com Michel Laban, António Jacinto explica, até com certa graça, os percalços por que passou o partido:

O Partido Comunista foi fundado em 1955 [...]. Éramos quatro: o Viriato da Cruz, o Ilídio Machado, o Mário António e eu. E cada um começou a ver a possibilidade de recrutar pessoas. Fomos recrutando alguns — muito poucos

⁷ *O panorama colonial português e as tarefas imediatas do partido*, ATD, Arquivo de Lúcio Lara. PCP, 1952, doc. 21.

⁸ *Ata da fundação do PCA*, in Rocha et al. 2008, pp. 370-371.

— e creio que em fevereiro de 56 nós vimos a dificuldade que havia em trazer gente para um partido comunista. Eu lembro-me de um amigo nosso que uma noite tentámos abordar para expor certas ideias... chegou a determinado ponto de conversa e disse: «Se é para a independência de Angola, é hoje já! Contem comigo, vamos já embora... Se for preciso já tirar a camisa e andar para aí ao soco, eu estou disponível! Agora, isso dos russos, eu não quero nada...». Esta tónica era muito frequente.⁹

Para que o movimento independentista pudesse seguir em frente era necessário um certo expurgo, ainda que formal, da ideologia marxista. Assim, pela mão dos primeiros militantes do PCA, surgia o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA) que, com um cariz acentuadamente nacionalista, conseguiu uma maior adesão.

À criação do PLUAA, a 6 de dezembro de 1956, subjaz um dos textos fundadores de uma parte do nacionalismo angolano, precisamente aquele que procurou no marxismo as suas raízes. Redigido por Viriato da Cruz, o *Manifesto de 1956*, retomou alguns dos conceitos veiculados na carta a Noémia de Sousa, ao relacionar o colonialismo português com a exploração desenfreada dos trabalhadores, um exemplo acabado da exploração imperialista e do enriquecimento das elites metropolitanas. Contudo, vai bem mais longe, não só por analisar circunstanciadamente as condições da vida das massas trabalhadoras, mas fundamentalmente por propor um plano organizativo da luta contra o poder colonial português conducente à independência. O *Manifesto de 1956* apresentava-se como um eixo estruturante e unitário da «luta revolucionária» a desencadear por «uma frente única de todas as forças anti-imperialistas em Angola, sem ligar às cores políticas, à situação social dos indivíduos, às crenças religiosas e às tendências filosóficas dos indivíduos, através, portanto do mais amplo Movimento Popular de Libertação de Angola¹⁰ [que] será a soma das atividades de milhares e milhares de organizações (...) que se criarem em toda a Angola»¹¹. A luta clandestina e revolucionária dessas organizações aniquilaria o imperialismo colonial português, anunciando uma Angola independente, democrática, como um governo alicerçado no

⁹ Entrevista a António Jacinto. Laban 1991, p. 155.

¹⁰ Foi precisamente no *Manifesto de 1956* que apareceu pela primeira vez a ideia do MPLA, não como um movimento individual ou partido político pró-independência, mas como a frente unitária anticolonialista.

¹¹ *Manifesto de 1956*. ATD, Arquivo de Lúcio Lara, dezembro 1956, doc. 53. Neste arquivo encontra-se o documento escrito pelo punho de Viriato da Cruz.

poder das «classes trabalhadoras». Efetivamente marcado pelo nacionalismo, o Manifesto não rejeitou uma vincada raiz marxista, ou não fosse Viriato o seu principal redator.

Em 1957 a PIDE instalava-se em Luanda. Viriato, sabendo-se vigiado e temendo pela vida, decidiu abandonar Angola. No paquete Uíge rumou a Lisboa, onde pouco tempo permaneceu. Com o *Manifesto de 1956* e o programa do PLUAA no bolso, procurou, através de Lúcio Lara, contactar dirigentes comunistas, uma vez que, relativamente às colónias portuguesas, as teses do PCP tinham evoluído. Nas conclusões do V Congresso (na ilegalidade), realizado em outubro de 1957, pela primeira vez era defendido o seu direito incondicional à independência:

*O V Congresso do PCP proclama o direito incondicional dos povos das colónias de África dominadas por Portugal à imediata e completa independência [e] encarrega o Comité central do partido de tomar as medidas orgânicas necessárias para ajudar à formação nas colónias, no mais curto espaço de tempo, de partidos comunistas com vida própria [...] capazes de impulsionar a formação [...] de um largo e potente movimento libertador que arranque para sempre das suas páginas o odiado domínio colonial e imperialista.*¹²

Se, por um lado, Viriato não conseguiu encontrar-se em Lisboa com dirigentes do PCP, por outro continuava a não se rever na posição dos comunistas portugueses, que insistiam na relação entre luta de libertação e fim do regime salazarista. Em finais de outubro, chegava a Paris mesmo a tempo de participar na *Reunião de consulta e de estudo sobre o colonialismo português* que, patrocinada por Mário de Andrade, seria o pontapé de saída para a constituição, em Lisboa e no ano seguinte, do MAC (Movimento Anticolonialista), que integrava militantes independentistas das colónias portuguesas na diáspora europeia. Foi breve o exílio parisiense. A vigilância apertada da polícia francesa levou-o a trocar Paris pela Bélgica, onde procurou trabalho. Com uma saúde fragilizada pela tuberculose contraída no final da adolescência, era-lhe impossível aguentar o labor nas minas, pelo que rumou à Alemanha Ocidental, fixando-se em Frankfurt am Main.

Em outubro de 1958, na companhia de Mário de Andrade e do moçambicano Marcelino dos Santos, Viriato participava no *Congresso da Organiza-*

¹² *Declaração do V Congresso do PCP sobre os problemas nas colónias portuguesas.* ATD, Arquivo de Lúcio Lara, outubro de 1957, doc. 65.

ção dos Escritores Afro-Asiáticos, realizado em Tashkent, na União Soviética. Respondendo a um convite de delegados chineses, rumou pouco depois à República Popular da China, iniciando-se a sua aproximação ao regime maoísta. Entre 26 de março e 1 de abril de 1959, quando já vivia em Berlim, deslocou-se a Roma, onde, juntamente com Mário de Andrade e Lúcio Lara, esteve presente na 2.^a *Conferência de Escritores e Artistas Africanos*, apresentando a comunicação *A responsabilidade do intelectual negro*. Também aqui, criticava os métodos coloniais portugueses, nomeadamente a política de assimilação que, ao invés de proporcionar a promoção social do negro através da educação, dividia a população africana numa imensa maioria — os indígenas — tutelada pelo Estatuto dos Indígenas, de 1926, e uma pequena minoria — a dos negros assimilados — a quem era outorgada a cidadania portuguesa, não sem antes passarem por rigorosos procedimentos burocráticos. Para Viriato, a promoção do indígena mais não era do que uma operação plástica e de propaganda ao alcance de poucos, pelo que a luta contra qualquer tipo de relação colonial teria de passar pelo que denominou a «unidade dos africanos», acentuando o papel dos artistas negros na concretização dessa unidade, cuja finalidade última se prendia com o advento duma África independente e democrática. Na capital italiana, os três representantes do MAC travaram conhecimento com Franz Fanon, combatente argelino, líder da FNL (Frente Nacional de Libertação) e do GPRA (Governo Provisório Revolucionário da Argélia).

O raiar de 1960 coincidiu com a *II Conferência Pan-Africana*, que, entre 25 e 30 de janeiro, decorreu em Tunes e marcou indelevelmente o nacionalismo angolano. Para serem aceites como conferencistas, dado que os regulamentos da Conferência só aceitavam delegados de países independentes ou de movimentos independentistas de países sob tutela, Viriato da Cruz e Lúcio Lara, que se apresentaram como representantes do MAC, tiveram de se assumir militantes dum partido angolano. Surgia assim o MPLA, não como a frente unitária preconizada no *Manifesto de 1956*, mas como um movimento de libertação. Outro movimento angolano esteve presente na capital tunisina — a UPA (União dos Povos de Angola) de Holden Roberto que, dois anos antes, tinha já participado na *I Conferência* realizada em Acra, no Gana. Por uma única vez, MPLA, UPA e o PAI de Amílcar Cabral foram subscritores de um mesmo documento — *Declaração de compromissos para a formação da FRAIN* (Frente Revolucionária Africana de Independência Nacional dos

Povos sob Domínio Português), organismo que substituiu o MAC. Holden Roberto rejeitou, quase de imediato, o compromisso assumido.

Depois de Tunes e cumpridas as formalidades junto de Sekou Touré, presidente da Guiné-Conacri, os antigos representantes angolanos do MAC fixaram-se na capital guineense, onde também organizaram o primeiro Comité Diretor do MPLA, presidido por Mário de Andrade. Viriato assumia o cargo de secretário-geral e, como tal, em maio, discursava na *1.ª Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos*. Mais uma vez solicitou o apoio e a solidariedade incondicional para com os movimentos de libertação angolanos, a condenação do regime de Lisboa e o corte de relações diplomáticas com Portugal. A direção do MPLA aproveitou ainda para contactar as embaixadas da União Soviética e da China. Se foi um fracasso completo junto da primeira, a grande receptividade chinesa levou a que, dois meses depois, os dirigentes da FRAIN, a propósito da *Jornada de Solidariedade com as Nações Africanas sob o jugo Imperialista*, recebessem um convite para visitarem o país de Mao Zedong.

Nos inícios da década de sessenta, a China que, na expressão de Christine Messiant, procurava «correias de transmissão» para expandir o seu conceito de revolução mundial concebido como «o cerco das cidades pelo campo», claramente oposta ao «revisionismo» soviético que, na era Kruchov, optara pela fórmula da «coexistência pacífica», insinuava-se junto dos movimentos nacionalistas de libertação africanos. A política de Pequim estruturava-se, então, em torno de dois eixos: um global, que assentava no confronto com o imperialismo americano e, mais tarde, com o que designou por «social-imperialismo soviético»; outro mais regional, no caso vertente, África. Os angolanos do MPLA não regressaram da China de mãos vazias. Se, por um lado, receberam manuais de formação político-militar e uma elevada quantia em numerário, essencial para o financiamento e afirmação internacional do movimento, rivalizando com a UPA, que, apoiada por organizações norte-americanas, ocupava uma posição privilegiada dentro do movimento pan-africanista, por outro lado, os chineses foram intensificando a cobertura das atividades políticas de Viriato, como secretário-geral do MPLA.

A 1 de dezembro, a emissão em língua portuguesa da Rádio Pequim, transmitia um programa sobre a questão angolana, o nacionalismo e a independência do território. A 6 do mesmo mês, Viriato, como porta-voz da FRAIN, numa conferência na Câmara dos Comuns, em Londres, denunciava

o cariz e os métodos do colonialismo português, aproveitando os microfones da imprensa internacional para ameaçar Portugal com a «ação direta», ou seja, ações subversivas e de guerrilha, a única forma capaz de obrigar Salazar a sentar-se à mesa das negociações com representantes dos movimentos de libertação. No dia seguinte, e no rescaldo dos ecos da conferência londrina, Viriato, entrevistado pela *Agência Nova China*, assumia a adoção da luta armada, afirmando: «o povo de Angola sabe que não ganhará a sua luta pela independência por meios pacíficos»¹³. E na entrevista publicada no Boletim de dezembro de 1960 da CIPO (Centro de Informação do Próximo Oriente e África), dissertava sobre a via independentista a seguir. À guerrilha preferia a negociação, mas assim não pensava o ditador português. Se referia a impossibilidade da criação de uma frente unitária, fundamentalmente pela rivalidade insanável entre o MPLA e a UPA, não deixava de abordar as questões estratégias e a vontade de muitos de partirem para a ação direta:

*Numerosos militantes preconizam o recurso a atos de violência para perturbar a ordem pública e criar uma situação em Angola que chamaria a atenção do Mundo. Em vez de tais atos, que outros militantes consideram inoportunos, vamo-nos empenhar na ação direta, destinada a criar uma situação confusa no país. [Porém] pensamos que a via política é o meio ideal de conseguir a independência, mas se formos obrigados ao uso de meios extremos a responsabilidade recairá sobre Portugal.*¹⁴

Foi muito conturbado o ano de 1961. A fermentar desde finais de dezembro, nos primeiros dias de janeiro rebentava a revolta dos plantadores algodoeiros da Baixa de Cassanje, que se prolongaria até meados de março. A 4 de fevereiro, Luanda era agitada por tumultos populares independentistas que redundaram em mortes e a 15 de março os massacres da UPA no norte de Angola obrigavam o governo de Lisboa a reconhecer a inevitabilidade da guerra. A 3 de abril, numa nova entrevista à *Agência Nova China*, Viriato afirmava: «o povo de Angola estava bem certo que, no momento atual não havia outra forma de obter a independência senão pela continuação da luta, a larga mobilização das massas, o incremento da luta dos patriotas, [necessi-

¹³ *Entrevista de Viriato da Cruz à NCNA*. ANTT, Arquivo da PIDE, Processo 1153/51-SR, fonte não identificada, numa tradução pelos serviços da PIDE, 7 a 13-12-1961, fl. 360.

¹⁴ *Entrevista de Viriato da Cruz à CIPO*. ANTT, Arquivo da PIDE, Processo 1153/51-SR, informação n.º 42/62- GU, secreto. 9-1-1961, fls. 353-4.

tando-se] do apoio efetivo e auxílio dos povos do Mundo, especialmente dos povos de África e da Ásia»¹⁵.

Chegados ao mês de abril, em Rabat, enquanto a FRAIN dava lugar à CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas), o MPLA, reassumindo a sua matriz ideológica e posicionando-se claramente no grupo de Casablanca, preparava-se para abrir escritório em Léopoldville, onde a UPA, já instalada, controlava não só o grande número de exilados angolanos na República do Congo, como a multidão de refugiados que, desde o início das hostilidades em Angola, tinha acorrido ao país vizinho. Holden, homem de mão dos americanos, não só nutria um desprezo visceral pelo movimento rival, como o considerava comunista, nas mãos de um grupo urbano de intelectuais mestiços e assimilados, completamente desfasado das massas populares rurais, a sua base de apoio.

As acusações de Holden, tornadas públicas nos meios de comunicação congolese, levaram Viriato a uma profunda reflexão, questionando não só o futuro do movimento independentista angolano, mas, fundamentalmente como mestiço, o seu papel de dirigente, tendo confidenciado o desejo de abandonar o comité diretor do MPLA. Nas vésperas do congresso constitutivo da UGEAN (União Geral dos Estudantes da África Negra sob o Domínio Colonial Português), enviou instruções aos congressistas no sentido da eleição unicamente de estudantes negros para a direção. Como argumentos, Viriato referia a tática divisionista imperialista, a influência das missões evangélicas protestantes, bem como a ambição do poder de alguns líderes negros angolanos, numa clara referência a Holden Roberto. Para Viriato, a natureza do colonialismo levava a que as massas rurais identificassem mestiços e negros assimilados com a opressão colonial, fertilizando «todas as manobras de divisão do povo». Ciente de que era «puro idealismo admitir que, de um dia para o outro, sem a liquidação das condições coloniais [...] a maioria dos homens de uma colónia possam viver na melhor harmonia e compreensão mútua», aconselhava que «a delegação dos estudantes angolanos [ao congresso] deveria ser constituída tanto quanto possível por negros [...] parte dos quais de confissão protestante»¹⁶. Levando a sua posição às últimas consequências, a 21 de maio de 1962, Viriato pedia demissão de todos os cargos

¹⁵ *Entrevista de Viriato da Cruz à ANC*. ANTT, Arquivo da PIDE, Processo 1153/51-SR, 5-4-1961, fls. 337-338.

¹⁶ *Carta de Viriato da Cruz a estudantes angolanos*, in Lara 2006, pp. 171-173.

que ocupava no MPLA, com o argumento de que não estava cedendo à UPA, mas a agir no interesse do «povo». Afirmava ainda que sendo o racismo a base da colonização, acreditava que «um comité formado por mulatos não poderá dar palavra de ordem que seja aceite [e] a luta de Angola é uma luta de reivindicação do negro»¹⁷.

Em finais de junho de 1962, Agostinho Neto empreendia uma fuga rocambolesca de Portugal. A partir de Rabat, onde aportou, um périplo pelos círculos anticolonialistas levou-o a uma escolha inequívoca: a luta libertadora deveria ter «por base os princípios marxistas-leninistas e teria de ter uma organização que lhe desse [essa] garantia» (Carreira 1996, pp. 46-47). Essa organização já existia. Era o MPLA e Mário de Andrade ofereceu-lhe a presidência de honra.

Em Léopoldville, Agostinho Neto e Viriato da Cruz passaram a partilhar o mesmo espaço. Se a relação pessoal entre os dois homens não foi fácil, a conceção da estratégia de luta, nomeadamente na política de alianças, era bem diferente. Um dos primeiros atos de Neto foi, precisamente, promover a formação duma frente do nacionalismo angolano. Tendo por base o projeto gizado um ano antes por Mário de Andrade, enviou uma carta a Holden em que deixava antever, se a frente fosse por diante, a possibilidade de dissolução do MPLA. Viriato tomou esta iniciativa como uma afronta, escrevendo uma carta fortíssima ao comité diretor do MPLA. Considerando que este estava entregue a «liquidacionistas», defendia que uma possível unidade com a UPA não poderia ser feita a «qualquer preço», até pela oposição de princípios entre os dois movimentos. Atacava diretamente Neto, acusando-o de «egoísmo pequeno burguês, «vaidade» e «ambição pessoal», comparando-o aos colonialistas «exploradores». E rematava: «por respeito [...] à comunidade negra de Angola, não serei eu quem vai ajudar a impingir-lhe os líderes negros que não estiveram à altura do grande destino que ela merece[,] opor-me e opor-me-ei a todos os predestinados à tirania, a todos os calcadores da dignidade alheia, aos oportunistas, a todos os aproveitadores do trabalho alheio seja qual for a sua raça ou o prestígio que tenham adquirido por obra própria e por graça alheia»¹⁸.

¹⁷ *Ata da reunião do CD do MPLA (21-5-1962)*, in Lara 2006, p. 367.

¹⁸ *Carta de Viriato da Cruz ao CD do MPLA*, in Lara 2006, p. 482.

Insatisfeito, Viriato mantinha-se vigilante. A 15 de novembro envia uma outra carta, desta vez aos militantes do MPLA e aos soldados do EPLA (Exército Popular de Libertação de Angola). Nela considerava que a nova direção defendia a inevitabilidade do neocolonialismo, numa clara alusão às ligações de Neto ao PCP e à União Soviética. Em finais de 1962, Viriato estava já bem mais próximo das teses maoístas do que de Agostinho Neto, acusando-o de relações privilegiadas com Portugal, nomeadamente com a oposição comunista, chegando a defini-lo como um «luso-tropicalista». Viriato exigiu, então, um congresso clarificador. Aceitando o repto, o CD do MPLA marcou para os inícios de dezembro uma Conferência Nacional que se saldou por uma vitória retumbante de Agostinho Neto e da sua linha política. Derrotado, mas não convencido, Viriato assinou uma proclamação em que reiterava as razões do seu desacordo com o recém-eleito Comité Diretor. Reduzido a mero militante de base, postergado dentro do MPLA, o seu destino estava traçado. Muito mais tarde, Mário de Andrade, primeiro subscritor da lista vencedora, desabafaria:

Talvez tenhamos errado [pois] parece que nada fizemos [para] não afastar Viriato da Cruz do grupo. Era um homem de grande capacidade de organização, com uma grande audiência interna. É um facto que se lhe deve a emergência das forças mais progressistas de Angola[.] Esta crise interna do MPLA saldou-se pelo afastamento de um homem importante, um homem-chave do nosso movimento.¹⁹

Na sequência da fundação da OUA (Organização de Unidade Africana), a 23 de maio de 1963, tempestiva e inusitadamente, Agostinho Neto criava uma nova frente nacionalista angolana, capaz de ombrear com a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola)²⁰ de Holden Roberto, entretanto fundada. Neto procurou o apoio de pequenos e insignificantes movimentos angolanos negros, alguns deles ligados ao poder colonial de Lisboa. Assim, a 2 de julho, surgia a recém-eleito FDLA (Frente Democrática de Libertação Nacional), que levou a novas deserções do MPLA. Desta vez foi Mário de Andrade que debandou. Três dias depois, a 5 de julho, Viriato e o seu grupo dissidente, em rutura definitiva com a direção de Neto, lançavam uma proclamação em que defendiam a aproximação à FNLA e ao seu GRAE (Go-

¹⁹ Citado por Adriano Parreira, in Rocha 2008, p. 239.

²⁰ Constituída pela UPA e pelo PDA, Partido Democrático de Angola.

verno Revolucionário de Angola no Exílio). No dia seguinte, Viriato e três camaradas recebiam uma ordem de expulsão com a alegação de que «manifestações de indisciplina não podem ser toleradas [e] este ato é uma manobra de divisão e de liquidação do MPLA para satisfazer ambições pessoais [visando] prejudicar futuras diligências da Comissão de Conciliação»²¹. Efetivamente a OUA, através da sua Comissão de Conciliação, reunida em Léopoldville entre 13 e 18 de julho, procurou, num esforço final, sentar à mesma mesa o MPLA e a FNLA. Neto preferiu apresentar-se à reunião como presidente da FDLA, enquanto o MPLA era representado por Viriato, que não só defendeu a sua integração na FNLA, como reconheceu o GRAE.

Apesar das adversidades por que passava, Viriato mantinha uma ativa militância autonomista. Entre 24 e 30 de abril de 1963, na Indonésia, participava na conferência constitutiva da *Associação dos Jornalistas Afro-Asiáticos* patrocinada pelos regimes da Indonésia e da República Popular da China e de onde tinha sido excluída a União Soviética. Ao tomar a palavra, Viriato reiterava uma luta sem tréguas ao colonialismo de Lisboa e apoiava publicamente Sukarno e Mao Zedong no conflito que os opunha aos americanos. Nesses dias, em plena crise sino-soviética, clarificara a sua postura política colocando-se ao lado da via chinesa para o socialismo. Para Christine Messiant, este posicionamento de Viriato radicava numa análise que se pode denominar revolucionária, aquela que lhe interessava, enquanto militante da causa independentista:

*No conflito sino-soviético, Viriato [...] situava-se mais ao lado de Pequim, porque os comunistas chineses lhe pareceram mais revolucionários do que os da URSS, cuja política de coexistência pacífica poderia vir a prejudicar o desenvolvimento da luta dos povos colonizados e porque vê na China o exemplo da revolução que triunfou, pela via armada, num país de camponeses.*²²

A assunção da luta revolucionária num país camponês remeteu-o para Angola e, não por acaso, potenciou uma mudança de discurso relativamente à UPA/FNLA. Não que nestas organizações tivesse havido mudanças ideológicas, mas porque elas tinham como base de apoio as massas rurais. Assim, por ocasião da independência do Quênia, ocorrida a 13 de dezembro de 1963,

²¹ *Comunicado do CD do MPLA*, in Lara 2006, p. 227.

²² Messiant, *Viriato da Cruz em Pequim, as provocações de um revolucionário angolano*, in Laban, org. 2003, p. 228.

Viriato providenciava o encontro entre o presidente da FNLA e a comitiva chinesa presente nas cerimónias. Holden Roberto conseguia deste modo apoio da China, materializado no envio de armas, ocorrido logo em janeiro do ano seguinte. Por seu turno, os americanos viram na aproximação de Viriato à FNLA mais um passo para a radicalização do movimento nacionalista angolano. Finalmente, malgrado a oposição frontal de Jonas Savimbi e de alguns sobas, a facção MPLA/Viriato conseguia a integração formal na FNLA/GRAE. Segundo a análise de Edmundo Rocha, «ao integrar a FNLA, Viriato pensava alterar profundamente fatores negativos [tribalismo e etnicidade e inexistência de uma ideologia revolucionária coerente] limitativos à expansão da UPA, e, com o tempo, fazer dele um grande movimento revolucionário de massas camponesas, no modelo maoísta» (Rocha 2008, p. 169). Viriato, comportando-se como um romântico revolucionário, acreditava ser possível mudar por dentro a FNLA. Ora, de Viriato, Holden desejava unicamente potencializar as relações privilegiadas que aquele mantinha com o regime chinês.

Por sua vez, o MPLA procurava por todos os meios desacreditar Viriato, que continuava com o seu périplo internacional. Entre 16 e 23 de junho de 1964, participava em Pyongyang, na Coreia do Norte, no *II Seminário Económico Asiático*, onde discursou. Depois de atacar o imperialismo americano, o colonialismo e o neocolonialismo, enalteceu não só o regime coreano pró-Pequim como condenou a assistência prestada pelo Ocidente aos países do Terceiro Mundo, desferindo um golpe na cooperação bilateral entre países ocidentais e a União Soviética.

De regresso do Extremo Asiático, a 14 de julho, numa entrevista ao *Jornal Le Progrés*, defendia a remodelação do GRAE. Viriato passou então a ocupar formalmente o cargo de Ministro das Relações Externas, deixado vago por Jonas Savimbi, em rota de colisão com Holden Roberto. Como Viriato não desempenhava qualquer função na orgânica da FNLA, continuou a participar em conferências internacionais, assumindo sempre uma posição pró-Pequim.

Munido de passaporte argelino, entre os finais de julho e a primeira quinzena de agosto de 1964, Viriato viajou para Tóquio, estando presente na *X Conferência Mundial contra o Uso de Bombas Atómicas e de Hidrogénio*, de onde partiu para o Vietname do Norte. Aí recebeu instrução e treino de guerrilha. Em outubro estava de volta a África para, no Cairo, participar como

observador na *II Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos Países não Alinhados*. Como ministro do GRAE, esteve presente na *IV Conferência Geral da Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos* que se desenrolou, entre 10 e 15 de maio de 1965, em Acra, no Gana. Em agosto rumava a Paris, marcando presença na reunião que as organizações estudantis do MPLA e da FNLA levaram a cabo. Viriato serviu até de mediador no acordo celebrado entre as duas organizações. Se este acordo foi liminarmente apoiado pelos estudantes da FNLA, o mesmo não aconteceu com Holden que taxativamente o rejeitou. Para Moisés Fernandes, este duplo critério «intensificou [...] a crescente divergência entre Viriato e Holden. Aparentemente, a juventude que apoiava Viriato da Cruz, tinha-o vindo a pressionar no sentido de recrudescer a sua “animosidade” contra Holden no GRAE» (Rocha 2008, p. 290), tomando a organização por dentro. Porém, o tempo de Viriato no GRAE esgotara-se. A viver em Paris, Viriato colaborava com o CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique). Mas a permanência na capital francesa seria difícil, pois sobre si, desde 1961, pendia um mandado de captura emanado das autoridades francesas.

No início da segunda metade da década de sessenta, Pequim procurava recrutar o maior número de «revolucionários» de entre os insatisfeitos com a política seguida por Moscovo. Segundo Monique Chajmowiez, Viriato foi um deles, convidado para «ser consultor da ala pró-chinesa do Bureau dos Jornalistas ou Escritores Afro-Asiáticos, que iria ter a sua sede em Pequim, depois da cisão com a casa mãe (pró-soviética) instalada no Cairo»²³. Em março de 1966, Viriato estava já na China e, em Pequim, entre final de junho e 9 de julho de 1966, participou na *Assembleia Extraordinária da OEAA*. Apoiando a política da China, no discurso que proferiu a 29 de junho, não só condenou o revisionismo soviético, como enalteceu a política de Mao relativamente ao colonialismo e ao imperialismo.

Entre março de 1966 e 13 junho de 1973, data da sua morte, Viriato viveu em Pequim. Profundamente marxista, como atestam as cartas que trocou com Monique Chajmowiez e com o moçambicano José Carlos Horta, e o que escreveu nos seus *Cadernos Políticos*²⁴, pouco a pouco foi-se afastando da

²³ *Entrevista de Monique Chajmowiez a Christine Messiant e Michel Laban*. In Laban (org.) 2003, p. 45.

²⁴ Os textos podem ser consultados em Laban 2003, pp. 65-212.

visão e prática políticas chinesa, bem como dos caminhos seguidos pelas independências africanas.

Nos primeiros tempos de Pequim, Viriato foi bem recebido pela nomenclatura, tendo discursado a 1 de outubro de 1966, nas comemorações da revolução. O angolano Sócrates Dáskalos, recém-chegado à China, na obra *Um testemunho para a História de Angola*, refere-se a este facto:

Nesse dia do ano de 1966 estava eu na Praça Tiananmen [...], quando ouvi os altifalantes dizer que ia falar um angolano! Era o Viriato da Cruz! Este falou e não poupou adjetivos para atacar o «revisãoismo soviético» e seus seguidores, sob os aplausos de milhões de chineses que não sabiam onde ficava Angola e que deliravam com os ataques ao revisionismo soviético. Viriato atacou estes e os seus seguidores de tal maneira que me perguntei se ele poderia mais tarde retornar livremente ao nacionalismo angolano progressista. (Dáskalos 2000, pp. 137-138)

No inflamado discurso da Praça Tiananmen, que deu azo a uma publicação no jornal *Pekin Information*, Viriato fazia a apologia e a defesa do pensamento de Mao Tsé Tung e a sua estratégia de difusão mundial, ao mesmo tempo que condenava a política soviética e o «imperialismo» americano:

Tal como o povo chinês considera as vitórias dos povos africanos como sendo suas, tal como as brilhantes vitórias da revolução chinesa constituem uma contribuição inestimável às lutas que os povos africanos conduzem corajosamente contra o neocolonialismo e o colonialismo e para a conquista e salvaguarda da independência nacional[...] É claro e incontestável que a chave do triunfo incessante da marcha em frente do povo chinês é a direção do grande pensamento quase vitorioso do Presidente Mao Tsé Tung. A prova prática que [este] pensamento é a mais alta expressão do marxismo-leninismo vivo [estando] em vias de bater por meio destes povos [da Ásia, da África e América Latina] a maior coligação de toda a história, a formada pelo imperialismo americano e o revisionismo moderno [...]. Os revisionistas soviéticos procuram dominar o mundo de acordo com o imperialismo americano. Eis porque se afadigam a restaurar o capitalismo nos países socialistas e a defender, por meio de táticas de duas caras, a permanência do colonialismo e do imperialismo na Ásia, na África e na América Latina [...]. O imperialismo americano não desaparecerá senão quando os povos do mundo o combatam até à sua completa derrota [devendo haver] a frente unida contra o imperialismo americano, pilar primeiro da reação mundial. É evidente que

*os acólitos do imperialismo americano, particularmente o grupo revisionista soviético, não poderiam ser admitidos nesta frente.*²⁵

Em finais de 1966, princípios do ano seguinte, Viriato empreendia uma visita a países africanos recém-independentes, regressando à China desagrado com o que observou, como relata Monique Chajmowiez na entrevista que concedeu a Christine Messiant e Michel Laban:

*Pouco depois da sua chegada a Pequim como 'perito' ou 'consultor' de questões africanas, os chineses pediram-lhe que os acompanhasse numa viagem que lhes 'abrisse as portas' da África recentemente independente, único continente praticamente livre das influências soviéticas e norte-americanas e, pensava-se então, europeia pós-colonial [...] Os chefes de Estado africanos ditos progressistas eram bem conhecidos de Viriato da Cruz: Sékou Touré da Guiné Conacri, Modibo Keita do Mali, Kwame N'Krumah do Gana (derrubado em Fevereiro-Março de 1966), Massemba Debat do Congo Brazzaville, Nyerere da Tanzânia, Kenneth Kaunda da Zâmbia ... No regresso dessa viagem africana (que se realizou em fins de 1966 ou princípios de 1967), o chefe da delegação chinesa pediu ao seu mentor angolano que redigisse um relatório da visita. Viriato descreveu então a situação já então deplorável da África das independências — incluindo os países visitados: nenhuma revolução em vista a longo prazo por causa da falta de elites, da ignorância das massas e das economias rudimentares ou permanecendo ainda sob tutela neocolonial.*²⁶

O facto de Viriato ter mergulhado na realidade dos novos países africanos recém-independentes e de se ter apercebido de que o modelo de domínio chinês em pouco diferia do paradigma neocolonialista ocidental e soviético, distanciou-o do discurso produzido poucos meses antes. No relatório da viagem, que apresentou, Viriato descreveu o que viu e sentiu, não omitindo a situação «deplorável» em que esses países continuavam a viver, sob uma bem desenhada tutela neocolonial, impeditiva da revolução. O relatório caiu muito mal junto da nomenclatura chinesa, que pretendia reforçar a sua posição de África. À época, como tão bem define Monique Chajmowiez, «a vontade política dos maoistas de Pequim [...] exprimia-se nas seguintes palavras de ordem *A situação mundial é excelente, as massas do mundo inteiro que-*

²⁵ Discurso de Viriato da Cruz na Praça Tiananmen, ANTT, Arquivo da PIDE, Processo 1153/51-SR, 6-10-1966, fls. 81-84.

²⁶ Entrevista de Monique Chajmowiez a Christine Messiant e Michel Laban. In Laban 2003, p. 47.

rem fazer a Revolução»²⁷ [...] Os chineses queriam pôr a mão em cima de África»²⁸. Ora, esta estratégia imperialista não podia ser aceite por um africano e militante anticolonialista como era Viriato que, sem qualquer reboço afirmava: «se Angola deve ter um chefe, então que seja Portugal, que pelo menos já nos colonizou durante 400 anos! Ora, nós não queremos mais chefes: nem portugueses, nem chineses»²⁹.

Mais uma vez, Viriato iria sofrer pela independência das suas posições. De um estremecido camarada passou a proscrito e marginalizado. Sozinho, tendo por únicas companhias a mulher e a filha, abandonado por quase todos e vítima de racismo, Viriato passou os últimos anos de vida numa espécie de clausura chinesa, não lhe sendo permitido o regresso ao Ocidente. Desiludido e doente, com um pensamento estruturalmente marxista, nunca abandonou o trabalho intelectual, anotando, em francês, as suas reflexões, que foram compiladas nos *Cadernos Políticos de Viriato da Cruz*³⁰.

Apesar de confinado a um território restrito na grande Pequim e constantemente vigiado pelas autoridades chinesas, Viriato ligava-se ao exterior pela correspondência que trocava, nomeadamente com a francesa Monique Chajmowiez, que conheceu na China, ou com o moçambicano José Carlos Horta, camarada na luta anticolonialista que, em 1958, encontrou em Liège, na Bélgica, e em casa de quem se albergou. As cartas que chegaram ao nosso conhecimento podem ser lidas na obra, já aqui referida, *Viriato da Cruz: Cartas de Pequim*.

Entre janeiro de 1970 e junho do ano seguinte foi frutuosa a correspondência trocada entre Viriato e Monique. Na longa carta enviada a 2 de junho de 1970³¹, Viriato, partindo do aparelho teórico marxista muito bem alicerçado no estudo aturado de *O Capital* de Karl Marx, analisa o desenvolvimento económico e político da União Soviética, desfazendo a ideia da concretização de uma sociedade socialista, chegando a afirmar: «o seu sistema socioeconómico não tem nada a ver com o socialismo nem poderia transformar-se

²⁷ Em itálico no original.

²⁸ *Entrevista de Monique Chajmowiez a Christine Messiant e Michel Laban*. In Laban 2003, p. 47.

²⁹ Citado por Monique Chajmowiez, Laban 2003, p. 47

³⁰ Os *Cadernos Políticos de Viriato da Cruz* integram a obra *Viriato da Cruz, Cartas de Pequim*, pp. 139-21.

³¹ Laban 2003, pp. 70-83.

por si mesmo em socialismo» (Laban 2003, p. 78). Na carta que escreve a 24 de julho do mesmo ano³², discorreu sobre a importância da leitura e de uma análise aprofundada do pensamento de Marx.

Mas «ler» Marx... para quê? Será que se pode compreender verdadeiramente o marxismo através de uma simples leitura? Duvido, mesmo se o leitor for um génio [...].

Ler Marx, sim, mas com discernimento.

Ainda por cima, vai ser preciso estudá-lo. Por «estudar» quero evidentemente dizer [...] não ceder ao mau hábito de virar uma página sem a ter verdadeiramente compreendido.

Penso, aliás, que ao estudar o marxismo não se deve perder de vista pelos menos os dois objetivos perseguidos por Marx ao longo de toda a sua obra: a) o marxismo é a crítica radical da sociedade burguesa. Ser radical, como dizia Marx, é tomar as coisas pela raiz. (Laban 2003, p. 86)

A segunda condição passava pelo estudo aprofundado de *O Capital*. «Ao enunciar as leis do capitalismo, *extrair ao mesmo tempo as leis do socialismo*³³ pois estas não são mais que a negação dialética das leis do capitalismo. Assim, *O Capital* também revela a estrutura da sociedade socialista — e aí está sem dúvida o seu principal mérito» (Laban 2003, p. 88). Se a partir de 1967 Viriato se foi distanciando do que se denomina «socialismo real», tornando um crítico impenitente, conforme se comprova na missiva de 19 de julho de 1971³⁴ onde, a partir de exemplos quotidianos, desanca na sociedade chinesa, manteve-se até ao fim fiel à doutrina marxista.

A última carta que Viriato escreveu a Monique data de 23 de julho de 1971³⁵. Mais uma vez aborda o dia a dia duro e difícil dos chineses, acabando com o desabafo de um exilado:

O exilado está sozinho em todo o lado; mas aqui está muito mais do que noutra sítio qualquer. Para me manter, sinto uma necessidade vital de me entregar muitas vezes às lembranças do meu meio natal, à reflexão sobre as realidades do meu país. Como o homem tem uma necessidade vital de autenticidade profunda e cristalina! Como o hábito de estar em contacto com o artificial e o convencional nos esteriliza o espírito! Como nos é difícil a ação con-

³² Laban 2003, pp. 84-92.

³³ Em itálico no original.

³⁴ Laban 2003, pp. 101-107.

³⁵ Laban 2003, pp. 108-113.

tínua do artificial! Por isso, aqui, nem sequer o homem estrangeiro pode escapar à ruína, principalmente à ruína espiritual. (Laban 2003, p. 113)

A única carta enviada a José Carlos Horta, que foi publicada na obra *Viriato da Cruz: Cartas de Pequim*, data de 14 de outubro de 1970³⁶. Nela Viriato faz um ataque cerrado aos grupos Marxistas-Leninistas. Voltando à ideia da inexistência de «países socialistas», critica a visão e as práticas políticas dos grupos marxistas-leninistas, que considerava estarem longe das teses defendidas por Marx e também por Lenine, escalpelizadas na missiva:

Não obstante saber-se que um autêntico movimento operário só pode existir com a condição prévia de ele restaurar a teoria do proletariado e retomar uma prática revolucionária correta e fundada no programa proletário integral (programa cuja realização vai ocupar, sem dúvida, toda uma época histórica), os ditos grupos M L consideram que já houve a conquista do poder pelo proletariado precisamente em países cujo movimento operário foi cruelmente vítima das primeiras manifestações de profunda degenerescência da revolução russa a meados dos anos 20 deste século, vítima da desastrosa adoção do «modelo» de falso socialismo russo, vítima da execução de diretrizes irrealistas, vítima de sofismas que pretendiam justificar posteriormente falências dispendiosas e dolorosas.

Esses grupos pregam ainda a «independência» dos «povos» (mesmo europeus) em face do imperialismo americano e incitam os «povos independentes» de todos os continentes à luta contra o que eles chamam de «neocolonialismo». É evidente, no entanto, que essa posição dos grupos em causa está em contradição com as próprias posições de Marx e de Lenine. (Laban 2003, pp. 118-119)

Até ao fim, não obstante as críticas que fazia ao movimento socialista internacional, primeiro na vertente soviética, depois na chinesa, Viriato manteve-se marxista e era pelo prisma marxista que continuava a analisar a situação mundial. Mas o seu tempo estava a esgotar-se. Doente, cansado e deprimido, acabou por sucumbir a um ataque do miocárdio. Era o dia 13 de junho de 1973. Sepultado no cemitério para estrangeiros de Pequim, aí permaneceu vinte e sete anos até que, a 26 de dezembro de 1990, os seus restos mortais foram trasladados para Luanda, repousando finalmente no túmulo de sua mãe.

Fontes primárias

ANTT, Arquivo da PIDE/DGS. Lisboa

ATD, Arquivo de Lúcio Lara. Luanda, Angola

Bibliografia

ANDRADE, Mário de, 1974. *Présence Africane*, 1962. In António MELO et al., 1974. *Colonialismo e lutas de libertação: 7 Cadernos sobre a Guerra Colonial*. Porto: Edições Afrontamento.

CARREIRA, Iko, 1996. *O pensamento estratégico de Agostinho Neto*. Lisboa: Edições D. Quixote.

DÁSKALOS, Sócrates, 2000. *Um testemunho para a História de Angola: do Huambo ao Huambo*. Lisboa: Vega.

LABAN, Michel, 1991. *Angola: encontro com escritores*. Vol. I. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida.

LABAN, Michel, coord., 2003. *Viriato da Cruz: cartas de Pequim*. Luanda: Chá de Caxinde.

LARA, Lúcio, 2006. *Um amplo movimento... (1961-1962)*. Luanda: Edição do autor.

ROCHA, Edmundo, Francisco SOARES, e Moisés FERNANDES, 2008. *Viriato da Cruz: O Homem e o Mito*. Lisboa / Luanda: Edições Prefácio / Chá de Caxinde.

³⁶ Laban 2003, pp. 117-137.

De Luanda a Pequim: reflexões sobre o percurso político e intelectual de Viriato da Cruz

From Luanda to Beijing: some thoughts about the political and intellectual journey of Viriato da Cruz

Angela Lazagna*

Resumo: O objetivo deste artigo é abordar alguns aspectos da história da luta de libertação nacional em Angola através do percurso político e intelectual de Viriato da Cruz. Sua amizade com o moçambicano José Carlos Horta e a troca epistolar entre ambos permitem-nos explorar algumas dimensões dessa trajetória. Na história oficial do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a trajetória de Viriato da Cruz é por vezes silenciada, por vezes deturpada. A troca epistolar entre ambos, abrangendo um período de doze anos (1960-1972), constitui um *corpus* documental indispensável para a análise da fase menos conhecida do percurso de Viriato da Cruz: o seu exílio na China. Este trabalho insere-se num projeto mais amplo. A análise destas fontes permitir-nos-á trazer à luz dimensões pouco exploradas da construção do nacionalismo moderno angolano.

Palavras-chave: nacionalismo; anticolonialismo; Angola; Viriato da Cruz; José Carlos Horta

Abstract: The objective of this paper is to address some aspects of the history of the national liberation struggle in Angola: the political and intellectual paths of Viriato da Cruz. Through his relationship with the Mozambican José Carlos Horta and the epistolary exchange between them, we intend to explore some dimensions of this trajectory. In the official history of the Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA), the political and intellectual paths of Viriato da Cruz are sometimes silenced, sometimes misrepresented. The epistolary exchange between them, covering a period of twelve years (1960-1972), constitutes an indispensable documentary corpus for the analysis of the lesser-known phase of Viriato da Cruz's journey: his exile in China. This paper forms part of a broader project. The analysis of these sources will allow us to bring to light little explored dimensions of the construction of modern Angolan nationalism.

Key-words: nationalism; anticolonialism; Angola; Viriato da Cruz; José Carlos Horta

Introdução

Desde a sua juventude em Angola até o exílio na China, Viriato da Cruz teve um percurso político e intelectual marcado pela luta anticolonial. Frequentou vários círculos políticos e literários de Luanda. No entanto, foi no

* Pesquisadora de Pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Correio eletrônico: alazagna@gmail.com

seio do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA), fundado em 1948 com o lema «Vamos descobrir Angola!», que se afirmou como poeta e nacionalista. Este movimento, cujo carácter de protesto contra o colonialismo português se expressava em poemas, contos e artigos publicados na revista *Mensagem*, descrevia as duras condições sociais nos musseques¹ e expunha as reivindicações nacionalistas. Viriato também acumulou leituras de teóricos marxistas desde a sua juventude em Angola. Em 1955, fundou o Partido Comunista Angolano (PCA) (Rocha 2003).

Partiu de Luanda em 10 de outubro de 1957, com o objetivo de unir os nacionalistas angolanos na metrópole. De Lisboa, viaja para Paris onde, juntamente com outros nacionalistas das colónias portuguesas, lança as bases do que viria a ser o MAC (Movimento Anti-Colonial), mais tarde criado em Lisboa, em 1959. Seguiu viagem para Liège, na Bélgica, onde conheceu o nacionalista moçambicano de origem portuguesa José Carlos Horta, e depois para a República Democrática Alemã (RDA), a convite da União dos Escritores Alemães (Rocha 2003).

A questão da mestiçagem sempre pesou nas decisões políticas de Viriato da Cruz (ele, tal como os seus pais, era mestiço). Quando o MPLA foi criado em 1960, não quis ser presidente do Movimento e ocupou o cargo de Secretário-Geral. Em 1961, a direção do MPLA mudou-se de Conacri (Guiné) para o então Congo-Léopoldville (atualmente Kinshasa, capital da República Democrática do Congo), onde começou a enfrentar a hostilidade da União dos Povos de Angola (UPA), que o acusava de liderar um movimento de mestiços e comunistas. Essa situação repercutiu na decisão de Viriato, em 1962, de forçar a demissão de todos os membros mestiços do Comité Diretor do MPLA, o que provocou a primeira grande crise do movimento e contrariou os seus estatutos, concebidos e redigidos pelo próprio Viriato.

Nesse mesmo ano, Agostinho Neto, presidente de honra do MPLA, consegue fugir de Portugal² com o apoio do Partido Comunista Português. Neto opunha-se à teoria de Viriato da «retirada tática» dos não negros dos órgãos dirigentes do MPLA. Viriato e os seus seguidores foram expulsos do MPLA em 1963, após uma luta entre o seu grupo e o de Neto. Em 1964, Viriato e o

¹ Bairros periféricos, geralmente de construção precária e com habitantes pobres.

² Agostinho Neto é preso com outros nacionalistas em Luanda, em 8 de julho de 1960 e deportado a Portugal, apenas um mês após a fundação do MPLA no interior. Sobre a fuga de Neto, consultar Rocha 2003, pp. 260-262.

seu grupo aderem à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), fundada a partir da fusão entre a UPA e o Partido Democrático de Angola (PDA). Mas a sua permanência na FNLA foi de curta duração. Depois de uma estadia em Argel e Paris, Viriato e sua família mudam-se, em 1966, para a China, em plena Revolução Cultural. Ele tinha aceite um convite da ala pró-chinesa da Associação de Escritores Afro-Asiáticos — cuja sede se estabelecera em Pequim, após a cisão com a ala soviética — para trabalhar como consultor sobre as colónias portuguesas em África. Em 13 de Junho de 1973, após mais de dois meses de internamento no Hospital Nacional de Pequim, Viriato da Cruz morre num contexto de isolamento e anonimato.

Meu primeiro contacto com Viriato da Cruz aconteceu em 2008, quando realizei um estágio de doutoramento no *Institut d'Études Politiques de Bordeaux*, sob a supervisão do historiador Michel Cahen. Como tinha muita curiosidade sobre as experiências do chamado «socialismo africano», M. Cahen «apresentou-me Viriato da Cruz», mostrando-me o livro organizado por Michel Laban, com a colaboração de Christine Messiant, intitulado: *Viriato da Cruz: cartas de Pequim*³. Este livro reúne uma entrevista a Monique Chajmowiez, francesa e militante maoísta que conviveu com Viriato da Cruz em Pequim; um ensaio de C. Messiant sobre a trajetória de Viriato da Cruz, e as cartas que este último enviou a Monique Chajmowiez, quando ela não mais se encontrava em Pequim.

Anos mais tarde, em março de 2019, iniciei uma investigação de pós-doutoramento na Universidade Federal Fluminense, sob a supervisão do historiador Marcelo Bittencourt, reconhecido investigador sobre a Angola contemporânea, justamente sobre o percurso político e intelectual de Viriato da Cruz. Nos anos de 2019 e 2022, realizei investigações arquivísticas em Lisboa. Em 2019, por intermédio de M. Cahen, conheci um grande amigo de Viriato da Cruz: o moçambicano de origem portuguesa José Carlos Horta. Horta permitiu-me, a partir das longas conversas que tivemos, digitalizar todas as cartas que Viriato lhe enviara entre os anos de 1960 e 1972, bem como o seu projeto de livro, intitulado *Viriato da Cruz: mais cartas de Pequim*, uma óbvia referência ao livro organizado por M. Laban. Essas cartas preenchem uma lacuna dos estudos sobre a trajetória de Viriato da Cruz e sobre o nacionalismo moderno angolano. Ademais, as cartas que Viriato

³ Cf. Laban 2003.

enviou a Horta a partir de Pequim complementam as cartas a M. Chajmowicz, já que ambos os conjuntos de missivas foram escritos na mesma época.

A partir da leitura dessas cartas, da consulta a diversos documentos nos arquivos da Fundação Mário Soares e nos arquivos da Torre do Tombo, em Lisboa, nos arquivos digitalizados da Associação Tchiweka de Documentação, no arquivo pessoal de José Carlos Horta, das conversas que tivemos durante os nossos encontros e de entrevistas que realizei, pude verificar o protagonismo de Viriato da Cruz na consolidação do nacionalismo moderno angolano e na criação e desenvolvimento do MPLA, pelo menos até o ano de 1963, quando ele e vários dos seus companheiros são expulsos do movimento.

Neste artigo, abordarei alguns momentos-chave do percurso político de Viriato da Cruz. Concentrar-me-ei principalmente nas informações e esclarecimentos que me foram concedidos por José Carlos Horta durante os nossos encontros, bem como no conteúdo das cartas que Viriato da Cruz lhe enviou ao longo de 12 anos.

Viriato da Cruz e o «Processo dos 50»

Durante as nossas conversas, Horta ressaltou o papel fulcral de Viriato da Cruz na divulgação das prisões de inúmeros nacionalistas angolanos que ocorreram em Angola, a partir de março de 1959. Naquela altura, os presos foram divididos em três processos jurídicos distintos. O relato sobre as circunstâncias que envolveram esses três processos, de autoria de Viriato da Cruz e Mário de Andrade, veiculou uma visão unificada dessas acusações. Esse relato contou com a colaboração do irmão de Mário de Andrade, o padre Joaquim Pinto de Andrade, que se encontrava em Luanda. Foi através da correspondente francesa destacada para Angola do jornal *Le Monde*, Suzanne de Lusignan, que Joaquim Pinto de Andrade conseguiu enviar para o seu irmão, que se encontrava em Paris, as fotos da maioria dos presos políticos.

A publicação da brochura com os relatos e as fotos dos presos se deu em Liège, Bélgica, sob a responsabilidade de Horta. Conhecido como o «Processo dos 50», essa publicação teve o papel de denunciar internacionalmente o que se passava em Angola. Horta assim narra o processo de publicação desse documento:

Reuni uma comissão de personalidades belgas de vários quadrantes políticos, para editar o livrinho La Répression Colonialiste en Angola, Le Procès des Cinquante, denunciando a prisão de nacionalistas em Luanda. Este livrinho continha uma introdução não assinada de Viriato da Cruz, o texto assinado de Mário Pinto de Andrade, ilustrado por fotografias dos presos políticos, que lhe tinham sido enviadas de Luanda, pelo irmão Abade Joaquim Pinto de Andrade e vários outros documentos. O livrinho precisava dum título... O autor do título foi Marcel Levaux, um dos editores, dirigente da Juventude Comunista Belga, que pragmaticamente contou os retratos dos presos e se inspirou do nome dum processo político, que tinha decorrido na Bélgica e era designado pelo número de réus. O processo de Luanda passou a ser conhecido, na história, como «Processo dos 50», tradução do título do livrinho (Horta 2010, p. 14, itálicos no original).

A autoria de Viriato da Cruz também é confirmada pelo intercâmbio epistolar realizado entre ele, Lúcio Lara, Mário de Andrade e Amílcar Cabral. Em uma carta a Lúcio Lara de 13 de março de 1960, Andrade relata que pedira a Cruz que redigisse para a brochura «...duas páginas sobre o significado político da participação de representantes de movimentos angolanos na conf. de Túnis» (Andrade 2017 [1960], p. 336). Em carta de 17 de março de 1960 Viriato envia a Lara, em anexo à carta, uma cópia da referida introdução (Cruz 2017b [1960], p. 337). Já na carta subsequente a Lúcio Lara e Amílcar Cabral, datada de 18 de março de 1960, ao discutir a validade da publicação do Manifesto do MAC mesmo após a sua dissolução, Viriato cita uma passagem da sua introdução à brochura: “«Outro importante acontecimento, êxito do MAC, foi a constituição da FRAIN⁴, formada pelo PAI⁵ e pelo MPLA, e em cujo seio o MAC se dissolveu...»». (Cruz 2017c [1960], p. 349).

Na introdução ao “livrinho” referida por Horta, Viriato (1960) critica veementemente o Regime de Indigenato, o trabalho forçado nas colónias portuguesas e a violenta repressão da ditadura salazarista sobre os povos colonizados através da sua polícia política, a PIDE⁶. Apresenta, ainda, um pequeno histórico da luta nacionalista angolana, desde as mobilizações, no interior de Angola, das associações culturais — luta denominada por Viriato *reformis-*

⁴ Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das colónias portuguesas.

⁵ Partido Africano da Independência.

⁶ Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

ta — até a criação do MAC, do PAI, da FRAIN e do MPLA, que Viriato classifica como luta *revolucionária* contra o colonialismo português.

Maria do Carmo Medina⁷, que atuara como advogada de vários dos acusados, foi convidada, décadas mais tarde, em 2001, pela Associação Cultural Chá de Caxinde, em Luanda, para proferir uma palestra sobre o «Processo dos 50». A investigação arquivística que levou a cabo para a elaboração daquela palestra transcendeu os seus objetivos iniciais e resultou na publicação de um livro densamente documentado: *Angola: processos políticos da luta pela independência*.

Nessa obra, Medina nos chama a atenção para o fato de a maioria dos nacionalistas presos ter sido submetida a torturas físicas e psicológicas e que a sua distribuição em três processos distintos seguiu um critério racista e regional: «...um de presos predominantemente de raça negra, outro predominantemente de mestiços e o terceiro com a maioria de brancos!» (Medina 2013, p. 112). Ainda quanto ao objetivo de dividir os presos em três processos distintos, argumenta que o regime colonial pretendia que o caso passasse «mais despercebido dentro e fora do País, do que teria ocorrido caso levassem as dezenas de réus de uma só vez a tribunal, desmascarando a tese de “bondade” do sistema de integração colonial cujo sucesso era apregoado pelo regime» (Medina 2013, p. 112).

As análises de Medina remetem-nos à lucidez político-estratégica de Viriato da Cruz com a sua decisão de publicizar uma visão unificada dos três processos, justamente com o objetivo de denunciar internacionalmente a violência colonial promovida por Portugal, que a tentava ocultar sob o discurso lusotropicalista⁸.

A fundação e a institucionalização do MPLA

Outro momento importante da trajetória de Viriato da Cruz diz respeito à institucionalização do MPLA. Hugo Azancot de Menezes, que foi membro do primeiro Comité Diretor, afirma, nas suas memórias, que os estatutos do MPLA, redigidos em Conacri na primeira metade do ano de 1960, são de

⁷ Maria do Carmo Medina atuou, a partir da independência de Angola, em 1975, como Juíza do Tribunal Supremo de Angola, até a sua reforma, em 1997.

⁸ Sobre a relação entre a ideologia colonial e o luso-tropicalismo a bibliografia é vasta. Para uma análise recente ver, sobretudo, o cap. 3 do livro de Macagno 2019.

autoria de Viriato da Cruz. Azancot de Menezes já se encontrava em Conacri desde 1959, onde trabalhava como médico em um hospital. Os nacionalistas angolanos e suas respectivas esposas se encontravam na Alemanha e em Paris e foram acolhidos em Conacri, em sua casa, nos primeiros tempos. Azancot de Menezes assim nos relata a convivência com Viriato da Cruz:

Mal chegou à Guiné, Viriato lançou-se ao trabalho. [...] Era um trabalhador incansável, sempre atento, metódico e disciplinado. A qualquer hora do dia ou da noite, lá estava ele debruçado sobre uma das suas agendas, tomando notas, rascunhando documentos, escrevendo à máquina e pondo em dia a sua volumosa correspondência. [...] Recordo-me de Viriato sentado à mesa da sala de jantar a redigir e dactilografar o projecto dos Estatutos e o Programa do MPLA que submeteria depois à discussão do Comité Director numa das suas reuniões... (Menezes 2018, p. 105)

O primeiro programa do MPLA, impresso ainda na primeira metade do ano de 1960 sob a responsabilidade de José Carlos Horta⁹, apresentava uma importante característica que o diferenciaria dos programas dos demais movimentos nacionalistas em Angola: a preocupação com a nação angolana no período pós-independência (Bittencourt 2002, pp. 104-5).

O programa pleiteava a independência imediata e completa de Angola, a liquidação de todos os vestígios de relações colonialistas e imperialistas, a construção de uma frente de luta nacionalista e a não distinção étnica, de classe, de gênero, de sexo, de idade, de tendência política, de crença religiosa e de convicção filosófica, tanto concernente à unificação da luta pela independência quanto em relação à soberania do Estado angolano. Também adiantava a possibilidade do surgimento de regiões autônomas em Angola e a preocupação com a preservação das diferentes línguas e do patrimônio cultural das diferentes etnias. Além disso, contemplava, para o período pós-independência, a necessidade de implantação de um regime republicano, democrático, laico, baseado no sufrágio universal.

Para a efetivação desses princípios, a Assembleia do Povo seria o órgão supremo do poder legislativo e a responsável pela primeira constituição polí-

⁹ Foi Horta quem me forneceu uma cópia desse programa. Uma versão digitalizada também se encontra disponível na página eletrônica da Associação Tchiweka de Documentação (ATD): <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0016000055>. Consulta em: 22 jun. 2023.

tica da república de Angola. A ela caberia designar um *Governo de coalisão* com o objetivo de reforçar a união entre as nacionalidades ou etnias, as diferentes regiões do país, as diferentes camadas sociais e os diferentes partidos políticos.

No plano económico, defendia o «...desenvolvimento por fases e a planificação da economia de Angola», ou seja, um Estado forte, capaz de criar e dirigir empresas comerciais e industriais e a realização imediata de uma reforma agrária. Tratava-se, portanto, de um programa extremamente progressista, democrático e popular. Importa ressaltar que Viriato sempre estava atento aos principais debates que o circundavam. Ao chegar na Guiné, participou de um Seminário Sindical em Dibala¹⁰, promovido pela *Université Ouvrière Africaine*¹¹, por onde circulavam discussões sobre a teoria marxista da planificação económica. Também a intelectualidade que apoiava o presidente da Guiné, Sékou Touré, transpirava esses princípios, propalados pelo economista marxista francês Charles Bettelheim, que atuou como conselheiro económico de Touré em 1959¹².

Os condicionantes da crise do MPLA de 1962

O ápice da primeira grande crise do MPLA, que se deu entre o grupo de Agostinho Neto e o de Viriato da Cruz, aconteceu em dezembro de 1962, quando foi organizada a Conferência Nacional da qual Neto saiu vitorioso. De acordo com Mário de Andrade (1997), havia duas listas com nomes de candidatos à direção do Movimento: uma delas incluía o nome de Viriato da Cruz e a outra, não. Ainda segundo Andrade, a ruptura definitiva foi provocada por Neto, quando este exigiu, monocraticamente, a exclusão de Viriato da Cruz da lista que continha o seu nome.

Em uma carta, datada em 31 de janeiro de 1963, endereçada a Matias Miguéis, José Miguel e outros companheiros, escrita, portanto, após essa crise, Viriato retoma alguns princípios do Programa do MPLA. Ressalta, por exemplo, que

¹⁰ Cf. carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara. Ver: Cruz 2017a [1960], p. 284.

¹¹ Sobre a *Université Ouvrière Africaine*, consultar Blum 2013.

¹² Sobre a atuação de Charles Bettelheim como conselheiro económico, consultar Denord 2005.

a luta pela independência não deve ser monopolizada por nenhuma classe. Todos os patriotas — comerciantes, agricultores, camponeses, ricos e pobres — devem ter lugar no movimento de libertação nacional. Por esta razão, a palavra de ordem união do povo inteiro é uma palavra-de-ordem justa. Mas uma coisa é a união e outra coisa é o resultado final da luta pela libertação nacional. O resultado final desta luta define o conteúdo da independência que um povo conquistou.

E prossegue:

Mesmo com a união do povo inteiro, a luta pela libertação nacional pode vir a ter resultados finais diferentes. O segredo dessas diferenças de resultados finais da luta está na natureza do órgão que dirige a luta. Se a luta for dirigida por indivíduos que não estão, conscientemente ou inconscientemente, interessados na libertação das massas populares, o resultado final da luta será magro ou quase nulo para as massas que mais sofreram durante a opressão colonial (Cruz 1963, p. 1, sublinhado no original).

Estas passagens evidenciam a lucidez de Viriato da Cruz quanto às condições sociais e materiais que condicionavam a luta pela independência e que, não necessariamente, conduziriam ao socialismo. E, sem mencionar o termo socialismo, também fica clara a adesão de Viriato à tese que defende o papel de vanguarda que o partido político revolucionário deve assumir: uma tese cara a Lenine. Viriato também se refere à heterogeneidade socioeconómica e cultural dos assimilados angolanos, adiantando o conteúdo da tese dos «assimilados objetos» e «assimilados-destinados». Formulada entre 1964 e 1965, foi publicizada em 1965 no artigo *Angola, quelle révolution...*, publicado na revista *Révolution*, coordenada pelo advogado francês Jacques Vergès.

Essa tese resulta de uma reflexão de Viriato sobre os fatores que condicionaram a primeira grande crise que assolou o MPLA. Como bem analisa Bittencourt (2011), os condicionantes dessa crise carregam em si o fator racial, mas não só. A trajetória social dos membros do MPLA também trouxe à tona contradições que giravam em torno daqueles que possuíam ensino superior (obtido fora de Angola, geralmente na metrópole), os chamados «doutores», e daqueles que não possuíam esses estudos. Considerando o contexto de fragilidade social e organizacional no qual o MPLA estava inserido, é possível observar que Agostinho Neto apresentava uma maior legiti-

midade em relação a Viriato da Cruz: 1. Neto era negro e, oriundo da região de Ícolo e Bengo, pertencia ao grupo etnolinguístico *kimbundu*, que já constituía maioria nas estruturas intermédias do movimento. 2. Neto possuía um título universitário, pois havia se formado em medicina em Lisboa. 3. Ao chegar no Congo-Léopoldville, Neto se encontrou com grande parte dos seus amigos e companheiros que, como ele, estudaram em Portugal e militaram no Partido Comunista Português ou em movimentos próximos a este partido, um círculo do qual Viriato da Cruz não participava. Além disso, o alinhamento total de Viriato, desde o início, com a política internacional de Pequim no contexto do cisma sino-soviético contribuiu para selar a sua exclusão desse círculo de relações, no qual Neto possuía protagonismo.

Nos seus estudos sobre a composição social, económica, cultural e étnica da população colonial angolana, em particular em Luanda, Messiant (2008a) fornece-nos um valioso instrumental analítico para a compreensão das contradições que marcaram os primeiros anos de atividade do MPLA no estrangeiro (nomeadamente no Congo-Léopoldville). Messiant destaca que foram sobretudo autores angolanos e/ou militantes nacionalistas (ou autores estrangeiros «simpatizantes») que privilegiaram a tese da heterogeneidade dos *assimilados* (em contraposição à tese da sua fragmentação). Ressalta, ademais, que aqueles autores se referem a uma «análise-mãe»: aquela feita por Viriato da Cruz entre 1964 e 1965.

Suas investigações em Luanda também a conduziram à tese da heterogeneidade dos civilizados não brancos na sociedade colonial, que se baseava em diferenças socioculturais e não puramente raciais. Heterogeneidade esta, argumenta Messiant, que desempenhou um papel muito importante na estruturação dos movimentos nacionalistas. No entanto — e diferentemente de Viriato da Cruz —, Messiant não privilegia o critério de «destino social», mas as condições concretas em que se deu a colonização angolana na sua articulação com a trajetória social dos assimilados. De acordo com este critério, foi-lhe possível distinguir entre os assimilados três grupos com posições diferentes na sociedade colonial, aos quais denominou «filhos de colonos», «antigos assimilados» e «novos assimilados».

Sem pretender me estender nas análises de C. Messiant, retomo-as aqui a fim de sublinhar a importância da reflexão intelectual de Viriato da Cruz para

os estudos da sociedade angolana colonial e da formação do nacionalismo moderno angolano.

Conclusão

A primeira grande crise do MPLA possibilitou a chegada de Agostinho Neto à presidência do movimento e, após a independência, à presidência do MPLA-Partido e de Angola. Assiste-se, a partir de então, a uma tentativa de apagamento do protagonismo de Viriato da Cruz no MPLA e na construção do nacionalismo moderno angolano por parte da historiografia oficial do MPLA.

A Viriato da Cruz também foram endereçados, por parte dos seus críticos, atributos os mais diversos. Manuel Videira, por exemplo, décadas mais tarde dessa primeira grande crise, lança um livro de memórias relatando a sua versão dos factos. Mesmo reconhecendo a «... mente brilhante do secretário-geral, o camarada Viriato da Cruz», critica-o por não ter se libertado dos seus «complexos raciais» e acusa-o de dificilmente aceitar «ser contraditado» (Videira 2021, pp. 116; 90; 129, respetivamente). Em 2019, durante o debate de lançamento da segunda edição do livro de Jean Michel Mabeko-Tali¹³, ocorrido na UCCLA¹⁴, Manuel Videira abordou a crise do MPLA caracterizando-a como o resultado de um «choque de personalidades», ou seja, como consequência de Viriato não aceitar o reconhecimento de Neto como presidente do MPLA por parte da maioria dos membros do movimento. Também acusou Viriato de ter sido um «vermelho sem recuo», quando, numa reunião do Comité Central da qual ele e Neto participaram, Viriato, contrariando a vontade da maioria, opôs-se à ideia de uma viagem de Neto aos EUA (ou ao Canadá), a convite de um reverendo anglicano canadense. O objetivo dessa viagem, alegou Videira, era «diminuir a carga política de comunismo que existia sobre o MPLA». A partir dessa reunião, Viriato teria feito uma cam-

¹³ Ver Mabeko-Tali 2019.

¹⁴ União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa. O debate, intitulado «As mudanças sociopolíticas em curso em Angola», aconteceu no dia 29 de maio de 2019 e foi organizado pela UCCLA e pela Mercado de Letras Editores, contando com a participação dos nacionalistas angolanos Adolfo Maria e Manuel Videira, com o autor, Jean-Michel Mabeko-Tali, e com a mediação do professor e estudioso de Angola, Alberto Oliveira Pinto.

panha «junto de certas pessoas para se acautelarem porque aquela intenção de Agostinho Neto podia trazer muita coisa por trás»¹⁵.

Edmundo Rocha, durante a crise do MPLA, tomou partido por Viriato da Cruz e solicitou, na altura, a sua própria demissão de membro do movimento. De acordo com Videira, ao criticar, em uma carta, o comportamento dos responsáveis perante a grave crise que se arrastava, afirmou «solidariedade com o homem que foi um dos edificadores do MPLA e militante revolucionário que se entregou totalmente à luta pela libertação» (Videira 2021, p. 138)¹⁶. No entanto, em uma entrevista de 2011, considerou que Viriato cometeu o seu “primeiro erro político” ao decidir abandonar a Direção do MPLA, «um sinal de fraqueza em relação aos princípios que norteavam o MPLA» (Rocha 2011 *apud* Gama 2011, p. 3). Ademais, classificou a análise de Cruz da heterogeneidade dos civilizados não brancos na sociedade colonial como uma «tese pseudo-sociológica» (Rocha 2008, p. 162).

As atribuições, as mais diversas, à personalidade, às eleições e às decisões políticas de Viriato da Cruz ainda funcionam como um apelativo ora acusatório (de parte de seus críticos), ora celebratório (de parte de seus defensores). Para além dos rótulos e das categorias de acusação/celebração — construídas situacionalmente e em contextos de disputas muito específicos — procuramos, neste artigo, iluminar alguns aspectos pouco conhecidos — ou pouco difundidos — da sua trajetória política. Contrariando uma tentativa hagiográfica e/ou celebratória, procuramos superar uma interpretação psicologizante do protagonismo de Viriato da Cruz no MPLA e na construção do nacionalismo moderno angolano, resgatando, para esta finalidade, os valiosos conselhos de C. Messiant (2008b), considerados por M. Cahen uma «aula de metodologia histórica» (Cahen 2008, p. 406). Messiant (2008b: 198) nos aconselha, pois, que a fim de «decodificar» e «validar» as fontes, é imprescindível ir além do que os arquivos contêm e dizem, «o que implica um cruzamento rigoroso com outros documentos [...] e com um grande número de testemunhos orais». Alerta-nos, ademais, que «Este trabalho de crítica histórica é também o único que permite evitar a atribuição de hipóteses e interpretações aos factos e a reconstrução apressada da história».

¹⁵ As citações resultam de uma transcrição pessoal da conferência.

¹⁶ A carta de demissão de Edmundo Rocha pode ser consultada na página electrónica da Associação Tchiweka de Documentação. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0038000032>. Consulta: 20 nov. 2023.

Bibliografia

- ANDRADE, Mário Pinto de, 1997. *Uma entrevista dada a Michel Laban*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- ANDRADE, Mário Pinto de, 2017[1960]. [Carta] 1960 mar. 16, Düren [a] Lúcio Lara. In: Lúcio LARA. *Um amplo movimento... Itinerário do MPLA através de documentos e anotações (até fevereiro de 1961)*. 3.^a ed. rev. e aum. Luanda: Edição do autor, pp. 335-337. Vol. 1.
- BITTENCOURT, Marcelo, 1997. A criação do MPLA. *Estudos Afro-Asiáticos*. 32:1, pp. 185-208.
- BITTENCOURT, Marcelo, 2002. “*Estamos Juntos!*”: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974). Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2 vols.
- BITTENCOURT, Marcelo, 2011. Fissuras na luta de libertação angolana. *Métis. História & Cultura*. 19:10, pp. 237-255.
- BLUM, Françoise, 2013. Une formation syndicale dans la Guinée de Sékou Touré. L’Université Ouvrière Africaine. *Revue historique*. 667:3, pp. 661-691.
- CAHEN, Michel, 2008. *Postface*. In: Christine Messiant. *L’Angola post-colonial. 2. Sociologie politique d’une oléocratie*. Paris: Khartala, pp. 395-415.
- CRUZ, Viriato da, 1960. *Introdução*. In: Marcel LEVAUX et al, ed. *La Répression Colonialiste en Angola. Le Procès des Cinquante*. 2.^a ed. Cheratte: [s.n.], 3 ag., pp. 2-4.
- CRUZ, Viriato da, 1964. Angola: quelle indépendance... *Révolution*. Revue mensuelle Internationale. 6, pp. 5-16.
- CRUZ, Viriato da, 2017a [1960]. [Carta] 1960 fev. 27, Conacri [a] Lúcio Lara. In: Lúcio LARA. *Um amplo movimento... Itinerário do MPLA através de documentos e anotações*, v. I, até fevereiro de 1961. 3.^a ed. rev. e aum. Luanda: Edição do autor, pp. 284-285.
- CRUZ, Viriato da, 2017b [1960]. [Carta] 1960 mar. 17, Conacri [a] Lúcio Lara [e amigos]. In Lúcio LARA. *Um amplo movimento... Itinerário do MPLA através de documentos e anotações (até fevereiro de 1961)*. 3.^a ed. rev. e aum. Luanda: Edição do autor, pp. 337-341. vol. 1.
- CRUZ, Viriato da, 2017c [1960]. [Carta] 1960 mar. 18, Conacri [a] Lúcio Lara; Amílcar Cabral. In: Lúcio LARA. *Um amplo movimento... Itinerário do*

- MPLA através de documentos e anotações*, v. I, até fevereiro de 1961. 3.^a ed. rev. e aum. Luanda: Edição do autor, pp. 346-349.
- CRUZ, Viriato da, 1963. [Carta] 1963, jan. 31, Léopoldville [a] M. Miguéis, J. Miguel, Borges, Santos, Amaro, L. Miguel. Kinshasa. In *Associação Tchiweka de Documentação* (ATD), Luanda, Angola. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0046000043>. Acesso: 10 jun. 2023.
- DENORD, François, e Xavier ZUNIGO, 2005. «Révolutionnairement votre». Économie marxiste, militantisme intellectuel et expertise politique chez Charles Bettelheim. *Actes de la recherche en sciences sociales*. 158:3, pp. 8-29.
- GAMA, José, 2011. Entrevista a Edmundo Rocha, médico e militante do MPLA. In *Central Angola*. Disponível em: <https://centralangola7311.net/2011/11/29/entrevista-a-edmundo-rocha-medico-e-militante-do-mpla/>. Acesso: 9 mai. 2020.
- HORTA, José Carlos, 2010. *Actividades políticas entre 1951 e 1974*. Algés: [s.n], fev.
- LABAN, Michel, coord., 2003. *Viriato da Cruz: cartas de Pequim*. Luanda: Edições Chá de Caxinde.
- LEVAUX, Marcel et al., ed., 1960. *La Répression Colonialiste en Angola. Le Procès des Cinquante*. 2.^a ed. Cheratte: [s.n.], 3 ag.
- MABEKO-TALI, Jean-Michel, 2018. *Guerrilhas e lutas sociais. O MPLA perante si próprio. 1960-1977*. Lisboa: Mercado das Letras.
- MACAGNO, Lorenzo, 2019. *A invenção do assimilado. Paradoxos do colonialismo em Moçambique*. Lisboa: Edições Colibri.
- MEDINA, Maria do Carmo, 2013. *Angola: processos políticos da luta pela independência*. 3.^a ed. Coimbra: Almedina.
- MENEZES, Hugo Azancot de, 2018. *Percursos da luta de libertação nacional. Viagem ao interior do MPLA. Memórias Pessoais*. 2.^a ed. Lisboa: Nova Vega e Herdeiros do Autor.
- MESSIANT, Christine, 2008a. Luanda (1945-1965). Colonisés, société coloniale et engagement nationaliste. *L'Angola post-colonial*. 2. Sociologie politique d'une oléocratie. Paris: Khartala, pp. 17-103.
- MESSIANT, Christine, 2008b. *Chez nous, même le passé est imprévisible. L'expérience d'une recherche sur le nationalisme angolais, et particulièrement le MPLA: sources, critiques, besoins actuels de la recherche*. In *L'Angola post-colonial*. 2. Sociologie politique d'une oléocratie. Paris: Khartala, pp. 153-202.

ROCHA, Edmundo, 2003. *Angola. Contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)*. Lisboa: Kilombelombe.

ROCHA, Edmundo, 2008. *O itinerário político de Viriato da Cruz (até a crise no MPLA de 1963-1964)*. In ROCHA, Edmundo, Francisco SOARES, e Moisés Silva FERNANDES, coord. *Viriato da Cruz: o homem e o mito*. Porto Amboim (Angola) 1928 – Beijing (China) 1973. Lisboa / Luanda: Editora Prefácio / Chá de Caxinde, pp. 109-184.

VIDEIRA, Manuel, 2021. *Angola. Um intelectual na Rebelião*. Lisboa: Guerra & Paz.

‘A single spark can start a prairie fire’:

Viriato da Cruz e o seu exílio chinês*

‘A single spark can start a prairie fire’:

Viriato da Cruz and his Chinese exile

Jodie Yuzhou Sun **

Resumo: No contexto da disputa ideológica da Guerra Fria, havia uma tendência para que os nacionalistas africanos estabelecessem contactos e procurassem apoio das superpotências. A escalada da divisão sino-soviética no início de 1960 aumentou ainda mais a competição desses países por influência. Tomando de empréstimo a famosa citação de Mao Zedong, nacionalistas africanos como Viriato da Cruz assemelhavam-se a «faíscas» esporádicas, que seriam mobilizadas para um revolucionário «incêndio na pradaria» em todo o continente. As suas aventuras intelectuais e de vida, experienciadas para além dos limites das fronteiras nacionais e das estruturas nacionalistas, revelam a natureza móvel e transnacional da libertação da África Austral. O artigo recorre sobretudo a fontes de arquivo chinesas, literatura africana e biografias políticas para demonstrar as diversas plataformas e redes sociais que foram usadas para desenvolver as relações entre a China e a África Lusófona. A ênfase em atores individuais distintos e significativos enriquecerá sem dúvida as narrativas existentes de solidariedade e mobilidade global das lutas de libertação na África Lusófona.

Palavras-chave: Viriato da Cruz; MPLA; China; exílio; biografia

Abstract: Against the backdrop of the Cold War ideological competition, there was a tendency for African nationalists to establish contacts with and seek support from superpowers. The escalation of the Sino-Soviet split at the beginning of 1960 only heightened their competition for influence. To borrow from Mao Zedong’s famous quote, African nationalists like Viriato da Cruz resembled sporadic ‘sparks’, which would be mobilised into a revolutionary ‘prairie fire’ across the whole continent. His intellectual and life adventures, played out beyond the confines of national borders and nationalist structures, reveal the mobile and transnational nature of southern African liberation. The paper uses mainly Chinese archival sources, African literature, and political biographies to demonstrate the diverse platforms and social networks used to facilitate relations between China and Lusophone Africa. The emphasis on distinctive and significant individual actors will no doubt enrich the existing narratives of solidarity and global mobility of liberation struggles in Lusophone Africa.

Keywords: Viriato da Cruz; MPLA; China; exile; biography

* Este trabalho foi patrocinado pelo Fundo Nacional de Ciências Sociais da China [22CSS027]. Escrito originalmente em inglês, foi traduzido para português por Francisco Topa.

** Department of History, Fudan University, China & International Studies Group, University of the Free State, South Africa. Email: yuzhou.sun831@gamil.com

Introdução

«Para nos livrarmos completamente do imperialismo, o nosso partido decidiu ir até ao ponto mais fraco dos inimigos, ou seja, organizar as já despertadas massas populares de Angola» (Zhang 1962, p. 21), declarou Viriato da Cruz, então secretário-geral do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), quando entrevistado por um jornal oficial chinês em Conacri em 1962. Cruz condenou veementemente a brutalidade da colonização portuguesa, bem como a exploração dos recursos naturais de Angola por parte do Ocidente, e a sua narrativa dos movimentos anticoloniais assentava na defesa da luta armada. Abordando a ligação do MPLA às massas, declarou que as suas forças de guerrilha «vivem nas casas dos camponeses, trabalham em conjunto com os camponeses quando estão livres». Em troca, «os camponeses comunicam imediatamente às forças de guerrilha quando avistam tropas portuguesas e ajudam a derrotar estes inimigos» (Zhang 1962, p. 21).

No mais revelador dos seus comentários, Cruz citou uma das famosas frases de Mao para descrever as perspetivas do movimento de libertação angolano: «uma simples faísca pode começar um incêndio na pradaria»¹. Em 1929, quando o Exército Vermelho Chinês estava em crise e tinha sofrido várias derrotas, Mao procurou encorajar os seus camaradas comparando a liderança do Partido Comunista Chinês a uma faísca em rápida propagação nas pastagens. Situação semelhante ocorreu, segundo Cruz, três décadas mais tarde em Angola, quando os revolucionários e as massas armadas foram reprimidos pelas tropas portuguesas.

Poeta e político angolano, Cruz foi um dos principais organizadores, em 1950, do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, que viria a tornar-se uma das organizações mais expressivas na busca de uma herança comum para os angolanos fora de um enquadramento colonial branco.² Participou na fundação do MPLA em 1960 a partir de Portugal e França, e foi o seu primeiro secretário-geral antes de o divisionismo passar a imperar no período de 1962-64.³ Cruz é uma figura invulgar não só pelas suas contribuições para a

¹ Zedong 1930.

² Rocha et al. (eds.) 2008.

³ Viriato da Cruz escreveu o «Manifesto do MPLA» sem ter indicado uma data. Foi Mário de Andrade quem acrescentou no documento, à mão, em francês, a data: «Dezembro de 1956»; cf. Fortuna e Cahen 2013, p. 153.

luta pela independência de Angola, mas também devido ao seu exílio de sete anos na China comunista: ao contrário da maioria dos nacionalistas africanos que compreendiam as ideias de Mao a partir dos textos, ele estava envolvido na prática quotidiana do Maoísmo decorrente da Revolução Cultural chinesa desde 1966 até ao ano da sua morte, em 1973.

Abordagem biográfica e fontes

Quando comecei a recolher materiais sobre Viriato da Cruz e, em particular, sobre o seu exílio na China, havia pouco (ou nenhum) recurso a fontes de arquivo chinesas. A biografia de Viriato que descrevia o seu exílio tinha sido publicada apenas em português. Baseava-se na correspondência privada do nacionalista angolano com Monique Chajmowiez, cuja entrevista com Christine Messiant e Michel Laban ajudara a revelar algumas das histórias ocultas da vida de exílio de Cruz na sociedade fechada da China de Mao.⁴ Graças ao projeto Casa Comum, pude analisar como fontes primárias a maior parte das cartas incluídas em *Viriato da Cruz: Cartas de Pequim*. A plataforma online da Casa Comum permite o acesso centralizado à descrição e reprodução de documentos na posse da Fundação Mário Soares.⁵ Em 2008, Moisés Silva Fernandes publicou um capítulo de livro em que discutia a visão frustrada de Cruz sobre uma revolução em África ao estilo chinês.⁶

Em 2019, tive a oportunidade de conhecer e entrevistar Monique Chajmowiez em Paris. Durante as nossas conversas, ela falou, entre outros assuntos, sobre a produção e receção em Angola da biografia de Cruz. Referiu, por exemplo, que a família do poeta e político esteve ausente do lançamento do livro em Luanda.⁷ O artigo que publiquei posteriormente não os comprometeria de forma alguma, uma vez que os novos materiais e provas não continham quaisquer dados politicamente sensíveis. A minha investigação acabou por ser publicada pelo *Journal of Southern African Studies*, num número especial intitulado «Liberation Beyond the Nation». O texto resultava do congresso

⁴ Chajmowiez e Messiant 2003.

⁵ Os ficheiros relativos a Viriato da Cruz estão disponíveis em: <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo?termo=da+cruz&facetFilterFundo=9012> [Consult. 08-11-2015].

⁶ Fernandes 2008, pp. 255-342.

⁷ Entrevista com Monique Chajmowiez feita pela autora. Cf. Sun 2019.

realizado na Cidade do Cabo, África do Sul, de 11 a 12 de abril de 2019, organizado pelas Universidades de Oxford e Western Cape.⁸

O artigo utilizava sobretudo uma abordagem biográfica para analisar as ligações entre o nacionalismo angolano e a China comunista através da história de vida de um maoísta angolano — Viriato da Cruz. Embora Mao Zedong seja esmagadoramente caracterizado como um líder político da República Popular da China (RPC), ele foi também um poeta e teórico, cujas ideias, condensadas no chamado «Maoísmo», tiveram uma influência duradoura nos líderes do «terceiro mundo», entre os quais se contava Cruz. A vida de Viriato, que cresceu em Angola, participou na política em Portugal e em França e depois se estabeleceu na China, serve-nos de guia numa viagem transnacional ocorrida num momento profundamente marcado por mudanças e incertezas.

Libertação em rede, tradução da revolução

Depois da publicação do artigo, testemunhei o aparecimento de respostas entusiásticas sobre este tópico, tanto por parte de historiadores como de estudiosos da literatura, um pouco por todo o mundo. Em janeiro de 2023, participei no congresso *Anticolonial Struggle, Transnational Solidarity and Agency of Individual Actors: Dialogues with the Portuguese Colonies, 1945-1975*, organizado pela Universidade Nova de Lisboa e pela Universidade de Florença. Juntamente com a minha colega Mingqing Yuan, apresentei uma comunicação intitulada «Networking Liberation, Translating Revolution: China's Support of the Anticolonial Struggles in Lusophone Africa». Esse trabalho aparecerá como capítulo do volume sobre *Portuguese Decolonization: Exile Settings and Urban Spaces of Activism*, a ser publicado em 2024 pela Macmillan.

Com base em relatos anteriores da política externa da China em relação a Angola e Moçambique, examinámos o papel específico de Pequim como base para membros exilados de movimentos de libertação e para ativistas da África Lusófona. Recorremos principalmente a fontes de arquivo chinesas, literatura africana e biografias políticas para demonstrar as diversas plataformas e redes sociais que foram usadas para fomentar as relações entre a

⁸ Sun 2020, pp. 845-861.

China e a África Lusófona. A ênfase em atores individuais, singulares e significativos, enriquecerá as narrativas existentes sobre a solidariedade e a mobilidade globais das lutas de libertação na África Lusófona.

Em junho de 2023, tive o prazer de participar no congresso internacional «*Mandei-lhe uma carta*»: a obra poética e o pensamento político de Viriato da Cruz (1928-1973), realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Pouco depois, um dos organizadores do evento, Regina Queiroz, teve a gentileza de compartilhar as suas memórias e emoções sobre Cruz a partir da perspetiva de um familiar.⁹ Verifiquei que o trauma perdura até hoje, 50 anos depois da sua morte.

‘Cruzamentos’ de escritores e textos na era Bandung, 1954-1963

O fim da II Guerra Mundial foi acompanhado por um «vento de mudança» que varreu o continente africano. Contudo, a retirada das potências coloniais europeias foi dificultada pela ascensão de novas superpotências. A República Popular da China adotou a política externa de «inclinação para um lado» (*Leaning to One Side*), baseada na crença de que a China pertencia naturalmente ao campo soviético. Mao Zedong apelidou a grande maioria da Ásia, África e América Latina (*yafeila*) de «zona intermédia», uma vez que não pertencia nem ao bloco comunista nem ao bloco capitalista.¹⁰ Na altura sem ligações diretas com o continente africano, a China aproveitou eventos internacionais dirigidos a escritores, grupos de jovens, associações de estudantes, organizações de mulheres e sindicatos para se aproximar de nacionalistas e ativistas africanos, abrindo assim caminho para reconhecimentos diplomáticos formais. Embora a literatura existente tenda a centrar-se nas relações institucionais da China com os movimentos de libertação, este artigo adota um quadro denominado *Third World crossing*, que explora o papel subestimado dos indivíduos, dos textos e das redes de circulação na solidariedade afro-asiática.¹¹ Este *cruzamento* foi comum na África Lusófona. Nasce e criada na era do pós-guerra, esta geração de elites africanas beneficiaria muitas vezes de uma melhor instrução nos centros urbanos e alguns dos seus membros viajaram até para a metrópole para aceder ao ensino superior. Ape-

⁹ Entrevista com Regina Queiroz. Cf. Sun 2023b.

¹⁰ Mao 1967, pp. 1191-1192.

¹¹ Sun *et al.* 2023, pp. 846-863.

sar das suas origens raciais, sociais e económicas distintas, partilharam inicialmente a missão de «redescobrir» a sua «africanidade». Mas este ativismo estudantil impulsionado pelo nacionalismo cultural transformar-se-ia mais tarde, na década de 1950, numa visão revolucionária para derrubar o colonialismo português. Foi também durante este período que as suas viagens pelos países socialistas deixariam uma marca indelével na liderança dos movimentos de libertação.

As interações e comunicações individuais entre a China e a África Lusófona foram em grande parte estabelecidas através de redes literárias, festivais juvenis e conferências de solidariedade. Já em 1954, Viriato da Cruz, Mário de Andrade e Marcelino dos Santos dispunham de contactos na China ou tinham visitado o país. Baoquan Ge, um tradutor chinês, foi uma figura importante no desenvolvimento desses intercâmbios culturais. Ge era especialista em língua e literatura russa e tinha sido jornalista em Moscovo. Conheceu Santos, Andrade e Cruz durante uma recepção especial para escritores africanos organizada pela delegação chinesa durante a I Conferência de Escritores Afro-Asiáticos, realizada em Tashkent, em 1958. Como chefe da delegação chinesa em Tashkent, mostrou-lhes a antologia de *Poemas Africanos Modernos* e leu-lhes os seus nomes e títulos em chinês.¹² Todas as traduções de Ge eram baseadas nas traduções russas feitas por Lidiia Nekrasova.

Esta tradução em segunda mão era uma boa síntese da contínua dependência da China face à rede soviética. A China iniciou e manteve relações bilaterais com escritores e ativistas africanos baseadas em grande parte nas redes soviéticas estabelecidas no final da década de 1950. Ge admitiu que a antologia de 1962 foi publicada especialmente para a II Conferência de Escritores Afro-Asiáticos no Cairo, que também contou com a presença de Santos. A delegação chinesa trouxe esta obra traduzida, entre outras, para a exposição do livro que teve lugar durante a conferência.¹³ No seu discurso, o chefe da delegação, Mao Dun, destacou estas publicações como uma conquista que demonstrava a amizade afro-asiática.¹⁴ As traduções e publicações de obras africanas na China foram dinamizadas em decorrência da mudança

¹² Ge 1959.

¹³ Anónimo 1962a, p. 4.

¹⁴ Anónimo 1962b, p. 4.

epistémica de Pequim, que passou a acompanhar a direção soviética de aliança com o «Terceiro Mundo».

Em 1958, Andrade e Cruz foram para Pequim logo depois da I Conferência de Escritores Afro-Asiáticos em Tashkent, no Uzbequistão. A longa viagem impressionou muito Cruz, que escreveu vários poemas dedicados às «maravilhas» que observou, desde a ponte do rio Wuhan Yangtze até às centelhas que se veem durante o processo de produção de aço. O principal jornal literário chinês, *Literatura Mundial*, publicou quatro poemas de Cruz entre 1959 e 1965: «Água das Treze Tumbas da Dinastia Ming» (setembro de 1959, dedicado ao 10.º aniversário da fundação da RPC), «Ponte» (janeiro de 1959, dedicado à ponte do rio Wuhan Yangtze), «Aos amigos» (abril de 1959) e «Poema» (fevereiro de 1963). «Água das Treze Tumbas da Dinastia Ming» tomava por base um famoso lugar histórico localizado no noroeste de Pequim:

过去，十年象一百年似的难熬！
在剥削者双手合成的荒凉山谷里，在山一般重的压迫下，散布在整个国土上的人民，贫困又悲惨。
噢，十三陵的水呵！你象人民一样受尽了苦难。
今天，一年的成就抵得过一百年！
巨大的山谷，大得象孕育着无穷力量的妇女，这些山在微笑，好象我们的母亲手里捧着米罐。
噢，在山脚下，十三陵的水呵！你象生活一样沸腾着，化成了孩子的眼睛里充满着希望的幸福的泪。

Os últimos dez anos foram difíceis como cem!
Nos desolados vales das mãos dos exploradores, sob a montanhosa opressão
[do povo, espalhado pela terra, pobre e miserável.
Oh, água das Treze Tumbas da dinastia Ming! Tu sofreste tanto quanto o povo.
Hoje, valem cem anos as conquistas de um ano!
Vales enormes, grandes como mulheres que alimentam infinitas forças, estas
[montanhas sorriem como se a nossa mãe tivesse nas mãos um pote de arroz.
Oh, no sopé das montanhas, água das Treze Tumbas da dinastia Ming! Tu ferves
[como a vida e é a lágrima feliz da esperança nos olhos de uma criança.¹⁵

A outra peça, «Ponte», era menos específica quanto ao referente, de que sabemos apenas estar acima do rio Yangtze:

万籁无声的夜里
没有鼓的鼓手
从来也梦想不到能在广场上
把村人轻快的声音
把他们的脚步的合奏
组成一支乐曲。
在千百年的夜里
没有权力的人民
从来也梦想不到能够战胜
扬子江中奔流的黄色波涛，
把它的两片嘴唇
用一座桥联成一个微笑。
但是看啊，桥现在就横在江上，
光华璀璨，金碧辉煌，
象马戏场上的骏马
衔着的一块镀金的嚼口。
大地上的人民用熊熊的火焰
烘干了污浊的泥泞，
在古老河流的蔚蓝上空
筑起了永恒的友谊的桥梁。

No silêncio da noite
Um baterista sem tambor
Nunca sonhou estar na praça
E trazer as vozes alegres das pessoas da aldeia
E trazer o conjunto dos seus passos
Para fazer uma peça musical.
Na noite de mil anos
Um povo sem poder
Jamais poderia sonhar em atravessar
As ondas amarelas que correm no Yangtsé.
Pôs os seus dois lábios
Unidos por uma ponte em um sorriso.
Mas eis que a ponte se estende agora pelo rio.
É glorioso, é glorioso, é glorioso
Como um cavalo num circo
Aguentando a mastigação dourada.
As pessoas da terra secaram a lama mole com um fogo ardente
Secando a lama mole.
Sobre o azul dos rios antigos
Constrói-se a ponte da amizade eterna.

¹⁵ Tradução da autora —para inglês—, neste e nos casos seguintes.

O poeta e tradutor chinês Xiao San, que dominava o russo, o francês, o alemão e o inglês, também lembrou os encontros com Andrade na conferência de Tashkent. O contacto entre os dois ocorreu dentro e fora das salas da conferência. Xiao enfatizou especialmente «a festa literária, a *slam poetry*, a exposição de livros, a performance artística» como oportunidades para se conhecerem melhor. Segundo ele, depois de Tashkent, escritores africanos como Andrade e Cruz visitaram Pequim, Wuhan, Xangai, Hangzhou e Guangzhou e visitaram fábricas, escolas e aldeias.¹⁶ Xiao chegou a afirmar que os escritores chineses e africanos eram «almas gémeas» porque todos tinham o mesmo objetivo: «alcançar a libertação, a independência e a liberdade de todas as etnias e povos oprimidos do mundo» (Xiao 1959).

Essas viagens de escritores e textos facilitaram não apenas os intercâmbios literários, mas também a partilha de experiências de agitação política. Além de Tashkent, Andrade participou na Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos de 1957 e na Conferência de Todos os Povos Africanos de 1961, no Cairo, enquanto Cruz participou nas três Conferências de Todos os Povos Africanos: Acra em 1958, Túnis em 1960 e Cairo em 1961, em que também estiveram presentes delegações chinesas e escritores como Yang Shuo, Han Beiping e Du Xuan. Em 1960, Andrade e Cruz visitaram novamente Pequim, com Amílcar Cabral, secretário-geral do PAIGC. Durante esta visita, Cruz e Andrade receberam dinheiro e lições sobre «guerra de guerrilha» (Telepneva 2022, p. 52). Em suma, os escritores e ativistas africanos lusófonos estiveram em contacto com a China através de várias redes muito antes de os movimentos de libertação e a China estabelecerem uma relação oficial. Muitas vezes sepultados no pó do esquecimento, estes textos literários e arquivos ajudam a revelar episódios históricos escondidos, que são ricos de um ponto de vista pessoal.

A Reunião de Emergência dos Escritores Afro-Asiáticos e as suas consequências, 1964-1967

A partir de 1963, a China acelerou o ritmo no estabelecimento de novos instrumentos de cooperação afro-asiática, de modo a contrabalançar a dominação tradicional da URSS no mundo socialista. O ano de 1966 assistiu à

¹⁶ Xiao 1959.

criação de um Gabinete Permanente da Conferência dos Escritores Afro-Asiáticos no Ceilão, que foi logo seguido por uma tentativa de Pequim de arrancar o controlo desse gabinete das mãos da facção pró-Moscovo. Em meados de 1966, os chineses decidiram romper formalmente com os seus camaradas soviéticos, propondo o seu próprio gabinete.¹⁷ Esperando obter experiência e credibilidade nos seus esforços para conquistar os corações dos países afro-asiáticos nessa batalha ideológica, Pequim estendeu o seu convite a Cruz, o poeta angolano reconhecido internacionalmente e que tinha sofrido o duro golpe de ser deposto da liderança do MPLA.¹⁸ Viriato rejeitou a oferta das autoridades chinesas para trabalhar como secretário-geral do novo gabinete, mas participou na reunião.

A «Reunião de Emergência» que daí resultou ocorreu entre 27 de junho e 9 de julho de 1966 e atraiu 172 delegados de 53 países e cinco organizações internacionais. Altos líderes chineses, como o primeiro-ministro Zhou Enlai, discursaram no banquete de encerramento da reunião.¹⁹ A participação na Reunião de Emergência foi uma experiência crucial que influenciou as decisões e entendimentos ideológicos subsequentes de Viriato da Cruz. Ele começou o seu discurso usando a metáfora do Maoísmo como uma «arma» nos países Asiáticos e Africanos através da qual o imperialismo e o revisionismo seriam eliminados.²⁰ Repetiu a posição de Pequim, criticando a «transição pacífica» e a «coexistência pacífica» de Moscovo com Washington como uma traição fundamental ao marxismo-leninismo. Os revisionistas soviéticos, nas palavras de Cruz, tinham intervindo nos movimentos de libertação africanos para «negociar» com os imperialistas pela porta das traseiras, a fim de criar uma ordem mundial liderada por eles mesmos. Assim, Viriato propôs uma frente cultural unida com os seus colegas escritores da Ásia e da África contra esses inimigos. A literatura e a arte juntas forneceriam uma plataforma importante para a luta política. Cruz defendeu ainda a desconstrução da literatura e da arte imperialista e revisionista como um trampolim para o futuro de uma nova cultura afro-asiática partilhada, por mais mal definida que ela estivesse. Recorrendo aos últimos quatro versos do poema de Mao «Nuvens

¹⁷ Larkin 1971, pp. 83–4.

¹⁸ Chajmowiec and Messiant 2003, p. 45.

¹⁹ Shanghai Municipal Archive, C52-1-290-14, jun. 1966.

²⁰ Shanghai Municipal Archive, C52-1-290-19, 29 jun. 1966.

de Inverno», Cruz terminou o seu discurso com o slogan propagandista «Viva o nosso mentor e camarada!» «Nuvens de Inverno» ressoou juntamente com a obra de Mao anteriormente aclamada, «Neve», no seu uso de imagens naturais e metáforas políticas:

*Só os heróis podem subjugar tigres e leopardos
E os ursos selvagens nunca intimidam os corajosos.
As flores de ameixa dão as boas-vindas à neve que rodopia;
Não admira que as moscas congelem e morram.*²¹

Aqui, os heróis («flores de ameixa») são suficientemente corajosos para vencer os desafios da natureza, ao contrário do que acontece com os covardes («moscas»).

Viriato da Cruz recebeu grande publicidade na imprensa chinesa. A sua foto foi incluída na *Revista Ilustrada do Povo*, a primeira revista da RPC com estampas coloridas, e circulou pelo mundo em oito idiomas. Na foto, os olhos de Cruz estão voltados para a exposição intitulada «A glória dos pensamentos de Mao brilha em todo o mundo». De costas para o espectador e de rosto voltado para uma fotografia de Mao na exposição, a revista legendou o momento como prova do «amor ilimitado de Cruz pelo Presidente Mao»²². A fotografia mostrava-o como um ávido seguidor do Presidente Mao, indicando a ampla influência das ideias maoístas e a lealdade de Cruz à visão chinesa da revolução mundial. Pouco depois da conferência, Viriato da Cruz decidiu permanecer na China para trabalhar no secretariado do gabinete dos Escritores Afro-Asiáticos. Além de gerir a rotina diária do secretariado, era também responsável pela edição de artigos em francês no jornal do gabinete, *The Call*.

A imagem de Cruz na China refletia a interseção entre a política interna chinesa e os movimentos de libertação angolanos. Em outubro, o título de Cruz na imprensa chinesa mudou de «escritor progressista» para «lutador pela liberdade». Esta transição traduzia a posição aberta de Pequim contra o revisionismo soviético e mostrava a tendência da China para a retórica «revolucionária mundial». De acordo com Wu Bingzhen (1996), um africanista

²¹ Zedong 2008, pp. 107-8.

²² Anónimo 1966a, p. 27.

que conheceu Cruz através da sua ligação com a revista *The Call* do gabinete dos Escritores Afro-Asiáticos, Cruz fez um discurso na Praça Tian'anmen nas comemorações do 17.º aniversário do estabelecimento da RPC. O seu discurso foi publicado na íntegra na edição seguinte do *Diário do Povo*²³. Ao ser rotulado como um «lutador pela liberdade», Cruz foi finalmente reconhecido como um «genuíno revolucionário». A sua identidade como africano residente na China foi ainda mais convocada e apresentada como exemplo da nova diplomacia «bem-sucedida» da China e da popularidade mundial das ideias de Mao. No ano seguinte, foi convidado para outra reunião, para cumprir uma delegação do Gabinete Permanente dos Escritores Afro-Asiáticos. Michel Cahen sugere que Cruz viajou pessoalmente com a delegação para vários países africanos e que, no regresso a Pequim, sublinhou no seu relatório os «incontáveis obstáculos», em vez das grandes perspectivas para a revolução africana alardeadas pela propaganda chinesa da época.

Viriato da Cruz como exilado político na China, 1967-73

Segundo um antigo colega chinês, o gatilho para a queda política de Viriato da Cruz foi uma fotografia tirada com o então presidente chinês, Liu Shaoqi, durante a Reunião de Emergência de 1966.²⁴ Criticar e atacar Liu Shaoqi tornou-se uma das principais atividades da Revolução Cultural. Dos quadros às massas, aqueles que eram considerados aliados de Liu foram interrogados, presos ou mesmo torturados pelos Guardas Vermelhos.²⁵ Cruz recusou-se a retirar a fotografia com Liu do seu quarto ou a chamar ao líder «seguidor da via capitalista», apesar dos «conselhos» dos críticos radicais. Cruz também não ficou convencido com a metáfora de Mao do «tigre de papel» aplicada ao imperialismo global, continuando a manter opiniões pessimistas quanto às perspectivas de revolução na África Austral. A sua teimosia e rebeldia, aos olhos de Pequim, custaram-lhe caro. Foi demitido do Gabinete de Escritores Afro-Asiáticos em 1967 e declarado «indesejável» pelo governo chinês, no auge da Revolução Cultural.²⁶

²³ Anónimo 1966b.

²⁴ Qiyun 2013, p. 32.

²⁵ Cf. Dittmer 1974.

²⁶ Chajmowiez e Messiant 2003, p. 274.

Na maior parte das suas cartas a Chajmowiez, Viriato adotou a perspectiva de observador que tenta transmitir a estrangeiros a compreensão de um país fechado e pouco conhecido. Explicou como os baixos salários tornavam o povo chinês «escravo», privado das suas necessidades básicas de alimentação e abrigo, e identificou uma grave escassez de produtos básicos.²⁷ Os chineses, escreveu ele, não podiam trancar as suas casas quando saíam; as janelas eram cobertas com papel em vez de vidro, o que tornava as casas vulneráveis às intempéries; não se usava cimento na sua construção e as paredes ficavam décadas sem pintura. Em termos de equipamentos coletivos, não existiam fontes públicas para as pessoas beberem água potável, o que levou Cruz a concluir que Angola desfrutava de um sistema de consumo mais desenvolvido e higiénico do que a China. Os chineses costumavam dormir no *kang* (uma cama de tijolos aquecida, comumente usada no norte da China), e o próprio Cruz dormia numa cama miserável, sem lençóis ou cobertores, desde que chegou.

Mais impressionantes aos olhos de Chajmowiez eram as descrições do racionamento de alimentos, causa da desnutrição das crianças. Cruz também corrigiu o mito sobre a vida mental rica e diversificada dos chineses, referindo que a biblioteca distrital só estava repleta de obras de líderes chineses e de livros de propaganda política. Os volumes estrangeiros eram raros, à exceção de uma seleção limitada de obras de Marx e Lenin. O forte contraste entre teoria e prática fez com que Cruz criticasse a análise de classe do marxismo ortodoxo ao abordar os frequentes fracassos económicos na União Soviética e na China. Concluía que o «capitalismo soviético de outubro» seria substituído pelo capitalismo democrático; entretanto, o processo para derrotar a burguesia seria tão desagradável na China como em qualquer outro lugar.²⁸ Viriato da Cruz não ignorava a fragilidade da sua situação na China. Admitia a possibilidade de que as suas cartas fossem consideradas como críticas aos assuntos internos do país. Mas era também solidário com os chineses comuns que, sob restrições políticas cada vez mais rigorosas, tinham de se abster de expressar os seus verdadeiros sentimentos e pensamentos diante de estrangei-

²⁷ Cruz 1971b, p. 1.

²⁸ Cruz 1971b, p. 3.

ros. Na sua opinião, a responsabilidade de relatar tais histórias ocultas cabia principalmente aos escritores chineses.²⁹

Numa carta escrita em abril de 1971, Viriato da Cruz discute abertamente as razões para romper com o Comité Afro-Asiático, que tinha sido a sua principal plataforma política na China. Tendo testemunhado uma série de crises no bloco comunista, Cruz chamou ao Comité «Comité vieux barbon», dizendo que era composto por um grupo de velhos «que só conseguem arrastar-se usando o fóssil do afro-asianismo como muleta»³⁰. Como tais opiniões indicam, a sua vida de exilado na China pode ser resumida como uma curiosa mistura de aspirações, frustrações e reflexões. Cruz explicou isso mesmo no seu característico estilo poético:

*O exilado está sozinho em todo o lado; mas aqui está muito mais do que nou-
tro sítio qualquer. Para me manter, sinto uma necessidade vital de me entre-
gar muitas vezes às lembranças do meu meio natal, à reflexão sobre as reali-
dades do meu país. Como o homem tem uma necessidade vital de autentici-
dade profunda e cristalina! Como o hábito de estar em contacto com o artifi-
cial e o convencional nos esteriliza o espírito! Como nos é difícil a ação con-
tínua do artificial! Por isso, aqui, nem sequer o homem estrangeiro pode es-
capar à ruína, principalmente à ruína espiritual.*³¹

A solidão do exílio não foi uma exceção para Viriato da Cruz, mas foi certamente agravada pela crise do Maoísmo durante a Revolução Cultural. Regina Queiroz mencionou que os familiares de Cruz em Angola perderam totalmente o contacto com o tio.³² A sua alienação política no MPLA também significava que não seria mais bem-vindo ao seu país de origem, o que fazia dele uma espécie de fantasma. As frustrações políticas, aliadas ao isolamento físico, agravaram certamente o seu estado de saúde. A 13 de junho de 1973, aos 45 anos, Viriato da Cruz faleceu e foi sepultado no Cemitério dos Estrangeiros de Pequim. Poucas semanas após o anúncio de sua morte, *Jeune Afrique* publicou um ensaio necrológico. Destacou a «responsabilidade histórica» de Viriato da Cruz por ter iniciado a luta armada «num momento que estava longe de ser favorável», bem como a sua proposta de atividades

²⁹ Cruz 1971c, p. 3.

³⁰ Cruz 1971a.

³¹ Cruz 1971c, p. 5.

³² Entrevista com Regina Queiroz. Cf. Sun 2023b.

coordenadas entre o MPLA e a FNLA já em 1963.³³ Mas os autores cedo ficaram desapontados com o que se seguiu: os três movimentos de libertação angolanos, apoiados por diferentes potências da Guerra Fria, embarcaram numa guerra fratricida.

Conclusão

O apoio da China às lutas anticoloniais na África Lusófona foi influenciado pela Guerra Fria global, pela política interna da China e pela complexidade da descolonização na África Lusófona. No início da década de 1950, foram as experiências conjuntas de viagens, trabalho e conferências que contribuíram largamente para os primeiros laços entre a China e a África Lusófona. Os indivíduos que atravessaram regiões e redes tornaram-se os pontos nodais que facilitaram as trocas epistemológicas e práticas. Com a rutura da China em relação à União Soviética, 1963 marcou o início da segunda fase, em que Pequim se envolveu diretamente nas lutas anticoloniais na África Lusófona. O «canudo de uma arma», oferecendo treino militar, e o «canudo de uma caneta», acomodando escritores exilados, foram as duas linhas da frente, paralelas, da China. Pequim insistiu em localizar «revolucionários genuínos» que acreditassem na revolução mundial radical em vez da «coexistência pacífica», embora essa missão fosse condicionada pelo seu acesso limitado e pela política interna. Quando, no início da década de 1970, a sua turbulência política desapareceu gradualmente, a China ajustou também a sua política em relação à África Lusófona. Sob a teoria dos «Três Mundos» de Mao, o apoio às lutas de libertação nacional continuava a ser uma prioridade, mas passou a estar condicionado por uma postura antissoviética mais forte. Como resultado, a influência da China na definição dos resultados das lutas de libertação foi largamente prejudicada, muitas vezes em desacordo com os Estados da Linha da Frente, como a Zâmbia.

A experiência única de Viriato da Cruz como nacionalista africano exilado na China revela a lacuna crítica entre a teoria e a prática, o político e o pessoal, no Maoísmo global. O lançamento da Revolução Cultural, embora lembrasse a Cruz uma época em que a sua escrita literária constituía uma base substancial para as atividades do MPLA, também tornou a sua carreira

³³ N’Diaye e Crimi 1973.

política largamente dependente das próprias trajetórias e lutas políticas da China. Depois de Cruz se recusar a seguir a linha oficial de Pequim, acabou por ser destituído do seu cargo no Gabinete de Escritores Afro-Asiáticos. O desafio de estar exilado na China durante a Revolução Cultural foi agravado pela crise do Maoísmo, uma vez que intelectuais estrangeiros como Cruz não conseguiram ligar-se aos camponeses locais devido a barreiras burocráticas, culturais e linguísticas. O facto de Viriato da Cruz ter sido quase completamente esquecido no discurso oficial das relações contemporâneas Angola-China demonstra o papel do indivíduo como ser singular e, ao mesmo tempo, partícipe de acontecimentos históricos.

Bibliografia

- Anónimo 1962a. 亚非书籍展览会在开罗开幕 (Afro-Asian Book Exhibition Opened in Cairo). *People's Daily*, 14 fev., p. 4.
- Anónimo 1962b. 为风云变色时代的亚非文学的灿烂前景而祝福 我作家代表团团长茅盾在亚非作家会议上的发言 (Mao Dun's speech at the Afro-Asian Writers' Conference). *People's Daily*. 14 fev., p. 4.
- ANÓNIMO 1966a. *People's Pictorial*. out., p. 27.
- ANÓNIMO 1966b. 祝革命人类的领袖毛主席万寿无疆 安哥拉民族解放运动战士达克鲁斯的讲话 (Long live the Chairman Mao). *People's Daily*. 2 out.
- CHAJMOWIEZ, M., e C. MESSIANT, 2003. *Viriato da Cruz: Cartas de Pequim*. Coord. de M. Laban. Luanda: Chá de Caxinde.
- CRUZ, Viriato da, 1971a. *Correspondence on Thanks Signing of the «Monde». Break with the Afro-Asian Committee*. 28 abr. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10461.002.008> [Consult. 01-08-2015].
- CRUZ, Viriato da, 1971b. *Correspondence on Nixon Visit to China. Living Conditions in China*. 19 jun. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10461.002.009> [Consult. 01-08-2015].
- CRUZ, Viriato da, 1971c. *Correspondence on Living Conditions in China. Exiled Condition*. 23 jun. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10461.002.010> [Consult. 01-08-2015].
- DITTMER L., 1974. *Liu Shao-ch'i and the Chinese Cultural Revolution: The Politics of Mass Criticism*. Berkeley: University of California Press.

- FERNANDES, Moisés, 2008. O percurso Chinês de Viriato da Cruz, 1958-1973. In: Edmundo ROCHA *et al.* *Angola: Viriato da Cruz: O Homem e o Mito*. Luanda / Lisboa: Chá de Caxinde / Prefácio.
- FORTUNA, C., e M. CAHEN, 2013. Quer a Frelimo e o MPLA, quer a Renamo e a Unita, são partidos profundamente diferentes — Pesquisando os passos de Christine Messiant. *Revista Angolana de Sociologia*, 12.
- GE, Baoquan 1959. 在塔什干播种下的友谊 (The Friendship seeded in Tashkent). *世界文学 (World Literature)*. Vol. 1, n.º 17.
- LARKIN, Bruce, 1971. *China and Africa, 1949–1970: The Foreign Policy of the People's Republic of China*. Berkley: University of California Press.
- MAO, Zedong, 1930. A single spark can start a prairie fire. 5 janeiro. In: *Selected Works of Mao Tse-tung*. Disponível em: [https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-1/mswv1_6.htm].
- MAO, Zedong, 1967. Talks with Anna Louis Strong. In *Selected Works of Mao Zedong*. Volume 4. Beijing: Foreign Languages Press.
- MAO, Zedong, 2008. Winter Clouds. In *The Poems of Mao Zedong*. Berkeley: University of California Press.
- N'DIAYE, J-P. e B. CRIMI, 1973. Viriato da Cruz. *Jeune Afrique*. 11 August. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10461.006.008#!2> [retrieved 1 October 2015].
- ROCHA, Edmundo, Francisco SOARES, e Moisés Alves FERNANDES, 2008. *Viriato da Cruz: o homem e o mito*. Luanda / Lisboa: Chá de Caxinde / Prefácio.
- SHANGHAI Municipal Archive, C52-1-290-14, 周恩来总理在庆祝亚非作家紧急会议闭幕宴会上的讲话 (Premier Zhou Enlai's Speech at Banquet Celebrating Close of Afro-Asian Writers'Emergency Meeting), June 1966.
- SHANGHAI Municipal Archive, C52-1-290-19, 安哥拉代表达克鲁斯在亚非会议上的报告—亚非作家紧急会议在北京活动简报资料 (Report Delivered by Angolan Representative Viriato da Cruz at the Afro-Asian Conference), 29 June 1966.
- SU, Qiyun, 2013. 不屈的战士——纪念达克鲁兹逝世40周年 (Unyielding Warrior – In Memory of the 40th Anniversary of Viriato da Cruz's Death). 友声 (*You Sheng*). Vol. 1, p. 32.
- SUN, Jodie Yuzhou, 2019. *Entrevista com Monique Chajmowiez*. Paris, 3 mai.
- SUN, Jodie Yuzhou, 2020. Viriato da Cruz and his Chinese exile: A biographical approach. *Journal of Southern African Studies*. 46 (5), 845-861.
- SUN, Jodie Yuzhou, Mingqing YUAN, e Lifang ZHANG, 2023a. “Third World” Crossings: Afro-Asian Travelogues in the early 1960s’. *Interventions: International Journal of Postcolonial Studies*. 25 (6), pp. 846-863.

- SUN, Jodie Yuzhou, 2023b. *Entrevista com Regina Queiroz*. Online via Zoom, 26 set.
- TELEPNEVA, Natalia, 2022. *Cold War Liberation: The Soviet Union and the Collapse of the Portuguese Empire in Africa, 1961–1975*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- XIAO, San 1959. 从塔什干归来 (Coming back from Tashkent). *World Literature*. Vol. 1, No. 14.
- ZHANG, Zizhong, 1962. 我们拿起了武器” – 访问 “安哥拉人民解放运动” 总书记维里亚托·达·克鲁兹 (We Have Taken up Weapons – an Interview with the MPLA Secretary General Viriato da Cruz). *世界知识* (World Knowledge). Z1, p. 21.

O fim trágico e olvidado de Viriato da Cruz em Pequim, 1967-1973

The tragic and forgotten end of Viriato da Cruz in Beijing, 1967-1973

Moisés Silva Fernandes

Universidade de Lisboa
moises.fernandes@letras.ulisboa.pt

Resumo: Neste trabalho pretendemos analisar os anos finais de vida de Viriato da Cruz (达克鲁斯, Dakelusi) em Pequim, bem como o processo que conduziu à sua classificação como contrarrevolucionário (反革命分子, *fan 'geming fenzi*) pelo regime de Mao Zedong, no primeiro semestre de 1967.

Detetámos pelo menos sete princípios teórico-doutrinários maoístas dos quais Viriato da Cruz discordava e que, em conjunto com mais cinco atitudes pessoais, aumentaram a sua animosidade para com o regime de Mao Zedong, afastando-o da Grande Revolução Cultural Proletária (GRCP) e da China.

Toda esta intolerância levou ao isolamento de Viriato da Cruz que faleceu de aterosclerose coronária, a 13 de junho de 1973, com 45 anos de idade.

Palavras-chave: Nacionalismo angolano; Grande Revolução Cultural Proletária na China; contrarrevolucionário; racismo

Abstract: In this paper we intend to analyse the final years of Viriato da Cruz in Beijing, as well as the process that led to his classification as a counter-revolutionary by the Mao Zedong's regime in the first half of 1967.

We have detected at least seven Maoist theoretical-doctrinal principles with which Viriato da Cruz disagreed and which, together with five other personal attitudes, increased his animosity towards Mao Zedong's regime, alienating him from the Great Proletarian Cultural Revolution (GPCC) and from China.

All this intolerance led to the isolation of Viriato da Cruz, who died of coronary atherosclerosis on 13 June 1973, aged 45.

Keywords: Angolan nationalism; Great Proletarian Cultural Revolution in China; counter-revolutionary; racism

Este trabalho é dedicado ao Dr. Edmundo Rocha e ao Eng. José Carlos Horta, já falecidos.

Introdução

Quando tudo apontava no sentido de que Viriato da Cruz fosse o mais influente dirigente nacionalista da África lusófona junto dos dirigentes chine-

ses, começou a observar-se a sua vertiginosa queda em desgraça política no primeiro semestre de 1967. Entre a apresentação do seu relatório sobre a ausência de condições propícias em África para o fomento da GRCP, em data desconhecida, e a realização do seminário da Organização dos Escritores Afro-Asiáticos (OEAA) sobre o «pensamento de Mao Zedong», entre os dias 31 de maio e 5 de junho de 1967, Viriato da Cruz foi classificado como contrarrevolucionário (反革命分子, *fan'geming fenzi*)¹ pelo regime maoísta (Caeiro, 1998). A sua situação foi-se degradando acentuadamente contribuindo, em grande parte, para o seu perecimento em Pequim em 1973, com 45 anos de idade.

Isto ocorre durante a Grande Revolução Cultural Proletária (GRCP) da China continental, entre 16 de maio de 1966 e 6 de outubro de 1976, à qual os investigadores atribuem números muito díspares de vítimas, variando entre 1,76 e 20 milhões de seres humanos. Nós optamos por uma estimativa muito conservadora, considerando três milhões de mortos (Chang e Halliday 2005, p. 609). Uma dessas vítimas foi Viriato da Cruz.

Pouco tempo após a conclusão do périplo pelos continentes asiático e africano, Viriato da Cruz apresentou um relatório às autoridades chinesas no qual colocava em causa os princípios orientadores básicos do regime chinês em relação à África. Provavelmente a pedido do chefe da delegação da OEAA que se tinha deslocado ao continente africano, um oficial superior do Exército Popular de Libertação (EPL), Xu Huaizhong (徐怀中), o ex-dirigente político angolano apresentou um apontamento sobre a conjuntura política no continente africano que contrariava abertamente a posição oficial chinesa. Enquanto Mao Zedong e a máquina de propaganda chinesa perspectivavam grandes possibilidades para a realização de revoluções no continente, no âmbito da ultrarreacionária² matriz campesina concebida por Mao Zedong para a China continental, Viriato descreveu a situação já então deplorável de África, «das independências — incluindo países visitados: nenhuma revolução em vista a longo prazo por falta de elites, da ignorância das massas

¹ Na China continental é-se considerado contrarrevolucionário por se discordar da orientação oficial do regime ou protestar contra ele (Wu 1992, p. 21).

² Carta de Viriato da Cruz para José Carlos Horta, de 14 de outubro de 1970, p. 7, Espólio de José Carlos Horta (EJCH).

e das economias rudimentares ou permanecendo ainda sob a tutela neocolonial» (Laban 2003, p. 47).

Atendendo à ausência de condições políticas propícias para a prossecução da revolução chinesa em África, Viriato da Cruz, começou a reear que a China continental pretendesse controlar o continente. Como nacionalista, defendeu: «[s]e Angola deve ter um chefe, então que seja Portugal, que pelo menos já nos colonizou durante 400 anos! Ora nós não queremos mais chefes: nem portugueses nem chineses» (*Ibid.*).

O contrarrevolucionário foi transferido do Hotel Pequim para a Pousada de Amizade de Pequim

Por que razão escreveu Viriato da Cruz um relatório desta natureza? Provavelmente, estava convicto de que o seu elevado estatuto no seio do regime e os seus pergaminhos de revolucionário, de fundador do Partido Comunista de Angola (PCA), de antigo destacado dirigente do MPLA (Movimento Popular da Libertação de Angola), de ex-proeminente membro da FNLA / GRAE (Frente Nacional de Libertação de Angola / Governo de Resistência de Angola no Exílio) e as provas de lealdade prestadas ao regime chinês — em conferências internacionais em que defendera as orientações de Pequim e o culto da personalidade de Mao Zedong — lhe garantiriam imunidade e permitiriam usar de frontalidade acerca das possibilidades chinesas no continente africano. Outros militantes dos Países de Baixo Desenvolvimento (PBDs) cometeram também o mesmo erro. Mei Fung, primeiro-secretário da embaixada da China continental em Paris, confessou ao jornalista Maurice Ciantar antes de este partir para Pequim para trabalhar nas Edições em Línguas Estrangeiras, em julho de 1965: «temos demasiados atritos com os comunistas estrangeiros, na China. Querem ser mais comunistas do que nós, ao ponto de nos darem lições de marxismo-leninismo» (Ciantar 1973, p. 438).

É a partir do momento em que escreve o relatório que começa a pressão e o isolamento de Viriato da Cruz, por parte da 5.^a divisão da repartição da Câmara Municipal de Pequim, com dupla dependência da Segurança do Estado que está diretamente subordinada ao ministério da Segurança do Estado (国家安全部, *Guojia Anquan Bu*) e ao Departamento Central de Investigação do PCC (中央调查部, *Zhongyang Diaocha Bu*). De acordo com Faligot

e Kauffer, a Divisão n.º 5 está encarregada da vigilância dos estrangeiros residentes na capital.³

Para acentuarem o seu descontentamento, as autoridades chinesas atribuíram um pequeno apartamento de duas divisões, na Pousada de Amizade de Pequim, à família de Viriato da Cruz, que era composta por três pessoas. Esta atitude contrastava com as regras normalmente seguidas em relação a outros agregados familiares estrangeiros. Estes eram tradicionalmente contemplados com um apartamento de três ou quatro divisões, consoante a dimensão da família. Apesar de Viriato ter reivindicado a cedência de alojamento mais amplo, «os chineses recusavam-se de maneira obstinada a atribuir-lhes um apartamento maior» (Laban 2003, p. 42). Pouco tempo depois encerraram-lhe o gabinete de trabalho de «perito cooperante» da OEAA (*Ibid.*, p. 54), continuando, contudo, a auferir do seu salário.⁴

Quando as duas comitivas da OEAA chegaram a Pequim, proferiram discursos a enaltecer os princípios orientadores maoístas, no dia 24 de fevereiro de 1967.⁵ É verosímil que Viriato da Cruz tenha caído em desgraça política entre o seu regresso do continente africano, a 24 de fevereiro de 1967, e a reunião marcada para os estrangeiros e nacionais, seminário organizado pela OEAA sobre o pensamento de Mao Zedong, em que Viriato já não compareceu. Consideramos que, neste período, escreveu o relatório sobre a GRCP e o pensamento de Mao Zedong em que ele contradizia todos os aspetos do maoísmo:

Viriato passou a ser marginalizado: o escritório dele foi fechado, em seguida retiraram-lhe o trabalho, e sofreu mil e um vexames bem chineses, que dão cabo do homem mais sólido (Laban 2003, p. 47).

Efetivamente, entre os dias 31 de maio e 5 de junho de 1967 teve lugar em Pequim um seminário para assinalar o 25.º aniversário da alocução do

³ «Division 5, in charge of the surveillance of foreigners resident in the capital» (Faligot e Kauffer 1989, p. 346).

⁴ De acordo com Monique Chajmowiez, «os burocratas responsáveis do seu ‘caso’ enfiavam todos os meses, por baixo da porta dele, um envelope com os *yuans* pretendendo representar um salário fictício — não era magro salário chinês, mas tão pouco um salário de ‘perito’ (dez vezes maior!)» (Laban 2003, p. 54).

⁵ Triumphant Return of Afro-Asian Writers’ Bureau Delegations from Tour. *Peking Review*, 北京周報, *Beijing zhoubao*, 10: 10 (3 de março de 1967), pp. 29-30.

presidente do Partido Comunista Chinês, Mao Zedong nas «[i]ntervenções nos colóquios de Yan'an sobre literatura e arte», proferida em 2 de maio de 1942.

Com o desaparecimento do estatuto especial que usufruía no seio da cúpula dirigente chinesa, Viriato passou a experimentar diretamente as atitudes racistas e xenófobas de que os estrangeiros, em geral, e os africanos, em particular, eram vítimas por parte do cidadão comum chinês. Estes comportamentos intensificaram-se durante o período da GRCP. Os poucos estrangeiros que viviam na China, na sua esmagadora maioria apoiantes do regime de Mao, foram objeto de atitudes de discriminação, de prepotências e de abusos. Sócrates Dáskalos, professor angolano de língua portuguesa no Instituto de Línguas da Rádio Pequim, entre 1965 e 1968, esteve hospedado na Pousada de Amizade de Pequim, defendendo que a atitude dos chineses para com os estrangeiros se alterou radicalmente com a precipitação da GRCP:

Os chineses, que antes da revolução cultural eram sorridentes e mesureiros para com os estrangeiros, com o advento desta revolução tornaram-se xenófobos, a tal ponto que, além de terem esfaqueado um africano negro que fazia as compras na loja dos cooperantes, borraram a piscina do Pousada de Amizade de Pequim com cocó chinês. E mais: nós, como os chineses, utilizávamos a bicicleta para dar as nossas voltas na cidade e arredores e depois de ter começado esta revolução, quando passávamos por um grupo de chineses, estes levantavam os rabinhos do selim e largavam uns punzinhos ou punções muito mal cheirosos... para saudar os estrangeiros (Dáskalos 2000, p. 138).

Em setembro de 1968, recém-chegada a Pequim, Monique Chajmowiez foi desafiada por Sócrates Dáskalos, a apresentar os seus diapositivos da revolta dos estudantes parisienses, o Maio de 1968, a uma plateia de trinta «peritos estrangeiros» reunidos na Pousada de Amizade em Pequim, referindo Laban que

[o] único depois da projeção foi o angolano, Viriato da Cruz, com quem tive conhecimento. Na época ele já estava 'castigado', isto é, marginalizado pelos chineses. Soube mais tarde que o tinham destituído do seu papel oficial de 'consultor' do Bureau dos Jornalistas ou Escritores Afro-Asiáticos (ala pró-chinesa com sede em Pequim) e que continuava apesar de tudo 'inativo' em Yoi (Laban 2003, p. 42).

O próprio Viriato da Cruz e a sua família foram alvo de atitudes de segregação pública por parte dos chineses. Monique Chajmowiez, amiga francesa da família, menciona que um dia «[v]isitamos juntos o jardim zoológico e, nesse domingo, a atração principal da cidade e dos visitantes ‘do Interior’ não foi a jaula dos macacos, mas a família de Viriato da Cruz com o seu cabelo encarapinhado, a sua tez escura, o seu falar estrangeiro! O olhar dos chineses não era de curiosidade mas sim de desprezo, racista» (Laban 2003, p. 51).

Os sete princípios teórico-doutrinários maoístas de que Viriato da Cruz discordava

O violento ambiente antiestrangeiro em Pequim, assim como a sua queda em desgraça política, contribuíram para que Viriato da Cruz passasse a objetar sete princípios teórico-doutrinários fundamentais do regime maoísta.

Primeiro, interrogou-se se o «pensamento de Mao Zedong» representava efetivamente uma etapa superior como dera a entender no discurso que proferira no dia 1 de outubro de 1966 e como defendiam os ortodoxos maoístas, entre os quais se destacou Chen Boda (陈伯达) e a máquina de propaganda chinesa. Monique Chajmowiez recordou que:

Viriato da Cruz podia evidentemente estar de acordo com Liu [Shaoqi, chefe de Estado chinês,] acerca da pertinência inamovível da crítica do capitalismo por parte de Marx e Engels e da desconfiança a ter em relação aos ‘acrescentos’ posteriores — e sobretudo ao maoísmo, esta ‘etapa superior do marxismo’. Pode também pensar-se que ser mais favorável a Liu Shaoqi do que a Mao Zedong durante a GRCP era apenas uma provocação de Viriato para suscitar a sua expulsão da China... (Ibid., p. 48).

Segundo, alegou que o grande atraso económico e a extraordinária pobreza prevalecente na China continental representavam sérios obstáculos à construção do socialismo e do comunismo (Laban 2003, p. 51). Nas duas últimas cartas enviadas a Monique Chajmowiez, recordou que o «desenvolvimento insuficiente» era um «inferno» para «bilhões de homens». Por esta razão, era da opinião que os «salários demasiado baixos privam o povo dos bens de primeira necessidade e colocam-no numa posição de dependência absoluta parecida com a escravatura» (Ibid., p. 102). Lamentou a péssima habitação, a

ausência de infraestruturas, a subnutrição nas crianças chinesas, os maus serviços de saúde, entre outras matérias (*Ibid.*, pp. 102-113).

Terceiro, enquanto Viriato argumentava que o «proletariado revolucionário urbano» constituía a força motriz da «revolução», o regime de Mao Zedong alicerçava toda a sua legitimidade política na primazia do campesinato. Acontece que Mao Zedong personificava o segundo tipo de revolução, rompendo com o marxismo-leninismo clássico, que relegava o campesinato para uma posição secundária no movimento comunista. Esta postura contrastava com a de Viriato da Cruz, que defendia intransigentemente que a revolução mundial só poderia ser levada avante pelo «proletariado revolucionário» urbano, como ficou bem patente nos cadernos e fichas de leitura teórico-doutrinários que ofereceu a Monique Chajmowiez e na correspondência que remeteu ao moçambicano José Carlos Horta.

Quarto, Viriato manifestou um profundo distanciamento em relação ao fosso entre a teoria e a prática do maoísmo. Nas conversas que manteve com Monique Chajmowiez na Pousada de Amizade de Pequim, considerou o estalinismo e o maoísmo não mais do que «poeira nos olhos» (*Ibid.*, p. 56). Era da opinião que os partidos comunistas chinês, soviético e cubano dirigiam falsas revoluções (*Ibid.*). As palavras de ordem da máquina de propaganda chinesa como «*O maoísmo etapa superior*» ou «*Enriquecimento do marxismo*», «*O Pensamento de Mao Zedong (毛泽东) para armar os verdadeiros revolucionários*», «*A Revolução Mundial triunfa*», etc.» suscitavam da parte dele «raiva» (*Ibid.*, p. 53). Durante o período da permanência de Monique em Pequim, entre agosto de 1968 e janeiro de 1970, Viriato redigiu fichas de leitura que remetiam para os textos clássicos de Marx e Lenine sobre vários aspetos teóricos do movimento comunista internacional e ensaios sobre a «*Restauração do Capitalismo na URSS*», «*O Culto da Personalidade*» e a disparidade entre a «*Ideologia e Teoria*» (*Ibid.*).

Quinto, Viriato rompeu com o «afro-asiatismo» e as suas respetivas organizações. Passou a considerá-las como «verdadeiras múmias», superadas pela rápida evolução dos acontecimentos. O «afro-asiatismo» estava em «decomposição». Os seus organismos eram

na realidade, verdadeiros templos mofentos, sombrios e sem vida, onde deambulam, como sombras, meia dúzia de bonzos 'adoradores da múmia', bonzos cuja atividade se limita praticamente à recitação de uns tantos versetos

sagrados, à publicação de boletins sem interesse, e à execução de uns quantos ritos cuja monotonia é a melhor receita para provocar o bocejo nas gentes. Mesmo o 'rito do chá' perdeu, nesses templos antediluvianos, toda a graça e toda a vivacidade chinesas. Que anacronismo empestador!

Esperava que ninguém em África continuasse a acreditar no afro-asiatismo.⁶ Aliás, na carta enviada a Monique Chajmowiez, comunicou-lhe o seu rompimento com a OEAA e o afro-asiatismo (Laban 2003, p. 100).

Quando ele estava na fase final da doença, em maio de 1973 (Pacheco 2016, p. 1037, nota de pé de página 13), escreveu:

Não aceito junto do meu cadáver, até ao meu enterramento, a presença de representantes da burocracia chinesa ou dos movimentos, comités, associações ou organizações afro-asiáticas, pois acho mais digno que tanto os representantes daquela burocracia, como os das ditas hostes afro-asiáticas, deem provas de coragem mantendo-me, até ao fim, no isolamento em que me vêm mantendo desde [há] vários anos (Pacheco 2016, p. 1040).

Sexto, opôs-se às orientações políticas preconizadas pelos grupos «marxistas-leninistas» fortemente apoiados pelo regime chinês. Estes defendiam que já existiam «países socialistas», enquanto Viriato não acreditava na sua existência, atendendo a que ainda não se tinha observado «nenhuma verdadeira transformação socialista da economia» e o «proletariado revolucionário» não tinha tomado ainda conta do poder. Por outro lado, a exortação por parte destes grupos à luta em prol da independência dos povos em relação ao imperialismo americano e contra o neocolonialismo, como advogavam os chineses, contradizia as teses de Marx e de Lenine. Na sua opinião, não se deveria caminhar para a constituição formal de Estados,⁷ pois estes nunca procederiam às «reformas sociais». Estas só seriam possíveis «depois da vitória MUNDIAL do proletariado revolucionário» (maiúsculas no original).⁸

Era impossível implantar o socialismo num só Estado atendendo à interdependência criada pelo capitalismo. Portanto, não se deveriam concentrar no neocolonialismo, mas na edificação duma sociedade socialista.⁹ Argumentava que era um erro que os países da Europa ocidental combatessem contra o impe-

⁶ Carta de Viriato da Cruz para José Carlos Horta, de 29 de abril de 1971, p. 2, ECJH.

⁷ Carta de Viriato da Cruz para José Carlos Horta, de 14 de outubro de 1970, p. 1, ECJH.

⁸ *Ibid.*, p. 2.

⁹ *Ibid.*

rialismo americano e os de Leste contra o «social-imperialismo». Acreditava que esta orientação visava efetivamente impedir a «revolução proletária mundial», pois tinha como desígnio

*somente encerrar o proletariado dos Estados fracos nos limites de uma luta infundável por objetivos nacionalistas (luta em que proletários de vários países se exterminem mutuamente), mas ainda fazer crer aos trabalhadores desses Estados que a exploração (mesquinha, na maioria dos casos), praticada pela burguesia 'nacional', é boa porque é patriótica.*¹⁰

Esta linha de ação era idêntica ao pensamento de Estaline, que Viriato condenou com grande contundência no ensaio denominado *Liste sommaire de quelques faits concernant la victoire de la contre-revolution au sein du mouvement ouvrier international* (Laban 2003, 151-153).

Por outro lado, Viriato discordava da promoção do socialismo nacional ou autárquico, da deificação das «massas» e da glorificação do «universo mental camponês (universo estreito e ultrachauvinista)»,¹¹ princípios orientadores básicos do pensamento de Mao Zedong. Embora estes fossem defendidos «sob o pretexto de que é preciso liquidar o imperialismo americano», visavam

*pelo contrário, reforçar no seio das 'massas' as posições dos feiticistas, dos bonzos, dos imãs, dos nobres, dos pregadores da guerra santa, dos obscurantistas, dos folcloristas, dos que dividem os proletários por nações, por continentes, por raças e por culturas nacionais ou pretensamente nacionais.*¹²

Em sétimo lugar, Viriato da Cruz imputava a sua doença ao Estado e ao Partido Comunista Chinês considerando que a enfermidade que o atormenta «e certamente me matará não apanhei em nenhum bordel, nem me foi contaminada por nenhuma mulher» (Pacheco 2016, p. 1040).

As cinco posturas pessoais que denotam o seu ressentimento pelo sistema existente

Para além das objeções teórico-doutrinárias, também se observaram mais cinco posicionamentos pessoais que acentuaram a animosidade entre ambas as

¹⁰ *Ibid.*, p. 3.

¹¹ *Ibid.*, p. 7.

¹² *Ibid.*, pp. 8-9.

partes. Primeiro, Viriato da Cruz classificou Mao Zedong de «múmia».¹³ Em segundo lugar, nunca pediu proteção jurídica na China continental. Como explicou nas «[ú]ltimas disposições fixadas no hospital» nas «duas semanas» antes de morrer (Pacheco 2016, p. 1037, nota de rodapé n.º 13):

Nunca pedi asilo político na China, nem tenciono pedi-lo jamais. Desde 1969 que venho pedindo em vão às autoridades chinesas autorização para sair deste país. Considero uma desgraça o facto de eu vir a falecer na China (Pacheco 2016, p. 1040).

Em terceiro lugar, Viriato da Cruz discordava de que a sua filha Marília da Cruz, de dez anos, fosse instruída no sistema da China continental. Que razões apresenta para esta discordância?

Neste país a educação que se dá aos indivíduos das classes dirigentes faz deles déspotas embuçados em fatos de ganga, papagueadores de uma linguagem 'revolucionária ...', ostentadores de uma falsa virtude que se pretende praticada por questão de princípio. A educação destinada aos indivíduos das classes dirigidas faz deles escravos com todas as limitações próprias do Oriente (Ibid.).

Apesar de todos os apoios que os chineses dão no seu sistema educativo, não reconhece que a «instrução [...] sumária» seja suficiente e pergunta o autor se há «um só africano que tivesse estudado na China e se tivesse ilustrado neste país ou algures?» (Ibid.).

Quarto, ele escutava estações de radiodifusão estrangeiras, nomeadamente as emissões d'A Voz da América e da Rádio Tóquio (Laban 2003, p. 101), para poder acompanhar a situação política internacional. Esta atividade era estritamente proibida pelo regime chinês, que nem permitia a comercialização de telefonias que tivessem a banda de ondas curtas. Certamente que ele obteve a sua rádio de ondas curtas quando andava pelo Ocidente.

Em quinto lugar, embora Viriato da Cruz fosse morrer na comunidade oriental, isto é, a chinesa, de fato considerava-se pertença e fruto da educação da comunidade ocidental, porque, como diz, era «essa fé a que me está mais próxima e a que julgo melhor compreender» (Pacheco 2017, 1039). Portanto, ele aceitava que os seus parentes e amigos pudessem vir a servir-se dos ritos dessa fé para evocar a sua memória.

¹³ Carta de Viriato da Cruz para José Carlos Horta, de 29 de abril de 1971, p. 2, EJCH.

O perecimento de Viriato da Cruz

Viriato da Cruz morreu devido a uma aterosclerose coronária a 13 de junho de 1973. Uns dias depois, compareceram ao seu funeral cinco pessoas: a mulher, Maria Eugénia, a sua filha, Marília, e três «peritos estrangeiros», Ângela Guimarães (Caeiro, 2016, p. 102) e Enrique e Elvira Posada, um casal colombiano (Posada 2011). A sua antiga «unidade de trabalho», a OEAA, enviou uma coroa de flores, por ter morrido na China continental. Como foram três «peritos estrangeiros» ao funeral de Viriato da Cruz, a hierarquia da presidência do Conselho de Estado chinês, isto é, o governo central chinês, não ficou muito contente com o ato fúnebre (Caeiro 2016, p. 103).

Conclusões

Após ter apresentado o relatório que contrariava a orientação oficial chinesa para o continente africano, Viriato da Cruz foi afastado da área do poder central. Em vez de optar por uma postura política discreta para facilitar a sua saída da China, pois o seu passaporte tunisino tinha caducado a 22 de novembro de 1967, Viriato da Cruz transformou-se num dissidente estrangeiro do regime de Mao Zedong. Esta situação contribuiu para que a liderança chinesa se empenhasse em mantê-lo no país.

Viriato da Cruz acabaria por falecer olvidado na capital chinesa, vítima do regime político que tanto apoiara publicamente até à redação do relatório sobre a inviabilidade da GRCP chinesa no continente africano. Todavia, o que mais marcou a sua morte prematura foi que todos os cooperantes estrangeiros receberam um fortíssimo sinal de que o regime do presidente Mao Zedong não perdoaria a quem o afrontasse.

Bibliografia

- CAEIRO, António, 2016. *Peregrinação vermelha: o longo caminho até Pequim*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- CHANG, Jung, e Jon HALLIDAY, 2005. *Mao: a história desconhecida*. Tradução de Inês Castro. Lisboa: Bertrand Editora.
- CIANTAR, Maurice, 1973 [1969]. *Mil dias em Pequim*. Traduzido do francês por Maria Teresa Ramos. Amadora: Livraria Bertrand.

- DÁSKALOS, Sócrates, 2000. *Um testemunho para a história de Angola: do Huambo ao Huambo*. Lisboa: Vega.
- FALIGOT, Roger; Rémi KAUFFER, 1989. *The Chinese Secret Service*. Translated from the French by Christine Donougher. Nova Iorque: William Morrow and Company.
- LABAN, Michel, coord., 2003. *Viriato da Cruz: Cartas de Pequim — com uma entrevista de Monique Chajmowiez e um ensaio de Christine Messiant*. Luanda: Edições Chá de Caxinde.
- PACHECO, Carlos, 2016. *Agostinho Neto, perfil de um ditador: a história do MPLA em carne viva*. Lisboa: Nova Vega.
- POSADA-CANO, Enrique, 2011. *The Stories of Beijing Friendship Hotel*. Pequim: New World Press.
- WU, Hongda Harry, 1992. *Laogai: The Chinese Gulag*. Traduzido para inglês por Ted Slingerland. Boulder, CO: Westview Press.

A influência do iluminismo no pensamento político de Viriato da Cruz

The influence of the enlightenment on the political thought of Viriato da Cruz

Regina Queiroz

Universidade Lusófona, CEAD
regina.queiroz@ulusofona.pt

Resumo: O pensamento político de Viriato Cruz tem sido justamente associado à ideologia política marxista e à correlata crítica ao colonialismo capitalista. Porém, a literatura sobre Cruz não enfatiza suficientemente a influência do Iluminismo no seu pensamento. É importante sublinhá-la, pois essa influência: (a) traduz uma mudança e evidencia uma linha de continuidade nas suas reflexões teóricas; (b) fornece-lhe um critério distinto do marxista para avaliar vários regimes políticos da sua época, e que o levou a compreender as virtudes das liberdades individuais protegidas pelo que, nos anos 50, denominou concepção lunática e liberal da democracia; (c) permite-lhe reavaliar o capitalismo e redefinir a natureza do socialismo. Ademais, deixa-nos avaliar com mais exatidão a singularidade de Cruz como pensador político e o seu lugar único na luta contra o colonialismo. Essas conclusões são demonstradas por meio de uma análise qualitativa de diversos artigos, relatórios e livros da obra de Cruz.

Palavras-chave: capitalismo; democracia; livre exame; Marxismo; MPLA

Abstract: Viriato Cruz's political thought has rightly been associated with the Marxist political ideology and the correlative criticism of capitalism. The literature on Cruz does not sufficiently emphasize the importance of the Enlightenment in his thought. It is important to highlight it. Not only does its emergence reflect a significant change in Cruz's thinking, but it also highlights a line of continuity in his political thought and practice. Also, it allows us to assess the importance and the singularity of Cruz, as a political thinker, in the African and Angolan political struggle. Finally, it provides a new criterion for evaluating political regimes, and one that led him to understand the virtues of individuals' liberties protected by what in the 50s he named the lunatic and liberal conception of democracy. Ultimately, it reveals the axial place that freedom of thought occupies in his political theory and practice.

The study uses a qualitative analysis of several documents (e.g., articles, books).

Keywords: capitalism; democracy; individuals' freedom; Marxism; MPLA

Introdução

A maior parte da (rara) exegese do pensamento político de Viriato Cruz, publicada sob a forma de artigos, ensaios e correspondência, sublinha, com

razão, a sua inquestionável pertença à tradição marxista (Fernandes 2008; Lazagna 2021; Messiant 2003; Sun 2020; Telepneva 2021). Porém, a partir do seu exílio na China (veja-se Fernandes 2008; Lazagna 2021; Messiant 2003; Sun 2020), Cruz afastou-se explicitamente do socialismo marxista, nomeadamente na sua versão maoísta (Cruz 2023b, p. 276). São poucos os estudiosos do seu pensamento que mencionam esse afastamento. Todavia, Christine Messiant (2003) reconhece que «a intensidade do trabalho intelectual de Viriato e a sua aspiração irreprimível pela liberdade... permitiram-lhe superar algumas posições políticas», tais como o seu bolchevismo radical de classe e internacionalista (Messiant 2003, p. 217). Messiant afirma igualmente que Viriato passa do marxismo para uma posição socialista mais democrática. Também Moisés Fernandes (2008) fornece uma análise importante do afastamento de Cruz, ao longo do tempo, dos princípios doutrinários do regime maoísta, e da sua crescente defesa do mercado económico mundial.

No entanto, na análise desse afastamento, a influência do iluminismo na reflexão teórica de Cruz não é suficientemente sublinhada. É, todavia, importante sublinhá-la, porque essa influência tanto traduz uma mudança significativa, como evidencia uma linha de continuidade do seu pensamento político, esclarecedora de muitas decisões políticas. Ademais, oferece novos argumentos sobre a singularidade do pensamento e prática de Cruz na luta contra o colonialismo em África e Angola. Viriato Cruz é «um pensador político e um homem de doutrina» (Messiant 2003, p. 234) envolvido na criação do Partido Comunista Angolano (PCA), do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) e na formação do Movimento Anti-Colonial (Mac) (Rocha 2008, pp. 109, 293). Em terceiro lugar, a importância explícita do iluminismo propicia um novo critério de avaliação dos regimes, estados e grupos (Cruz 2003).

Por estas razões, e sem descartar a importância da análise histórica e sociológica da prática política de Cruz, analisaremos neste artigo o percurso do seu pensamento político teórico e prático da perspectiva da importância do Iluminismo, nomeadamente a ênfase na liberdade de pensamento individual. Esta tarefa é, inevitavelmente, limitada pela relativa escassez de fontes originais do pensamento de Cruz, até porque «grande parte dos escritos de Viriato acabou por se perder em Léopoldville... e [muitos] foram queimados [na China]» (Rocha 2008, p. 9 e 144).

Através do exame qualitativo de vários artigos, relatórios e livros importantes, analiso o pensamento político de Cruz desde o início dos anos 1950 até ao início dos anos 70.

1. Liberdades individuais vs. coletivas

O colonialismo não é um fenómeno moderno (veja-se a anexação de territórios adjacentes pelos fenícios, gregos e romanos [Graham 2017]). No entanto, Cruz critica as práticas de dominação que surgiram com a moderna colonização capitalista europeia de nações e territórios não europeus, particularmente aqueles que envolvem países como a França, Espanha, Grã-Bretanha, Itália e Portugal (Cruz 2023a, pp. 47-54; Cruz 2023b, pp. 36, 42-51). Resultante da tendência capitalista para se expandir em busca de novos mercados e da crescente concorrência entre os países capitalistas europeus (v.g. França, Grã-Bretanha, Bélgica, Espanha, Itália e Portugal), esse colonialismo incluiu a expropriação violenta e a subjugação política de alguns povos africanos e asiáticos (Cruz 2023a, pp. 47-54; 2023b, p. 48).

Quando associa o capitalismo à luta contra o colonialismo, Cruz pretende que não se confunda essa luta com uma insurreição que substitua uma potência capitalista estrangeira por uma potência capitalista nativa. A luta contra o colonialismo deveria ser considerada revolucionária, i.e., substituir o capitalismo colonial por uma ordem socialista pós-colonial, entendida na sua versão marxista-leninista e não nas «diferentes formas do socialismo não proletário, pré-marxistas [apoiadas por] Mazzini, Proudhon, Bakounin, o sindicalismo liberal inglês [...]» (Cruz 2023b, p. 171). Nesta versão, Cruz defende, em primeiro lugar, um dos princípios fundamentais da crítica do marxismo ao capitalismo: «[N]a troca da força de trabalho pela mercadoria capitalista, o dinheiro... há uma classe explorada [o proletariado] e um explorador, o [burguês].» (Cruz 2003, pp. 135-136; 2023a, p. 297).

Em segundo lugar, partilha a mesma ambivalência de Marx em relação ao capitalismo. Na verdade, tal como Marx defende que «o imenso sofrimento provocado durante a transição da sociedade feudal para a sociedade burguesa [...] é [...] necessário e, em última análise, progressivo» (Kohn e Kevita 2023, p. 10), Cruz advoga a necessidade de criar uma classe capitalista nacional para desenvolver uma classe proletária de negros, brancos e mestiços

(Cruz 2023a, pp. 47-54; Cruz 2023b, p. 259) — um princípio que ele nunca abandonou.

Em terceiro lugar, defende que a luta revolucionária para instituir o socialismo, lançada por uma frente unida de todas as forças anticolonialistas — o MPLA (Cruz 2023b, p. 49) — deve ser organizada sob o modelo leninista do centralismo democrático (Cruz 2023a, p. 122). Neste, se os órgãos governamentais são eleitos por todos os membros da organização, quem dirige a vida quotidiana da organização «é o [seu] órgão de governo [ou a vanguarda do proletariado, que] tem competência para tomar decisões, definir missões, publicar manifestos, lançar slogans, assinar acordos, estabelecer negociações, etc.» (Cruz 2023a, p. 122). Este programa de vanguarda deverá conduzir a um governo à frente do qual estaria a classe trabalhadora (Cruz 2023b, p. 49).

Finalmente, e do nosso ponto de vista significativamente, o Marxismo-Leninismo exige a limitação da liberdade individual pela liberdade coletiva e a liquidação da competição pessoal unicamente dirigida para a procura de benefícios particulares nas organizações (Cruz 2023, p. 49). Em tais organizações revolucionárias os indivíduos devem ser considerados soldados que marcham ao ritmo do batalhão e agem na organização como um único ser humano, ou seja, uma personalidade coletiva (Cruz 2023b, p. 49). Por exemplo, numa mensagem de 1962 à União Geral dos Estudantes da África Negra (UGEAN), se Cruz reconhece que «todos os indivíduos, grupos de indivíduos, minorias e majorias devem ter o direito de preservar os pontos de vista que os diferenciam» (Cruz 2023b, p. 127), a validade das suas opiniões baseava-se no julgamento da personalidade coletiva. Além disso, defende que os indivíduos não devem ver-se como personalidades (privadas) com o objetivo de salvaguardar os seus interesses exclusivamente individuais (Cruz 2023b, p. 49).

No entanto, durante o exílio em Pequim, coincidente com a Revolução Cultural Chinesa (1966-1976), Cruz testemunhou que, na versão Maoísta (e soviética) do marxismo, não só existiam as mesmas desigualdades políticas, económicas e sociais que na burguesia das democracias liberais — os cidadãos viviam num inferno de extrema pobreza, resultante de insuficiente desenvolvimento (Cruz 2003, pp. 101-113) — mas também que qualquer expressão pública da sua insatisfação colocava em risco a vida e a liberdade

dos indivíduos e das famílias. Com efeito, a revolução cultural visava impor os pensamentos de Mao Tsé-Tung através da prisão, da condenação ao trabalho forçado e do assassinato, em espetáculos públicos dos apoiantes dos elementos capitalistas ou tradicionais da sociedade chinesa (Hecheng 2017). Ora, o espetáculo dessas atrocidades, mais a sua proximidade com Liu Shaoqi, criticado por ser um seguidor da via capitalista, — «Cruz [...] recusou [...] remover a sua fotografia com Liu» (Sun 2021, p. 856) — e a consciência da criminalização de qualquer opinião divergente, leva-o a renunciar à crença na versão maoísta do marxismo e a compreender o valor político do pensamento livre para a melhoria das condições de vida dos cidadãos.

Esse reconhecimento traduz-se na valorização do juízo pessoal e autónomo e na defesa de os indivíduos serem juizes das suas próprias opiniões. Na crítica aos grupos Marxistas-Leninistas (M-L), Cruz sustenta que, em vez de defenderem o «espírito de livre exame, o espírito objetivo, a crítica inconformista, a autonomia mental dos indivíduos... [,] os... grupos M.-L. defendem, na prática, a subordinação mental e espiritual dos indivíduos ao pensamento “infalível” dos “líderes”, o esmagamento do julgamento crítico, a interdição do livre exame» (Cruz 2023b, p. 133). E acrescenta: «Longe de defender, através de uma luta ardente, o livre desenvolvimento da pessoa, bem como a pressão sobre o indivíduo das pressões exclusivistas e despersonalizadas do clã e da família... os nossos grupos Marxistas-Leninistas parecem, pelo contrário, pensar que o indivíduo deve viver “abafado” (como se fosse um simples número) pela massa uniformizada, agrupada e quase indistinguível» (Cruz 2023b, p. 133; 2023a, p. 295). Em última análise, os grupos marxistas-leninistas, nomeadamente os localizados na Europa, ao «reforçar no seio das “massas” as posições dos feiticistas, dos bonzos, dos imãs [...], dos pregadores da guerra santa, dos folcloristas» (Cruz 2023b, p. 133) afastaram-se «do [...] soberbo movimento cultural que se traduziu numa revolta contra a infalibilidade dos dogmas [...] pelo aparecimento e afirmação do espírito, exame livre, espírito objetivo, crítica não-conformista, autonomia mental dos indivíduos» (Cruz 2023b, p. 133; 2023a p, 295.).

E qual é esse movimento cultural? O Iluminismo.

Apesar das parcas referências de Cruz à natureza do Iluminismo, a importância do livre exame, a crítica à falta de autonomia mental e à diluição dos indivíduos na massa uniformizada correspondem aos princípios axiais do

Iluminismo, explicitamente evidenciados no texto seminal de Kant (1995 [1784]) *Resposta à Pergunta: O que é o Iluminismo?* Entendido como o processo de saída da menoridade para a maioridade, sendo esta definida como a capacidade para pensar por si próprio, o Iluminismo vitupera a preguiça e a cobardia em pensar autonomamente, e desafia qualquer ser humano, como erudito, a usufruir da liberdade irrestrita de divulgar a sua opinião a um público ilustrado. *Sapere Aude* é a sua palavra de ordem.

Ademais, por não dissociar o pensamento da sua expressão pública, o Iluminismo repudia a opressão da liberdade de pensamento individual pelas entidades coletivas, tais como as famílias, as tribos e os clãs, sublinhando a liberdade individual para debater os assuntos que a todos afetam e, por isso, a todos dizem respeito.

2. Persistência da importância da liberdade política

Sublinhamos que, se a reivindicação inequívoca da tradição iluminista ocorre no pensamento político de Cruz durante o seu exílio nos finais dos anos 60 e início dos anos 70, a importância da liberdade de pensamento esteve sempre presente nas suas reflexões teóricas sobre inúmeros factos, nomeadamente sobre a grave crise do MPLA em 1963. Amplamente descrita na literatura (Fernandes 2008; Guimarães 2001; Pacheco 2016; Rocha 2003, 2008; Tali 2001; Telepneva 2021), a crise (aberta) ocorreu entre outubro de 1962 e julho de 1963 em Léopoldville (a capital da República do Congo, atualmente denominada Kinshasa e a capital da República Democrática do Congo [RDC]), quando Agostinho Neto, eleito em 1962 como Presidente do MPLA (tornando-se mais tarde o primeiro Presidente da República Popular Angolana (RPA, 1975-1979) foi desafiado por Cruz, após este ter terminado o mandato de dois anos como secretário-geral do MPLA (1960-1962). Cruz apelou publicamente a uma Assembleia para proibir a eleição de Neto em 1962 (Cruz, 2023a, pp. 217-218). Esta foi recusada (ou ignorada) pelos membros do MPLA e, juntamente com os seus colegas signatários do apelo, Cruz foi expulso do MPLA em 6 de julho de 1963 (Cruz 2023b, pp. 307-308).

De entre as várias explicações para a origem da crise, a literatura refere o choque de personalidade entre Cruz e Neto (Rocha 2003, p. 235; Tali 2001, p. 85); a suspeita de Neto em relação aos intelectuais (Fernandes 2008,

pp. 275-277; Messiant 2003, p. 234, nota 45; Pacheco 2016, pp. 1009-1027; Tali 2001, pp. 248-249); as diferentes trajetórias sociais dos líderes, incluindo a extensão dos estudos superiores adquiridos na metrópole (Marcum 1978, pp. 90-91; Péliissier 1978, pp. 213-664; Tali 2001, p. 84.); o cisma sino-soviético (Pacheco 2016, pp. 1033-1039; Rocha 2003, p. 256); as divergências nas diversas alianças estratégicas em curso, nomeadamente com a União Popular Angolana (UPA) e com o Partido Comunista Português (PCP), uma aliança em relação à qual Cruz sempre foi muito reticente (Bittencourt 1997, pp. 4-5, nota 17; Marcum 1978, pp. 28, 90; Messiant 2003, pp. 241-243; Rocha 2003, p. 235 e 2008 p. 165; Tali 2001, pp. 76-77); o recuo tático dos mestiços e brancos da competição pelos cargos de topo na hierarquia do MPLA (Dáskalos 2000, p. 141; Marcum 1978, pp. 15, 86, 348, nota 170; Messiant 2003, p. 243, nota 69; Pimenta 2008, p. 243; Tali 2003, pp. 78-79, 82-83).

Não negligenciando a importância dessas perspetivas, na opinião de Cruz, o conflito entre ele e o novo rumo proposto por Neto não devia ser entendido nem do ponto de vista psicológico, nem do ponto de vista do racismo (Cruz 1964; 2023a, pp. 192-193 e p. 195). O que realmente estava em causa, segundo ele, eram as propostas ideológicas e políticas da nova direção (Cruz 2008a, p. 491).

Em primeiro lugar, através da associação das ideias revolucionárias ao liberalismo, Neto e o seu círculo íntimo fizeram prevalecer os seus interesses privados em detrimento dos revolucionários, i.e., em vez de, como soldados, agirem como um único corpo humano, em prol do interesse geral, procediam como personalidades (Cruz 2023a, p. 192; Cruz 2023b, p. 114).

Em segundo lugar, como um conjunto de princípios muito prejudiciais e dissolventes, o liberalismo conduz a uma boa “entente” sem princípios, sob a qual as ideias antirrevolucionárias de uma pessoa são indiscutíveis (Cruz 2023b, p. 115). Neste caso, Cruz criticava o dogmatismo de quem não queria que a justeza das suas opiniões estratégicas sobre a direção do MPLA (ou os fins da luta) fosse avaliada pelo coletivo.

É importante assinalar que as opiniões que, como militante do MPLA, Cruz queria discutir se referiam ao facto de a nova direção pretender instituir uma ordem política democrática, subsumida no que denominou modelo lunático, liberal e capitalista da democracia (Cruz 2008a, p. 190). Para além de

aqueles que fizeram a guerra na Indochina, no Quênia, na Malásia, na Argélia, etc..., serem governos democráticos (Cruz 2023a, p. 208), a defesa do princípio do autogoverno do povo que livremente transfere o seu poder para os seus representantes não estava desvinculado da exploração de classe, isto é, da troca de força de trabalho por dinheiro (Cruz 2023a, p. 238). De facto, neste modelo lunático de democracia, a luta colonial seria dirigida para a instituição de uma sociedade pós-colonial que preservaria os laços políticos com os colonizadores e que, por isso, não garantiria nem a liberdade do povo angolano, nomeadamente dos trabalhadores e camponeses, nem a independência de Angola de Portugal e de outras nações estrangeiras (por exemplo, França, Alemanha e Estados Unidos da América). Em última análise, a nova direção fomentaria o neocolonialismo, isto é, as formas e métodos mutáveis de opressão e exploração que permitiriam que os colonizadores prosseguissem o objetivo de manter os privilégios em África, em geral, e em Angola, em particular (Cruz 2008a, p. 491. Veja-se ainda Cruz 1964, pp. 5-16; 2008c, p. 81; 2023a, pp. 199-200).

Adicionalmente, entre as opiniões que, enquanto militante do MPLA, Cruz queria discutir incluíam-se também as fraquezas da versão soviética do marxismo. Não só os líderes soviéticos pretendiam dominar o mundo em concertação com o imperialismo americano [a época do capital financeiro e dos monopólios] (Cruz 2023b, p. 158; p. 204), mas também, e mais importante, esta versão preservava a característica capitalista fundamental, nomeadamente o assalariado, ou seja, a troca de trabalho por dinheiro (Cruz 2023b, p. 201) — os famosos planos quinquenais baseavam-se na exploração forçada da força de trabalho (Cruz 2003, pp. 71, 75-76; 162, 175, 177). Ademais, os estados socialistas participavam extensa e ativamente no comércio mundial capitalista. Como Cruz não tinha ilusões sobre o domínio da produção mercantil em todo o mundo, antecipou, com clarividência, a «inevitável desintegração do campo socialista» (Cruz 2003, p. 125; 2023a, p. 288). Finalmente, e significativamente, a associação entre o capitalismo e a valorização dos interesses privados e egoísticos implicava que o marxismo soviético não impedisse a prevalência das liberdades individualistas egoístas (e burguesas) sobre as liberdades coletivas, tais como as da classe e nações.

Apesar de defender o direito à expressão aberta das ideias e a luta colonial como uma luta aberta (Cruz 2023a, p. 203), na sequência da crise de

1963, Cruz manteve o quadro teórico do marxismo através: (a) do apoio à versão chinesa, em que a luta contra o capitalismo é liderada por classes, nomeadamente, a dos camponeses armados (Sun 2021) — veja-se o seu discurso na Praça Tian ‘anmen em 1 de outubro de 1966 (Cruz, 2023b, 141-142); (b) da sobrevalorização das liberdades coletivas em detrimento das individuais; (c) da rejeição da democracia liberal; (d) da compreensão do capitalismo como uma forma opressiva de organização social, económica e política; e (e) da subsunção da luta contra o colonialismo no capitalismo. Pelo contrário, a experiência do exílio chinês implicou a rutura com ambos os modelos de marxismo. Duas semanas antes da sua morte, Cruz escreveu: «Não morro de modo algum marxista-leninista, no sentido em que se entende esta denominação tanto na URSS, na China, assim como nos partidos ou grupos comunistas ligados a esses países [por exemplo, os Grupos Marxistas-Leninistas Europeus]» (Cruz 2023b, p. 276). Para além da sobrevalorização das liberdades, nomeadamente a de pensamento, a experiência do exílio implicou também a apreciação positiva quer da democracia liberal, quer dos aspetos políticos e não apenas económicos, do capitalismo e a redefinição dos fins da luta colonial, nomeadamente a dissociação da luta contra o colonialismo do capitalismo.

3. Mudar a direção dos fins na luta contra o colonialismo

O abandono da versão marxista do socialismo foi acompanhado pela proposta de um modelo alternativo e utópico de socialismo. A este propósito, Cruz escreve: «O socialismo em que acredito não existe ainda em parte alguma. Esse socialismo concebo como sendo aquele em que a livre individualidade será um facto aceite e respeitado.» (Cruz 2023b, p. 276).

Em vez de ser protegida pela modalidade socialista da democracia ou centralismo democrático, no socialismo utópico a liberdade passaria a ser defendida pelo modelo democrático republicano da democracia (Cruz 2023b, p. 244). Não há uma clarificação conceptual da substância política desse modelo. Porém, Cruz inclui a «“igualdade jurídica” de todas as classes; a independência de organização e a expressão dos interesses das diferentes classes; a liquidação do despotismo, da arbitrariedade, de cada funcionário do Estado em relação aos cidadãos» (Cruz, 2023b, p. 244). De facto, se a igualdade jurídica em qualquer estado de direito capitalista era entendida, na

perspetiva marxista, como puramente formal e concomitante com a real subordinação política, jurídica e económica, até mesmo a servidão (Cruz, 2023b), a proteção da individualidade livre não a dispensa.

Respeitar e defender a individualidade livre implicou também a reavaliação do próprio capitalismo. Este deixou de estar apenas associado à opressão de classe para estar ligado à «libertação do sentimento da pessoa e a completa destruição de todos os laços de dependência pessoal do indivíduo em relação a colectividades que pretendem afirmar despoticamente o seu direito “natural” [...] sobre a subjetividade [dos indivíduos]» (Cruz 2023b, p. 192). Em última instância, Cruz defende que «O verdadeiro socialismo nunca poderá ser realizado se não beneficiar plenamente d[essas] conquistas históricas da época capitalista» (Cruz 2023b, p. 192).

Todas essas inovações implicaram também repensar os fins (ou a direção) da luta colonial. Com efeito, essa luta deveria afastar-se do quadro de uniformidade e impessoalidade, herdado da organização social tribal e fomentada pelo colonialismo para garantir o poder político (Cruz 2023b, p. 192) e cultivado pelas versões africanas do marxismo (Cruz 2023b, p. 237). Por exemplo, Cruz declarou que «A grande maioria dos africanos aspira, entre o mais, a afirmar-se como pessoa, isto é, como ser inteligente e livre capaz de decidir por si mesmo o seu próprio destino e de assumir a responsabilidade dos seus próprios actos» (Cruz 2023b, p. 192). Também afirmou que a juventude africana pretendia libertar-se «dos vestígios das limitações e da opressão que a organização social tribal impôs e impõe aos indivíduos» (Cruz 2023, p. 192). Similarmente, criticou Sékou Toure, Presidente da Guiné-Conacry de 1958 até à sua morte em 1984, que, em vez de defender a libertação dos indivíduos das entidades sociais coletivistas, impôs, em nome da nação, da tribo ou mesmo de uma versão africana do socialismo marxista, a padronização e impessoalidade dos indivíduos (Cruz 2023b, p. 237).

Finalmente, respeitar e defender o princípio da individualidade implicou que, em vez de ser imediatamente direcionada para a versão marxista-leninista (ou maoísta) do socialismo, a independência dos países africanos deveria ser direcionada para o capitalismo. Por exemplo, Cruz criticou tanto Sékou Toure por, guiado pelo modelo soviético do marxismo, ter colocado a Guiné-Conacry fora das regras impessoais do mercado económico, como os sonhos de Julius Nyerere, por impor, como primeiro-ministro (1961-1962)

ou como presidente (1962-1964), o socialismo na Tanzânia (Cruz 2023b, p. 235). Governar fora das regras impessoais do mercado económico ou do sonho de Julius Nyerere de «os novos governos africanos deve[re]m ser socialistas em teoria e na prática» (Cruz 2023b, p. 235) condenaria à pobreza os cidadãos africanos que vivem em países «onde a maioria dos seus habitantes ainda está sujeita ao trabalho braçal» (Cruz 2023b, p. 238). É, aliás, sabido que a rutura de Cruz com o Estado chinês começou quando, depois de fazer um périplo por vários países africanos (Zâmbia, Tanzânia, Somália (Marcum 1978, p. 375, nota 193)), se recusou a assinar um relatório reiterando a possibilidade de impor o comunismo nos países africanos (Cahen 2008; Fernandes 2008, p. 301; Messiant 2003, p. 271; Pacheco 2016, p. 1034): a falta de elites, o desconhecimento das massas e as economias rudimentares ou sob tutela neocolonial eram obstáculos intransponíveis para uma revolução comunista (Messiant 2003 pp. 265-313; Sun 2021, pp. 856-869). Além disso, Cruz reconheceu que, mesmo colonizados e liderados pelo capitalismo, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau estavam mais desenvolvidos a nível económico, cultural e sanitário do que alguns países independentes, como a Tanzânia e a Nigéria (por exemplo, em 1968, o rendimento *per capita* na Guiné-Bissau era 2,6 vezes superior ao da Tanzânia e da Nigéria) (Cruz 2023b, p. 236).

É certo que, de acordo com a acima mencionada ambiguidade marxista em relação ao capitalismo, a direcção económica dessa luta não é a consequência mais significativa da influência do Iluminismo no pensamento de Cruz. Com efeito, influenciado pelo pensamento de Marx e Lenine, Cruz sempre defendeu que a implantação de uma sociedade socialista requeria um processo de industrialização capitalista (Cruz 2023a, pp. 47-54; Cruz 2023b, p. 259). No entanto, se, sob a influência do marxismo, essa defesa era feita de um ponto de vista socioeconómico — a industrialização desenvolveria os países, permitindo melhorar as condições de vida dos cidadãos —, sob a do Iluminismo a valorização é feita em termos políticos. Por exemplo, Cruz critica os grupos marxistas-leninistas por ignoraram (ou minimizaram) o mérito capitalista de ter destruído, ainda que de forma insuficiente, as estruturas medievais que restringiam a liberdade individual (v.g. clãs e famílias [Cruz 2023a, p. 293]).

Em suma, o percurso intelectual de Cruz é importante porque, se a capacidade de Cruz para pensar nas condições que John Stuart Mill denominava

«atmosfera de escravatura mental» (Mill 1859 [1989], p. 36) é admirável, essa capacidade alerta-nos, todavia, para a importância política da divulgação do pensamento, pois foi nessa mesma atmosfera que, entre a salvaguarda do direito à vida e o direito à liberdade de pensamento, Viriato Cruz não apenas queimou a investigação literária e política levada a cabo na China, mas também perdeu a sua vida.

Portanto, a valorização do Iluminismo no pensamento político de Viriato coloca-nos perante o dever de decidirmos o caminho da nossa sociedade política, a saber, se em direção à salvaguarda da liberdade de todos pensarem nos assuntos que a todos afetam, ou se na privação dessa liberdade, seja qual for o princípio invocado para a suprimir.

Conclusões

No pensamento político de Cruz, os seus principais conceitos são enquadrados pelo aparato teórico marxista-leninista. Todavia, mostrámos como o reconhecimento da importância da liberdade de pensamento, associada ao Iluminismo, se tornou o critério de Cruz para formular as suas críticas a regimes políticos, estados, grupos e líderes, definir o conteúdo da sua conceção de socialismo e de democracia republicana, e redefinir os fins da luta contra o colonialismo.

A desilusão de Cruz com o marxismo soviético e maoísta e a subsequente simpatia com um mercado mundial, liderado pelo capitalismo democrático, não devem desviar a nossa atenção dos deletérios efeitos económicos, sociais e políticos do mercado global, nomeadamente, a negligência do bem-estar das pessoas e a ascensão do neocolonialismo (Brautigam e Ekman 2012). Por outro, lado, porém, a exigência do livre exame deve ser acompanhada pela importância da educação de um espírito livre da pressão dos clãs, das famílias, das tribos para contribuir para o que Kant (1995 [1784]) denominava o interminável processo de ilustração do ser humano.

Bibliografia

BITTENCOURT, Marcelo, 1997. A Criação do MPLA. *Estudos Afro-Asiáticos*, 32, pp. 185-308.

- BRAUTIGAM, Deborah, e Sigrid-Marianella EKMAN, 2012. Briefing Rumours and Realities of Chinese Agricultural Engagement in Mozambique. *African Affairs*, 111 (444), pp. 483–492.
- CAHEN, Michel, 2009. Postface: Militante de la Connaissance. In: Christine MESSIANT, dir. *L'Angola Postcolonial: Tome 2, Sociologie Politique d'une Oléocratie*. Paris: Editions Karthala, pp. 345-415.
- CRUZ, Viriato, 1959. Des responsabilités de l'intellectuel noir. *Présence Africaine*, 4-5 (27-28), pp. 321-339.
- CRUZ, Viriato, 1964. L'Angola quelle Indépendance. *Revolution*, 6.
- CRUZ, Viriato, 2008a. In: Lúcio LARA, dir. *Um amplo movimento. Itinerário do MPL A através de documentos de Lúcio Lara*, I. Luanda: Lúcio Lara.
- CRUZ, Viriato, 2008b. In: Lúcio LARA, dir. *Um amplo movimento. Itinerário do MPL A através de documentos de Lúcio Lara*, II. Luanda: Lúcio Lara.
- CRUZ, Viriato, 2008c. In: Lúcio LARA, dir. *Um amplo movimento. Itinerário do MPL A através de documentos de Lúcio Lara*, III. Luanda: Lúcio Lara.
- CRUZ, Viriato, 2023a. *Obra Máxima I*. Luanda: Imprensa Nacional-CEA-UCAN.
- CRUZ, Viriato, 2023b. *Obra Máxima II*. Luanda: Imprensa Nacional-CEA-UCAN.
- DÁSKALOS, Sócrates. 2000. *Um Testemunho para a história de Angola — do Huambo ao Huambo*. Lisboa: Vega.
- FEDYSZYN, Thomas, 1975. *European socialism and the colonial question (1848-1918)*. Calhoun: The NPS Institutional Archive: Thesis and Dissertation Collection.
- FERNANDES, Moisés Silva, 2008. O percurso Chinês de Viriato Cruz, 1958-1973. In: Edmundo ROCHA, Francisco SOARES e Moisés Silva FERNANDES dirs. *Viriato Cruz: o homem e o mito*. Lisboa: Editora Prefácio. pp. 255-333.
- GRAHAM, Mark, 2017. Settler Colonialism from the Neo-Assyrians to the Romans. In: Edward CAVANAGH and Lorenzo VERACINI, dirs. *The Routledge Handbook of the History of Settler Colonialism*. London, New York: Routledge, Taylor, and Francis Group, pp. 11-24.
- GUIMARÃES, Fernando, 2001. *The Origins of the Angolan Civil War Foreign Intervention and Domestic Political Conflict, 1961-76*. London: Palgrave-Macmillan.
- HECHENG, Tan, 2017. *The Killing Wind: A Chinese County's Descent into Madness during the Cultural Revolution*. USA: Oxford University Press.
- LAZAGNA, Angela, 2021. Viriato Cruz: da luta anti-colonial ao exílio em Pequim. *Tempo e Argumento*, 13 (34), pp. 1-49.
- KANT, Immanuel, 1995 [1784]. Resposta à Pergunta: que é o Iluminismo? In: *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. Lisboa: Edições 70.

- KOHN, Margaret, e Reddy KEVITA, 2023. Colonialism, *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/cgi-bin/encyclopedia/archinfo.cgi?entry=colonialism>
- MARCUM, John, 1978. *The Angolan Revolution, II: Exile Politics and Guerrilla Warfare* (1962–1976). Cambridge, Massachusetts, and London, England: The MIT Press.
- MARX, Karl, 1998 [1871]. *The Civil War in France. With an Introduction by Friedrich Engels* Chicago: Charles H. Kerr and Company.
- MARX, Karl, 2007 [1844]. *Economic and Philosophical Manuscripts 1848*. Mineola, New York: Dover Publications, INC.
- MESSIANT, Christine, 1983. 1961, *L'Angola Colonial, histoire et société. Les premisses du mouvement nationaliste*. Paris: Doctorat d'État.
- MESSIANT, Christine, 2003. Viriato Cruz em Pequim: as provações de um revolucionário angolano. Esboço de um percurso e tentativa de interpretação. In: Michel LABAN, dir. *Viriato Cruz: cartas de Pequim. Com uma entrevista a Monique Chajmowiez e um ensaio de Christine Messiant*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, pp. 215-361.
- MILL, John Stuart, 1859 [1989]. *On Liberty. With Subjection of Woman and Chapter on Socialism*. Cambridge University Press: Avon.
- PACHECO, Carlos, 1997. *MPLA – Um Nascimento Polémico (As falsificações da História)*. Lisboa: Vega.
- PACHECO, Carlos, 2016. *Agostinho Neto. O perfil de um Ditador. A história do MPLA em carne viva*. I e II. Lisboa: Vega.
- PÉLISSIER, René, 1978. *La Colonie du Minotaure: Nationalismes et Revoltes en Angola (1926-1961)*. France: Péliissier.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2008. *Angola, os Brancos e a Independência*. Porto: Edições Afrontamento.
- ROCHA, Edmundo, 2003. *Angola. Contribuição ao estudo da Génese do Nacionalismo Angolano (período de 1950-1964). Testemunho e Estudo Documental*. Lisboa: Edição do Autor.
- SUN, Jodi Yuzhou, 2020. Viriato Cruz and His Chinese Exile: A Biographical Approach. *Journal of Southern African Studies*, 46 (5), pp. 845-861.
- TALI, Jean-Michel Mabeko, 2001. *Dissidências e Poder de Estado. O MPLA Perante Si Próprio (1962-1977). Ensaio de História Política (1.º vol. 1962-1974)*. Luanda: Coleção Ensaio.
- TALI, Jean-Michel Mabeko, 2020. Dreaming Together, Fighting for Freedom Together: African Progressive Nationalism and the Ideology of Unity in Portugal's African Colonies in the 1950s and 1960s. *Journal of Southern African Studies*, 46(5), pp. 829-844.
- TELEPNEVA, Natalia, 2021. *Cold War Liberation e the Soviet Union and the Collapse of the Portuguese Empire in Africa, 1961–1975*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

Viriato da Cruz: poeta proscrito

Viriato da Cruz: outlawed poet

José Carlos Venâncio

U. da Beira Interior / CECS
venancio@ubi.pt

Resumo: A partir de um repto lançado por Timothy Brennan, procura-se aferir as razões que levaram a que um poeta como Viriato da Cruz, o maior da sua geração, se tenha visto, até há pouco tempo, “oficialmente” proscrito da história da literatura angolana. As razões foram de natureza política e ideológica, mas também de incompatibilidade pessoal com o fundador da nação, Agostinho Neto, também ele poeta. Respondendo ao repto de T. Brennan, se Viriato da Cruz, em termos políticos, foi um perdedor, em termos literários, pelo valor da sua poesia, foi um vencedor não obstante o cancelamento a que esteve sujeito.

Palavras-chave: poesia; modernismo; nacionalismo; exílio

Abstract: Based on a challenge launched by Timothy Brennan, we seek to assess the reasons why a poet like Viriato da Cruz, the greatest of his generation, found himself “officially” banned, until recently, from the history of Angolan literature. The reasons were political and ideological, but also a personal incompatibility with the founder of the nation, Agostinho Neto, also a poet. Responding to T. Brennan’s challenge, if Viriato da Cruz, in political terms, was a loser, in literary terms, due to the value of his poetry, he was a winner despite the cancellation to which he was subjected.

Key-words: poetry; modernism; nationalism; exile

Timothy Brennan (1989, p. VIII)¹, num ensaio que começou por ser sobre escritores do chamado Terceiro Mundo que tinham granjeado projeção internacional, designados por “Third World Cosmopolitans”, e que depois acabou por ser fundamentalmente sobre a obra de Salman Rushdie, escreve, seguindo uma tradição temática da literatura ocidental do pós-guerra (entenda-se II Guerra Mundial), que a divisão entre exílio e nacionalismo não é apenas uma divisão entre indivíduo e grupo, mas sim entre perdedores e ganhadores,

¹ A cujo grupo indexou escritores como Mario Vargas Llosa, Derek Walkott, Salman Rushdie, Isabel Allende, Gabriel García Márquez, Bharati Mukherjee, tendo sido, entre tanto, alguns deles premiados com o Prémio Nobel de Literatura.

entre «um estado de espírito de rejeição e um estado de espírito de celebração»² (Brennan 1989, p. 23). Embora não partilhe completamente desta opinião, sobretudo quando os termos de comparação são tão absolutizados, não posso negar a sua pertinência metafórica na apreciação da poesia e do percurso político do poeta angolano Viriato da Cruz, a grande referência do Modernismo angolano e uma das vozes maiores da lírica em língua portuguesa, conquanto a sua obra poética (pelo menos a conhecida)³ não seja assim tão vasta. Se como poeta foi longe e, como tal, foi um vencedor, como político, como adiante se verá, foi “aparentemente” um derrotado. Morreu em 1973, no exílio, na China de Mao Tsé-Tung, angustiado e sequestrado pelas autoridades chinesas.

Viriato da Cruz, poeta mestiço, nascido em Porto Amboim, foi, na verdade, quem levou mais longe a componente modernista da literatura angolana. O seu nome, no âmbito da história da literatura angolana, é referenciado como pertencendo à Geração de 50, uma geração de poetas e intelectuais com fortes motivações nacionalistas, cuja ação se começou a sentir em finais dos anos 40 com a criação, ou talvez melhor, o aparecimento (na medida em que foi um movimento mais informal do que formal) do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, de que fizeram parte, além de Viriato da Cruz, Agostinho Neto, o primeiro presidente da República de Angola, António Jacinto, António Cardoso, Tomás Jorge e aquele que escreveu os versos mais marcantes (no que respeita à sua origem) do movimento e, no fim, do Modernismo angolano, Maurício de Almeida Gomes. Os versos a que me refiro fazem parte do poema «Exortação», onde, glosando dois poetas do Modernismo brasileiro,

*Ribeiro Couto e Manuel Bandeira,
Poetas do Brasil,
Do Brasil, nosso irmão,*

² Tradução livre de: «a mood of rejection and a mood of celebration».

³ «Quais as razões do sucesso num poeta de que saiu um pequeno livro, com escassos poemas e que, segundo tudo indica, trocou muito cedo a poesia pela política?», interroga-se, com pertinência, Soares (2008, p. 71).

Disseram:

« – *É preciso criar a poesia brasileira,
De versos quentes, fortes, como o Brasil,
Sem macaquear a literatura lusíada*».

exorta os angolanos a

(...) forjar a poesia de Angola!

*Uma poesia nossa, nossa, nossa, nossa!
— cântico, reza, salmo, sinfonia,
que uma vez cantada,
rezada
faça toda a gente sentir,
faça toda a gente dizer:
— É poesia de Angola!*

Este grupo de poetas e intelectuais tem no Departamento Cultural da Associação dos Naturais de Angola um importante centro aglutinador, mormemente em torno da revista *Mensagem — a Voz dos Naturais de Angola*, pensada como expressão de uma estética que incorporasse os ritmos e as expetativas das gentes locais. Dela, apenas saíram dois números; porém, o seu impacto foi de tal monta que, não raras vezes, o grupo é referido pela crítica e história literárias como a Geração da *Mensagem*, substituindo a designação anteriormente indicada, ou seja, a de Geração de 50.

Em finais da década, uma outra publicação angolana dará voz a esta geração. Trata-se da revista *Cultura* (II), órgão da Sociedade Cultural Angolana. Entre os que participam nesta revista, José Luandino Vieira foi o escritor que maior prestígio granjeou, sendo, ainda hoje, uma das maiores referências da literatura angolana e da literatura em língua portuguesa, em geral. *Cultura* (II) continua a tónica modernista que vinha de trás, conquanto comece a incorporar elementos negritudinistas veiculados por correligionários que, entretanto, viviam em Lisboa. Nesta cidade, então a capital do império colonial, o ensaísta angolano Mário Pinto de Andrade e o académico santomense Francisco José Tenreiro publicam, em 1953, o *Caderno de poesia negra de expressão portuguesa*, inspirados na *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgaxe* (Antologia da Nova Poesia Negra e Malgaxe, Paris, 1948), organizada por Léopold Sédar Senghor. Também em Lisboa tem início em 1958 a publicação do *Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, órgão onde

participaram estudantes das várias colónias, entre os quais angolanos, pertencentes à Geração de 50.

Como anteriormente mencionei, não sendo a obra poética de Viriato da Cruz vasta, ela é, quanto à temática e, sobretudo, quanto à forma e ao estilo, profunda e inovadora. O recurso a localismos vocabulares e sintáticos, a aliteraões, onomatopeias, muito na linha dos poetas brasileiros, confere uma autenticidade ímpar ao seu discurso, construído, na apreciação de Francisco Soares (2008, p. 83), de arquétipos enunciativos herdados da narrativa oral africana moldados ao «quotidiano popular de uma cidade colonial». Poemas como «Makèzú»⁴, do qual constam versos como

— «*Kuakié!... Makèzú, Makèzú...*»

.....

*O pregão da avó Ximinha
É mesmo como os seus panos,
Já não tem a cor berrante
Que tinha nos outros anos.*

*Avó Xima está velhinha
Mas de manhã, manhãzinha,
Pede licença ao reumático
E num passo nada prático
Rasga estradinhas na areia...*

são exemplo dessa autenticidade estilística, desse olhar émico sobre a mundividência de personagens que se exprimem e, supostamente, pensam em kimbundu ou num português com interferências dessa língua. Crítico de uma modernidade que, viabilizada pelo capitalismo e pelo colonialismo, foi discriminatória e, sobretudo, despersonalizante, é igualmente crítico, embora com complacência, das personagens que se entregaram a essa “civrilização” e que, supostamente “civilizados”, deixaram de comprar à “avó Ximinha”, uma vendedora de rua (Kitandeira), o màkezú que ela apregoa pelos caminhos que levam à cidade de asfalto, a cidade dos europeus. Eis os versos que assim rezam:

⁴ Noz-de-cola (*Cola acumitata*). Para alguns investigadores, é uma mistura de cola e gengibre. Para além da característica alimentícia, A. de Assis Júnior (s.d., p. 302) e José Redinha (cit. de Parreira 2013, p. 347) referem igualmente a sua função curativa, mormente no tratamento de fraturas, como menciona especificamente Redinha.

*No cruzeiro dos caminhos
Das gentes que vão p'ra Baixa.*

*Nem criados, nem pedreiros
Nem alegres lavadeiras
Dessa nova geração
Das «venidas de alcatrão»
Ouvem o fraco pregão
Da velhinha quitandeira.*

— «*Kuakié!... Makèzú, Makèzú...*»
— «*Antão, véia, hoje nada?*»
— «*Nada, mano Filisberto...*
Hoje os tempo tá mudado...»

— «*Mas tá passá gente perto...*
Como é aqui tás fazendo isso?»

— «*Não sabe?! Todo esse povo
Pegô um costume novo
Qui diz quê civrização:
Come só pão com chouriço
Ou toma café com pão...*

Dispondo de igual propriedade telúrica, enaltecendo comportamentos e costumes da terra, hoje certamente reprováveis à luz da problemática social em torno da igualdade de género, mas sobre cujo comportamento o narrador, na sua complacência, não deixou de ser igualmente crítico, é o poema «Só Santo»:

Lá vai o só Santo...
Bengala na mão
Grande corrente de ouro, que sai da lapela
Ao bolso... que não tem um tostão.

Quando o só Santo passa
Gente e mais gente vem à janela:
— «*Bom dia, padrinho...*»
— «*Olá...*»
— «*Beçá cumpadre...*»
— «*Como está?...*»
— «*Bom-om di-ia só Saaanto!...*»
— «*Olá, Povo!...*»

Mas porque é saudado em coro?

*Porque tem muitos afilhados?
Porque tem corrente de ouro
A enfeitar sua pobreza?...
Não me responde, avó Naxa?*

— «*Só Santo teve riqueza...
Dono de musseques e mais musseques...
Padrinho de moleques e mais moleques...
Macho de amantes e mais amantes,
Beça-nganas bonitas
Que cantam pelas rebitas:*

*«Muari-ngana Santo
dim-dom
ual'o banda ó calaçala
dim-dom
chaluto mu muzumbo
dim-dom... »⁵.*

Dos poemas que foram musicados, um granjeou alcançar grande notoriedade no espaço de língua portuguesa, mormente em Portugal. Trata-se do poema «Namoro», que foi musicado e cantado por cantores e grupos musicais portugueses, além dos angolanos. O poema é a prova de como uma escrita simples, conquanto localizada, pôde transcender os limites do contexto cultural da sua produção e caminhar para uma fruição universal. Baseia-se em abstrações sensoriais construídas a partir das propriedades de “coisas” do quotidiano luandense, mormente dos subúrbios, tais como o maboque (fruto acre-doce), as «laranjas do (rio) Loge» (famosas pela doçura) ou a sumaúma (com que se enchiam os colchões pela sua maciez) para descrever a mulher que ama. São imagens telúricas de uma grande riqueza semântica, dando conta das suas capacidades líricas e discursivas. Acresce a esses recursos estilísticos o uso do gerúndio como indicativo de localização, o que, em si, pode ser entendido como uma influência da poesia brasileira, pois, diferentemente do que acontece com o português europeu, onde o emprego do gerúndio tende a ser evitado, na variante brasileira da língua portuguesa não existem tais limitações normativas. Seguem-se, a título exemplificativo, alguns dos excertos do poema:

⁵ Tradução: «O senhor Santos / dim-dom/está a fazer estilo / dim-dom / com o charuto na boca / dim-dom».

*Mandei-lhe uma carta em papel perfumado
e com letra bonita eu disse ela tinha
um sorrir luminoso tão quente e gaiato
como o sol de Novembro brincando de artista nas acácias floridas
espalhando diamantes na fimbria do mar
e dando calor ao sumo das mangas
Sua pele macia — era sumaúma...
Sua pele macia, da cor do jambo, cheirando a rosas
sua pele macia guardava as doçuras do corpo rijo
tão rijo e tão doce — como o maboque...
Seus seios, laranjas — laranjas do Loge
seus dentes:.. — marfim...
Mandei-lhe essa carta
e ela disse que não.*

[...]

*Para me distrair
levaram-me ao baile do sô Januário
mas ela lá estava num canto a rir
contando o meu caso às moças mais lindas do Bairro Operário*

*Tocaram uma rumba — dancei com ela
e num passo maluco voámos na sala
qual uma estrela riscando o céu!
E a malta gritou: «Aí Benjamim!»
Olhei-a nos olhos — sorriu para mim
pedi-lhe um beijo — e ela disse que sim.*

Na sequência do que tenho vindo a descrever, o Modernismo não desempenhou, em exclusivo, o papel de consciencialização literária em Angola. Outras correntes contribuíram para esse processo. Uma dessas correntes, quiçá a mais importante, foi a do Pan-africanismo e outra ainda, com menor peso e mais tardia, a da Negritude, para alguns a versão cultural do Pan-africanismo. O poema «Mamã negra (Canto de esperança)», dedicado à memória do poeta haitiano Jacques Roumain, pela primeira vez publicado no já referido *Caderno de poesia negra de expressão portuguesa*, é exemplo do compromisso do poeta com essa corrente de pensamento, aproximando-se, desta feita, daquele que será, porventura, o poeta angolano mais representativo do Pan-africanismo (e não tanto da Negritude⁶), Agostinho Neto, que veio a ser

⁶ Sigo a opinião do poeta e escritor Manuel dos Santos Lima, para quem Agostinho Neto, sobretudo nos primeiros poemas, é influenciado pelo Pan-africanismo e não tanto pela Negritude. Cf. entrevista in Venâncio 1992, p. 78.

o primeiro presidente da República Popular de Angola. A título exemplificativo, transcrevem-se, de seguida, alguns excertos do poema «Mamã negra»:

*Tua presença, minha Mãe — drama vivo duma Raça
drama de carne e sangue
que a Vida escreveu com a pena de séculos.*

Pela tua voz

*Vozes vindas dos canaviais dos arrozais dos cafezais dos seringais
[dos algodoais...*

*Vozes das plantações da Virgínia
dos campos das Carolinas*

Alabama

Cuba

Brasil...

*Vozes dos engenhos dos banguês das tongas dos eitos das pampas das
[usinas*

Vozes do Harlem District South

vozes das sanzalas

Vozes gemendo blues, subindo do Mississippi [...]

A consciencialização literária na África de língua portuguesa antecedeu a consciencialização política e, por via desta, o nacionalismo. Esta sequência processual foi particularmente significativa em Angola. Já me referi ao facto de a Geração de 50 se ter repartido, a dada altura, entre o grupo de estudantes residentes na metrópole e o dos que permaneceram em Luanda. Estiveram ambos na origem do MPLA, conquanto o tenham integrado por via de filiações políticas diferentes. Viriato da Cruz começou por ser um dos fundadores do Partido Comunista Angolano (PCA), ato em que foi acompanhado por Mário António (Fernandes de Oliveira), António Jacinto e Ilídio Machado. Terão sido influenciados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), a partir de cujos estatutos e programa elaboraram os textos angolanos correspondentes. Essa foi, aliás, a razão invocada pelos comunistas portugueses, reunidos (clandestinamente) no V Congresso em 1957, para recusar o apadrinhamento solicitado pelo PCA, resolução transmitida a Lúcio Lara, participante no congresso e incumbido por Viriato da Cruz de obter o almejado apadrinhamento (Mabeko-Tali 2018, p. 161). De notar, a este propósito, dois aspetos que me parecem relevantes para a argumentação que tenho vindo a desenvolver: o primeiro tem a ver com o facto de ter sido nesse congresso que o

PCP passou a reconhecer o direito à independência dos povos das colónias; o segundo diz respeito à difícil relação do PCP com os nacionalistas angolanos, mormente com os que se encontravam agregados à volta do MPLA, não obstante membros deste movimento perfilharem, como o PCP, o marxismo-leninismo. As relações entre as duas organizações foram sempre “sobressaltadas” e, desta feita, parece que o “sobressalto” se ficou a dever ao facto de o PCP já dispor em Angola de representantes entre os europeus aí residentes. Não foi, por conseguinte, uma animosidade especificamente dirigida a Viriato da Cruz, na altura já identificado com uma linha política mais consentânea com o maoísmo e a experiência chinesa do que com o sovietismo.

Não tendo o PCA conseguido implantação significativa no terreno, os seus promotores transformaram-no no PLUAA (Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola) (Rocha 2008, p. 126), que, não tendo igualmente obtido grande receptividade junto da população, pôde, de qualquer modo, lançar a 10 de dezembro de 1956 o chamado «Manifesto 56», redigido por Viriato da Cruz ou sob sua forte influência, que veio a constituir um marco importante do movimento anticolonial em Angola. Contribuiu, nomeadamente, para o estabelecimento do marxismo como uma das correntes ideológicas do nacionalismo angolano, com desempenho estruturante junto do MPLA⁷, o movimento herdeiro do PLUAA e de outras pequenas organizações, como o MLA (Movimento de Libertação de Angola), o MIA (Movimento pela Independência de Angola) e o MAC (Movimento Anticolonialista de Angola). Sobre a origem do MPLA, existe uma extensa bibliografia (Pacheco 1997; Rocha 2008), divergente entre si quanto a processos e datas e que, não sendo propriamente útil ao quadro argumentativo do presente artigo, me limito a enunciar.

Viriato da Cruz abandona Angola em 1957 e junta-se a outros angolanos a residirem na Europa, mormente em Paris, como é o caso de Mário Pinto de Andrade. Entretanto, o MPLA é fundado em 1960, em Tunes, capital da

⁷ Dois outros grandes movimentos lutaram contra o colonialismo português em Angola, a UPA (União dos Povos de Angola) e, fundada em 1966, a UNITA. A UPA tinha um ideário que não passava pelo marxismo, filiando-se, em termos da geopolítica africana, no chamado grupo de Monróvia, que, até 1963, quando se dá a criação da OUA (Organização de Unidade Africana), se opunha ao grupo de Casablanca, de influência marxista. A UNITA, gerada a partir de uma dissidência no seio da UPA, mesmo que tivesse alguma inspiração marxista, não era, definitivamente, de feição soviética.

Tunísia⁸ (Rocha 2008, p. 159). O seu Comité-Diretor instala-se posteriormente na Guiné-Conacry, na África ocidental, e procede à reestruturação das suas chefias, tendo sido Mário Pinto de Andrade escolhido para presidente e Viriato da Cruz para secretário-geral. Num propósito de aproximação geográfica a Angola, a sede do movimento é posteriormente transferida para o Congo-Léopoldville, hoje República Democrática do Congo, onde o movimento de libertação rival, a UPA (União dos Povos de Angola), já se encontrava sediado. Com a posterior chegada de Agostinho Neto ao Congo-Léopoldville, Mário Pinto de Andrade cede-lhe a presidência. Várias razões têm sido invocadas para a explicação desse ato. A aura política que Neto, entretanto, granjeara, quer junto dos militantes (o primeiro Comité-Diretor, saído de Tunes, designara-o presidente honorário do movimento), quer no plano internacional é seguramente uma das razões. O facto de Mário de Andrade e Viriato da Cruz serem mestiços e essa situação constituir um obstáculo à legitimação do movimento junto dos líderes nacionalistas africanos é outra das razões, circunstância persistentemente invocada pela UPA⁹, nomeadamente pelo seu líder, Holden Roberto, junto dos poderes instituídos na África recentemente independente. E, ao que parece, esta postura terá sido normalizada pelo próprio Viriato da Cruz que, na reunião do Comité-Diretor, ocorrida de 13 a 26 de maio de 1962 em Léopoldville, disse, como consta da ata, que «um Comité Director formado por mulatos não poderá dar palavra de ordem que seja aceite [pelos negros]» (Rocha 2008, 161)¹⁰. A assunção de tal posição estará, aliás, na base da sua cisão em relação à liderança de Neto e da sua posterior adesão à UPA à revelia do que havia sido estabelecido na 1.^a Conferência Nacional do MPLA (10.12.1962), de não haver nem união nem dissolução do MPLA a favor de uma integração individual dos seus membros na UPA, como haviam proposto os dirigentes desta organização.

⁸ Subsiste alguma controvérsia sobre a data certa da fundação do movimento. A narrativa oficial aponta para o ano de 1956, que, segundo vários historiadores, carece de sustentabilidade. Esse é o ano da escrita do já citado «Manifesto 56».

⁹ Este movimento, alinhado ideologicamente com o mundo capitalista, começou por se chamar UPNA (União dos Povos do Norte de Angola), passando, por fim, a ser designado por FNLA (Frente de Libertação de Angola).

¹⁰ Rocha cita Jean Michel Tali (2002, p. 312). Essa posição não corresponderá, contudo, ao que Viriato pensava. Numa carta a José Carlos Horta, escrita aquando do exílio em Pequim, escreve que o «Estado deve estar entre mãos de uma só raça» (Fernandes 2008, p. 326).

Viriato da Cruz esteve pouco tempo na UPA. Abandonou-a por previsíveis incompatibilidades e aceitou a oferta das autoridades chinesas para aquele que, em princípio, seria um exílio dourado; dourado, porque desde cedo Viriato da Cruz manifestara simpatias pelo regime chinês e pelo maoísmo. Porém, não foi esse o desfecho da sua estadia na China, onde, a dada altura, ele e a sua família (mulher e filha) foram colocados sob um sequestro angustiante¹¹. Moisés Silva Fernandes (2008), a quem se deve uma investigação exaustiva sobre a matéria, aponta como uma das possíveis causas da atitude chinesa a crítica que Viriato formulara à abertura diplomática do regime de Mao Tsé-Tung aos Estados Unidos da América. É uma explicação plausível dada a irreverência e a rigidez ideológica de Viriato. Ela não deve, contudo, subestimar a radicalização do próprio regime com a chamada Revolução Cultural, a soldo da qual se cometeram as mais horríveis tropelias no que concerne aos direitos humanos. Aliás, Viriato, com medo de represálias, terá destruído textos seus de análise e doutrina política que em muito contribuiriam para um conhecimento mais exaustivo da revolução chinesa, do nacionalismo africano, da luta de libertação angolana e do seu próprio pensamento político e estratégico. Exílio angustiante com um desfecho triste: Viriato acabou por morrer em junho de 1973 num hospital chinês.

Agostinho Neto, que de rival passou a inimigo político, não esteve completamente isento de culpa neste desenrolar de acontecimentos. Aquando da já referida 1.ª Conferência Nacional do MPLA, recusou que Viriato integrasse a única lista para os órgãos do movimento. «Ou ele ou eu», terá dito (Rocha 2008, p. 165). Seguiu-se a já referida rutura de Viriato com o MPLA e o assassinato de dois dos seus seguidores: Rodrigues Miguéis e José Miguel.

Para além das diferenças de pensamento e de estratégia política entre Neto e Viriato, outras razões têm sido elencadas para a explicação do diferendo. Mabeko-Tali (2018, p. 158 e segs.) invoca, a propósito, a diferença de personalidades entre os dois líderes e a particularidade de Neto ter podido formar-se em medicina e Viriato não ter tido o privilégio de tirar um curso superior por falta, designadamente, do apoio paterno para o efeito. Tal impossibilida-

¹¹ Ironia do destino: a mulher e a filha só conseguiram abandonar a China no verão de 1974 com um passaporte português, concedido ainda na vigência do Estado Novo, por intermédio do Cônsul-geral de Portugal em Hong-Kong, Carlos Simões Coelho (Fernandes 2008, p. 331).

de terá gerado nele um sentimento de frustração que terá perturbado a relação entre os dois. Acrescenta-se a estas razões a já referida circunstância de um ser negro e o outro mestiço, desfavorecendo Viriato perante a idiossincrasia reinante no movimento anticolonial em África, onde reinava um «racismo antirracista», para glosar uma expressão de Jean-Paul Sartre em «Orphée Noir».¹²

Retomando o repto lançado por Timothy Brennan, Viriato, no diferendo em apreço, foi, supostamente, o perdedor e Agostinho Neto, o vencedor. Se este desfecho é válido no plano político, o certo é que a sua obra literária, em termos nacionais, esteve proscria ou, talvez melhor, privada de reconhecimento oficial praticamente até 2018, altura em que lhe foi definitivamente atribuído o Prémio Nacional de Cultura e Artes, na modalidade de literatura; definitivamente, porque a atribuição do mesmo, numa edição anterior, acabara por ser revertida. Como sempre acontece, a (boa) arte transporta consigo o dom da universalidade, e, assim sendo, após a atribuição do prémio, Viriato da Cruz parece estar definitivamente de volta ao mundo das letras angolanas... não ao da literatura universal, porque desse, na verdade, nunca partiu.

Bibliografia

- ASSIS JÚNIOR, António s.d. *Dicionário Kimbundu-Português. Linguístico, botânico, histórico e corográfico seguido de um índice alfabético dos nomes próprios*. Luanda: Argente, Santos & C^a, L.^{da}.
- BRENNAN, Timothy, 1989. *Salman Rushdie & the Third World. Myths of the Nation*. Londres: The Macmillan Press.
- FERNANDES, Moisés da Silva, 2008. «O percurso chinês de Viriato da Cruz, 1958-1973». In ROCHA, Edmundo, Francisco SOARES e Moisés FER-

¹² Trata-se da introdução à *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache de langue française*, de Léopold Sédar Senghor: o «racismo antirracista é o único caminho capaz de levar à abolição das diferenças de raça» («ce racisme antirraciste est le seul chemin qui puisse mener à l'abolition des différences de race») (p. XIX). Com esta postura, Sartre inicia uma linha de pensamento sobre a problemática do racismo dissonante do entendimento marxista, que levaria à formulação de um dos pressupostos subjacentes ao paradigma pós-colonial.

- NANDES, Coord. *Angola. Viriato da Cruz. O homem e o mito*. Lisboa / Luanda: Prefácio e Chá de Caxinde, pp. 255-342. ISBN 9789898022707.
- MABEKO-TALI, Jean-Michel, 2018 [2001]. *Guerrilhas e lutas sociais. O MPLA perante si próprio (1960-1977). Ensaio de História Política*. Lisboa: Mercado de Letras Editores. ISBN 9789728834326.
- PACHECO, Carlos, 1997. *MPLA — Um nascimento polémico*. Lisboa: Editorial Vega. ISBN 9789726995388.
- PARREIRA, Adriano, 2013. *Dicionário de etnologia angolana*. Luanda / Porto: Plural Editores e Porto Editora. ISBN 9789720052834
- ROCHA, Edmundo, 2008. «O itinerário político de Viriato da Cruz (até à crise no MPLA de 1963-64)». In: ROCHA, Edmundo, Francisco SOARES e Moisés FERNANDES, Coord. *Angola. Viriato da Cruz. O homem e o mito*. Lisboa/Luanda: Prefácio e Chá de Caxinde, pp. 109-184. ISBN 9789898022707.
- SOARES, Francisco, 2008. «No cruzar dos caminhos: A pesquisa poética de Viriato da Cruz». In: ROCHA, Edmundo, Francisco SOARES e Moisés FERNANDES, Coord. *Angola. Viriato da Cruz. O homem e o mito*. Lisboa / Luanda: Prefácio e Chá de Caxinde, pp. 71-106. ISBN 9789898022707.
- VENÂNCIO, José Carlos, 1992. *Literatura versus sociedade. Uma visão antropológica do destino angolano*. Lisboa: Editorial Vega. ISBN 9726993253.

... e a obra poética



Viriato da Cruz em 1951

Viriato da Cruz: da poética política à política da poética ou de como, em *Makèzú*, se resolvem a diglossia e o drama linguístico do colonizado

Viriato da Cruz: from political poetics to the politics of poetics or how, in *Makèzú*, diglossia and the linguistic drama of the colonized are resolved

Salvato Trigo

Universidade Fernando Pessoa
st@ufp.edu.pt

Resumo: Partindo de uma reflexão sobre a língua portuguesa em África, aborda-se a trajetória poética e política de Viriato da Cruz, bem patenteada no poema «Makèzú».

Palavras-chave: língua portuguesa; Viriato da Cruz; poética; política

Abstract: Starting from a reflection on the Portuguese language in Africa, the paper discusses the poetic and political trajectory of Viriato da Cruz, well demonstrated in the poem «Makèzú».

Keywords: Portuguese language; Viriato da Cruz; poetics; policy

A temática da diglossia e do drama linguístico do colonizado, como mostrou o escritor tunisino-francês Albert Memmi, é central na chamada negritude das fontes que se constituiu num dos universos semióticos da denominada literatura negra de língua francesa, em particular no Golfo da Guiné. Já na literatura negra de língua inglesa, tal temática perde o lugar para a da contaminação linguística resultante do contacto das línguas nativas com a língua inglesa de administração colonial. A literatura africana de língua portuguesa, entretanto e até pela sua anterioridade, não lhe sendo alheias aquelas duas temáticas, escudou-se mais na naturalização consequente da transplantação geográfica do português, o que afetou não só o seu sistema nocional mas também o sistema relacional.

Infelizmente, não foram ainda devidamente estabelecidas bases críticas seguras sobre a transplantação da língua portuguesa para os trópicos, em

geral, e para a região que hoje conhecemos por Angola, em especial, o que nos dificulta a compreensão total do processo de naturalização.

Desde logo, porque essa transplantação, sujeita a vicissitudes várias, não teve o devido planeamento político, na medida em que o relacionamento de Portugal com a costa ocidental da África assentou, desde o seu início, no dealbar da segunda metade do século XV, essencialmente no comércio de sal e de metais, sobretudo o cobre, seguido, a partir dos finais do século XVI, princípios do século XVII, do intenso tráfico negreiro, para alimentar a pujante economia brasileira do ciclo do engenho e, depois, do ciclo da mineração.

Tivesse tido essa transplantação o planeamento que os Romanos fizeram na expansão do seu vasto império, impondo o *sermo vulgaris*, o falar latim (*loqui romanice*), e a língua portuguesa teria registado uma expansão territorial muito maior, fosse em África fosse na Ásia.

Faltou a Portugal, todavia, liderança e clarividência humanas, para perceber que a naturalização da língua portuguesa não poderia ser nem obra do trato ou do comércio, qualquer que fosse a sua natureza ou expressão, nem o resultado da sua *manu militari* inexpressiva, porque minguiavam os cabedais materiais, como se dizia na época, para tão grande empreendimento. Essa naturalização e consequente nacionalização só poderiam alcançar sucesso pela via da alfabetização e do conhecimento, domínios fundamentais para o desenvolvimento humano que os governos monárquicos portugueses desconsideraram e para os quais os republicanos levaram demasiado tempo a acordar.

Por isso, à falta de gente qualificada e de recursos financeiros, os poucos portugueses que, em África, executavam as ordens da coroa, quase sempre respondendo a interesses próprios da nobreza ou de uma burguesia próspera, tiveram de recorrer à criatividade, para se ir impondo e sobrevivendo entre reinos e sobados hostis entre si com quem iam *tratando* e firmando contratos de vassalagem, com promessas de negócios e proteção de soberania interterritorial.

Nessas circunstâncias históricas, é, pelo menos, temerário afirmar-se que a língua portuguesa foi introduzida em Angola no século XV, porque impossível de documentar, à luz do que foi efetivamente a lenta e difícil agregação dos diversos reinos e sobados que vieram a constituir o que, em rigor, só no

século XVIII, poderá designar a unidade de território geográfico e político a que passou a chamar-se, com propriedade, Angola.

Essa afirmação, todavia, é fundamentada, se não se considerar que o reino do Congo, com a capital no Soio (Santo António do Zaire), entre o rio Dande e rio Zaire, com quem Portugal estabeleceu, de facto, os primeiros contactos diplomáticos em África, nos finais do século XV, era uma realidade política distinta, tal como era o reino do Ndongo, com a capital no Tombo ou Dondo, dominante nas terras litorâneas do Cuanza e interiores do Lucala; como foram, no século XVII, os reinos de Benguela, no sul, com a capital em S. Filipe, e da Matamba, no nordeste, com a capital em Andala Quissuba, e como o era, do mesmo modo, o estado dos Mbundos com os territórios dos Dembos, da Ilamba e do Lumbo, vassalo de Portugal, desde que, em 1575, Paulo Dias Novais fundou a cidade de Luanda, que foi praticamente por dois séculos uma espécie de ilha portuguesa e crioula, como lhe chamou, com justeza, Mário António de Oliveira, rodeada pelos reinos do Congo e do Ndongo, hostis entre si.

Na verdade, o que sabemos com certeza é que o rei de Portugal, D. Manuel I, enviou, em 1504, professores das primeiras letras portuguesas para a corte do reino do Congo, e que, entre 1608-1612, isto é, praticamente um século depois, o viajante holandês, Pierre Van den Boecke, relatava que, na região do Soio, havia «... bem oito ou dez escolas como em Portugal [...] em que todas as crianças aprendem o português e recebem a instrução nesta língua.»

Sabemos também que Frei João Santiago escreveu na relação da primeira missão capuchinha ao reino do Congo, em maio de 1645, que encontrou no Soio bastantes negros a falarem correntemente português. Sabemos, ainda, pelo capuchinho italiano, Giovanni Antonio Cavazzi (1621-1678), que ele foi recebido em S. Salvador do Zaire pelo rei Garcia II do Congo em língua portuguesa «na qual era versadíssimo», e por Frei Francesco Romano que «a linguagem, em que se prega, é a linguagem portuguesa [...] e muitíssimos entendem essa língua, particularmente na cidade de S. Salvador e no Soio.»

Sabemos, do mesmo modo, pelo padre Cavazzi que, no reino da Matamba, Jinga, a rainha dos Jagas, se dirigiu «em idioma português (no qual era versadíssima) a capuchinhos que haviam sido feitos prisioneiros pelos seus soldados», e que, no reino de Angola, onde ele chegou em 1657, Guzam-

bambe, soba da província de Daco, o recebeu «discorrendo em língua portuguesa.»

É claro que este reino de Angola, referido por Cavazzi, era simplesmente o reino do Ndongo, a que os portugueses, devido ao papel importante na defesa da sua autonomia pelo seu chefe Ngola Kiluanji, homenageando-o, passaram a chamar de reino de Angola. A *História Geral das Guerras Angolanas* (relato de feitos respeitantes ao século XVII), de António de Oliveira Cadornega, elucida-nos bem sobre a diluição de todos os reinos e sobados em Angola, cujas fronteiras, tais como as conhecemos hoje, só ficaram, de facto, estabelecidas, na sequência da Conferência de Berlim, de 1885.

Elucidativa também da formação de Angola e da importância que a língua portuguesa tinha, já no século XVII, em toda a costa ocidental africana, desde a Senegâmbia, passando pela Ilha de Ano Bom, até à cidade do Cabo, onde o português era, por assim dizer, *língua franca* de comunicação geral e não apenas *sabir* de comerciar, é a obra de Beatrix Heintze, *Fontes para a história de Angola do século XVII*.

A obra de Cadornega é fundamental, para quem pretenda estudar o português de Angola e entender algumas das dimensões das bases críticas da sua transplantação, já que o insuspeito clérigo angolano, Monsenhor Alves da Cunha, a considerava escrita «num português angolense, quasi um crioulo».

A verdade é que esse português angolense, quase um crioulo, era manifestamente minoritário, para não dizer residual, pois só o praticavam os poucos alfabetizados da população urbana, deixando de fora a quase totalidade da população nativa, constituída por diversos grupos etnolinguísticos, que se comunicavam nas línguas vernáculas locais.

Dizer-se, como muitos o fazem, que a língua portuguesa sufocou as línguas nativas com que contactou e que a missão ajudou a esse sufoco, é historicamente exagerado, podendo, no entanto, ser, como foi e tem sido, politicamente eficaz para certas teorias identitárias anticoloniais e pós-coloniais. De facto, foi a inexistência efetiva desse sufoco que fez com que a língua portuguesa não se tivesse naturalizado e imposto como língua nacional, logo a partir do século XVII, quando conseguiu granjear apoios em influentes chefes locais, como os já mencionados reis do Congo e a futura rainha Jinga da Matamba, que, como princesa e sob o nome cristão de Ana de Souza, exibiam a sua fluência em língua portuguesa.

Sabe-se que os missionários católicos, logo no século XVI, e os outros que, a partir do século XVIII, começam também a ter influência nas populações nativas, mais preocupados com o seu proselitismo (que, não raras vezes, protegia também o próprio tráfico negreiro) do que com a naturalização africana e a nacionalização angolense do português, afanaram-se em traduzir para as línguas bantu os catecismos e outros textos de ensinamentos das suas respectivas religiões, em detrimento de os ensinarem em língua portuguesa que reservaram apenas para as elites. O exemplo do catecismo em língua bantu, além de vários outros, e do testemunho do matemático e explorador veneziano Filippo Pigafetta (1533-1604), que viveu em terras do rei do Congo, são, desse ponto de vista, bem ilustrativos.

A afirmação de sufoco das línguas nativas pelo português é por esses muitos fundamentada na política do governador-geral Inocêncio de Sousa Coutinho (1764-1772) que foi, de facto, quem primeiro tentou organizar uma verdadeira administração colonial de Angola, que via como uma espécie de segundo Brasil, também no plano linguístico, acreditando, por isso, ser possível a convivência das várias *línguas gerais* angolanas, línguas do *trato*, do comércio, entre as quais o ambundo, como ele dizia, com o português luso-angolano das elites.

Sousa Coutinho contrariou, é verdade, o uso do quimbundo nas cidades e nas famílias nobres, como se referia às famílias luso-angolanas que faziam alguma gala de serem bilingues, mas reconhecia a sua utilidade para o comércio no sertão: «... recomendo aos pais de famílias que procurem quanto lhes for possível vedar na criação de seus filhos a língua ambunda, que façam como é mais natural e como sucede em todo o Brasil ...», tendo, nesse aspecto, feito de forma diferente, no concernente à naturalização e nacionalização do português angolense, da do governador-geral, José Ribeiro Norton de Matos, que, com o seu Decreto n.º 77, de 1921, quis consagrar a existência, em Angola, de uma língua de comércio, o quimbundo, a par da língua da administração e das elites culturais e sociais, o português, elites essas que começariam a sair dos liceus, que iriam suceder-se ao liceu de Luanda, criado em 22 de fevereiro de 1919, que será chamado de Liceu Salvador Correia de Sá (e Benevides), três anos depois, quando abre também, na Huíla, o Liceu Diogo Cão.

É nestes dois liceus que verdadeiramente emergem as duas mais importantes gerações literárias angolanas — a *Geração da Mensagem* e a sua su-

cessora *Geração da Cultura*. À germinação de ambas está ligado Viriato Francisco Clemente da Cruz, aluno do Liceu Salvador Correia de Sá, nos anos de 1940, e funcionário, pelo final dos anos de 1950, do Liceu Diogo Cão, na então cidade de Sá da Bandeira, hoje Lubango, onde conheceu António Dias Cardoso, que viria a ser um dos nomes nucleares, a par de Luan-dino Vieira, de Costa Andrade e de Arnaldo Santos, da *Geração da Cultura*.

De facto, foi no Liceu Salvador Correia de Sá que um grupo de jovens nacionalistas, catalisados pelo aluno António Jacinto do Amaral Martins, «verdadeira placa giratória da unidade dos jovens intelectuais angolanos independentistas», nas palavras de Costa Andrade, criou o movimento «Os Novos Intelectuais de Angola» que, sob o lema de «Vamos Descobrir Angola», funda a revista *Mensagem*: os poetas António Jacinto, Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade, os mais velhos, atraem colegas mais novos como Mário António de Oliveira, Maurício de Almeida Gomes e outros, para robustecerem ideologicamente a *Geração da Mensagem*, antes que alguns dos seus membros rumem a Lisboa, para seguir os seus estudos universitários e aprofundar as raízes do independentismo na Casa dos Estudantes do Império.

Foi essa Geração da Mensagem que inaugurou, na literatura angolana, a poética da política tendo permitido à Geração da Cultura e, em especial, à Geração do Maquis ou Geração da Luta Armada (Pepetela, Arlindo Barbeitos, João-Maria Vilanova, entre outros), herdeira das duas, assumir mais fundo a política da poética. Mas as sementes dessa poética estão em Viriato da Cruz.

Colho, por isso, em Viriato da Cruz e no seu poema *Makèzú* o referencial desta comunicação, em que me propus tecer alguns comentários sobre a questão da naturalização e da nacionalização da língua portuguesa e da poética política angolana.

Este assunto pode ser analisado sob diversos ângulos, interessando-nos, todavia, e para o nosso propósito, hoje e aqui, apenas as dimensões ecológica, política e cultural.

Antecipemos, desde já, em jeito de sumário, que usamos o adjetivo ‘ecológico’, para referir as mudanças na língua portuguesa, resultantes da sua transplantação do universo semiótico e geográfico lusitano e português para ecossistemas outros, que lhe exigiram adaptações antropológicas e geopolíticas importantes. O adjetivo ‘político’ serve para caracterizar o combate ideo-

lógico que se travou em torno da questão da língua portuguesa, enquanto instrumento de dominação colonial. Finalmente, o adjetivo ‘cultural’ traduzirá o estatuto que as *falas* africanas lusófonas foram conquistando, graças, por um lado, à sua democratização e, por outro lado, à sua função identitária.

Esclarecido o ponto de observação conceptual em que nos colocamos, recordemos, então, o poema que nos serve de pretexto, reiterando que o seu autor, Viriato da Cruz, foi um dos poetas fundadores da literatura angolana de língua portuguesa que melhor compreendeu que a *angolanidade*, enquanto sentimento de identidade e de pertença de etnias diferenciadas a uma mesma nação política, teria de ser traduzida numa *fala* miscigenada, construída *na* e *contra* a língua portuguesa padrão.

Neste aspeto, Viriato da Cruz recuperou a tradição do bilinguismo exótico dos autores angolanos do século XIX, e fez dele um traço de autenticidade fecundado por um universo semântico novo. Confirmemo-lo no próprio poema:

— *Kuakié!... Makèzú, Makèzú...*
O pregão da avó Ximinha
É mesmo como os seus panos,
Já não tem a cor berrante
Que tinha nos outros anos.

Avó Xima está velhinha
Mas de manhã, manhãzinha,
Pede licença ao reumático
E num passo nada prático
Rasga estradinhas na areia...

Lá vai para o cajueiro
Que se levanta altaneiro
No cruzeiro dos caminhos
Das gentes que vão p’rã Baixa.

Nem criados, nem pedreiros
Nem alegres lavadeiras
Dessa nova geração
Das “venidas de alcatrão”
Ouvem o fraco pregão
Da velhinha quitandeira.

— *Kuakié! Makèzú, Makèzú...*
— *Antão, veia, hoje nada?*

— *Nada, mano Filisberto...*
Hoje os tempo tá mudado...
— *Mas tá passá gente perto...*
Como é qui tás fazendo isso?

— *Não sabe?*
Todo esse povo
Pegô um costume novo
Qui diz qué civrização:
Come só pão com chouriço
Ou toma café com pão...

E diz inda pru cima
(Hum...mbundu kene muxima...)
Qui o nosso bom makèzú
É p'ra véios como tu.

— *Eles não sabe o que diz...*
Pru qué qui vivi filiz
E tem cem ano eu e tu?

— *É praquê nossas raiz*
Tem força do makèzú...

Em estrutura narrativa e dialogal, como é bem típico da oratura, o poema constrói-se à volta da temática da mudança dos tempos e das vontades aqui acrescida do conflito cultural de gerações. Esse conflito é metaforizado pela dicotomia estabelecida no texto entre *makèzu* e *pão com chouriço* ou *café com pão*.

O *makèzú* era o alimento que, tradicionalmente, os angolanos tomavam ao matabicho ou pequeno-almoço ou café da manhã, constituído por cola com gengibre, que a velha quitandeira Ximinha continuava a apregoar, rasgando, agora, estradinhas na areia do musseque, para, na fronteira entre as duas cidades, a da areia e a do asfalto, debaixo do cajueiro altaneiro em seu chão africano, tentar atrair os trabalhadores que se dirigiam para a Baixa da cidade de asfalto.

Mas a nova geração de criados, pedreiros ou lavadeiras, já não ouvia a voz de avó Xima: as *venidas de alcatrão*, sinédoque da cidade europeizada, desenraizaram todo esse povo que, *pegando um costume novo*, abandona o *makèzú* e substitui a tradição pela “modernidade” do pão com chouriço.

O *makèzú* representava para esses criados, pedreiros e lavadeiras, que se aculturavam na cidade de asfalto, o passado que alienadamente identificavam como ausência da *civrilização*. Ximinha lamenta que essa nova geração não dê mais ouvidos ao seu pregão, à voz das raízes e da terra que o asfalto invadiu e transformou, exprimindo a Felisberto, também ele um homem dos velhos tempos, o seu desalento revoltado por ver que essa gente já não tem coração, já não tem alma africana — *mbundu kene muxima...*

Do singelo diálogo de Ximinha com Felisberto e da cena do quotidiano luandense do tempo colonial, que Viriato da Cruz aqui textualiza, emerge uma dupla posição ideológica do autor, porta-voz de uma geração de novos intelectuais angolanos: por um lado, a sátira da “civilização” em nome da qual se justificou por séculos a colonização; por outro lado, a afronta ao “dono da língua”, desrespeitando a sua gramática e obrigando-a a conviver, lexical e sintaticamente, com formas discursivas e textuais estranhas, chegando-se mesmo à ousadia de um bilinguismo paritário entre a língua portuguesa e a língua quimbunda!

Bilinguismo que, no caso presente, é verdadeiramente uma *diglossia*, isto é, uma clara manifestação de que à velha geração de angolanos o português não chegava para exprimir a sua identidade.

Linha ideológica semelhante seguiu Viriato da Cruz num outro poema — *Sô Santo* — mas em que a diglossia é já mais diluída pela miscigenação vocabular e rítmica conseguida entre o português e o quimbundo, como podemos verificar neste trecho:

— *Sô Santo teve riqueza...*
Dono de musseques e mais musseques...
Padrinho de moleques e mais moleques...
Macho de amantes e mais amantes,
Beça-nganas bonitas
Que cantam pelas rebitas:

Muari-ngana Santo dim-dom
Ual’obanda ó calaça
Dim-dom
Chaluto mu muzumbo
Dim-dom.

Poema narrativo também, *Sô Santo* retrata a ascensão e a queda social de alguém que extremou sua alienação, não tendo sido capaz de se apoderar da cul-

tura e da civilização do *outro* e forçá-las à osmose com a cultura e a civilização do *eu*, para construir a nova identidade pós-colonial que se profetizava:

*Lá vai...
descendo a calçada
A mesma calçada que outrora subia
Cigarro apagado
bengala na mão...
...Se ele é o símbolo da Raça ou a vingança de Sandu.*

Se nos dois poemas citados é a questão da alienação e da perplexidade da velha geração de africanos quanto às consequências nefastas da perda da identidade em nome de pretensa modernidade e civilização — temática que Viriato da Cruz glosa de forma distensamente adequada —, já em *Namoro* essa problemática focaliza apenas a nova geração que, entretanto, havia compreendido que a nova identidade da angolanidade se construiria pela inclusão do que no *outro* não desfigurasse o *eu*, assumindo a mestiçagem cultural não como uma perda, antes como um ganho prometeico e como uma atitude de busca da síntese que anulasse as dicotomias tantas vezes artificialmente elaboradas por teorizações políticas não raro rasurantes da história.

Essa síntese manifesta-se nesse poema *Namoro* num quadro de situações de verosimilhança ajustadas à moralidade que o poeta pretendeu extrair da história do pedido de namoro de Benjamim a uma jovem negra do Bairro Operário.

Primeiro, o jovem tentou a conquista, utilizando métodos tipicamente europeizados: mandou-lhe uma carta manuscrita em papel perfumado cheia de lugares-comuns que repetiu num cartão tipografado com uma frase de romantismo barato. A moça disse que não.

Perante a recusa, mudou de método: mandou-lhe um recado por uma conhecida dos dois, a Zefa do Sete, mas o efeito foi o mesmo — não!

Resolveu, então, usar o tradicional feitiço: colheu a areia da marca do pé da moça e pediu à avó Chica, quimbanda de fama, para fazer um feitiço, mas também este falhou.

Sem desistir da «ventura do namoro» com a jovem operária, Benjamim regressou a métodos urbanos de conquista: ofereceu-lhe um anel e um broche, pagou-lhe doces, afagou-lhe as mãos, falou-lhe de amor, mas ela disse que não!

Desesperado, Benjamim andou barbudo, sujo e descalço pelo morro da Samba até que uns amigos o levaram ao baile de São Januário e aí reencontrou a jovem, rindo a um canto, contando o caso às «moças mais lindas do Bairro Operário».

Mas eis que tocaram uma rumba e Benjamim foi dançar com a jovem e com ela voou num passo maluco pela sala, «qual uma estrela riscando o céu! / E a malta gritou: “Aí, Benjamim!” / Olhei-a nos olhos — sorriu para mim / pedi-lhe um beijo — e ela disse que sim.»

Foi na rumba, nesse ritmo afro-latino, síntese cultural da música como expressão histórica do encontro entre a África e o mundo mediterrânico que a colonizou, que os dois jovens se entenderam e puderam dar largas ao seu namoro, assim demonstrando que nem o método de aproximação europeu nem o método de relação do tradicionalismo negro eram bons para a construção da nova vida que almejavam: assumiram a miscigenação, a fecundação osmótica dos dois mundos e, dessa forma, encontraram a linguagem nova para exprimir o corpo e a alma da identidade angolana do futuro!

Tinham construído a nova *fala* que anulava o bilinguismo e a diglossia, mas não renegava nenhum deles, antes sentiam que era forçoso mudar a ecologia da língua, atacar o seu estatuto político e, miscigenada, declará-la elemento cultural constituinte do seu *eu*.

Prenunciava, assim, Viriato da Cruz a inexistência de qualquer *drama linguístico* na literatura angolana de língua portuguesa, temática que haveria de ser amplamente tratada pelos poetas da *negritude* das fontes, como os haitianos Léon Laleau e Jean-F. Brière ou como o senegalês David Diop, e por ensaístas como o já referido Albert Memmi, que cunhou, aliás, a expressão drama linguístico, e como Franz Fanon, por razões muito mais políticas do que científicas.

Esta questão do chamado drama linguístico, tornada órfica no mundo literário africano francófono, onde não concitou, porém, unanimidade, passou nitidamente ao lado da anglofonia literária africana e das literaturas africanas de língua portuguesa.

Nestas, as *falas* africanas foram germinando sem resistências morfológicas ou sintáticas da língua portuguesa que, transplantada no século XVI numa gramática ainda não consolidada e numa geografia de agreste orografia, com reduzida flora mediterrânica a impor-se a outra pouco atlântica de clima frio, teve

séculos de adaptação ecológica e moral, durante os quais se *tropicalizou*, perdeu a rudeza do seu consonantismo, cada vez mais neutralizado por um vocalismo que o calor e a humidade propiciavam, tornando-a gramaticalmente mais livre, lexicalmente mais sensual, semanticamente mais rica, à medida que se ia desnudando de suas roupagens europeias e de tabus comportamentais, o que lhe permitiu deixar-se fecundar por línguas, povos e culturas de oralidade diferenciada, sem que por tal lhe ficasse qualquer remorso ou sintoma de pecado.

Como bem canta Chico Buarque, «não existe pecado do lado de baixo do equador», por isso a língua portuguesa se multiplicou em *falas* diversas, enriquecendo-se culturalmente e ganhando dignidade política, evoluindo, sem dramas, de língua de colonização e de dominação para língua de libertação e de unidade política de estados constituídos por povos etnolinguisticamente diferentes e, quantas vezes, com contenciosos históricos aparentemente esquecidos, todavia não resolvidos.

Não continuemos, porém, a ser juízes em causa própria, quando defendemos convictamente que a língua portuguesa cedo se aclimatou aos trópicos em bolsas de verdadeira *crioulidade* que só não se estenderam territorialmente para fora dos principais aglomerados urbanos porque, como disse antes, nunca existiu do lado de Portugal uma política de imposição da língua, para lá das instituições de governo e de administração escolar, ambas, aliás, tardias, relativamente à chegada dos primeiros colonos a África.

Na verdade, cuidamos sempre mais, embora nem sempre bem, da *portugalidade* cultural e espiritual do que da disseminação da língua como mero instrumento de comunicação e de relação circunstancial entre povos. Não fizemos como, por exemplo, os espanhóis, «uma conexão íntima entre Gramática e Política», como nota Einar Haugen, ao constatar que tal conexão «é mostrada pelo fato de que a primeira gramática em espanhol apareceu em 1492 e foi dedicada à Rainha Isabel; era destinada a ser uma companheira do Império, escreveu o autor, e deveria divulgar o espanhol ao lado do domínio dos espanhóis.»

Não teve Portugal essa presteza, mas, mesmo sem ela, o português conseguiu o importante estatuto de *língua geral* nas costas africanas, nos séculos XVI e XVII, como afirma o africanista belga Willy Bal, ou de *língua franca* para efeitos de comércio e, nalguns casos, de diplomacia, conforme estudos dum outro grande africanista, o sul-africano Marius Valkoff.

Esta anterioridade do português em África e a constatação de que bolsas do seu uso cedo surgiram em algumas cortes africanas do século XVI encontramo-las na já citada *Istorica Descrittione de tre Regni Congo, Matamba ed Angola*, do capuchinho italiano Giovanni Antonio Cavazzi, onde manifestou o espanto pela destreza com que a língua portuguesa era falada quer nas cortes de Afonso I e de Garcia II, do Congo, quer na corte da Rainha Jinga dos povos Jagas ou do soba Guzambambe.

É óbvio que não seria já a língua portuguesa padrão, mas uma expressão adequada ao tempo e ao espaço tropicais, privilegiando o utilitarismo comunicativo em detrimento do purismo gramatical. Essa expressão seria com certeza o resultado duma desenhada vitória linguística de Caliban sobre Próspero que os escritores africanos de língua portuguesa ajudariam a consolidar.

Rui Knopfli, um poeta moçambicano intervalar, isto é, situado, ética e esteticamente, entre a literatura genuinamente colonial e a futura literatura moçambicana, observou bem essa situação sobre a qual escreveu:

Como Caliban, é de Próspero que ele recebe a língua e, se através dela aprende a nomear o sol, a lua, a água, a realidade, em suma, por ela descobre também a mágica sugestiva e encantatória da blasfémia e do anátema. A sua especiosa e discordante tradição, a sua revolta, desaguam e corporizam em estranhos sons de uma língua estranha. É pois nessa zona obscura e indeterminada, a partir das raízes imersas no sono milenar, debatendo-se no emaranhado de preconceitos e renúncias, que ela tacteia o futuro e procura articular a sua voz. Tempo decorrerá entretanto antes que assim aconteça.

Apontava já Knopfli para uma nova fala, designadamente a literária, que a língua de Próspero haveria de comportar por virtude dos novos falantes negros e de suas diferentes visões cosmogónicas. Certamente que, para o surgimento dessa nova fala, das novas falas africanas de língua portuguesa, era necessário o tempo de que falava Knopfli.

E esse tempo veio e foi fecundado por discursos e textos inicialmente sustentados pela voz tacteada, titubeante entre uma obediência normativa metropolitana e um desejo de libertação expressiva, casando a seiva africana de Caliban com a austeridade europeia da língua de Próspero, anunciando, qual *logoteta*, as falas novas da africanidade sob as quais se abrigariam, no caso de Moçambique, a intervalidade de Rui Knopfli e de Grabato Dias, a africanidade de Noémia de Sousa e de José Craveirinha, de João Dias e de Luís Bernardo Honwana, de

Orlando Mendes e de Fernando Ganhão, de Sérgio Vieira e de Armando Guebuza, de Kalungano e de Rui Nogar, mas também a *moçambicanidade* graállica de Ascêncio de Freitas, de Luís Carlos Patrarquim e de Mia Couto, procurada por uma experimentação linguística que, não raro, se torna objeto da poesia ou da ficção que as gerações da independência tratam de forma bem mais distensa, como acontece com Paulina Chiziane ou Ungulani Ba Ka Kossa, entre outros.

Em Angola, essas falas novas da língua portuguesa, que Viriato da Cruz haveria de recuperar da geração dos velhos intelectuais angolanos do último quartel do século XIX, especialmente de João da Cruz Toulson, de Cordeiro da Matta, de Eduardo Neves e também de Alfredo Troni ou de António de Assis Júnior, tiveram, em António Jacinto, um discurso militante de referência; em Agostinho Neto, um messianismo ético em que a língua, sendo aparentemente do outro, era, no fundo, outra; em Aires de Almeida Santos e em Alda Lara, a *morenez* telúrica do sul; em Ernesto Lara Filho, a irreverência de um *seripipi*, profeta de chuvas e de independência; em Luandino Vieira, inspirado na linguagem do brasileiro João Guimarães Rosa, um discursivismo urbano em demanda duma fala fundacional da angolanidade estética; em Uanhenga Xitu, um apólogo dialogal entre o mato e a cidade, verdadeiro exercício de catarse bem exemplificado em *Mestre Tamoda*.

Não existe em qualquer destes autores conflito linguístico insanável; existe, sim, a consciência apurada de que a língua portuguesa deveria ser apropriada e possuída, para garantir politicamente a construção da nação angolana, feito que nenhuma das línguas étnicas de Angola poderia assegurar.

Essa consciência é mais amadurecida e descomplexada nas gerações seguintes, desde Fernando Costa Andrade a Arnaldo Santos, de António Cardoso a Jofre Rocha, de Jorge Macedo a Boaventura Cardoso, de Arlindo Barbeitos a Pepetela, de João-Maria Vilanova a Ruy Duarte de Carvalho, de Manuel Rui Monteiro a David Mestre, e bem mais neutra nas vozes da pós-independência, como Eduardo Bonavena, Lopito Feijó, Luís Kandjimbo, José Luís Mendonça, Conceição Cristóvão, João Maimona, Paula Tavares, Adriano Botelho Vasconcelos, José Eduardo Agualusa, para citarmos apenas alguns dos arquitectos das novas falas angolanas concebidas no sistema da língua portuguesa sem dramatismo ideológico ou sociológico.

Vencido o espectro de Caliban ou do *Sô Santo* de Viriato da Cruz, devolvido Próspero à terra de origem, não sem antes deixar em África, como disse Amíl-

car Cabral, uma herança notável aos povos que colonizou — um instrumento linguístico criador duma consciência nacional por de cima de quaisquer diferenças etnolinguísticas —, essas novas vozes fizeram-se ouvir em areópagos internacionais para reivindicarem por justa causa a *moçambicanidade* ou a *angolanidade* da língua portuguesa.

O angolano Manuel Rui Monteiro, poeta e ficcionista de créditos bem firmados, sintetizou essa reivindicação no remate da sua comunicação ao congresso anual da Associação de Literatura Africana (ALA), realizado em Dakar, em 1989, afirmando assertiva e liminarmente: «A língua é nossa. Já não somos Caliban!»

Tal conclusão decorreu duma análise judiciosa e de notável clarividência que começava assim:

Quando se toca no percurso da nossa literatura, sua busca nacionalista e sua nacionalidade conseguida e reconhecida, de fora e por generalização, pode ressaltar para alguns um patamar de abordagem que radica de um equívoco: a literatura angolana quase não é ela própria, porque se realiza na língua do “outro”. Como se língua fosse propriedade com patente industrial e não usufruto de pessoas e entre pessoas e como se cada processo não devesse ser observado a partir da sua especificidade e diferença.

Após estas considerações iniciais, a comunicação de Manuel Rui foi toda orientada no sentido de demonstrar que o português não é mais uma língua estranha, uma língua do “outro” em Angola, mas, sim, um idioma que, pela angolanização sofrida, se tornou língua nacional apta a traduzir toda a vivência angolana. Citemo-lo de novo:

O colonialismo, como um discurso, por imposição, é um constante caos. Utilizar a língua dele acima do contraponto, implica a sua descodificação e um mais que desvio à norma. Há que desarticulá-la nas suas premissas para a reinvenção a partir de nós. De nossas tradições. De nossos ritmos. De nossas falas faladas, mal faladas pelo óculo do código que agora se espanta à transparência do discurso novo e libertador, onde a interferência, o hibridismo ou a desescrita reorganizam e se reorganizam no caos da situação da língua enquanto imposição cultural.

Manuel Rui prestava, assim, homenagem ao poeta e ensaísta seu conterrâneo, Fernando Costa Andrade, primeiro escritor africano de língua portuguesa

que, em 1963, no 1.º *Festival de Cultura Negra*, ocorrido em São Paulo (Brasil), declarou a total ausência de drama linguístico na literatura angolana, ao afirmar:

Uma observação se impõe acrescentar quanto à utilização veicular da língua em que se apresentam. Não se trata, como alguns pensam, de uma derrota ou de uma concessão do africano, ou porventura de incapacidade do uso de um idioma próprio. Trata-se aqui de uma forma de combate, de penetração no seio das posições inimigas e facilitar ao mundo de hoje a tarefa imediata de nos entender. Não temos complexos pelo uso do português na nossa pátria africana.

Reconhecendo seguidamente que «o escritor angolano, usando o português, não se alienou; serviu-se de um instrumento do adversário contra ele», transformando o «*linguajar dos criados*» numa nova fala com dignidade literária, Costa Andrade anota que os poetas angolanos, e também alguns raros prosadores, deseuropeizaram a palavra europeia que usam e sublinha que com Agostinho Neto, Jacinto, Viriato e outros poetas surgiu paralelamente, na poesia angolana, uma expressão nacional própria, veiculada, quer em português quer numa nova linguagem continuada na prosa de Luandino Vieira e outros jovens torturados pelas malhas da PIDE e da censura colonial.

Ora, esse «*linguajar dos criados*», de que tão depreciativamente falava o poder colonial, foi forjado por aquela nova geração das «*venidas de alcatrão*», a que se referia a velha Ximinha do poema *Makèzú* de Viriato da Cruz, queixando-se ao mano Felisberto de que já ninguém ouvia seu pregão.

Essa geração, filha daquela que se alimentou de *makèzú*, só quer agora «*pão com chouriço*» e reivindica para si a nacionalização de um alimento identitário do outro, usando-o vitoriosamente como sua própria identidade.

Foi com estas atitudes prometeicas que o colonizado se libertou, não para regressar ao passado, ao *makèzú*, mas para poder comer ao seu jeito o pão com chouriço da sua modernidade, da sua nova identidade, germinada numa fala nova, africana, criada duma língua velha na sua origem histórica, porém remoçada e distendida pelo calor dos trópicos.

Tão distendida que, sensualmente, deixou-se fecundar por outras falas politicamente desconsideradas, mas ecologicamente sedutoras e culturalmente inovadoras, demonstrando a sua indesmentível e incomparável plasticidade mor-

fossintática de que todos os seus proprietários, que somos os seus falantes, a justo título, nos orgulhamos.

Obrigado, por isso, ao Brasil por ter sido cais de partida para alguns dos escritores africanos que, com seu farol, puderam reinventar a língua e navegar para um porto seguro de novas e prometedoras falas com que temos de construir a *koinè* que há de consolidar, política e culturalmente, a comunidade dos povos de língua portuguesa, incompreensível e cansativamente adiada.

Bibliografia

- ANDRADE, Fernando Costa, 2007. *Opiniões, critérios. Ensaaios, palestras, conferências sobre tudo e coisa nenhuma (1993 a 2006)*. Luanda: Editorial Kilombelombe.
- BAL, Willy, 1979. *Afro-Romanica Studia*. Albufeira: Edições Poseidon.
- BOUYGUES, Claude, ed., 1992. *Texte Africain et Voies/Voix Critiques*. Paris: L'Harmattan.
- CAVAZZI, João António, s/d. *Descrição Histórica dos Três Reinos Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- COUTINHO, Afrânio, 1983. *O processo da descolonização literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CRUZ, Viriato da, 1961. *Colectânea de Poemas: 1947-1950*. Lisboa: Colecção Autores Ultramarinos, CEI.
- CRUZ, Viriato, 2013. *Poemas: Viriato da Cruz*. Vila Nova de Cerveira: Nósso-mos.
- DELEUZE, Gilles, 1968. *Différence et répétition*. Paris: Presses Universitaires de France.
- GIORDAN, Henri, Alain RICARD, 1976. *Diglossie et littérature*. Bordeaux: Maison des Sciences de l'Homme.
- HAUGEN, Einar, 1972. *The ecology of language*. Stanford: Stanford University Press.
- JAKOBSON, Roman, 1976. *Six leçons sur le son et le sens*. Paris: Les Editions de Minuit.
- KNOPFLI, Rui, 1969. *Mangas Verdes com Sal*. Lisboa: Europa-América.
- LAFON, M., 1990. *Borges ou la réécriture*. Paris: Editions du Seuil.
- MEMMI, Albert, 1973. *Portrait du colonisé, précédé du portrait du colonisateur*. Paris: Payot.
- VALKOFF, Marius, 1975. *Miscelânea Luso-Africana*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

Poesia e ritmo nos *Poemas* de 1961

Poetry and rhythm in the *Poems* of 1961

Francisco Soares

CITCEM

framassoas@protonmail.com

Resumo: O presente ensaio centra-se na poesia lírica em verso escrita por Viriato da Cruz (25.3.1928-13.6.1973) e publicada pela Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, em 1961, sob o título *Poemas*. Nessa obra estudaremos as relações entre o ritmo sonoro e a postura militante do autor, um dos principais dirigentes e pensadores da luta pela independência e por uma revolução socialista em Angola e o seu mais acabado poeta.

Palavras-chave: Literatura Angolana; Viriato da Cruz; Nacionalismo Africano; História Literária; Pan-Africanismo

Abstract: This essay focuses on the lyrical poetry in verse written by Viriato da Cruz (25.3.1928-13.6.1973) and published by Casa dos Estudantes do Império in Lisbon in 1961 under the title *Poemas* (poems). In this work, we will study the relationship between the sonorous rhythm and the militant stance of the author, one of the main leaders and thinkers in the struggle for independence and the socialist revolution in Angola and its most complete poet.

Keywords: Angolan Literature; Viriato da Cruz; African Nationalism; Literary History; Pan-Africanism

1. Uma longa introdução

A poesia de Viriato da Cruz era referência modelar para os nacionalistas e revolucionários angolanos desde a década de 1950.

O significado e consequência dos seus versos foi, logo em 1949, percebido pelo neorrealista cabo-verdiano Filinto Elísio de Menezes. «Apontamentos sobre a poesia de Angola», na cópia datilografada que se conservou no espólio de Mário Pinto de Andrade (Menezes, 1949), indica dois subtítulos, através de dois travessões, em linhas diferentes, debaixo do título genérico e avançados graficamente: « — Maurício Gomes e Viriato da Cruz», « — precursores de uma poesia em formação». Nesse texto, Filinto Elísio de Menezes considera Viriato «possivelmente o mais representativo da poesia ango-

lana» (Menezes 1949, p. 4). «Possivelmente», porque estava tudo no começo.

É provável que o poeta cabo-verdiano tivesse uma versão diferente dos versos, anterior à da publicação em livro. Ele cita, de «Sô Santo»: «Ai o Sô Santo, homem rico de musseques e mais musseques» (na grafia da época: «muceques»¹). É fácil de ver a discordância com o sugestivo começo da fala de ‘Vó Naxa na edição de 1961 dos *Poemas*:

— «*Sô Santo teve riqueza ...
Dono de musseques e mais musseques...*

Essa divergência, pertinente para a crítica genética, torna-se inconsequente neste ponto. O que importa é o comentário geral de Filinto. E faz parte do comentário geral a consideração de «outra faceta importante do artista: o sabor universal da sua obra.» (Menezes 1949, p. 5). «Sabor» é uma palavra importante para nós. Ela tira do universal e do local o *clichê* da época, evitado pelo poeta. A norma, na poesia nacionalista e neorrealista angolana, era a de particularizar, mostrar algo intrinsecamente nosso, inconfundível, único, estritamente local. A norma no universal da época era a adequação ao modernismo globalizado, sobretudo euro-americano, e à literatura internacionalista que formalmente o seguia, ela também afundada em *clichês*. Viriato da Cruz conseguiu dar o sabor local universalizando, mostrando que o particular é de uma humanidade inalienável e a humanidade existe em circunstâncias próprias, embora coletivas. Isso combinou-se com a sua consciência da globalização, de base marxista, na medida em que «as transformações sociais de uma comunidade particular determinam-se também, como sabe, pelas transformações do processo global da humanidade.»² Mas a universalidade da sua obra não resulta só desta percepção. Viriato conclui, quase sempre, de episódios particulares, lições universais (como se faz nos contos orais) e, por outro

¹ Na toponímia angolana repetem-se nomes assentes nesta raiz (mudando o prefixo, sobretudo por flexão em número): *musseque*, *casseeque*. A raiz remete para areia, terreno arenoso (mas não na praia).

² Referia-se ao processo histórico evoluindo para a extremação do capitalismo decadente e a mundialização do socialismo triunfante (Cruz 1952, p. 480). A folha 480 corresponde à primeira folha da carta e a citação vem logo do começo, do segundo (e longo) parágrafo. Extratos da carta, mas de outra folha, podem ler-se em livro (Rocha *et al.* 2023, pp. 368-369).

lado, recorre a ritmos e estratégias rítmicas modernistas globalizadas para inocular a prosódia luandense na língua colonial.

Filinto Elísio de Menezes falou dos versos de Viriato não considerando o ritmo, como vimos, embora atento à qualidade artística. No rasto e na sequência, foram vários os críticos a reconhecer o papel modelador e principal que os seus poemas desempenharam na formação da literatura nacionalista angolana, mas ignorando a função do ritmo. Seria fastidioso elencá-los aqui. Em mais direta relação com o nosso tema, transcrevo, de Salvato Trigo, que viu em «Sô Santo»: «o modelo textual e discursivo da moderna literatura angolana, anunciada pela geração de ‘Vamos descobrir Angola’» (Trigo 1981, p. 77).

A expressão «o génio das línguas nativas», usada por Mário Pinto de Andrade na esteira de Cheik Anta Diop (Andrade 1954, p. 123), me parece ainda romântica e vaga. Persigo antes «o modelo textual e discursivo», quer o da «moderna literatura angolana», quer os do colonizador e os das «línguas nativas».

Três anos depois, no segundo número (1952) da revista *Mensagem*, de Luanda, «principalmente pela pena de Mário de Alcântara Monteiro, lhe era marcado o primeiro lugar na nova Literatura Angolana, lugar que ninguém contestaria.»³ (Oliveira 1990, p. 374).

Quatro anos depois de Filinto Elísio, em 1953, Mário Pinto de Andrade produzia, com o poeta (neorrealista e negrista) santomense Francisco José Tenreiro, o caderno *Poesia Negra de Expressão portuguesa* (AAVV 1953). Aí se mencionava a mesma tríade que depois Mário António (o mais novo do grupo) retomou. Eram três poetas referenciais: António Jacinto, Agostinho Neto, Viriato da Cruz. Entre eles, Mário Pinto de Andrade realçava a contribuição de Viriato: «Viriato da Cruz, o que, em nossa opinião, penetrou mais fundo nas realidades negras de Angola e a quem melhor se ajusta o epíteto de poeta angolano» (AAVV 2012, p. 2).

Em vários momentos o ensaísta Mário António Fernandes de Oliveira se concentrou na poesia do seu ‘mais velho’, destacando-a no panorama da geração. Sempre que o faz, ele realça que o poeta consegue sugerir, visual e

³ Em «pequena biografia», não assinada, «que acompanha o poema *Serão de menino*, de Viriato da Cruz [...] nela [Viriato da Cruz] apontado como o único realizado dos poetas angolanos» (Oliveira 1990, p. 182).

emotivamente, um quadro típico angolano em cada composição, sendo nisso o mais acabado dos da sua geração. Mário António sublinha a condição local, em posições de que registo a nota agora relevante⁴:

No isolamento ditado pela doença, Viriato da Cruz escreveu todos os exemplares poemas que se conhecem — reunidos pela primeira vez em volume pela Casa dos Estudantes do Império, muitos anos depois — marcando, cada um, um caminho de original prospeção da Literatura Angolana.

«Exemplares»⁵ e «prospeção» nos bastam, no momento, para repetirmos a pergunta que orientava o mesmo ensaísta: «que seiva, desse chão, chegou à floração poética? Respondem à pergunta os *Poemas* de Viriato da Cruz, considerado, como já dissemos, o melhor realizado dos poetas angolanos.» (Oliveira 1990, p. 183)⁶. O que vamos analisar é como tal prospeção («o seu aspeto prospetivo é o que mais se impõe» (Oliveira 1990, pp. 184, 186)) floriu poeticamente em termos de ritmos e de ritmos localizados, ao mesmo tempo que universais.

Entretanto o genuíno testemunho de Mário António confirmava que desde logo Viriato fora modelar para os colegas:

A charneira da metade do século é o tempo em que se passam os acontecimentos relevantes: entre 1948 e 1952, surgiu e logrou sua primeira expressão o movimento literário que representou o primeiro assomo de uma consciência nacional em Angola, em relação ao qual como até agora, o lugar primeiro foi entregue a Viriato da Cruz [...] para o longo caminho de construção literária que lhe mereceria, em relação a eles, um avanço, uma senioridade incontestados, por anos a vir⁷. Foi nessa altura que o contactou Filinto Elísio de Menezes.

O modelo incluía «a mesma garra aliada a uma notável maestria formal», que notava este ensaísta em «Serão de Menino», «Sô Santo», «Namoro»,

⁴ Num testemunho crítico escrito em 1981 (Oliveira 1990, pp. 371-383).

⁵ Viriato foi «autor de poemas que têm o valor de exemplos» (Oliveira 1990, p. 342).

⁶ O texto é de 1961 (Oliveira 1990, p. 179).

⁷ [No Liceu Salvador Correia, em Luanda, onde Viriato estudou] «havia uma certa fama, um certo prestígio da sua capacidade artística» (também no desenho), segundo Mário António em entrevista a Michel Laban (Oliveira 1990, p. 525).

«Makèzú» (Oliveira 1990, p. 175). Como se concretiza essa «maestria formal»?

Os poemas foram primeiro publicados em Angola de forma dispersa, em veículos de suporte frágil e circulação restrita⁸, embora decisiva (pela própria força dessa poesia). Foi a reunião em um livro da Casa dos Estudantes do Império, na Lisboa desse ano de 1961 (o do começo da luta de libertação), que permitiu que os seus compatriotas letrados, apesar da repressão, conseguissem ter uma primeira ideia de conjunto da curta obra lírica. Os poemas eram já conhecidos e apreciados, mas não numa sequência com significado próprio. Para estudarmos a formação da literatura independentista, desde a publicação da revista *Mensagem* (1951⁹-1952) de Luanda até à independência (1975), teremos de referir-nos principalmente a esse livro, saído uma década depois do primeiro número de *Mensagem*.

Além de mostrar a única visão de conjunto da poética do autor nos anos decisivos, a breve antologia de poemas da CEI foi muito bem estruturada, facultando-nos uma visão quase narrativa da progressão literária e política pretendida. Repare-se no índice: primeiro, três poemas de motivação luan-dense ou angolense («Makézù», «Sô Santo», «Namoro»); depois os dois poemas de motivação rural («Serão de Menino», «Rimance da Menina da Roça»); finalmente, um poema de oratória político-literária, composto na linha do negrismo americano e pan-africanista («Mamã Negra: Canto de Esperança»). Um percurso sintomático: da suburbanidade para a ruralidade e desta para a universalidade pan-africana. Uma progressão rítmica também: de versos estruturados sobre secções rítmicas curtas e musicais para versos alongados até excederem o limite da página. «Mamã Negra» também se estrutura pela segmentação dos metros em unidades rítmicas relativamente breves, mas aproxima-se da prosa oratória (sendo estruturalmente afim do famoso discurso — posterior — *I have a dream*, proferido a 28.8.1963 por Martin Luther King, Jr).

Destes seis poemas, os mais populares até hoje terão sido os três primeiros, talvez também os mais conseguidos artisticamente. O que mais difere do

⁸ Saíram poemas em jornais, mas sobretudo na *Mensagem*. (Oliveira 1990, p. 184).

⁹ O n.º 1 saiu em julho de 1951, conforme se lê na última página. Lá se publicou «Mamã Negra», «um poema de Viriato da Cruz», como vem no índice. O título completo do poema e a dedicatória já constam como no livro de 1961 (*Mamã Negra* 1951, p. 4). Pouco mais à frente (p. 7), publica-se o «Namoro».

conjunto é o último, «Mamã Negra: Canto de Esperança», selecionado por Mário Pinto de Andrade e Francisco José Tenreiro para o já citado caderno de *Poesia negra de expressão portuguesa*¹⁰. Mário António considerava que «o processo de intelectualização» nele revelado¹¹ estaria «na origem do [...] silêncio» poético posterior de Viriato (Oliveira 1990, p. 175)¹². Não por acaso, reportam-se aqueles três primeiros poemas¹³ a um espaço geográfico e a níveis sociais que eram familiares aos do poeta, que teve assim um suporte vivo para construção das imagens visuais e dos episódios. Isso também financiava a fusão intensa da sua linguagem com a do seu povo, de forma inconfundível.

A performance artística desses versos, além da narratividade e visualidade, prende-se muito com o tema deste ensaio: o trabalho sobre o ritmo. São, também, aqueles os três poemas em que o jogo de ritmos está mais bem estruturado, numa autêntica «floração poética».

Vimos e ouvimos o nome de Viriato da Cruz e vários destes poemas cantados, memorizados e declamados. Para a declamação, a récita dramatizada, ou o canto, o ritmo é pelo menos tão importante quanto para o ouvido interno. Por estruturar a voz e a sequência melódicas, o ritmo liga diretamente

¹⁰ Já em 1953 (publicado em 1954) Mário Pinto de Andrade escolheria, de Viriato, os poemas «Makèzú» e «Sô Santo» (Andrade 1954, pp. 131-132), para uma revista brasileira. No começo da apresentação, datada de 1951 (na prática essa colaboração faz uma antologia que é uma variante do caderno *Poesia negra de expressão portuguesa*), fala da «poesia folclórica», das «antigas tradições negro-africanas» como «resultado duma experiência rítmica do verso e da música populares.» Mas não deduz daí que se deva analisar os novos poetas africanos lusógrafos a partir de um estudo dos ritmos, antes a poesia «tradicionalmente negra» (o sublinhado é dele) só se pode compreender «integrada nos quadros sociais em que se tem movido o Homem Negro.» (Andrade 1954, p. 123) O texto surge reformulado e mais claro no caderno *Poesia negra de expressão portuguesa*, datado de «Abril de 1953».

¹¹ Que, porém, o ensaísta já nota, com pendor didático, em «Serão de Menino». «Mamã Negra», «incluindo-se melhor [...] na definição de “Poesia negra de expressão portuguesa”», apesar do «forte poder expressivo», marcaria «a transição para uma intelectualização completa, com tendências para o didatismo, que antecederia o silêncio do Poeta.» (Oliveira 1990, p. 176)

¹² Silêncio que no entanto foi perfurado ainda em duas ou três ocasiões, o que só hoje conhecemos bem, pela digitalização de fontes, principalmente no sítio da Associação Tchiweka de Documentação e nos espólios de africanos digitalizados pela Fundação Mário Soares. Há, por exemplo, experiências de aproximação aos ritmos do *blues* em poemas que ficaram por publicar.

¹³ Primeiros no livro.

quem fala a quem escuta, no contexto imediato, criando uma familiaridade transversal, que se furta à vigilância da consciência ou da censura. Tal é a base da construção social e *com-sentida* dos ritmos.

Apesar da popularidade e da acuidade musical dos versos, é fácil de ver que a maioria dos estudos críticos e literários ignora o investimento poético nacionalista na sonoridade ritmada, como já notei. Por isso tais ensaios e considerações vivem de comentários e de análises temáticas, sem os articularem com os critérios de composição. O próprio poeta pôs a tónica, sempre, nos seus «ideais de escritor», ou seja: «estar presente (ao menos com a arma da literatura) nas batalhas do n/ povo, incitá-lo aos combates necessários» (Cruz 1958, p. 1). A necessária incitação deparava-se, porém, com dificuldades poucas vezes assumidas:

O povo está muito mais próximo da cultura negra do que o intelectual, por motivos de formação e de existência. Este último tem enormes dificuldades em levar ao conhecimento do povo o resultado do seu trabalho.

Este fragmento faz parte da conferência «O intelectual negro e as suas responsabilidades» (1959), traduzida por Edmundo Rocha no livro *Viriato da Cruz: o homem e o mito* (Rocha et al. 2023)¹⁴. Assim como o intelectual negro tinha dificuldades enormes em chegar «ao conhecimento do povo» com seu trabalho, também o escritor negro, ao mesmo tempo intelectual (supõe-se que operativo na cultura escrita), procurava compor integrando a oralidade popular nas obras para resolver a distância face ao mesmo povo.

Para a consecução do objetivo, o poeta usava um português angolano, modelado pelo português que se falava nos subúrbios. Isso eliminaria parte das atribuições habitualmente referidas quando os críticos da África negra falam de poetas que escrevem nas línguas europeias (Irele 2016). Em Luanda, naquele tempo, o português apropriado e alterado pelos luandenses era também fator identitário. Mas o recurso ao português angolano trouxe outras implicações poéticas, algumas das quais estão presentes na citada conferên-

¹⁴ Publicado na *Présence africaine* com o título «Des responsabilités de l'intellectuel noir», em número dedicado ao 2.º Congresso dos Escritores e Artistas Negros (Roma, 28 de março a 1 de abril de 1959), onde a conferência foi proferida. Uma cópia, do espólio de Mário Pinto de Andrade, encontra-se em rede (Des responsabilités de l'intellectuel noir, 1959).

cia de Abiola Irele. As questões de Irele, em parte, foram consideradas intuitivamente por Viriato da Cruz, como vamos ver, colocando-se a sua lírica numa posição intermédia, cotejável mas incoincidente com a reflexão de Virgínia Jackson em *The Cadence of Consent: Francis Barton Gummere, Lyric Rhythm, and White Poetics*. Incoincidente e cotejável incluindo no que diz respeito à conceção de ritmo como «participação social» (redimensionada por ela, aproveitada por ele) e à rítmica racial intransmissível — o que o poeta superou na prática literária (Jackson 2019).

O português angolano se contamina por características das línguas tonais, o que torna o seu com-sentimento (*consent*) exigente. Integra também a duração das vogais numa língua silábica, onde os ritmos se medem pela quantidade de sílabas agregadas em torno de uma tónica. Salvato Trigo, referindo o português falado em Luanda e no Dondo, caracteriza: um «discurso mestiçado e de tessitura não forçada, forjado a partir de cadências mútuas lexicais, fonológicas e sintáticas» (Trigo 1981, p. 72). É daí que sai, para «Sô Santo» por exemplo, uma língua literária mista, já conhecida por nós desde a segunda metade do século XIX, se não mesmo desde a *História geral das guerras angolanas*, de A. O. Cadornega, terminada em 1681.

A prosódia da língua portuguesa muda conforme se passa das ruas de Lisboa (por exemplo) aos subúrbios de Luanda (por exemplo). O recurso ao português angolano, sobretudo falado nos subúrbios (musseques), pelos proletários, implica, pela diferença na prosódia, variações rítmicas em face das normas ou tendências quantitativas da versificação portuguesa. Isso pode resultar, em poesia, na composição de ritmos oscilantes, metricamente variáveis, mas de variações mínimas — quando contados pelo método comum da versificação portuguesa. Na oralidade, pela duração e pela intensidade juntas, algumas das variações podem ser intensificadas, anuladas, havendo unidades rítmicas de 5 sílabas, por exemplo, que, pelo arrastamento de uma vogal (ou de uma pausa?), vão ser escutadas como tendo seis. O próprio poeta recordava os arrastamentos, transcrevendo palavras do quimbundo (kimbundu) com detalhes acentuais que nos indicam o tom e a duração (por exemplo quando escreve «makèzú»: aquele «è», menos intenso, pode pronunciar-se como sílaba breve, e o «ú» final, tónico, fica a ressoar, alonga-se ligeiramente).

O assunto é complexo, sensível, e, para não nos dispersarmos, convém consultar o pensamento do poeta-combatente sobre o papel da língua portu-

guesa na luta pela independência. Como ele referia com lucidez, o recurso literário à língua portuguesa, por parte dos angolanos, encontrava «2 audiências, ambas necessárias». Uma era a dos próprios portugueses, aos quais convinha comunicar a mensagem angolana, para cativar em campo alheio simpatias; a outra era «formada pelos angolanos que compreendem o português». Ao falar destes, o poeta não pensa apenas nos que estudaram nos Liceus, ou nas Universidades. Embora audiência restrita, «uma minoria mesmo», essa «minoría urbanizada», porém «de um certo ponto, mais capaz de uma ação libertadora», seria «em grande parte proletária» (Cruz 1960). É para tais proletários que o poeta escreve seus ritmos.

Compondo versos com propósito militante, recorre ao português falado nos subúrbios, nos musseques, pelas classes populares, operárias e empobrecidas (incluindo as que descendiam de antigas famílias ricas, rebaixadas tanto por inconsequência própria quanto por avanço colonial — o que se ilustra na personagem Sô Santo). Ao compor versos em português para que a avó Ximinha e o mano Filisberto compreendessem, e para que seus filhos compreendessem e lutassem, ele teve de recorrer a ritmos percebidos intuitivamente (pelos seus leitores-ouvintes explícitos) como naturais, familiares, quotidianos. O desafio poético era, portanto, escrever em ritmos populares, em português angolano, numa espécie de «oralidade-escrita» (Schipper 2016), ao mesmo tempo sabendo que uma segunda audiência, colonial ou só letrada, se acostumara à versificação clássica e romântica, tanto quanto ao modernismo que tentou reconvertê-la no quotidiano português ou brasileiro. O seu esforço combativo e o poético conjugavam-se pela «questão importante, crucial», que é a da «passagem da escrita à oralidade», simultânea à busca da «expressão de sua comunidade [...] de escrita e de oralidade ao mesmo tempo» (Glissant 2005, pp. 48, 49). Já entre 1947 e 1952, o retorno à oralidade era acelerado, não só pela premência da luta, mas também pelos avanços tecnológicos, em Angola salientando-se o da comunicação via rádio de pilha (que chegava mesmo a recém-ditas regiões rurais). Naquele contexto, um poeta cujos versos fossem lidos na rádio, sobretudo em AM¹⁵, chegaria a um leque e número muito mais amplo de divulgação do que o alcance atingido por livros. Os meios orais de retransmissão tradicional, a declamação, canto,

¹⁵ «Amplitude modulada», a que geralmente alcançava as zonas rurais, embora com muitas interferências.

persistiam também, propagando os versos por círculos restritos, mas inclusivos (incluindo proletários), em sequências fractais e por isso difíceis de considerar além das estruturas rítmicas e dos semas realçados pelos versos. A seu modo, reforçavam a consciência do quanto era importante passar da escrita (erudita) para a oralidade (popular), interligando comunidades de pertença com alvos político-partidários comuns.

No texto crítico inicial sobre a poesia de Viriato, embora inaugurando a leitura militante, Filinto Elísio de Menezes, também poeta, não deixava de assinalar que o poeta era «possuidor de uma técnica definida». Essa técnica se integrava numa estética neorrealista, executada «sem artifícios de trocadilhos sonoros» (p. 4). Os trocadilhos sonoros ajudavam a memorizar, por isso a sua ausência não era boa, mas o distanciamento face aos «trocadilhos sonoros» afastava os poetas também de malabarismos modernistas, tidos por distrações fúteis. Dessa opção sonoramente sóbria faziam parte soluções rítmicas ignoradas pelos estudiosos, como disse. Apesar de não recorrerem a «trocadilhos sonoros», elas penetraram no seu público-alvo principal, o povo da cidade de Luanda e seus imensos arredores, como das outras cidades coloniais. Porquê?

Viriato foi dos raros poetas em que a extrema lucidez política se aliava a uma extrema lucidez artística. Foi tão rigoroso, coerente e racional na estruturação dos versos quanto na análise da exata situação e inoportunidade histórica de uma revolução socialista em Angola. Pelos dois motivos (extrema lucidez e preocupação de uma poesia oral-escrita, ou escrit'oral), é que devemos estudar a sua popularidade levando em conta o compasso, a cadência, a frase sonora, tão próximas do quotidiano luandense. Tal tarefa não foi realizada até hoje. É meu propósito, com o presente estudo, contribuir para preencher a lacuna.

2. O ritmo

Sirvo-me de uma componente fundamental para compor os versos. O ritmo hoje se considera nos mais variados aspetos, incluindo o que a sintaxe vai marcando, como também pela distância entre as recorrências semânticas, pela disposição gráfica, pela insinuação de gestos através de sinais de pontuação. Na verdade, é já mais antiga essa percepção de que o ritmo se encontra nas mais variadas atividades humanas, até no respirar e no caminhar (mesmo

«num passo nada prático», rasgando «estradinhas na areia»¹⁶). Encontra-se, aliás, em todo o universo, inseparável da pessoa e da poesia, como recordaram Croce (Croce 1952, pp. 78, 137; Croce 1994, pp. 20-23), os simbolistas, Senghor¹⁷, Glissant¹⁸ e, hoje, se pode aproximar tais perspectivas da teoria das cordas. As aproximações não são, nem inusitadas, nem meros modismos académicos. Para o que nos interessa, a articulação da teoria das cordas com os estudos do ritmo poético e dos laboratórios de linguística, juntos e correlacionados (Gaya, 1993), nos permitirá construir um dia padrões rítmicos e métricos exatos admitindo as reais (e penso que mínimas) variações internas que suportam. Esses padrões, com suas variações, podem ser depois comparados com padrões vibratórios gerais, universais, e com os particulares ritmos das mais variadas funções e ocupações da vida, incluindo os da respiração e os da circulação do sangue — ou os da rebentação das ondas. Lembrando Karl Bücher em 1897 (Bücher 1914), os ritmos do trabalho (martelar, capinar), ou dos movimentos humanos e animais em geral (cavalgar, por exemplo), são simultaneamente padronizáveis e personalizados. Podemos encontrar, nos ritmos do trabalho manual repetido, relações matemáticas recorrentes e, simultaneamente, variações constantes, quase sempre mínimas. É, portanto, inevitável que a linguagem — sopro articulado — se estruture por ritmos e a poesia trabalhe artisticamente as sequências sonoras em sua diversidade e sua virtualidade, padronizável ao mesmo tempo que variável. Por esses e outros motivos (por exemplo: as conotações semânticas e até partidárias que os ritmos suscitam), não temos como ignorar o ritmo quando estudamos a poesia. Os escritores tradicionalistas, os poetas populares e os escritores africanos (pelo menos a sul do Saara) sabem disso, mesmo quando só intuitivamente, mesmo quando só escrevam prosa narrativa.

Mas há o ritmo irregular (embora padronizável) das ondas na praia, das estrelas piscando, e o ritmo regular do planeta rolando sobre si mesmo, ou em torno do sol, com determinação matemática mais fácil. Em versos, o ritmo que os tratadistas consideram é geralmente o ritmo regular e as variações que suporta (por exemplo heterométricas) ainda são padronizáveis. É o

¹⁶ Versos do poema «Makèzú» (Cruz 1961, p. 7).

¹⁷ Associando a Negritude a «ritmos primordiais sincronizados com os do cosmos» (Onyeocha 1977). O texto de Senghor foi publicado em 1972.

¹⁸ «a linguagem de si e a linguagem do distante se interrogam (é a intimidade cósmica)» (Glissant 2009, p. 105).

modernismo que põe fim à regularidade rítmica fixa, engessada, ou pelo menos a reduz a um jogo de combinatórias imprevisas, em geral próximas do quotidiano, como do brilho irregular das estrelas. A poesia de Viriato presta-se ao estudo de todos estes aspetos rítmicos, participando do típico sincretismo oral-escrito, jogo entre falas (e respirações) quotidianas, vulgares, por um lado, e, por outro, padrões normatizados pelo ensino formal e colonial. Tal equilíbrio se reflete na sintaxe e na prosódia (Jay-Rayon 2011, p. 22), nos versos ascendentes ou descendentes (Gaya 1993, pp. 43-52), não só nos agrupamentos de sílabas por acentos, pausas e cesuras. Agora vou concentrar-me, porém, no ritmo sonoro simples, que organiza os versos em sintagmas sonoros incidindo, cada secção, sobre uma vogal tónica.

Tenho dois motivos para me centrar nos ritmos sonoros e suas variações. O primeiro: os versos foram também criados para se escutarem, mais que para a leitura silenciosa, pelo que o ritmo era de certeza tido em conta pelo poeta. O propósito de aproximar a poesia do povo e a conceção de que a poesia tradicional angolana era inseparável da música e da dança¹⁹, tornavam o trabalho sobre os ritmos indispensável. O segundo motivo: pela tecnicidade que implica o seu estudo, o ritmo poético nos obriga a fazer análises não-temáticas inicialmente, pois ele assegura, como já disse, uma afinidade não vigiada, guiada por padrões quantitativos e físicos, medindo acentos e pausas, durações e entoações, prosódia, tons e meios tons, crescendos e diminuendos. Analisando assim, revelam-se proximidades, confluências e experiências, entre poeta e povo, mais íntimas, anteriores e interiores ao processamento pela escrita. Evitamos, estudando os ritmos, falsas aproximações, de versáteis escritores, mas meramente folclóricos, exóticos ou programáticos. Aparentemente intuitivas, as coincidências rítmicas (entre poeta e povo) podiam surgir sem que mesmo o poeta lhes desse maior atenção, pois os ritmos do quotidiano incorporam-se como o ar pelos pulmões. Apanhando o verso pelo desprevenido compromisso quotidiano, logo trabalhado artisticamente, percebe-se a mais autêntica integração de ritmos vernaculares de Luanda nas estrofes, em que se misturavam quimbundo e português angola-

¹⁹ «as palavras são essenciais à música, e a música e as palavras à dança.» (AAVV 2012, p. 1). Recorde-se que, entre os gregos, inicialmente o que chamamos hoje poesia era inseparável do que chamamos hoje música e, em parte, a poesia era também dançada (não nas epopeias, por exemplo, mas no teatro, por exemplo também).

no, entoações informais reestruturando a poética europeia normatizada e quantitativa.

Conforme estudarmos as suas experimentações rítmicas, tornar-se-á claro por que motivo a cadência, a musicalidade poética de Viriato da Cruz, é trabalhada assim, num procedimento que me parece consciente e racional embora suportado por intuições e vivências pessoais, por isso também natural. Esse procedimento se insere no esforço coletivo e partidário, internacionalista e pan-africanista, de concretizar uma poética em estado de descolonização, portanto, no nosso caso, de pesquisa de angolanidade, como percebeu Mário António (embora reduzindo os aspetos rítmicos ao «curto fôlego»²⁰). O que Viriato da Cruz exercitava, experimentando sintaxes sonoras alternativas, soava aos formais ouvidos europeus como um jogo de dissonâncias harmonizadas no seio da versificação luso-brasileira típica. Para isso, aproveitava recursos e liberdades antes assegurados pelos modernismos europeus²¹ e americanos, de que se apropriou²², sobretudo na sua vertente negra²³. O sentido de prospeção dos ritmos afasta o meramente casual, ocasional, coincidental. Pelo contrário, o estudo do ritmo permite perceber negociações de fronteira entre dois modos de composição e de transmissão poéticas (Jay-Rayon 2011, p. 31), como entre uma versificação silábica e outra tonal. Isso dará combustível para várias teses de doutoramento, mas agora vamos apenas abrir a prospeção crítica.

Sobre o ritmo poético, na poesia de Viriato da Cruz, é preciso ainda alertarmos o leitor para duas ou três particularidades lusófonas.

Na versificação inglesa é comum contarem-se os «pés», contendo cada «pé» várias sílabas, por exemplo uma átona e uma tónica (Britto 2008). Na

²⁰ Ao comentar «Makèzú», no qual destaca o bilinguismo, o «português dialetizado», num «quadro ao gosto popular» (Oliveira 1990, p. 184). Já em «Mamã negra» os versos são de «fôlego» longo.

²¹ Para não ficarmos só na poesia em verso, leia-se o *Ulisses* de Joyce, com atenção às tradições orais medievais, aos recursos sonoros da lírica de inspiração céltica e à vernacular prosódia irlandesa.

²² Por exemplo tentou, mais tarde, compor poemas imitando a cadência e a sonoridade dos *blues*, como já referi.

²³ Não só do modernismo negro-americano, ou afro-americano (de várias fonias), mas também afro-europeu. Senghor é um exemplo. A sua *Anthologie de la nouvelle Poésie Nègre et Malgache de langue française* foi oferecida por Mário Pinto de Andrade, a partir de Lisboa, no dia 1.1.1950 (Oliveira 1990, p. 515).

versificação greco-romana antiga contava-se também por «pés» (Zava 2015), mas regulando-se a sequência de sílabas longas e breves, em vez de átonas e tónicas. Em português se conta o ‘metro’ por átonas e tónicas, como no inglês, porém não se quantifica por «pés» mas por sílabas, unidas ou separadas por acentos, pausas e cesuras: em geral, a sílaba coincide com a unidade métrica; se a unidade métrica junta mais de uma sílaba é por elisão, ou por ditongação. Por isso dizemos que os versos, em português, são medidos pelo número de sílabas e não de pés. Os acentos ou pausas ou cesuras delimitam secções rítmicas e estas secções é que se podem comparar com «pés». Comparando, uma secção rítmica não equivale, no entanto (a não ser fortuitamente) a um «pé».

Um exemplo: «pa-pel» soma 2 sílabas métricas. Porém, na contagem inglesa, podia formar um «pé», com átona mais tónica e a secção rítmica na qual está inserido, o sintagma sonoro, é mais extensa. O «metro» (e a secção rítmica) é a soma de sílabas, no caso lusófono, ou de pés, no caso anglófono. Um verso como «em papel perfumado» conta 6 sílabas métricas em português e dois pés em inglês (cada pé contendo uma sequência de duas átonas com uma tónica).

O ritmo dos versos é marcado por acentos, pausas e cesuras, havendo vários tipos de acentos. Em geral, acento rítmico e cesura, ou pausa (conforme os casos), seguem-se no interior do verso, como também costumam coincidir acento rítmico e sílaba tónica. Um verso com acento rítmico numa átona é considerado fraco e o seu autor inábil.

Visto isto, analisemos o caso do famoso verso com que inicia «o belo poema “Namoro”» (Rocha *et al.* 2023, p. 67)²⁴:

Mandei-lhe uma carta em papel perfumado

Há um notório acento rítmico, para quem ler em português, na sílaba tónica de «carta», ou seja, na primeira sílaba dessa palavra («car»). A sílaba seguinte («ta») se pronuncia de forma breve e com a boca fechando-se. Tal apagamento inicia a pausa rítmica, que separa o primeiro hemistíquio (a primeira secção, o primeiro sintagma sonoro) do segundo:

²⁴ Afirmação de Tomás Jorge em testemunho no livro citado. Tomás Jorge foi companheiro de geração, de iniciativas culturais e literárias e amigo de Viriato da Cruz desde cedo.

Mandei-lhe uma ~~carta~~ / em papel perfumado

Neste segundo hemistíquio notamos um acento rítmico menos forte (acentu secundário) sobre «pel» (de «papel»), reforçado por a vogal tónica ser aberta (mas ela também se diz com duração ligeiramente maior que a anterior, ou que a seguinte). Porém, depois do acento sobre a segunda sílaba de «papel» (a tónica), não temos propriamente pausa, ou temos uma pausa impercetível quando se pronuncia a frase toda de uma vez, na fala quotidiana, mesmo na declamação. Nesse caso é que, rigorosamente, se fala de cesura (Tomás 1972, p. 40). Por tanto, cada hemistíquio não se subdivide: é uma secção rítmica; porém suporta cesura interna. Ao passo que a pausa no final do primeiro hemistíquio marca isso mesmo, o fim do hemistíquio, da primeira metade do verso, que pode ler-se isolado. Assim, o verso todo

Mandei-lhe uma carta em papel perfumado

Deve declamar-se com arrastamento da cesura até se tornar uma pausa versicular, depois de «carta»:

Mandei-lhe uma carta

[...]

Em papel perfumado

Ao nível da leitura em voz alta funciona quase como se fossem dois ‘metros’ separados graficamente. Na versificação portuguesa clássica, normativa, ensinada nos Liceus coloniais no tempo de Viriato, isto se chamava de verso composto. Ele se decompõe em duas ou mais secções, não necessariamente simétricas. Estas secções, chamadas hemistíquios, podem ser graficamente separadas e constituir versos autónomos, graficamente (visualmente) marcados, organizando-se como um sintagma em torno do núcleo verbal (o acento, no caso da versificação portuguesa e brasileira, funciona como o verbo no sintagma verbal ou nas ‘orações’, ensinadas no tempo colonial).

Na versificação portuguesa, por causa do fecho da boca a seguir à sílaba tónica (existente, mas menos notório no Brasil e em Angola), as sílabas métricas, ou poéticas, contam-se todas até à última tónica, não se somando as átonas posteriores. Sendo assim, podemos metrificar o verso inicial de «Namoro» como tendo 11 ou 12 sílabas, conforme se faça, ou uma pausa, ou a fusão (sinalefa) entre a vogal átona de «carta» e «em»:

*Man dei- lh'u ma **car** t'em pa pel per fu ~~ma~~de (11 sílabas métricas)*

ou

*Man dei- lh'u ma **car** ~~ta~~ ... em pa pel per fu ~~ma~~de (12 sílabas métricas)*

Se fizermos a sinalefa, não respeitaremos a duração da pausa, tratámo-la como cesura. Teremos um verso de 11 sílabas métricas ou poéticas. Caso não façamos a sinalefa, levando em conta a pausa, temos o típico verso alexandrino, de origem francesa, com 12 sílabas métricas ou poéticas, divididas em duas secções (hemistíquios) de 6 sílabas métricas cada.

A tendência do modernismo (e escolas subsequentes) para aproximar os ritmos da coloquialidade nos leva a pensar que esse primeiro verso de «Namoro» tem 11 sílabas métricas ou poéticas. A declamação do verso nos aconselha a pensar em 12 sílabas. Para o caso, porém, tanto faz, porque o que vamos ver é que os versos se sustentam, pelo menos nessa parte inicial, sobre hemistíquios e que «as desigualdades dos versos se equilibram na proporção de seus períodos» (Tomás 1972, p. 36). Os hemistíquios, no poema, flutuam entre as 5 e as 6 sílabas métricas, podendo baixar a 4 ou mesmo 3, ou subir a 7. Na primeira estrofe de «Namoro», os hemistíquios formam uma regularizada alternância entre os de 5 e os de 6 sílabas métricas, uma flutuação regradada, regulada, recorrente.

Apesar das diferenças entre inglês e português, na contagem métrica e rítmica, se olharmos para a poesia de Emily Dickinson podemos encontrar uma característica estrutural afim: é que, no interior de um metro, ela toma «toda sorte de liberdades» (Britto 2008, p. 29). Ou seja, se contarmos os hemistíquios vemos as mais diversas combinações entre eles, embora a totalidade de sílabas métricas seja igual para cada verso. Encontramos o mesmo

em Manuel Bandeira, ou Cassiano Ricardo, ou vários outros da primeira metade do século XX no Brasil — sem que houvesse já a obrigação da monometria. Era o efeito modernista, fazendo versos inteiramente flutuantes, ou totalmente livres e amétricos, ou acentuais, conforme os poetas, os países, as obras. É o que faz Viriato, especificamente numa sequência com variações regulares nesta primeira estrofe. Em outras estrofes e poemas, as sequências aparecem com variações irregulares também, mínimas embora. Quanto à flutuação nos ritmos internos, vimo-la em Luanda, em poetas do século XIX como José da Silva Maia Ferreira e Joaquim Dias Cordeiro da Mata. O que o modernismo aumentou, fortalecendo a inserção de ritmos locais e das oralidades, foi o grau de discrepância face aos padrões, extremando um processo de personalização que o romantismo iniciara e que os escritores angolanos aproveitaram.

2.1. O ritmo identitário

Passo à transcrição da primeira estrofe de «Namoro» para o leitor me acompanhar melhor:

*Mandei-lhe uma carta em papel perfumado
e com letra bonita eu disse ela tinha
um sorrir luminoso tão quente e gaiato
como o sol de Novembro brincando de artista nas acácias floridas
espalhando diamantes na fimbria do mar*

Como escrevi, se olharmos com atenção, quando o primeiro hemistíquio tem 5 sílabas, o segundo tem 6 e vice-versa. No caso do quarto verso, mais longo, temos três secções rítmicas²⁵ e não duas, mas a regra de alternância entre 5 e 6 mantém-se, porque a primeira secção conta 6 sílabas, a do meio conta 5 e a terceira conta novamente 6 (o leitor não se esqueça de neutralizar a última átona de cada hemistíquio). Isto parece mostrar que o ritmo sonoro em Viriato da Cruz assenta sobre hemistíquios, secções rítmicas internas, mais do que sobre versos graficamente assinalados. O que temos ali é uma sucessão de versos desmontados ou recosidos, uma sucessão de sintagmas rítmicos, aos quais o grafismo (organizado por outros critérios) não corres-

²⁵ Repare-se que, nesta como nas outras composições, Viriato oscila entre ‘pés’ ou ‘compassos’ de entre 2 e 3 sílabas para compor as secções rítmicas ou hemistíquios.

ponde, criando uma dissonância do ritmo gráfico face ao ritmo sonoro, analogia da que separava a escrita e a fala.

Naquela primeira estrofe, se contarmos os versos por inteiro, não por secções (hemistíquios), e fazendo as sinalefas, todos apresentam 11 sílabas métricas (endecassílabos²⁶), exceto o quarto, que apresenta 19. São métricas desvalorizadas²⁷, ou mesmo ignoradas, pelos tratados de versificação portugueses e brasileiros tradicionais²⁸. Para cúmulo, apresenta-se um verso ímpar diferente dos outros, e a conjugação dos dois nem foi prevista pela *Teoria geral da versificação*. Pior: isso é considerado fora de ritmo, feio. Porém, como sucede com muitos outros modernistas, Viriato da Cruz também segura a dissonância aparente pela divisão do verso num jogo de secções rítmicas (ou hemistíquios) que se mantém regular em toda a estrofe, quero dizer, que mantém uma variação regular, ou regularizada (com oscilações tendencialmente de uma só sílaba entre hemistíquios). Isso torna musical o que era recomendado evitar (a sequência de versos ímpares sem relações matemáticas entre si). Podemos equiparar esse jogo ao que Amorim de Carvalho define como formação de «versos compostos irregulares mas musicalmente corretos» (Carvalho 1987, p. 213).

²⁶ Amorim de Carvalho escreve «hendecassílabo», ortografia válida até hoje (Carvalho 1987). Porém, esse «h» não se pronuncia, pelo que, seguindo o Novo Acordo Ortográfico, devia ser eliminado — o que faço.

²⁷ O endecassílabo é mais comum na língua espanhola, na versificação portuguesa é desconsiderado e raro. Lindley Cintra, na tese de graduação, fala no endecassílabo, mas incluindo nele decassílabos compostos (ou seja: que, contados como duas metades, com a respetiva pausa, formam um decassílabo e não um endecassílabo). Tomás Navarro Tomás faz o mesmo tipo de contagem quando fala no «endecassílabo dactílico» (Tomás 1972, p. 66), mas ele é espanhol. Isso não resulta de uma leitura efetiva do verso composto em português, cuja pausa obriga a não contar a átona depois da última tónica do primeiro hemistíquio. Significativamente, no ensaio em que reformula parte da dissertação de licenciatura (em que falava muito no endecassílabo), Lindley Cintra não refere já o verso de 11 sílabas, apenas bipentassílabos (Cintra 2002). Os endecassílabos de que falo aqui são todos bipartidos, embora nem todos bipentassílabos.

²⁸ Ou seja, que se escreveram desde o século XVI até ao modernismo, até às décadas de 1910 e 1920. A versificação tradicional portuguesa está compendiada e atualizada na *Teoria geral da versificação* de Amorim de Carvalho, pelo qual me regulo para referi-la (Carvalho 1987), ou pelo seu resumo no *Tratado de versificação portuguesa* (Carvalho 1987). Essa *Teoria* leva também em conta a versificação brasileira, o que a torna mais vantajosa ainda. Há no entanto diferenças, que derivam de eu fazer um tratamento sumário e pouco europeu da matéria.

Leia-se agora esta estrofe do modernista brasileiro (heterodoxo) Manuel Bandeira, citado num ensaio que também vale a pena ler:

*No meio da noite despertei
Não ouvi mais vozes nem risos
Apenas balões
Passavam errantes
Silenciosamente
Apenas de vez em quando
O ruído de um bonde
Cortava o silêncio
Como um túnel.* (Massini-Cagliari *et al.* 1998, p. 85)

Excetuando o último verso, todos os outros, ou têm 5 sílabas poéticas, ou contam com primeiros hemistíquios de 5 sílabas. A repetição da contagem métrica na primeira secção rítmica de cada verso, que a versificação portuguesa conhece bem (Carvalho 1987, p. 59), lhe assegura regularidade suficiente para variar os segundos hemistíquios, quando há, produzindo versos irregulares, em sequência um tanto estranha para a métrica dos tratadistas. Note-se que, no entanto, o poeta faz os segundos hemistíquios com 3 e 2 sílabas, que são quebrados do verso de 5 sílabas e, portanto, mantêm a ligação correta com as secções ou os versos de 5 sílabas. O mesmo explica, nos dois últimos versos, a combinação de um verso de 5 e outro de 3 sílabas: o de 3 é quebrado (hemistíquio) do de 5. Viriato altera esse jogo, porém jogando com o mesmo critério, que podia chamar aqui de ‘variação plausível’ (à falta de outros termos).

O que vimos na estrofe de Viriato²⁹ apresenta uma diferença importante face à de Manuel Bandeira: não é o primeiro hemistíquio que se repete com o mesmo número de sílabas (isso acontece em outras estrofes dele). O que se repete, a regularidade, está na relação entre as várias secções, uma relação que alterna sem exceção secções rítmicas de 5 e de 6 sílabas, independentemente da sua posição no verso³⁰. Manuel Bandeira joga também com a relação entre as secções internas ao verso, mas sobre elas impõe-se a anáfora rítmica.

²⁹ A primeira estrofe de «Namoro».

³⁰ Cf. com o que diz Amorim de Carvalho sobre o bipentassílabo (Carvalho 1987, pp. 44-46).

O tipo de montagem das sequências rítmicas usado pelo poeta angolano torna-as independentes dos versos graficamente marcados. O ouvido do poeta parece regular-se por elas, por hemistíquios flutuantes, em vez de repetir uma das secções no mesmo lugar dos versos. O tipo de montagem, assente em secções rítmicas curtas e não na mera métrica dos versos (essa pode ser longa), permite-lhe introduzir aparentes dissonâncias de conjunto sem se limitar às combinações aprovadas pelos tratados de versificação que se ensinavam nos Liceus coloniais, ou sem limitar a variação à repetição métrica da primeira parte dos versos. Abre-se uma porta própria de entrada para a colloquialidade local, o vernacular e a diglossia, que tornam aquele português mais angolano sem criar dissonâncias diglósicas. Gera-se dessa forma a conotação nacionalista do ritmo sem quebra de harmonias, um ritmo identitário e partidário, mas ainda musical em qualquer *tratado de versificação*, como para qualquer angolano tocador de marimba. Podemos dizer que, também no nosso caso, «através do ritmo, o significado é criado por um contágio fónico e acentual» dos versos — como escreveu Kouadio (Jay-Rayon 2011, p. 34), pois as constantes e curtas oscilações rítmicas, ainda que regularizadas entre si, nos aproximam da fala quotidiana, bem como dos cantos tradicionais, incluindo no que diz respeito à intensidade e duração das vogais.

A estratégia sustentará também um poema como «Sô Santo», com secções rítmicas constantes de entre 4 a 6 sílabas, mas um índice de variação métrica mais acentuado, facilitando mais a inserção de prosaísmos. Entretanto a inserção do prosaísmo não obriga a oscilações métricas ou rítmicas importantes, apesar de maiores. Quando, no poema, se comunica a decisão sobre uma dúvida (pedir ao quimbanda que aponte a causa da desgraça), por fala de uma personagem africana (supõe-se que ‘vó Naxa), entra-se numa estrofe regular com versos de 7 sílabas métricas ou poéticas, encimada por dois versos pares (2 sílabas métricas cada) que reproduzem trejeitos da fala popular, isolados³¹:

«Hum-hum
Mas deixa ...
Quando o sô Santo morrer,

³¹ Nesses casos suspendem-se as relações matemáticas que determinariam a «boa relação do verso quebrado com o respetivo verso inteiro» (Carvalho 1987, p. 59). No poema, por razões que explico, não tem qualquer importância tal facto.

*Vamos chamar um kimbanda
Para 'Ngombo nos dizer
Se a sua grande desgraça
Foi desamparo de Sandu
Ou se é já própria da Raça ...»*

Os dois versos pares iniciais, se formassem graficamente um verso composto, resultariam em um tetrassílabo, justamente o mesmo número do primeiro hemistíquio de todos os outros heptassílabos de que se compõe a estrofe, exceto um, a meio, que inverte a proporção: «Pa-ra '**Ngom**³²-~~bo~~ nos dizer» (soma uma secção de 3 sílabas com outra de 4, invertendo a divisão dos outros versos). Não foi só nesse momento (nos dois versos iniciais) que, pela força das secções rítmicas internas (hemistíquios) e da imitação da pausa na fala popular, Viriato as isolou graficamente. O procedimento serviu-lhe, várias vezes, para destacar sintagmas sonoros (e gramaticais), incidindo na transcrição de falas populares. A variação rítmica imposta por uma linguagem popular fica por aí: o resto da estrofe, como disse, é regular segundo a versificação luso-brasileira, apesar de reproduzir a fala de uma personagem popular.

Mas não só. Repare-se na quinta estrofe de «Serão de Menino». Os dois primeiros versos da estrofe correspondem ao que, nos dois seguintes, são as secções rítmicas, funcionando como 'quebrados':

*E a gente grande
Bem perto dali
feijão descascando para a quitanda
a gente grande com gosto ri ...*

O primeiro verso tem 4 sílabas métricas ou poéticas e o segundo 5. O terceiro faz a simetria desses dois: tem duas secções, uma de 5 sílabas e outra de 4, dando a soma um decassílabo (caso não se faça a paragem, obrigatória nos versos compostos; caso se respeite a pausa, temos um eneassílabo). Quanto ao último verso, organiza-se sobre duas secções de 4 sílabas, formando um eneassílabo (caso não se faça a paragem; caso se respeite a pausa,

³² Observe-se que a palavra *ngombo* tem duas sílabas, pois o «n» apenas indica a posição da língua, de que se parte para pronunciar a consoante: põe-se a língua em «n» para logo dizer «g».

temos um octossílabo). Mais uma vez, pouco importa a soma total, a métrica de cada verso, o critério decisivo (que estrutura as declamações) é o do jogo entre secções rítmicas curtas e com variações mínimas. O que o verso modernista nos disse ao longo do século XX foi que o essencial para o ritmo são estes sintagmas sonoros, estes períodos rítmicos, deles é que dependem rapidez ou lentidão, desaceleração, velocidade, crescendos e diminuendos. Os poemas de Viriato mostram uma segura consciência da lição modernista que, no caso, coincide com a rítmica das canções tradicionais bantas angolanas³³. Escutando por hemistíquios os 4 versos acima, por secções rítmicas, tudo se resume a um jogo entre unidades de 5 e de 4 sílabas. Estas flutuações rítmicas dissociam as sequências sonoras internas do verso graficamente definido, mostrando uma articulação subjacente mais efetiva e dinâmica. Justifica-se, portanto, imaginarmos a leitura em função das secções rítmicas e não do verso composto, graficamente marcado, representante ali do sistema da escrita.

O que também me parece significativo é que as variações, entre hemistíquios, em maioria, são de uma sílaba métrica. A segunda variação mais comum é a de duas sílabas métricas e são raras variações de três, inexistentes as de mais de 4 sílabas métricas. Isso respeita a relação matemática fixada por Amorim de Carvalho para regular os «quebrados»: a secção que no verso «inteiro» completa o «quebrado» não pode ser superior a 4 sílabas (Carvalho 1987, p. 40). Os núcleos rítmicos (ou secções rítmicas) a que Tomás Navarro Tomás chama de «cláusulas» (Tomás 1972, p. 36), equivalentes, grosso modo, aos pés entre o acento interno e o externo, também tendem para, no máximo, 4 sílabas. No entanto, como na transcrição de versos das canções populares angolanas, as flutuações apresentam pequenas diferenças e os hemistíquios são curtos. Se compararmos com os ritmos praticados por Agostinho Neto, há neles variações bem mais acentuadas, ou seja, há neles um modernismo extremado, que Tomás Navarro chamaria de amétrico. Na poesia de Neto, a um verso muito longo pode seguir-se um verso (ou mais) muito curto(s). O choque de ritmos pode ser brutal, sacode, é o ritmo dos tiros numa batalha, uns de metralhadora (sequências longas), outros isolados, disparos

³³ Uso a flexão em género e número característica da língua portuguesa, na qual escrevo. Por influência das regras de flexão bantos, podíamos escrever, em português angolano, «canções tradicionais banto angolanas».

secos de pistola, não a sequência das harmonias musicais. Se compararmos, agora, os dois tipos (o de Viriato e o de Agostinho), com a poesia popular afro-brasileira, são as variações curtas de Viriato que ficam próximas dela.

Vejamos três exemplos rapidamente. Em *Olhinhos de gato* (autobiografia da meninice de Cecília Meireles), há uma canção popular reproduzida por um papagaio, que reza assim:

*Papagaio real,
para Portugal,
quem passa, meu louro?
É o rei que vai à caça.
Toca a trombeta e passa:
Tá-tá-rá-tá... tá-tá!*

A oscilação rítmica e métrica é entre versos de 5 e de 6 sílabas (podendo o quarto verso ter 7 sílabas). Muito parecida (embora esta de flutuação mais intensa) com um samba de João da Bahia, chamado «Batuque na cozinha», que também comparece em *Olhinhos de gato* mas terá sido composto (ou registado) em 1917 (o que dá no mesmo, para nós). Essa música é hoje fácil de encontrar, porque Martinho da Vila a reavivou, tornando-a novamente popular. A ‘letra’ — ou seja, o poema — pode ser lida aqui³⁴. As variações oscilam, como na poesia de Viriato, entre uma e três sílabas, sendo mais comuns — também como na poesia de Viriato — as oscilações de uma só sílaba (por exemplo: um verso com 4 sílabas, outro com 5; um verso com 6 sílabas, outro com 5). O mesmo tipo mínimo de flutuações — e sempre com versos curtos — encontramos nos ‘pontos’ de umbanda frequentemente e as variações interpretativas³⁵ não afetam o jogo final. Esse jogo rítmico impregnará a própria lírica de Cecília Meireles, tão facilmente (e com razão) conotada com a cultura europeia, ou de raiz europeia, ou euro-americana, ou qualquer outra globalizada mas não-africana (a hebraica, a indiana). Como *Olhinhos de gato* nos mostra, porém, há uma incorporação funda, infantil e íntima, de elementos da cultura afro-brasileira em Cecília Meireles e os jogos rítmicos também se ressentem dela (compare-se, por exemplo, *Morena, pena*

³⁴ <https://www.letras.com/martinho-da-vila/287309/>

³⁵ Chamo aqui *interpretação* à apresentação, à *performance* rítmica na hora de executar o *ponto*.

de amor com *Viagem* e *Vaga música*, no que diz respeito aos ritmos e à métrica e, sobretudo, ao jogo dos ritmos internos, dos hemistíquios)³⁶.

Outra comparação sugestiva é com a poesia do modernista, socialista e negrista brasileiro Solano Trindade, sobretudo aquela que se liga a tradições populares como a do «Bumba-meu-boi». No poema «Bum globalizada, bum» (Trindade 1961, pp. 124-125) dominam os versos pentassilábicos. Porém, com flutuações que podem levar a versos de entre 3 a 8 sílabas métricas, sendo a maioria das variações (entre versos vizinhos) de apenas uma sílaba³⁷.

A comparação com a rítmica afro-brasileira não surge sem motivo. Ela me faz pensar que o português comum, quando falado sob influxo da linguística e da rítmica bantas, pode encontrar uma representação mais natural, mais adequada à frase quotidiana, alicerçado em pequenas variações entre secções rítmicas curtas. É, porém, hipótese que pede muito mais comparações para se firmar. Pode simplesmente acontecer que, por aproximação a todas as canções populares, os versos tendam a estruturar-se por secções rítmicas curtas e com pequenas variações entre elas.

Retornando agora ao «Serão de menino», de Viriato, veja-se como continua a estrofe:

*Com gosto ri, porque ela diz
que o cazumbi males só faz
a quem não tem amor, aos mais
seres buscam, em negra noite,
essa outra voz de cazumbi
essa outra voz — Felicidade ...*

Os três primeiros versos desta parte da estrofe são compostos por duas secções de 4 sílabas, tal como os dois finais. Os dois do meio criam uma ‘anormalidade’, com transporte (*enjambement*, em francês). Quanto à variação rítmica, no quarto verso o esperado acento rítmico interno muda de lugar: a tónica da palavra fica na terceira sílaba do verso («bus»), ao passo que

³⁶ Agradeço a Elizabete Farias de Castro as indicações iniciais relativas a Cecília Meireles, a João da Bahia e aos pontos de umbanda.

³⁷ Várias versões do «Bumba-meu-boi» foram consideradas por Élio Ferreira de Souza no contexto brasileiro e em relação com Solano Trindade (Souza 2006).

o rítmico estaria na quarta («cam»). O quarto verso, mantendo a totalidade de 8 sílabas métricas, organiza-a por uma soma de hemistíquios menos iguais (3 sílabas mais 5), trazendo variação. No seu conjunto, esta parte da estrofe só tem versos de 8 sílabas, é aparentemente regular (note-se que *cazumbi* funciona como palavra aguda, com acento na última vogal). Além disso ela se enriquece por um jogo simultâneo entre palavras agudas (com acento tónico na última sílaba: «ri», «cazumbi», «amor», «voz») e palavras graves. Note-se que apenas no verso de variação (o quarto) não temos o acento rítmico interno recaindo sobre palavra aguda. Na estrofe anterior dera-se o contrário: uma aparente irregularidade métrica sustentava-se em uma variação mínima entre secções rítmicas internas: ora uma secção tem 4 sílabas e a seguinte 5, ora uma tem 5 e a seguinte 6 — até se introduzirem as vozes das crianças, em dois versos separados, mas bem combinados: um com 2 sílabas, outro com 4, totalizando 6 sílabas, com acento rítmico sobre palavra aguda (na segunda sílaba). A constante alternância no jogo das oscilações entre hemistíquios dinamiza a estruturação rítmica das estrofes e dos versos, aproximando a estrofe da fala popular, não regular, não metrificada, ou seja, do ritmo típico do brilho das estrelas. Mas faz isso de forma que a versificação luso-brasileira pode aceitá-la, sobretudo após o modernismo...

A transcrição de uma conversa popular sobre a menina da fazenda, em «Rimance da menina da roça», recorre ao mesmo tipo de variações, que permite acomodar melhor a fala popular:

— *Já viu a minina?...»*
«Hum... tem cor marela
do mburututu³⁸...»
 — *«E não come nem nada...»*
 — *«E os olhos de mel*
‘tão-sa afundar
num lago azul
que faz sonhar...»
Conversam as negras
à boca apertada.

³⁸ A palavra é aguda quanto à acentuação, se grafada assim, representando a pronúncia quimbundo ou kimbundu (aportuguesada ficaria «brututo», podendo ser grave, ou seja, acentuada na penúltima sílaba).

Note-se como a transcrição se vale das elisões da fala popular para ajustar os ritmos ao jogo de variações mínimas que rege, no geral, a poética de Viriato da Cruz. O truque nos mostra como esse jogo rítmico se pode encontrar também na fala quotidiana, do português vernacular de Luanda. Note-se, em complemento, que, nesta estrofe, o poeta joga ainda com palavras em posição final que oscilam entre agudas e graves, algumas fazendo rima: os dois primeiros versos terminam por palavras graves; o terceiro por uma aguda; o quarto por outra palavra grave; os quatro seguintes terminam por palavras agudas, integrando uma rima e uma consonância («mel» / «azul»); os dois últimos são graves. O critério dominante parece, por tanto, ser o da variação — mínima, de novo — também nos tipos de rima.

2.2. O ritmo adequado

Nem sempre o vínculo identitário cria tensões rítmicas, que ao mesmo tempo harmoniza por hemistíquios próximos (quanto à posição dos respetivos acentos), dessa forma introduzindo versos irregulares em conjuntos estróficos harmonizados, adequando-os. Acabámos de ver exemplos que, em parte, mostram adequações e não rupturas. Aliás, na poesia angolana, já desde o século XIX, o mais comum é que o poeta inclua palavras ou frases em línguas bantos (*bantu*) metrificadas regularmente pelas estrofes. É o que se passa no famoso poema «Makèzú».

Uma primeira observação: a palavra que lhe dá título é de acento agudo em quimbundo³⁹ (*kimbundu*), tanto quanto possamos traduzir o sistema grave-agudo-exdrúxulo para línguas onde outros aspetos são muito importantes. Quando apropriada por falantes do português angolano a palavra *makezu* tende a grave, fechando o [u] final, quase não pronunciado, num típico ritmo descendente. Para vincar a pronúncia banto (*muntu*⁴⁰) se grafa, no título e nos versos, como no parágrafo anterior, com acento agudo sobre a última vogal. Isso traz implicações rítmicas, dando a um verso descendente (segundo a pronúncia portuguesa) entoação ascendente (seguindo a pronúncia quimbun-

³⁹ Faço uma equiparação pouco ortodoxa, porque o acento tónico e o acento de intensidade, ou a duração, não se podem equivaler. Apoiei-me na grafia marcada pelo autor, ele é que primeiro fez a equivalência, discutível mas útil.

⁴⁰ *Muntu* é o singular de *bantu*, pois etimologicamente banto significa ‘os homens’ (*bantu*) e *muntu* ‘o homem’ (*mu-ntu*). Em quimbundo ou no umbundo a palavra não surge, na verdade a raiz está sonorizada em *ndu*.

do). Mas não só: assim o primeiro verso, que se repete a meio do poema, em vez das 7 sílabas em português, tem 8, lido com palavra banto, com sílaba tónica e prolongada no final. No entanto, o poema todo é feito com versos de 7 sílabas métricas, exceto um: «como é qui tás fazendo isso?» (que tem 8 sílabas). Uma única variação, para transcrever uma frase do português vernacular, e outra do quimbundo no quotidiano (o pregão da avó Ximinha). A variação vinca assim a particularidade, a especificidade, sobre a qual assenta uma identidade linguística, em octossílabos, mas sem chocar a norma tradicional portuguesa, não chocando com a métrica e a rítmica da estrofe no seu conjunto. Segundo os tratadistas, na versificação em português, um verso par entre versos ímpares cai bem, não choca, menos ainda quando o verso anterior tem um hemistíquio igual (um tetrassílabo). Todos os outros versos contam 7 sílabas métricas, incluindo o único todo em quimbundo (exceto o do refrão). Portanto, a variação não rompe com a norma quando se introduz um verso inteiro em quimbundo, embora pontualmente acentue uma especificidade. O seu ritmo é identitário sem deixar de ser adequado à versificação luso-brasileira. No entanto, a variação em coincidência com especificidade linguística não constitui regra repetida regularmente nos poemas publicados em 1961. As duas ocorrências não se verificam ligadas sistematicamente.

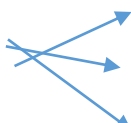
Na maioria dos casos, quando se introduz a língua banto (*mntu*), mantém-se a regularidade métrica. Era isso que se fazia no século XIX, por exemplo na lírica do protonacionalista Cordeiro da Mata, ou do seu amigo angolense João Eusébio da Cruz Toulson, ou do seu amigo (de origem portuguesa) Eduardo Neves. Os três escreveram poemas bilingues, em que a jovem amada fala em quimbundo e o poeta apaixonado em português. Em «Kicola», poema de Cordeiro da Mata, as falas dela em quimbundo seguem a métrica dos outros versos, heptassilábicos (embora com ligeiras variações, independentes da língua usada). Se pelo meio surge um verso com 8 ou com 6 sílabas, isso não causa preocupação, porque se coaduna bem com o heptassílabo⁴¹. Aqui temos a inserção do quimbundo, língua mais antiga no local, harmonizada com a versificação portuguesa, adequada ao heptassílabo. Ora o quimbundo era, nesse momento, uma das línguas de reivindicação nacionalista, ou protonacionalista. Usa-se, portanto, uma língua com função identitária em um ritmo que a harmoniza com os ritmos canónicos em português:

⁴¹ Alguns tratadistas usam «septissílabo».

adequa-se a diferença ao contexto, inoculando o sistema linguístico de origem colonial. O ritmo não marca, nestes casos, uma divergência face à norma versificatória, não se torna ícone da nação enquanto ruptura face à do colonizador, apenas assume variações. É adequado, mesmo quando reproduz uma língua local. A identidade fica por conta da diglossia, ou do português vernáculo, que dá sinais da mesma diglossia. A prosódia é que vivifica o ritmo regular português, ou luso-brasileiro, reestruturando-o por segmentos rítmicos e não pela métrica dos versos.

Como disse atrás, no livro de Viriato da Cruz há mais poemas em que o ritmo é adequado, embora veicule uma fala identitária. Um caso particular é o da primeira conversa de «Sô Santo». Na estrofe toda (incluindo a introdução do poeta à conversa, com dois versos pares de 6 e de 8 sílabas) nenhuma sequência choca a disposição da normativa luso-brasileira para os versos, apesar da intensa variação e de se marcar a duração de certas sílabas. As falas das pessoas, e as do protagonista, alternam conforme alternam versos ímpares e pares, de maneira que, no conjunto, opera cada verso como um hemistíquio, perfeitamente conjugável com o seguinte:

Quando o sô Santo passa (6)
Gente e mais gente vem à janela: (8)
 — «Bom dia, padrinho ... » (5=2+3)
 — «Olá...» (2)
 — «Beça cumpadre ... » (4=1+3)
 — «Como está? ... » (3)
 — «Bom-om di-ia só Saaanto! ... » (8=3+5)
 — «Olá, Povo!... » (3)



Coincidência, talvez, as falas do povo são de metros mais longos (5, 4, 8) e as de Sô Santo mais breves (2, 3, 3). Quem está na posição superior (agora só pelo prestígio, mas está), fala menos.

No mesmo poema, na primeira fala de ‘Vó Naxa (já me referi, mais atrás, à segunda), as alternâncias dominam completamente a estrofe, mas sem desrespeitar a norma: o primeiro verso tem 7 sílabas, o segundo 10, o terceiro 11, o quarto pode ter 10 sílabas (ou 9, conforme se faça ou não a sinalefa), o quinto 6 e o sétimo fecha repetindo a métrica do primeiro (7 sílabas). Note-se que o verso que, lido sem sinalefa, origina uma sequência de dois ímpares é suportado sobre dois hemistíquios de 4 sílabas poéticas, repetindo os segun-

dos hemistíquios dos dois versos anteriores. Ou seja, a única irregularidade, eventual, é recuperada pelo jogo dos hemistíquios, por secções rítmicas internas regularizadas ou harmonizadas. Estes, por sua vez, oscilam entre 4 e 6 sílabas métricas (havendo apenas um de 6 sílabas métricas), ou seja, possuem a mesma variação mínima que observamos na lírica do poeta e que sustenta por dentro as variações métricas irregulares.

Quando se transcreve um fragmento de canção, citado por ‘Vó Naxa, os versos apresentam esta sequência de sílabas métricas: 6/2⁴²/8 ou 7 (conforme se faça ou não sinalefa)/2⁴³/6. Pela métrica temos variações que oscilam entre 4 e 6 sílabas. Porém, contando por hemistíquios temos, quando muito, uma oscilação de uma a duas sílabas métricas entre secções rítmicas, mas sempre dentro do previsto pelos tratadistas clássicos e românticos luso-brasileiros, tendendo a variação a manter-se entre versos pares («recitativos» na terminologia de Amorim de Carvalho), o que é regular, respeitando as relações matemáticas fixadas para as estrofes heterométricas. Uma vez mais, o ritmo adequa-se ao normativo português, apesar de a língua usada ser o quimbundo — exatamente o que se fazia no século XIX.

Na estrofe seguinte, em que o poeta retoma a voz, os quatro primeiros versos são compostos e os seus hemistíquios apresentam 5 sílabas métricas (excetuando a segunda secção do primeiro verso, que tem 4 sílabas métricas). O quinto verso da estrofe conta igualmente 5 sílabas métricas. Depois entra uma fala em dois versos, assinalada pelo avanço gráfico. O primeiro deles tem 5 sílabas métricas também, o segundo tem 7, alicerçado sobre uma primeira secção rítmica de 4 sílabas e uma segunda com 3. É o momento menos regular do poema, mas o jogo dos hemistíquios, organizando alternâncias de uma sílaba métrica na sequência, resolve a situação.

A estrofe que se segue à última fala de ‘Vó Naxa começa por um dissílabo, que é quebrado habitual do pentassílabo. Todos os versos seguintes, ou têm 5 sílabas métricas, ou são compostos e suportados sobre secções de 5 sílabas métricas. A estrofe de fecho, por sua vez, estrutura-se sobre um octossílabo (simétrico: 4+4) e um heptassílabo (necessariamente assimétrico: 3+4). As variações aumentam na contagem métrica, mas o jogo entre secções rítmicas internas (hemistíquios) e as variações métricas não vai contra as

⁴² As duas sílabas são onomatopaicas.

⁴³ As duas sílabas são onomatopaicas.

regras, nem contra expectativas criadas pela prática dos restantes poemas, nem contra a versificação luso-brasileira, menos ainda quando se introduzem falas em quimbundo (*kimbundu*). Nada mais fácil assegurando essa adequação do que estruturar o ritmo por hemistíquios curtos de variações mínimas entre eles.

3. Conclusão

Em 1909, o poeta japonês Ishikawa Takuboku (pseudónimo de Hajime Ishikawa) escrevia que «o verdadeiro poeta [...] regista e reporta as menores variações que de instante em instante surgem no seu próprio coração.» Tal afirmação vinha enrolada por uma questão mais ampla: como ser poeta no seu tempo. À poesia cabia constituir «uma relação rigorosa das variações da vida emocional do ser humano (deve todavia existir uma expressão mais adequada)» (Takuboku 2001-2002, pp. 301-302). Em última nota, o poeta especifica uma afirmação globalizada, substituindo-se apenas o nome do país: a poesia de que falava «devia ser “uma poesia que pudesse ser cantada pelos japoneses que compreendem o Japão atual”, que vivem no Japão atual, que utilizam o japonês atual».

Mutatis mutandis, reparo na coincidência das variações emocionais e da expressão poética, lírica (pois era disso que ele falava), reportadas ao ser humano, mas, ao mesmo tempo, à existência local. A síntese a que chega Viriato da Cruz, interligando a versificação portuguesa com a prosódia luan-dense dos subúrbios operários, incide justamente numa arte de variações aplicada ao contexto angolano. Ela se destinava a «ser cantada pelos» angolanos que compreendessem a Angola coetânea, vivessem nela e falassem o português «atual» (ou seja, localizado no tempo e no espaço, os de Angola em fase de luta pela independência). As oscilações mínimas e a métrica irregular, assente na segmentação regularizada (Andrade 1954) dos ritmos internos, estruturando-se por secções breves (uma característica das canções populares), visam criar ao mesmo tempo um ritmo próprio, angolano, e harmonizado com os padrões poéticos da língua escrita, como com a respiração da fala. Também nessa medida Viriato da Cruz instaurava e pesquisava o que se tornou conhecido como «angolanidade». Uma vez conhecidas as implicações afetivas da sonoridade, do ritmo, são também as emoções da angolanidade e a sua prosódia que emergem na superfície do poema, irregular e musical.

Bibliografia

- AAVV, 1953. *Poesia Negra de Expressão portuguesa*. [ed.] Mário Pinto de Andrade e Francisco José Tenreiro. digital: Associação Tchiweka de Documentação. Lisboa: s.n.
- AAVV, 2012. *Poesia negra de expressão portuguesa*. [ed.] Mário Pinto de Andrade e Francisco José Tenreiro. 2.^a ed. Luanda / Vila Nova de Cerveira: Nósosmos — fac-simile. ISBN 9789898563088.
- ANDRADE, Mário Pinto de, 1954. Poesia negro-africana de expressão portuguesa. [ed.] Moysés Vellinho. *Província de São Pedro*. jun. de 1954, Vol. 9, 19, pp. 123-132.
- BRITTO, Paulo Henriques, 2008. A tradução para o português do metro da balada inglês. *Fragmentos*. jan-jun, 34, pp. 25-33.
- BÜCHER, Karl, 1914. *Trabajo y ritmo* (Arbeit und Rhythmus). [trad.] J. Pérez Bances. Madrid: Daniel Jorro. Ed. or. Leipzig: 1897.
- CARVALHO, Amorim de, 1987a. *Teoria geral da versificação*. Lisboa: Império. Vol. I: a metrificação e a rima.
- CARVALHO, Amorim de, 1987b. *Tratado de versificação portuguesa*. 5.^a ed. Lisboa: Universitária.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley, 2002. *O ritmo na poesia de António Nobre*. 2.^a Lisboa: IN-CM. — edição de Paula Morão.
- CROCE, Benedetto, 1952. *Breviario di Estetica: quattro lezioni*. 11.^a ed. Bari: Laterza.
- CROCE, Benedetto. 1994. *La Poesia*. Milão: Adelphi. ISBN 88-459-1047-4.
- CRUZ, Viriato da, 1951. Mamã Negra. [ed.] Departamento Cultural e Maria do Amparo Minas da Cruz. 1, Luanda: ANANGOLA, jul de 1951, *Mensagem: revista trimestral de arte e cultura*. [«Jul 1951» foi anotado à mão na folha de rosto].
- CRUZ, Viriato da, 1952. Carta a Noémia de Souza. [comp.] ANTT. *Processo Viriato da Cruz 115/51*. Lisboa: s.n., 29 de nov. de 1952. ANTT — Arquivo da PIDE, fls. 477-489.
- CRUZ, Viriato da, 1958. Apontamentos — Rascunho de carta para o Director da revista O Oriente. *Fundação Mário Soares / DAC — Documentos Amílcar Cabral*. [Online] 8 de nov. de 1958. [Citado em: 11 de ag. de 2023.] <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07074.133.020#1>.
- CRUZ, Viriato da, 1959. Des responsabilités de l'intellectuel noir. Paris: Présence africaine, 1959. *Deuxième congrès des écrivains et artistes noirs*. Vols.

- 4-5 (Nº XXVII-XXVIII), pp. 323-339. Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade.
- CRUZ, Viriato da, 1960. Texto de Viriato da Cruz sobre o papel da língua como instrumento repressivo ou de libertação. *Fundação Mário Soares / DAC — Documentos Amílcar Cabral*. [Online] 1960. [Citado em: 11 de ag. de 2023.] http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_42630.
- CRUZ, Viriato da. 1961. *Poemas*. Lisboa: CEL.
- GAYA, Samuel Gili, 1993. *Estudios sobre el ritmo*. [ed.] Isabel Paraíso. Madrid: Istmo.
- GLISSANT, Édouard, 2005. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: UFJF.
- GLISSANT, Édouard, 2009. *Philosophie de la relation: poésie en étendue*. Paris: Gallimard.
- IRELE, Abiola, 2016. A literatura africana e a questão da língua. [A. do livro] AAVV. [ed.] Fernanda Mourão. [trad.] Fernanda Mourão. *A literatura oral*. 2.ª ed. Belo Horizonte: FAE-UFMG, pp. 25-39. — a partir de IRELE, Abiola. African Literature and the Language Question. In: *Le critique africain et son peuple comme producteur de civilization*. Paris: Présence Africaine, 1977, pp. 493-507.
- JACKSON, Virginia, 2019. The Cadence of Consent: Francis Barton Gummere, Lyric Rhythm, and White Poetics. [A. do livro] AAVV. [ed.] Ben Glaser e Jonathan Culler. *Critical Rhythm: The poetics of a literary life form*. New York: Fordham University Press, 2019, pp. 87-105.
- JAY-RAYON, Laurence, 2011. *La traduction des motifs sonores dans les littératures africaines europheones comme réactivation du patrimoine poétique maternel*. Faculté des études supérieures et postdoctorales, Univ. Montréal. Montréal. Doutorado.
- MASSINI-CAGLIARI, Gladis e Cagliari, Luiz Carlos, 1998. De sons de poetas ou estudando fonologia através da poesia. *Revista da Anpoll*. dez., Vol. 2, 5, pp. 77-105.
- MENEZES, Filinto Elísio de, 1949. Apontamentos sobre a poesia de Angola: Maurício Gomes e Viriato da Cruz; precursores de uma poesia em formação. *Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade*. [Online] 1949. [Citado em: 8 de ag. de 2023.] http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83503.
- NAVARRO TOMÁS, T., 1972. *Métrica española: Reseña histórica e descriptiva*. 3.ª ed., corr., aum. Madrid: Guadarrama. 1.ª ed: New York: 1956.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de, 1990. *Reler África*. Coimbra: Universidade de Coimbra — Instituto de Antropologia.
- ONYEOCHA, Izu Marcel, 1977. *Africa, the Question of Identity: A Philosophical Reflection on Africa*. Nigéria: Council for Research in Values and Philosophy. ISBN 9783367927; 9789783367920.

- ROCHA, Edmundo, Francisco SOARES, e Moisés Alves FERNANDES, 2023. *Viriato da Cruz: o homem e o mito*. 2.^a Luanda / Lisboa: Chá de Caxinde. 1.^a ed.: Luanda / Lisboa: Chá de Caxinde / Prefácio. ISBN 978-989-8022-70-7
- SCHIPPER, Mineke, 2016. *Literatura oral e oralidade escrita. A tradição oral*. 2.^a ed. Belo Horizonte: FALE-UFGM, pp. 11-24. — trad. Fernanda Mourão a partir de SCHIPPER, Mineke. Oral Literature and Written Orality. In: *Beyond the Boundaries: African Literature and Literary Theory*. London: Allison & Busby, 1989, cap. 5, pp. 64-78.
- SOUZA, Élio Ferreira de, 2006. *Poesia negra das Américas: Solano Trindade e Langston Hughes*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco.
- TAKUBOKU, Ishikawa, 2001-2002. Poésie à croquer. [ed.] Alain-Marc Rieu. *Daruma: Revue d'études japonaises*. Outono-Primavera, 10-11: Le décollage du Japon: réception, appropriation et légitimation des savoirs étrangers, pp. 289-313.
- TRIGO, Salvato, 1981. *Luandino Vieira, o logoteta*. Porto: Brasília.
- TRINDADE, Solano, 1961. *Cantares ao meu povo*. São Paulo: Fulgor.
- ZAVA, Carolina de Almeida, 2015. Ressonâncias do Lácio na métrica inglesa: Um estudo comparativo entre o Prólogo d'*Os Adelfos* de Terêncio e o *Paraíso Perdido* de Milton. *Principia*, Vol. 31.

Viriato da Cruz e Noémia de Sousa: encontros e desencontros¹

Viriato da Cruz and Noémia de Sousa: encounters and mismatches

Fátima Mendonça

Universidade Eduardo Mondlane, Maputo
fatmendonca@yahoo.com

Resumo: O texto procura comparar a trajectória de vida de Viriato da Cruz e de Noémia de Sousa e as suas aproximações estéticas e pessoais a partir do contexto histórico em que se integraram e que explica a ampla divulgação dos poemas publicados por ambos e o papel fundador da sua poesia nas literaturas angolana e moçambicana, respectivamente. A admiração mútua e interacção que se estabeleceu entre os dois, por via epistolar, e conduziu à permanente vigilância por parte da PIDE/DGS, faz emergir a componente política das suas vidas, partilhada durante algum tempo até ao afastamento definitivo.

Palavras-chave: poesia angolana; poesia moçambicana; Noémia de Sousa; Viriato da Cruz; luta anti-colonial

Abstract: The text aims to show how the trajectory of life of both Viriato da Cruz and Noémia de Sousa and their aesthetic approaches and personal contacts arouse from a historical context which explains the wide dissemination of their poems and the founding role of their poetry in Angolan and Mozambican literature respectively, as well. The mutual admiration and interaction that was established between them, by epistolary means and led to a permanent vigilance by PIDE/ DGS, brings out the political component of their shared lives for some time, until complete separation.

Key words: Angolan poetry; Mozambican poetry; Noémia de Sousa; Viriato da Cruz; anti-colonial struggle.

1. Contexto e convergências de propostas poéticas

Em primeiro lugar não podemos separar o surgimento da poesia de Noémia de Sousa e de Viriato da Cruz da emergência das várias manifestações literárias ocorridas, em Angola e Moçambique, nos finais dos anos 40 e década de 50, num clima político provocado pelas alterações determinadas pelo final da 2.^a Guerra Mundial. Em ambos os territórios existia um sentimento de

¹ A autora não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

resistência ao colonialismo que literariamente se manifestava pela problematização da portugalidade. Em Angola, ao apelo lançado por Viriato da Cruz em 1948 de «Vamos descobrir Angola» a partir da sua mobilizadora presença na Associação dos Naturais de Angola (ANA), seguiu-se, em 1950, o aparecimento, por sua iniciativa e de António Jacinto, Mário António e vários outros, do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola que, logo no mesmo ano, publica a *Antologia dos Novos Poetas de Angola*. Em 1951 o Departamento Cultural da ANA publica a revista *Mensagem*, cujo primeiro número reuniu textos e poemas de Mário António, Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Alda Lara, António Jacinto e Mário Pinto de Andrade. Em 1952, ainda foi publicado um grosso volume associando os números 2 a 4, tendo a revista sido imediatamente ilegalizada pelo Governo-Geral de Angola. Aí Viriato da Cruz publica «2 Poemas à Terra», em 9 de Fevereiro de 1952, que se aproximava bastante do registo injuntivo de Noémia de Sousa e suscita a Salvato Trigo (Trigo 1979, p. 86) a afirmação de que «Os dois poemas da Terra dão-nos a dimensão exacta da sua profunda africanidade poética e ontológica».

Em Moçambique, no seu conjunto, a produção poética desta mesma década, adquire igualmente a forma de projecto de criação de um espaço literário próprio. Os jornais *Itinerário*, *O Brado Africano* e a iniciativa, sem continuidade, de *Mshao*, vão constituir o suporte material desta acção, que adquiriu o aspecto de movimento político e cultural.

Poder-se-á assim explicar a emergência de um grupo, com afinidades estéticas e éticas, cuja acção se desenvolveria nesses finais de quarenta e anos cinquenta e a que estiveram ligados, de uma forma ou de outra, Noémia de Sousa, José Craveirinha, Rui Nogar, Rui Knopfli, o pintor António Bronze e o cineasta Rui Guerra, mais tarde celebrizado pelo «cinema novo» brasileiro.

Creio que a iniciativa do caderno *Mshao* levada a cabo por Virgílio de Lemos representou uma forma de aglutinar tendências diversificadas naquilo que designaríamos hoje como «comunidade imaginada». Não admira portanto, que, no primeiro (e único) número de *Mshao*, o maior destaque tenha sido para «Poema da infância distante» de Noémia de Sousa, porquanto este se adequava tematicamente à configuração utópica da proposta de *Mshao*, contida na nota de abertura:

*contra todas as previsões e contra toda a expectativa temos neste momento a consciência de que a poética de Msaho não constitui uma corrente distinta diferenciada com raízes vincadamente moçambicanas [...] mas o que nesta primeira folha revela ainda desencontro estético, formal ou expressivo numa segunda folha poderá tornar-se homogéneo e vir a definir uma força resultante do contacto com elementos nativos, que hoje ainda formam uma massa disforme dependente e incolor.*²

Em 1953, Mário Pinto de Andrade e Francisco José Tenreiro incluem os poemas «Magaíça» e «Deixa passar o meu povo» de Noémia de Sousa no caderno *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, onde também figuravam Alda Espírito Santo e Francisco José Tenreiro de São Tomé, e os angolanos Agostinho Neto, António Jacinto e Viriato da Cruz, este com o poema «Mamã Negra», que suscita a Mário de Andrade a afirmação de que «Viriato da Cruz é o que penetrou mais fundo nas realidades negras de Angola e a quem melhor se ajusta o epíteto de poeta angolano». A partir daí quer os poemas de Noémia de Sousa quer os de Viriato da Cruz passaram a figurar em inúmeras antologias, nomeadamente as que foram dedicadas a Angola e Moçambique, publicadas pela Casa dos Estudantes do Imperio, e nas que Mário Pinto de Andrade organizou posteriormente.

Este é o contexto em que se podem integrar e explicar a ampla divulgação dos poemas publicados então, tanto por Noémia de Sousa como por Viriato da Cruz, assim como a admiração mútua e interacção que se estabeleceu entre os dois, por via epistolar, a qual, no entanto viria a ser objecto permanente de vigilância por parte da PIDE/DGS, fazendo emergir a componente política das suas vidas.

2. Mande-i-lhe uma carta

Da pesquisa feita à bibliografia relativa a Viriato da Cruz apenas encontrei até agora três citações desta carta, datada de 29/11/52, a saber: Dalila Cabrita Mateus (Mateus 1999, p. 166), que cita uma passagem da carta a propósito das tensões raciais que considera ter havido no interior do MPLA e cujo problema Viriato da Cruz teria antecipado ao referir que os

² *Msaho. Folha de poesia.* (1) Lourenço Marques, 25/10/1952. A nota de abertura com o título *apresento* é assinada por Virgílio de Lemos, principal dinamizador do projecto. Os desenhos do pintor João Aires e a apresentação gráfica denotam as preocupações modernistas subjacentes a *Msaho*.

preconceitos raciais não desapareceriam por «uma verbosa actividade moral, mas sim pela união na vida»; Anabela Silveira (Silveira 2013, p. 1), que assinala a «análise marxista da sociedade angolana» feita por Viriato da Cruz; Edmundo Rocha (Rocha 2022, p. 117), que a cita abundantemente e a considera «um documento inédito, tanto pelo estilo comedido e elegante, como pela profundidade e acutilância da análise marxista da sua visão sobre a sociedade angolana.» De facto as três primeiras páginas da carta parecem deixar antever o que viria a ser o célebre manifesto de 1956, sobre o qual parece ter sido plasmado o Manifesto do MAC: começa por partir do pressuposto que transformações sociais particulares são determinadas pelas transformações do processo global da humanidade, referindo ainda que no caso angolano existe uma série complexa de influências. Com base neste raciocínio define, recorrendo a Lenine, o confronto entre as forças do capitalismo agonizante e socialismo ascendente onde situa o problema das colónias. Seguidamente indica o que pensa sobre os processos externos para chegar à libertação colonial a saber: 1. mudança da estrutura social dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha; 2. «libertação dos países soberanos colonialistas do jugo do imperialismo através da conquista do poder por um governo popular determinado a fazer uma política progressista e independente». Do lado interno, citando Marx, propõe com algum desenvolvimento aniquilar o carácter complexo da estrutura económica das colónias, isto é, as sobrevivências escravocratas feudais e semi-feudais, destacando a exploração do trabalho e os dilemas que se colocam à classe trabalhadora para orientar a sua luta.

A minha atenção incidiu contudo no inesperado final da missiva, que não pareceu despertar interesse aos analistas referidos. Sem qualquer transição, o tom da carta muda e deparamos com uma revelação íntima inesperada. Escrevia Viriato:

Estou que não compartilho a tendência de alguns dos seus amigos, pois nunca a imaginei “super-mulher”. Está longe de me inspirar uma simpatia simplesmente humana (...). E a profunda atracção que sinto por você, cresce portanto da base em que a julgo mulher e bem mulher. A admiração especial que lhe voto só ganha humanamente um significado na medida em que por um lado, a vejo dentro dessa condição de mulher (...) e por outro lado, na medida em que não só a reconheço com qualidades para mim amáveis, como ainda pressinto possuir você e eu, uma certa identidade de natureza e de fins.

Se a franqueza com que desnudo e exprimo os meus sentimentos, principalmente os mais caros e os mais agradáveis — têm o seu quê de (ilegível) poética, cumpre-me então admitir que — do seu ponto de vista — tenho eu manifestado “exageros poéticos”. A culpa é sua. E com o maior prosaísmo a que posso chegar, (...) renovo-lhe toda a minha simpatia e a minha melhor amizade.

E no PS da carta acrescenta: «ao seu PS responderei em carta próxima», deixando-nos na dúvida sobre o conteúdo da carta anterior de Noémia de Sousa, embora o facto de ter colocado entre aspas a expressão «exageros poéticos» (que teria sido usada por Noémia de Sousa) possamos admitir ter sido a expressão destes sentimentos já abordada anteriormente.

Ao ler este parágrafo final fui remetida instintivamente para o tão conhecido e divulgado *incipit* do poema «Namoro» de Viriato da Cruz. Aqui nem o papel é perfumado, pois aparentemente trata-se de uma carta escrita em folhas de caderno, nem pelo conteúdo se assegura identificação com o final feliz do poema. No entanto podemos, em exercício especulativo, procurar analogias possíveis em que a hipótese de recusa e de consequente insistência sugeridas pela carta, podem estar subsumidas de forma hiperbólica no «Por ti sofre meu coração / num canto SIM —, noutro canto — NÃO / E ela o canto do NÃO dobrou».

Tendo Noémia de Sousa afirmado ter perdido o rasto da correspondência de Viriato da Cruz (Laban 1998, p. 327) e não se encontrando qualquer vestígio das suas cartas, fica este curto e inusitado parágrafo entregue às especulações dos biógrafos ou interpretado como apenas um curto *intermezzo*, nas suas atribuladas existências.³

3. Percursos políticos

Anteriormente a esta correspondência, Noémia de Sousa tivera participação, com João Mendes, na constituição do MUD em Moçambique em 1949, e em acções de propaganda anti-coloniais clandestinas que levaram à sua prisão em 1949 e à deportação de João Mendes e de outros elementos. Desse período existe uma nota do Governo-geral de Moçambique em que o seu nome aparece associado aos de Ricardo Rangel, João Mendes e Rui Guedes como fazendo parte de uma «Comissão Central» que pretendia

³ Devo a Luís Kandjimbo a chamada de atenção para o final desta carta.

criar uma «Organização Comunista Moçambicana» para a qual Mário Pinto de Andrade me chamou a atenção em 1985, durante a sua permanência em Maputo. Penso que não foi coincidência o facto de estas ocorrências coincidirem com a passagem por Lourenço Marques de Pedro Soares do Comité Central do PCP, acabado de sair do Campo do Tarrafal, e sobre quem em 1954, viriam a recair as suspeitas da PIDE quanto ao seu envolvimento na ramificação da organização clandestina do PCP nas colónias (*apud* Mateus 1999, p. 82). Possivelmente reside aí a explicação da nota do Governo-geral e subsequente interesse da PIDE por Noémia de Sousa já em Lisboa.⁴ As entrevistas concedidas posteriormente a Patrick Chabal (1994), Michel Laban (1998) e Nelson Saúte (1998) são suficientemente esclarecedoras dessas acções relacionadas com os acontecimentos políticos de 1948/49 em Moçambique durante a abertura política por altura das eleições presidenciais portuguesas em que Norton de Matos concorreu pela oposição.

A reconstrução de alguns aspectos da trajectória política de Noémia de Sousa, com continuidade em Lisboa e o seu cruzamento com a de Viriato da Cruz merecem alguma atenção se quisermos tentar entender o sentido das relações entre ambos, da aproximação inicial ao progressivo afastamento.

Ao chegar a Lisboa em Novembro de 1951 com 25 anos, pensava Noémia de Sousa poder descansar da vigilância policial a que era submetida em Moçambique desde que fora presa em 1949 e tinham ocorrido as deportações dos seus companheiros. Como conta a Michel Laban (Laban 1998, p. 327) ao passar por Luanda tentou, através dos contactos que tinha, encontrar-se com Viriato da Cruz (com quem já se correspondia) nas breves horas que aí permaneceu a fim de o conhecer, o que não aconteceu pois o mesmo encontrava-se ausente de Luanda. Ignorava que em 19 de Outubro desse ano o Corpo da Polícia Civil da Colónia de Moçambique enviara à PIDE em

⁴ Quando a pude questionar directamente, sobre este assunto, Noémia de Sousa deu-me a indicação de que Cassiano Caldas, militante clandestino do PCP, me poderia esclarecer melhor sobre todo este período. Gravei então uma longa entrevista com Cassiano Caldas em Maputo, que me forneceu detalhes importantes sobre a sua passagem pelo jornal *Itinerário*, a constituição do MUD em Moçambique, em que participara, das suas relações com o PCP, assim como do papel que Noémia desempenhara nessa altura. Dalila Cabrita Mateus (Mateus 1999), para além de confirmar as informações de Cassiano Caldas, reconstrói, a partir dos ficheiros da PIDE, a trajectória política de Noémia de Sousa, com continuidade em Lisboa, assim como a de alguns dos protagonistas desse movimento,

Lisboa a informação de que «viajou como passageira de 3.^a classe no Angola Carolina Noémia Abranches de Sousa elemento activo de propaganda comunista» (ANTT, 1951), o que fez accionar o pedido aos serviços marítimos de revista de bagagem à sua chegada em 3 de Novembro. Terá ficado se não surpreendida, pelo menos alertada para a alteração das suas expectativas. De facto após a busca à chegada foi-lhe entregue uma contra-fé a fim de comparecer dois dias depois, no dia 5, na Rua António Maria Cardoso, o que fez e de que resultou um Auto de declarações em que insistentemente lhe são perguntadas as razões da vinda a Portugal e as condições em que vai permanecer em Portugal, a que responde de forma objectiva com indicação da situação familiar (um irmão e uma irmã residindo em Portugal) e alojamento temporário em casa de uma prima, Ivone de Sousa Gomes, na Rua de Campolide, estando a irmã Camila como professora do ensino particular em Mangualde. Passados sete meses (30/06/52), o Inspector Adjunto dos Serviços Centrais de Investigação comunica aos serviços respectivos que lhe deve ser entregue toda a correspondência dirigida ao endereço fornecido por Noémia de Sousa, Rua de Campolide 297 — 1.^o. Certamente por precaução, Noémia de Sousa passara a usar o endereço da tia Andresa de Alda do Espírito Santo (que se encontrava já a estudar em Lisboa). Contudo este endereço já estava vigiado, o que não surpreende, visto que aí fora criado o Centro de Estudos Africanos, por Francisco José Tenreiro com Mário Pinto de Andrade e Amílcar Cabral e cujas sessões se realizavam aos domingos em casa da tia Andresa, de Alda do Espírito Santo, na Rua Actor Vale 37. Não é de admirar portanto que a carta de Viriato da Cruz de 29/11/52 tenha sido interceptada pela PIDE a qual eventualmente ainda não tinha estabelecido a ligação entre os dois.⁵

Por intermédio de Mário Pinto de Andrade, com quem se correspondia, Noémia de Sousa entrou imediatamente neste círculo com frequentes idas não só à Rua Actor Vale, também frequentada por Amílcar Cabral e Agostinho Neto (Saúte 1998, p. 251) como ao quarto de Mário Pinto de

nomeadamente João Mendes [que reaparece na vida política e social de Moçambique, depois de 1975] e Sofia Pomba Guerra que vai reaparecer na Guiné-Bissau com ligações ao PAIGC.

⁵ O envelope que continha a carta estava inserido num outro envelope endereçado a Alda Espírito Santo para a R. Actor Vale 37, com o pedido de ser entregue a Noémia de Sousa, datado de 29 de Novembro. Na transcrição da Pide assinala-se erradamente 27 de Novembro.

Andrade situado numa cave do Bairro Alto, onde o grupo se reunia. Entretanto no período que decorreu entre a carta de 1952 e 1957 (altura em que finalmente Noémia e Viriato se encontraram pela primeira vez) são de reter alguns factos referidos pela própria Noémia de Sousa e outros provenientes dos relatórios da PIDE, que permitem reconstituir o seu percurso de vida nesses cinco anos.

1. Pouco depois de chegar, Noémia de Sousa empregou-se na ANI (Agência Nacional de Informação) como tradutora, respondendo a um anúncio. O director da ANI, Dutra Faria, era figura conhecida do regime e, ciente desse facto, Noémia de Sousa consultou os «camaradas» e em sua opinião a sua presença na ANI talvez tivesse contribuído para que não incomodassem (Chabal 1994, p. 120). Penso que a razão seria outra, isto é, continuar a vigiá-la para obter informações, como se viria a verificar. Para além dos relatórios já referidos, são descritas «vigilâncias feitas a CNAS [Carolina Noémia Abranches de Sousa] entre 25/08 e 11/09, 11/10 e 5/11 de onde se apurou ser frequentadora das matinées clássicas do Tivoli, ter-se encontrado com Maria Lamas, realizado algumas visitas à casa da família Espírito Santo e ser visitada pela irmã quase todas as semanas» (ANTT, 1953).

2. Manteve os contactos com o grupo do CEA da Rua Actor Vale até este se desintegrar a partir de 1954 e com a CEI de cujos eventos enviava notícias a Mário de Andrade depois da partida deste para Paris.

3. Em 1954 (provavelmente) passou a residir com sua irmã Camila em Algés, na R. Damião de Gois, onde se manteve até adoecer em 2000.

4. Em 1955 foi a Paris e daí a Varsóvia com Marcelino dos Santos participar no Congresso Mundial da Juventude. Desta viagem não existe referência nos arquivos da PIDE/DGS.

4. Noémia de Sousa, Viriato da Cruz e o MAC

Em Outubro de 1957, no momento em que a emergência do movimento de libertação se começava timidamente a desenhar com a tentativa do MAC (Movimento Anti-colonial/colonialista) Viriato da Cruz chega a Lisboa. Um mês antes, realizara-se o V Congresso (clandestino) do Partido Comunista Português, onde foi aprovada uma declaração proclamando «o reconheci-

mento incondicional do direito dos povos das colónias à imediata e completa independência».⁶

Seguindo o mesmo procedimento utilizado com Noémia de Sousa anos antes, a Delegação da PIDE de Luanda informa Lisboa em 30/09/57 que «o nacional Viriato Francisco Clemente da Cruz, referenciado nos arquivos dessa direcção, viajou a bordo do paquete UÍGE». Em 23/10/57 a PIDE solicita aos respectivos serviços «averiguação do paradeiro e actividades de Francisco Clemente Viriato da Cruz, desembarcado do Uíge em 12 deste mês, o qual declarou ir para o Hotel Universo», referindo ainda que tem ligações com Carolina Noémia Abranches de Sousa. Parece ter havido diferença do procedimento e havido apenas declarações e eventualmente busca à chegada, sem que fosse mandado apresentar na Rua António Maria Cardoso. O documento é confuso pois a resposta está dada na mesma folha em 2/12/57 informando que não esteve hospedado no Hotel Universo e que apenas encontrou, «segundo diz», Noémia de Sousa na rua, o que parece indicar que terão falado com Viriato da Cruz ou obtido informação por terceiros/informadores. O relato contido de Noémia de Sousa (Laban 1998, p. 335) sobre a passagem de Viriato da Cruz por Lisboa faz intuir a situação que se criou:

O Viriato veio jantar connosco, veio com o Amílcar [Cabral], com o Lúcio Lara mas havia mais gente. Se não estou em erro ficou em casa do Amílcar, porque veio fugido (...) trabalhava na Singer, foi de manhã trabalhar e à tarde embarcou e foi-se embora. Acho que as pessoas lá ficaram sem saber onde é que ele tinha ido, se tinha adoecido, andaram à procura dele e entretanto desembarcou aqui. O que é engraçado é que eu recebi um telefonema muito estranho [na agência ANI] de uma pessoa a perguntar-me pelo Viriato da Cruz. Eu quis saber quem era e disse mas o Viriato da Cruz está em Luanda... Eu sabia muito bem que ele não estava. E a pessoa: mas ele não está em Luanda, parece que veio para aqui. Eu disse: olhe, se veio para aqui não sei, eu não sou família dele. Ele ainda ficou aqui talvez uma semana antes de continuar e não sabia que era preciso um visto para sair para França [...] Estava aqui um pouco clandestino [...] mas teve de estar à espera e conseguiu o visto. Falou só com certas pessoas e seguiu para França.

⁶ Edmundo Rocha (Rocha 2022, p. 133) refere por engano que o V Congresso do PCP decorreu durante a estada de Viriato da Cruz em Lisboa. O Congresso já se tinha realizado quando Viriato da Cruz desembarcou em 12 de Outubro. Provavelmente Edmundo Rocha referir-se-á à notícia do jornal *Avante*, publicado na 1.^a quinzena de Outubro noticiando a aprovação da declaração contida no relatório apresentado por Jaime Serra sobre o «problema das colónias». Cf. «Resistir em tempos difíceis». Acessível em <https://www.pcp.pt>.

A leitura de correspondência posterior trocada entre Viriato da Cruz e Lúcio Lara deixa deduzir a existência de um mal-estar ou desacordo provocados pela sua vinda a Lisboa, com desconhecimento de Lúcio Lara, situação descrita pelo próprio Lúcio Lara nos seguintes termos:

Em Outubro de 1957 dá-se em Lisboa um acontecimento inesperado. Um dia alguém me comunicou que vira em Lisboa Viriato da Cruz, que eu não conhecia fisicamente, perto da casa de Amílcar Cabral. Fui encontrar o Amílcar e disse-lhe que alguém me comunicara ter visto Viriato da Cruz perto de sua casa e que eu nem acreditara porque não era possível que um dos que nós considerávamos dirigentes do exterior tivesse vindo a Portugal sem nos dar qualquer sinal ou sem nos procurar. Fiquei espantado quando Amílcar, algo hesitante, me confirma que o Viriato estava realmente em sua casa mas que, por razões conspirativas, lhe pedira total segredo... Fiz ver ao Amílcar a situação dúbia em que ele próprio se colocava como membro do Directório [do MAC] que tínhamos criado e convenci-o a falar com o Viriato para que se desfizesse a estranheza daquela situação, propondo-lhe um encontro pelo menos com alguns membros do Directório. Amílcar Cabral saiu-se bem dessa tarefa e o encontro com Viriato teve lugar em minha casa, com a presença de Neto e Amílcar. (apud Lazagna 2021, p. 18)

A menos que se tenham realizado dois encontros, esta versão de Lúcio Lara não coincide com a de Noémia de Sousa, que afirma ter havido um jantar em sua casa. O que parece certo é que o resultado desse(s) encontro(s) não terá sido satisfatório para Viriato da Cruz, o que ainda se repercutia na correspondência trocada posteriormente com Lúcio Lara. Em carta de 26/11/1959, Lúcio Lara alude vagamente a essa questão, referindo:

Enganas-te ao dizer que houve discordâncias quanto aos «Acordos» de Paris, de 1957, em Lx e que essas discordâncias estavam na base de um incompreensível aborrecimento por tu não o teres feito lá. Isso não é verdade e quem te informou informou-te mal. Esses documentos ficaram sempre em poder de quem os recebeu. Essa pessoa ou por questões de segurança pessoal, ou por impossibilidade (em determinada altura desapareceu de Lisboa) nunca os trouxe ao n/ conhecimento a não ser na primeira reunião em que ficou decidido que eu iria a Paris. Refiro-me claro ao Abel⁷. Essa primeira organização assentava em bases falsas, pelo menos quanto a Lisboa. Dela faziam parte meia dúzia de tipos que na sua maior parte tinham perdido o contacto com a nova geração e que portanto não conseguiram alargar verdadeiramente o Movimento. Isso conseguiu-se apenas com a fusão de que saiu o Mac.

⁷ Abel era o nome clandestino de Amílcar Cabral.

Em Lisboa é muito difícil a malta juntar-se, já pela dificuldade de arranjar um local insuspeito, já porque se torna sempre difícil encontrar dias e horas convenientes para todos. Claro que gente disposta a lutar conscientemente não pode deixar-se vencer por tão pequenas dificuldades. Mas tudo isso leva tempo a adquirir e receio bem que ainda se não tenha saído dos moldes antigos de trabalho, que poucos frutos davam. Para te falar com franqueza e sem quaisquer prosápias, creio que uma das tarefas que aos que estamos de fora cabem, particularmente, é precisamente puxar a malta a um trabalho cada vez mais responsável e adulto. O ambiente em Portugal é por si próprio pouco favorável ao «épanouissement» de métodos eficazes de luta. Eu tenho bem a consciência disso. Que os métodos actuais têm de mudar, isso é incontestável, sabemos-lo bem. O que é preciso é que mostremos aos n/ camaradas de L^a a razão por que pensamos isso e nos esforcemos por os fazer discutir os n/ pontos de vista, não pelo prazer de discutir, claro, mas no desejo firme de contribuir para o progresso da Luta.

Em Paris, vivendo em casa de Mário Pinto de Andrade, Viriato da Cruz participa em Novembro (ou Dezembro?) numa reunião preparatória da criação do MAC, no quarto de Marcelino dos Santos, perto da Sorbonne (Saúte 1998, pp. 212-213) com Lúcio Lara, Mário de Andrade, Guilherme do Espírito Santo, Amílcar Cabral e o próprio Marcelino dos Santos. Segundo este, «a cabeça» estava em Portugal com Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Lúcio Lara, Noémia de Sousa que tinham as suas ligações com Angola, com Viriato da Cruz. Mário de Andrade na posse da acta dessa reunião (por si designada de Reunião de Consulta e Estudos), refere ter o Manifesto do MAC começado a ser redigido em Lisboa, em 1958, com intervenção de «Amílcar Cabral, Lúcio Lara (Lisboa) Marcelino dos Santos e Viriato da Cruz (Europa)».⁸

De acordo com Marcelino dos Santos o objectivo era formar o MAC com adesões individuais (refere a propósito que quer o MPLA quer o PAIGC já tinham existência própria, mas não se anunciaram como tal). Na sua avaliação, «o Movimento anti-colonial não chegou a funcionar porque já havia uma curiosidade, efervescência das organizações, elas próprias queriam afirmar-se e foi isso que não deixou que uma organização a título

⁸ Em 1985, participei, com outros colegas da UEM, num Seminário intitulado *Ideologias da Libertação Nacional* dirigido por Mário Pinto de Andrade no CEA (Centro de Estudos Africanos) em Maputo o qual nos facultou a cópia da Acta da reunião de Paris. Nesse mesmo Seminário participaram, como convidados, Marcelino dos Santos e Aquino de Bragança (director do CEA na altura), os quais descreveram de forma detalhada a criação do MAC e posterior substituição pela FRAIN e CONCP.

individual, as pudesse assumir». (Saúte 1998, pp. 212-213). De facto o MAC seria substituído em Túnis em 1960 pela FRAIN, e esta pela CONCP em Abril de 1961 em Casablanca.

5. O afastamento

A partir de 1957 os destinos de Noémia e Viriato seguiram paralelos mas invertidos. No período que decorre entre a chegada a Paris em 1957 e a instalação do Comité director do MPLA em Leopoldville em Setembro de 1961, Viriato da Cruz desdobra-se em actividades e deslocações em numerosos eventos de carácter cultural ou político, protagonizando as diversas iniciativas que o conduzirão à direcção do MPLA. Por seu lado, tendo-se desintegrado o CEA, com a saída sucessiva dos elementos activos desde 1954, Noémia de Sousa mantinha as ligações com o projecto que conduziria à criação e existência efémera do MAC de cujo directório fazia parte. De salientar (*apud* Mateus 1999, p. 84) que tinha estado prevista a sua participação no V Congresso (clandestino) do Partido Comunista Português realizado em Setembro de 1957, mas acabou por ser substituída por Lúcio Lara, que refere somente ter substituído «um membro do nosso grupo» (Mateus 1999, p. 290). Não existem evidências das razões dessa substituição nem de ligação directa de Noémia de Sousa ao Partido Comunista Português, embora a participação num congresso clandestino indicasse merecer confiança. A fazer fé nas declarações posteriores de António da Graça Espírito Santo em interrogatório da Pide não datado, o nome de Noémia de Sousa teria sido indicado em 1961 numa reunião presidida por Vasco Cabral a fim de ser abordada no sentido de fazer parte de uma «Direcção Provisória dos Africanos do PCP»⁹. Numa segunda reunião com a presença de um «funcionário do partido», teria sido decidido que Espírito Santo a abordaria, o que aconteceu, tendo ela se escusado «alegando que não tinha competência para o desempenho da tarefa». Dado que de Vasco Cabral não se conhecem acções que o relacionem directamente com as acções do MAC, é legítimo supor que este convite indicasse outro tipo de contactos de Noémia de Sousa ou que tivesse alguma proximidade do PCP, diferenciando-se nesse aspecto da conhecida desconfiança e hostilidade manifestadas por Viriato da Cruz.

⁹ Dalila Mateus refere a criação pelo PCP de uma «Direcção Provisória de Africanos, organismo unitário» em 1960 (Mateus 1999, p. 188).

Sempre parca nas referências a Viriato da Cruz, escreveu um curto depoimento em 1998, para o livro *Viriato da Cruz: o homem e o mito*, onde evoca a correspondência trocada entre ambos e declara «Depois do jantar em minha casa nunca mais tive notícias directas do Viriato»¹⁰, o que significa que, se até essa altura se tinham correspondido, a partir desse momento deixaram de o fazer.

Com as fugas de estudantes nacionalistas em 1961 e prisões, o ambiente político em Portugal tornou-se opressivo, agravado pelos acontecimentos de 4 de Fevereiro em Luanda. Noémia de Sousa viu desfazerem-se as ligações que a tinham conduzido até ao MAC. Lúcio Lara e Amílcar Cabral tinham abandonado Lisboa em 1959; Agostinho Neto e Vasco Cabral encetaram a fuga clandestina organizada pelo PCP, em 1962. Noémia de Sousa remeteu-se a um discreto casamento, com o seu conterrâneo, militante nacionalista e também poeta Gualter Soares em 6 de Abril de 1962. Este tendo seguido para *Pointe Noire*, para um estágio profissional, viu-se obrigado a não regressar por estar na iminência de ser preso e fixou residência em Paris. A fim de se juntar ao marido em 1964 saiu clandestinamente de Portugal (com a filha de 2 anos), a salto, por lhe ter sido recusado o passaporte e a adaptação não foi fácil. Um ano antes, também com família já constituída, Viriato da Cruz dramaticamente retirara-se de cena, auto-excluindo-se, nas palavras de Mário Pinto de Andrade, e optando por outras vias, após a turbulenta discórdia que o opôs aos seus camaradas e levou à expulsão do MPLA depois de completa dedicação àquilo que na verdade tinha sido dominante e quase obsessivo no seu percurso de militante nacionalista e que a extensa carta de 1952 já anunciava. O exílio argelino entre 1963 e 1965 poderia ter ocasionado o reencontro com Noémia se as hipóteses de mudança para a Argélia que a esta se tinham colocado, tivessem logrado efeito. A passagem por Paris de Viriato, em 1965, também não sugere que se tenham aproximado. A saída deste, com a família, para a China em 1966 saldou o afastamento.

Noémia de Sousa separou-se do marido em 1970 e as dificuldades económicas por que passou perturbaram a sua estabilidade. Embora trabalhasse no consulado de Marrocos onde Marcelino dos Santos lhe tinha arranjado emprego, o rendimento não era suficiente para se manter com casa própria, numa cidade como Paris. A pressão por parte de elementos da

¹⁰ Rocha *et al.* 2022, pp. 61-63.

Frelimo (sobretudo de Marcelino dos Santos) para se juntar ao movimento na Argélia ou Roma e sair de Paris não a convenceu a deixar a filha ou separá-la do pai. Assim em 1973, sem militância política conhecida, (aproveitando a primavera marcelista e obtendo passaporte) voltou para Lisboa, por sugestão do seu amigo o jornalista Carlos da Veiga Pereira, para a Agência Reuters e posteriormente para a ANOP/Agência Lusa (herdeira da ANI). Nesse mesmo ano, longe em Pequim, Viriato da Cruz extinguiu-se, remetido ao desespero e solidão dramática, progressivamente transformada em trágico exílio, deixando ficar para trás momentos da sua vida pessoal cujo peso na sua memória será difícil avaliar.

Após a independência e sanados alguns equívocos quanto à sua opção de não se juntar organicamente à Frelimo nos tempos de Paris, Noémia de Sousa visitou Moçambique por três vezes em 1982, 1994 e 1996, onde pôde testemunhar como a sua obra poética era reconhecida tanto nas instituições escolares como pelas novas gerações de escritores. Com o seu livro *Sangue Negro* finalmente publicado em Moçambique, como desejou, pela AEMO, em 2001, um ano antes do seu falecimento, ficou contudo o seu activismo político esquecido ou rasurado, interceptado de algum modo por aspectos da sua vida privada.

Fontes

Arquivo Nacional Torre do Tombo

ANTT. CRUZ, Viriato (da) (1952). [*Carta*], 1952, 29 de Novembro [a] Noémia de Sousa. PIDE/DGS, Processo 1153/51-SR, fls.479/489.

ANTT. CORPO DA POLÍCIA CIVIL DA COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE (1951). [*Informação*] 1951, 19 de Outubro, [a] PIDE. PIDE/DGS, Processo SC C (2) 2756.

ANTT. DELEGAÇÃO DA PIDE DE LUANDA (1957). [*Informação*], 1957, 30 de Setembro [a] PIDE, Lisboa. PIDE/DGS, Processo 1153/51-SR.

ANTT. ESPÍRITO SANTO, ANTÓNIO. F. M. GRAÇA (s/d). [Declarações], (s/d). PIDE/DGS, Processo Ind. 8512 E/GT. Processo Cr.1197/61.

ANTT. SERVIÇOS CENTRAIS DE INVESTIGAÇÃO DA PIDE (1952). [*Comunicação interna para entrega de correspondência de Noémia de Sousa*], 1952, 30 de Junho. PIDE/DGS, Processo SC C (2) 2756.

- ANTT. SERVIÇOS CENTRAIS DE INVESTIGAÇÃO DA PIDE (1953) [*Relatório da vigilância a Noémia de Sousa*], 1953, 9 de Novembro. PIDE/DGS, Processo SC C (2) 2756.
- ANTT. SERVIÇOS CENTRAIS DE INVESTIGAÇÃO DA PIDE. (1957). [*Relatório 1492/57 relativo a Viriato da Cruz*], 1957, 2 de Dezembro. PIDE/DGS, Processo 1153/51-SR.
- ANTT. SOUSA, Noémia (de) (1951). [*Auto de declarações*], 1951, cinco de Novembro. PIDE/DGS, Processo SC C (2) 2756.

Associação Tchiweka de Documentação.

ATD. LARA, Lúcio (1959). [*Carta*]. 1959, 26 de Novembro [a] Viriato da Cruz. Fundo Lúcio Lara. Cota 0007000.058

Bibliografia

- CHABAL, Patrick, 1994. *Vozes moçambicanas: literatura e nacionalidade*. Lisboa: Vega.
- LAZAGNA, Angela, 2021. Viriato da Cruz: da luta anticolonial ao exílio em Pequim. *Tempo e Argumento*. Florianópolis. 13: 34 (set./dez.). Acessível em <http://dx.doi.org/10.5965/2175180313342021e0107>
- LABAN, Michel, 1998. *Moçambique encontro com escritores*. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida.
- MATEUS, Dalila, 1999. *A luta pela Independência — A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- MENDONÇA, Fátima, 2001. *Moçambique, lugar para a poesia*. In: Noémia de SOUSA. *Sangue Negro*. Maputo: AEMO.
- ROCHA, Edmundo, 2022. *Viriato da Cruz: itinerário político*. In: Edmundo ROCHA, Francisco SOARES, e Moisés FERNANDES, coord. *Viriato da Cruz o homem e o Mito*. Luanda: Caxinde Editores e Livreiros.
- SAÚTE, Nelson, 1998. *Os habitantes da memória*. Entrevistas com escritores moçambicanos. Praia-Mindelo: Centro Cultural Português.
- SILVEIRA, Anabela, 2013. *O “Comunismo” de Viriato da Cruz e os seus reflexos no nacionalismo angolano*. In: Congresso da história contemporânea, Évora, Maio. Disponível em <https://www.academia.edu/10513124/>
- TRIGO, Salvato, 1979. *A Poética da Geração de Mensagem*. Porto: Brasília Editora.

Na encruzilhada de sons, cores e humanismo em Viriato da Cruz e Noémia de Sousa

At the crossroads of sounds, colors and humanism in Viriato da Cruz
and Noémia de Sousa

Francisco Noa

Pesquisador independente
francnoa@yahoo.co.uk

Resumo: As expressões poéticas de Viriato da Cruz e Noémia de Sousa são uma reafirmação de como as literaturas africanas, na sua pluralidade e diversidade criativa, estética, temática e ideológica, contribuíram para a reabertura das comportas da humanidade num dos contextos mais críticos da sua história. Referimo-nos à primeira metade do século XX, que ficaria marcada por duas grandes confrontações bélicas de âmbito global. É, assim, que vemos tanto um como outro, à imagem de outros escritores africanos face ao sistema que lhes obliterava a existência, a liberdade e a dignidade, reinventar os protocolos da escrita literária e da ideia de arte, em geral. Isto é, através de um assumido e pletórico investimento sensorial, contrariam a ideia triunfante de uma arte desumanizada, insuflando de vida, irreverência, criatividade e uma ousadia iconoclástica, a materialidade das palavras.

Palavras-chave: literatura; diversidade; sensações; humanidade; África

Abstract: The poetic expressions of Viriato da Cruz and Noémia de Sousa are a reaffirmation of how African literatures, in their plurality and creative, aesthetic, thematic and ideological diversity, contributed to the reopening of the floodgates of humanity in one of the most critical contexts in its history. We are referring to the first half of the 20th century, which would be marked by two major global war confrontations. It is, therefore, that we see both, like other African writers in the face of the system that obliterated their existence, freedom and dignity, reinventing the protocols of literary writing and the idea of art, in general. That is, through an assumed and plethora of sensorial investment, they contradict the triumphant idea of a dehumanized art, infusing the materiality of words with life, irreverence, creativity and iconoclastic boldness.

Keywords: literature; diversity; sensations; humanity; Africa

Introdução

Ao trazermos o presente tema para este colóquio, queremos não só nos associar à motivação e ao espírito que o preside, significativamente intitulado «Mandei-lhe uma carta»: a obra poética e o pensamento político de Viriato

da Cruz, mas também aproveitar esta oportunidade singular para prestar um tributo à geração que, nos nossos países e nas condições históricas que todos conhecemos¹, deu origem, através de uma destemida energia criativa, aos sistemas literários que são hoje, e cada vez mais, objecto de recepção e de reconhecimento globais.

De registar o facto de escritores e artistas africanos de diferentes gerações, e que vieram depois, estarem a diversificar, aprofundar e alargar todo um legado que ajudou a redefinir, projectar e repensar territórios e imaginários que, durante séculos, foram posicionados no lado obscuro e periférico da história.

Com Viriato da Cruz e Noémia de Sousa, estamos perante duas vozes cuja matriz poética representa uma das mais inequívocas e desafiadoras expressões de como a arte se pode conciliar com as problemáticas mais profundas da sociedade. Neste caso, sem perder a sua vocação de desafiar, numa assumida e consciente condição de contrapoder, quer as imposições e restrições de uma ordem política e discursiva hegemónica, quer protocolos estéticos cristalizados que se viram confrontados por aquelas que vêm sendo consideradas das literaturas mais estimulantes, mais desconcertantes e mais inovadoras do nosso tempo. Daí que haja quem não hesite em considerar que as periferias «have been the site of some of the most exciting and innovative literatures of the modern period» (Ashcroft, Griffiths, Tiffin 1989, p. 8).

1. A vocação humanista das literaturas africanas

Em *A Desumanização da Arte*, obra publicada inicialmente em 1925, numa análise centrada na emergência da arte contemporânea no Ocidente que, como sabemos, provocou todos os impactos reconstitutivos da ideia de criação artística que se mantêm até aos nossos dias, o filósofo espanhol José Ortega y Gasset (2003) defende que, entre outros aspectos, essa mesma arte contemporânea dividiu o público entre os que a entendiam e os que não a entendiam. Segundo ele, tratava-se de uma arte avessa às massas, uma arte de casta, que tendia para a purificação da própria arte, e que levaria a «uma eliminação progressiva dos elementos humanos, demasiado humanos» (Ortega y Gasset 2003, p. 71), num processo que conduziria a um ponto em que o

¹ Dominadas pela presença colonial europeia, em África, e todas as suas consequências socioculturais, políticas, económicas, religiosas, éticas e estéticas.

conteúdo humano da obra se deixaria de ver. Para ele, a nova arte era uma arte artística e que se caracterizava pela desumanização, pela fuga da pessoa humana.

Em síntese, para Ortega y Gasset, a nova estética representava a essência da arte assente nos seguintes pressupostos:

- a) desumanização da criação artística;
- b) distanciamento das formas vivas;
- c) a obra de arte não devia ser nada mais que obra de arte;
- d) a arte devia ser apenas um jogo;
- e) tendência para uma ironia essencial;
- f) como iludir toda a falsidade;
- g) e, finalmente, a arte aparecia como algo sem transcendência alguma.

Num contexto mais amplo e fervilhante de inovações e de transições artísticas, socioculturais, políticas, económicas e científicas, e em manifesto contraponto à visão agudamente esteticista e restritiva do filósofo espanhol, começam a ganhar forma as manifestações mais emblemáticas da emergência e afirmação das literaturas africanas. É, pois, durante a primeira metade do século XX que essas literaturas, muito antes das independências políticas que teriam lugar algumas décadas mais tarde, se configuram como sistemas premonitórios das nações por vir, no meio de circunstâncias histórico-culturais que marcariam definitivamente os destinos da humanidade e da nossa contemporaneidade.

Assim, se por um lado, temos a eclosão das duas grandes guerras, as primeiras com impacto a nível global, o advento dos totalitarismos, do nazismo, do holocausto, da divisão do mundo em dois grandes blocos geopolíticos, por outro, temos toda uma produção artística, literária e filosófica onde vemos pontificarem preocupações de ordem existencial e que exprimem os perigos, até aí inimagináveis, que ameaçavam a condição humana. Produtos dessa consciência alargada, resultariam obras, entre outras, tão apelativas como *A Situação Espiritual do nosso Tempo* (Karl Jaspers, 1930), *A Condição Humana* (André Malraux, 1933), *O Existencialismo é um Humanismo* (Sartre, 1946), *Carta sobre o Humanismo* (Heidegger, 1946), ou *A Peste* (Camus, 1947). Teremos também uma vertente mais distópica protagonizada por ro-

mances como *Admirável Mundo Novo* (Aldous Huxley, 1932), 1984 (Orwell, 1949), ou, no cinema, *Tempos Modernos* (Charlie Chaplin, 1936).

Enquadrado por este gigantesco e emblemático pano de fundo, temos um ideário que parece, por um lado, recusar a desumanização artística defendida por Ortega y Gasset e, por outro, funcionar, de certo modo, como respaldo intelectual e ético para a produção literária que os africanos irão desenvolver. Além do mais, as expressões reivindicativas e celebratórias do pan-africanismo e da negritude nos Estados Unidos, na América Latina e em França traziam um alento revigorante e legitimador às vozes que começavam a fazer-se ouvir em África, e não só, tal como nos explica Noémia de Sousa, primeira poetisa moçambicana, numa entrevista a Michel Laban:

As pessoas dizem-me às vezes que eu devo ter tido uma influência brasileira, mas a minha primeira influência foram os americanos do sul dos Estados Unidos. Eu li um livro em inglês, escrito por uma americana branca, o fruto estranho (The Strange Fruit). Só mais tarde vim a saber que ela tirou o título de uma canção da Billie Holiday que diz: «As árvores do sul dão frutos estranhos». (Laban 1998, I, p. 277)

Denso, amplo e multifacetado, o repertório de recepção das gerações fundadoras das literaturas africanas em língua portuguesa, sobretudo em Cabo Verde, Angola e Moçambique, incluía também alguns dos destaques dos movimentos vanguardistas, em Portugal e no Brasil.

Nascidas em plena vigência do sistema colonial, as literaturas africanas transportariam, dentro de si, uma assumida e explícita vocação humanista, dadas as motivações confessas dos textos que então circularam em que, de forma genérica, se propunham, através da criação literária, entre outros aspectos, a:

- romper com o imaginário da literatura colonial;
- denunciar as arbitrariedades e injustiças da situação colonial;
- opor-se e superar os processos de desumanização inerentes ao sistema vigente;
- instituir uma nova estética reivindicativa de uma condição existencial concreta, tanto em termos individuais como colectivos;
- delimitar um território sociocultural em que sobressaíam as raízes africanas de muitos dos seus autores;

- apropriar-se e reinventar a língua do colonizador;
- sonhar nações por vir, numa utopia regeneradora e de superação.

Assim, em 1936, vemos surgir, em Cabo Verde, o movimento da *Clari-
dade*, orientado pelas problemáticas inerentes à sua insularidade geográfica e
existencial, em que se destacam Jorge Barbosa, Baltazar Lopes e Manuel
Lopes. Por sua vez, em Moçambique, temos, entre 1941 e 1955, o *Itinerário*,
Publicação Mensal de Letras, Arte, Ciência e Crítica, através de uma gera-
ção que, congregando sensibilidades distintas, como Fonseca Amaral, Orlan-
do Mendes, Noémia de Sousa, José Craveirinha, Rui Knopfli, Rui Nogar,
Aníbal Aleluia, gravita à volta da ideia de um território cultural e literário
que representasse uma visão e uma identidade próprias.

Já em Angola, em 1948, surge um grupo de jovens, com o lema «Vamos
descobrir Angola», lançado por Viriato da Cruz, que, segundo Ivo Carneiro
de Sousa (2013, p. III), impõe-se como a figura

*fundamental desta geração que alguma investigação académica designa pre-
cisamente como a da Mensagem, [e que] vai marcar com a sua obra muitos
intelectuais de Angola, abrindo os caminhos possíveis para os rumos futuros
da literatura angolana, ensinando a mobilizar a festa e a revolta popular, a
música e a dança, línguas e dialectos locais, mais os quotidianos de opressão
e as promessas de libertação nacional.*

É, pois, esta geração pioneira na afirmação de temas que se assumiam
verdadeiramente angolanos, onde, além de Viriato da Cruz, encontramos
Mário Antonio, Agostinho Neto, Alda Lara, António Jacinto e Mário Pinto
de Andrade e que, corajosamente, perseguiam uma renovação literária, cultu-
ral e social, que se traduziria no auto-intitulado Movimento dos Novos Inte-
lectuais de Angola, com a publicação, em 1950, da *Antologia dos Novos
Poetas de Angola* e da revista *Mensagem*, em 1951.

Na verdade, no essencial, ao que assistimos com a afirmação das literatu-
ras africanas, no geral, e de língua portuguesa, em particular, foi a todo um
processo de reumanização tanto de uma estética determinada como de todo
um universo existencial, em que os que não tinham voz passaram a ter, em
que os que eram invisíveis ganharam visibilidade, em que as periferias insti-
tuíram o seu próprio centro e em que o exótico adquiriu cidadania. Da mes-
ma forma que o que era tido simplesmente como sub-humano celebrou, de

modo exuberante e pleno, toda a sua humanidade, na correspondência da máxima aspiração sonhada por Álvaro de Campos:

*Sentir tudo de todas as maneiras,
Viver tudo de todos os lados,
Ser a mesma coisa de todos os modos possíveis ao mesmo tempo,
Realizar em si toda a humanidade de todos os momentos
Num só momento difuso, profuso, completo e longínquo.* (Pessoa 1993, p. 26b)

Tratava-se, afinal, segundo Chinua Achebe (2000), de resgatar uma humanidade comum até aí ostensivamente negada. É, por conseguinte, enquanto «equipamento intelectual e afectivo», na condizente caracterização de Antonio Candido (2012, p. 19), que vemos essas literaturas imporem todo o seu manancial referencial, temático e imagológico e que vai, inevitavelmente, concorrer, por sua vez, para afirmar o seu território simbolicamente distinto. Afinal, ela, a literatura, enquanto realização artística, humana, possui, portanto, em si uma predisposição intrínseca para alargar e aprofundar a nossa compreensão do mundo, da sociedade, dos outros e de nós próprios.

2. Viriato e Noémia: uma poética e um humanismo de sons, cores, sensações e emoções

Como é que, em termos de análise literária, dimensões assentes nos sentidos, na sensibilidade, podem, à partida, ser consideradas teoricamente apropriadas e fiáveis? Sobretudo tendo como pressuposto o lastro multissecular da reflexão filosófica e literária do Ocidente e que determinaria, particularmente a partir de Platão que, enquanto o que se situa no âmbito das ideias, isto é, do logos, deve ser aceite como racionalmente credível, o que se move no campo do sensível, deve ser encarado como suspeito, quando não mesmo rejeitado enquanto caução da verdade e da elevação da condição humana.

A dimensão estética institui-se, enquanto espaço ilimitado e plural de afirmação dessa mesma condição e experiência humana, como a plataforma por excelência com a qual os autores africanos, por um lado, problematizam a sua circunstância de sujeitos de sujeição, isto é, aqueles cuja humanidade foi violenta e sistematicamente questionada e subtraída, e por outro, como espaço premonitório de uma existência plena e emancipada. Resistir, através da arte, através da literatura, é existir, muito para além das amarras de um

quotidiano penoso e sofrido, tal como nos mostra, entre outros, o investimento poético, exuberante e festivo das falas nativas em Viriato da Cruz, a exemplo de «Sô Santo!»:

Muari-ngana Santo
dim-dom
ual'ô banda ó calaçala
dim-dom
chaluto mu muzumbo
dim-dom... (Cruz 1961, p. 12)

É, pois, nesse império de sensações, múltiplas e diversas, onde se esteia o poder da imaginação, da nomeação, da evocação, da interpelação e se agiganta toda uma mundividência, que subalternizada quando não mesmo silenciada, ganha forma, cores, sons, sabores e sensações tácteis, instituindo um espaço de uma soberania única, ativa e regenerativa, plena de enérgicas vibrações e de calorosa dignidade:

Nossa voz molhada das cacimbadas do sertão
nossa voz ardente como o sol das malangas
nossa voz atabaque chamando
nossa voz lança de Maguiguana («Nossa voz», Sousa 2001, p. 33)

— «É pruguê nossas raiz
Tem força do makèzú!...» («Makèzú», Cruz 1961, p. 9)

Estamos, pois, diante de autênticos pronunciamentos em que surpreendemos no ritmo da reiteração («nossa») e na força da analogia («sol das malangas», «atabaque», «lança de Maguiguana»), a presença do sujeito apoiado numa ordem existencial que não só lhe confere sentido, mas também poder. Poder de nomear, poder de existir, poder de exprimir emoções longa e dolorosamente reprimidas, poder de ousar, poder de sonhar utopias, afinal, realizáveis. Poder de inscrever e propor as suas próprias lógicas, poder de conhecer e de se fazer conhecer, poder de celebrar a circunstância soberana e única de ser contrapoder, poder, enfim, de se autolegitimar, já como sujeito da sua própria libertação.

Se a psicologia dos despojados (Achebe 2001, p. 72), representada pelas literaturas africanas, pode ser intimidatória para os poderes instituídos, para

Tsitsi Dangaremba (2023, p. 20), romancista e dramaturga zimbabweana, o «império é sobre poder, apropriação, expropriação e, muitas vezes, extermínio». Daí que ela reconheça uma dimensão terapêutica na literatura por implicar «tecer, unir e reintegrar, as partes que foram mutiladas e aleijadas», de tal modo a «tecelagem das palavras [...], a recomposição do tempo, da ação e da reação em um novo todo, torna a escrita contra o império um local com potencial curativo».

Não surpreende, portanto, a proeminência de uma dimensão corpórea, dos sentidos, que tanto em Viriato como em Noémia se institui como consciência ordenadora do mundo e da própria escrita. Se não, vejamos as diferentes sequências cromáticas, sonoras, cinestésicas que estruturam tanto «Mamã Negra» de Viriato (1961, p. 27), como por exemplo: «drama de carne e sangue», «Vozes das plantações da Virgínia», «Vozes gemendo blues», «Vozes de toda a América. Vozes de toda a África.», «Vozes de todas as vozes», «Rebrilhantes dorsos (ai a cor desses dorsos...)», «Vejo oceanos de dor»; por outro lado, o poema «A Billie Holiday, cantora» de Noémia (2001, p. 134), «tua voz, minha irmã americana», «cantando no teu arrastado inglês crioulo», «esses singulares blues», «Com a tua voz, irmã americana, veio / todo o meu povo escravizado sem dó».

Encontramo-nos assim, entre a visão (as cores) e o ouvido (os sons), afinal conhecidos como os sentidos nobres, inscritos na materialidade das palavras e na volúpia das sensações que tanto um como outra exploram, no prolongamento do que emana da evocação dos corpos, expressão da percepção sensível do mundo. Afinal, e tal como explica Nadja Hermann (2018), é também pelo corpo que o sentido é percebido, que evidencia a relação entre o corpo e o sensível, naquilo que é visível, audível, tangível. Os sentimentos e as emoções como o amor, a raiva, a mágoa, o ressentimento, as alegrias, entre outros, constituem nosso conhecimento pessoal e social necessário para a emergência de princípios éticos.

E essa dimensão ética, na projecção de uma moralidade ao mesmo tempo particular e universal, institui-se no poder de não esquecer, isto é, da memória, sobretudo uma memória colectiva que liga os destinos alterados e reescritos pela história, nos «oceanos de dor», na dualidade trágica de simultaneamente ser o mesmo e ser o outro, no jogo constitutivo, inquietante, mas necessário da subjectividade e da intersubjectividade. Não admira, pois, que

para alguém tão autorizado como Merleau-Ponty (1999), a arte, assim como todos os outros fenómenos que recorrem à expressividade, emergem da percepção sensível do mundo, da inserção do sujeito no mundo. Afinal, para o filósofo francês, toda a consciência, todo o conhecimento, toda a intervenção do homem se desenha sobre um fundo sempre presente: o mundo, um mundo que se posicionou, radicalmente primeiro.

A poesia é, assim, um lugar de inovação de linguagens, de reinvenção da vida e de busca de si própria e dos próprios sujeitos que constroem aí uma oportunidade de verem devolvida uma humanidade dilacerada durante séculos. Daí, pois, a importância da memória, memória histórica, social, cultural, mas também privada, adstrita às experiências individuais de cada um dos sujeitos da enunciação poética.

Emergindo como uma racionalidade imersa nos detalhes absorvidos do quotidiano e da imaginação, a escrita assumida e exuberantemente investida de sensações tanto em Viriato da Cruz como em Noémia de Sousa; é um genuíno manifesto do direito à diferença, da tentação de existir. Isto é, nestes dois emblemáticos poetas, a representação da sensibilidade adquire não só um estatuto de cidadania, mas também um sentido ético particular, uma predisposição para um agir que não se esgota na própria enunciação e uma carga epistemológica que emerge como uma inspiradora dramatização, disseminação de saberes, como Barthes (1989) nos ensina e que, neste caso, são de vária ordem, instituindo uma cartografia sociocultural determinada. Trata-se, entre outros, de saberes linguísticos, ecológicos, gastronómicos, históricos, sociológicos e antropológicos.

Assume-se, assim, a criação literária como um lugar de afectos, de emoções e de sentimentos, *fingindo a dor que verdadeiramente se sente*, abrindo-se ao jogo envolvente da intersubjectividade, múltipla, diversa e livre. Este é um dos méritos maiores das literaturas africanas: à crise da ideia e do exercício da humanidade no Ocidente, elas contrapõem uma amplificação, aprofundamento e reinvenção dessa mesma ideia através de uma escrita que percebe, transpõe e reinventa as ousadas e disruptivas investidas das diferentes manifestações da arte contemporânea ocidental.

A poesia de Viriato e Noémia coloca-nos perante o intransponível paradoxo da arte: deleitar, através da musicalidade das palavras, das emoções recriadas, de imagens desconcertantes e de belo efeito, mas que, ao mesmo

tempo, nos projectam realidades dolorosas e fracturantes, como as que são evocadas pelas referências a Virgínia, Alabama, Cuba, Brasil, Harlem, Mississippi. Ou a ritmos como o blues, jazz, samba, rumba, rebita, marrabenta, semba, batuque...

Numa vibrante sinestesia da vida genuinamente vivida, são os diferentes sons, ritmos e cores que insuflam sentimentos tão díspares que vão desde a densa melancolia, passando pela alegria até ao êxtase, como a caudalosa e animada sequência de sugestivas imagens e sensações, voluptuosamente sinestésicas, em «Namoro» de Viriato da Cruz (1961, p. 15): papel *perfumado*, sorrir *luminoso*, acácias *floridas* espalhando *diamantes*, pele *macia cheirando* a rosas, corpo *rijo* tão rijo e tão *doce*, seus dentes...*marfim*, qual uma estrela *riscando* o céu.

Aliás, não é muito distinto o caldeirão de sensações trazidas, por exemplo, pelo poema «Samba» (p. 97) de Noémia de Sousa: risos *amarelos*, súbito bater do *jazz*, *grito* de libertação, *quente latejar* de mil ânsias, *violão*, *saxofone*, *piano*, *maracas*, *vibrou*, luar das *xingombelas*², silhuetas *balouçantes*, risos *brancos* como mandioca, *ritmos* fraternos do *samba*, maracas *matraqueando compassos febris*...

Cada um destes autores proporciona-nos com a sua criação poética tão pródiga e tão vibrante, sobretudo de imagens sonoras e visuais, uma genuína estetização da dor, da revolta, da reivindicação cultural, do poder da exposição da complexidade e da profundidade da existência.

O modo como os canais da sensibilidade e da imaginação são explorados e solenizados, tornando visível o que habita as profundezas do ser humano, sobretudo em situações manifestamente adversas e atentatórias dos direitos mais elementares de liberdade e de dignidade, vincam a base corpórea do nosso entendimento e preparam-nos para reavivar e reavaliar os nossos sentimentos, emoções e motivações. Bem como, acreditamos, convicções.

Conclusão

A expressão poética de Viriato da Cruz e Noémia de Sousa surge-nos, pois, como uma inequívoca reafirmação de que as literaturas africanas, na sua pluralidade e diversidade criativa, estética e temática, contribuíram para a

² Ritmo e danças tradicional do Sul de Moçambique.

amplificação das comportas da humanidade num dos contextos mais críticos da sua história.

É, assim, que os vemos confrontarem e negar o sistema que lhes obliterava a existência, reinventar os protocolos da escrita literária e da ideia de arte, em geral, contrariar a ideia triunfante de uma arte desumanizada, insuflar de vida, irreverência, criatividade e uma ousadia iconoclástica, a materialidade das palavras. Tome-se também em atenção o estendal de referências que simultaneamente se perfilavam para conceder um sentido existencial e estético que, pelos vistos, tinha tanto de particular como de universal. Simplesmente, porque, no essencial, estava e ainda está em jogo o destino da humanidade.

A experiência estética proporcionada pela recriação poética, em Viriato e Noémia, de dimensões sonoras, visuais, tácteis e cinéticas, através das falas do quotidiano, da representação de emoções bem como de pensamentos, demonstrando aqui a inexistência da recusa do apelo cognitivo, concorrem necessariamente não só para uma maior ampliação da realidade, mas também da compreensão da condição humana de uma forma única. E, por conseguinte, inalcançável por qualquer outro meio. É, pois, nesse assumido e profundo investimento no sensível e no corpóreo que acabamos por ser empurrados, também de modo singular, para a totalidade da existência.

Se é verdade que a literatura nos ajuda a alargar o nosso conhecimento sobre o mundo e sobre nós próprios, enquanto investimento estético e artístico, ela também aguça a nossa sensibilidade e a nossa capacidade de perceber e ler sinais que, de outro modo, seriam inapreensíveis. As literaturas africanas ajudaram não só alargar a ideia de literatura no seu todo, como também da experiência de leitura como lugar de fruição, de padecimento, isto é, da nossa relação com o texto literário e com o mundo.

Referências bibliográficas

- ACHEBE, Chinua, 2000. *Home and Exile*. Oxford / New York: Oxford University Press.
- ASHCROFT, Bill, Gareth GRIFFITHS e Helen TIFFIN, 1989. *The Empire Writes Back. Theory and Practice in Post-Colonial Literatures*. London / New York: Routledge.

- BARTHES, Roland, 1989. *Leçon*. Paris: Seuil.
- CANDIDO, Antonio, 2012. «O direito à literatura». In: *O Direito à Literatura*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- CRUZ, Viriato da, *Poemas*, 1961. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império.
- DANGAREMBA, Tsitsi, 2023. *Preta e Mulher*. São Paulo: Kapulana Editora.
- HERMANN, Nadjá, 2018. O enlace entre corpo, ética e estética. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, 23. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/c3Z3pVfgTsGT5BrC3jF3nJS/?lang=pt>>.
- MERLEAU-PONTY, Maurice, 1999. *Fenomenologia da Percepção*. 2.^a ed. São Paulo: Martins Fortes.
- LABAN, Michel, 1998. *Moçambique. Encontro com escritores*. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida, v. 1.
- ORTEGA Y GASSET, José, 2003. *A Desumanização da Arte*. 3.^a ed. Lisboa: Vega.
- PESSOA, Fernando / Álvaro de CAMPOS, 1993. *Livro de Versos*. Introd. e org. de Teresa Rita Lopes. Lisboa: Estampa.
- SOUSA, Noémia de, 2001. *Sangue Negro*. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos.

Viriato da cruz, «Menina da roça»: o fascínio do político no pensamento poético

Viriato da Cruz, «country girl»:
the fascination of politics in poetic thought

António Quino
ISCED, Luanda
antoquino@hotmail.com

Resumo: Com o presente texto, pretende-se reflectir sobre como o senso de fidelidade regulou o desenho discursivo político e poético de Viriato da Cruz, uma constante sua na busca de liberdade. O político, antes de tudo poeta, esculpe-se no engajamento literário e combina a relação político-poeta num misto de fascínio, angústia e esperança, estabelecendo um diálogo de permanente intertextualidade, permitindo conferir à política, cultura e liberdade simbologias de fé e esperança, como verificamos no verso de um poema seu: «(Por que bates tão depressa, coração alucinado? / Coração alucinado, espera que o dia amanheça).»

Palavras-chave: Literatura engajada; política; cultura; liberdade; diálogo intertextual

Abstract: With this text, we intend to reflect on how the sense of loyalty regulated the political and poetic discursive design of Viriato da Cruz, a constant of his in the search for freedom. The politician, first of all a poet, therefore a sublime dreamer who submerges his pain, sculpts himself in literary engagement and combines the politician-poet relationship in a mix of fascination, anguish and hope, establishing a dialogue of permanent intertext continuity, making that politics, culture and freedom appear symbolized in the verse of one of his poems: «(Why are you beating so fast, crazy heart? / Hallucinated heart, wait for the day to dawn)».

Keywords: Engaged literature; politics; culture; freedom; intertextual dialogue

Introdução

Como base teórica, a perspectiva de abordagem que trazemos neste trabalho está assente na alusão que Jean-Paul Sartre faz sobre a função do escritor. Segundo o filósofo, escritor, político e crítico literário francês, «o escritor é mediador por excelência, e o seu engajamento é a média» (Sartre 2004, p. 62).

Para Sartre, o escritor tem a responsabilidade de procurar mudar o mundo em que se encontra, livrando-o das injustiças. Numa perspectiva política não distanciada desta apresentada por Sartre para a arte, e por expressar os diversos interesses em conflito na sociedade, quem se assume como político procura influenciar opiniões de um determinado grupo a favor de alguma ideia.

Quando a dado momento Derrida sublinha a responsabilidade do escritor em relação ao que diz ou pelo que não diz, expresso no seu silêncio, procura conjugar o termo *despoder*, enquanto reflexo das transformações sociais e das demandas por novas abordagens de temas raramente referenciados pelos órgãos de comunicação social tradicionais (rádio, televisão e jornais).

Tendo em vista a valorização do empenho literário na relação escritor-político, lembra Derrida: «Um poder literário que configura mais um despoder, o poder de dizer o não dito, em reserva, de trazer à discussão temas pouco ou maltratados pela mídia, pela filosofia, pela história e por outras ciências humanas». (Derrida 1994, p. 26).

Pela sua comunidade, o escritor engajado será aquele que, por meio de sua obra literária, assume conscientemente um compromisso com a sociedade e empenha a sua palavra a favor de causas sociais, políticas ou humanitárias, seja por meio de denúncias, reflexões ou através de propostas de mudança.

No interesse da população, também o político deve ter a capacidade de analisar os diversos problemas económicos, sociais, políticos e culturais, e propor soluções eficazes, doando-se para atender às demandas em defesa do bem-comum, garantindo um porvir sustentável para as gerações futuras.

Nota-se que o papel do político não é diferente daquele arvorado pelo escritor engajado, que se envolve profundamente com a sua arte a favor da solução dos problemas enfrentados pela e na sociedade, conectando emocionalmente os seus membros com questões como desigualdade e injustiça, analisando criticamente o mundo ao seu redor e contribuindo para a sua conscientização e mudança.

Portanto, tanto o político como o escritor engajado devem mostrar-se sensíveis às necessidades da sociedade, comprometendo-se a trabalhar para promover a igualdade, a justiça e a inclusão. Adoptando esse princípio como a missão do político na sociedade, o escritor engajado procurará adentrar

com a sua arte nas arbitrariedades do seu mundo para promover mudanças positivas ou inspirar esperança.

Sobre a pessoa

Viriato Francisco Clemente da Cruz, ou simplesmente Viriato da Cruz (Porto Amboim, 25 de março de 1928 – Pequim, 13 de junho de 1973), foi um nacionalista, político e escritor angolano, autor do Manifesto fundacional do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido que, sob a sua bandeira, proclamou a independência de Angola do jugo do regime fascista português no dia 11 de Novembro de 1975.

No seu percurso de vida política e cultural, Viriato da Cruz procurou combinar relações de constância num misto de fascínio, angústia e esperança, estabelecendo um diálogo de continuidade intertextual, tanto na sua poesia como no seu pensamento político, fazendo com que invariantes femininos sinonimizando liberdade, nação, cultura e África apareçam a esculpir, tal como a menina da roça, a entidade que representa o sublime sonhador que ele deixa submergir da sua dor pela dor de outrem.

No discurso político e nos seus textos literários, isso é evidente. Viriato da Cruz, poeta de reconhecida qualidade, não apenas se destacou pela sua habilidade literária, mas também pela sua postura engajada, pois ele dispôs a sua arte em prol da descoisificação do homem negro e em proveito da luta contra o fascismo português, questionando as políticas do regime e denunciando abusos contra a humanidade perpetrados contra angolanos em solo angolano. O poeta que vivia dentro do político apregoando por mudança, acreditava na liberdade.

Para Sartre, mudar o mundo é muito mais do que apontar o dedo às arbitrariedades. Para si, o escritor deve assumir o compromisso no uso responsável da palavra e na opção pelo silêncio, pois o engajamento literário implica uma grande responsabilidade sobre aquilo que o escritor produz e oferece à sociedade, como refere o professor belga Benoît Denis:

Engajar-se consiste, portanto, para o escritor, em aceitar sofrer esse tipo de processo, sem que o alibi da liberdade de criação ou da incomensurabilidade da exigência literária com relação à moral comum ou social o proteja do julgamento que a coletividade poderá fazer sobre a qualidade do seu engajamento. (Denis 2002, p. 46)

No livro em que o autor estabelece essa estreita relação entre engajamento e literatura, Benoît Denis refere-se à coerência de um conjunto literário bastante díspar que vai de Pascal a Sartre. Nesse ensaio, percebemos que quando publicamente foi cunhado o termo literatura engajada, em 1945, Sartre sublinhava o compromisso do escritor de criticar a realidade circundante e fazer denúncia social. Estaremos, assim, diante de literatura engajada quando o escritor se envolve na luta de classes, posicionando-se em defesa de uma certa ideologia político-social.

É nesse prisma que escritores como Viriato da Cruz adoptam a voz dos seus correligionários, denunciando as difíceis condições sociais que enfrentavam e reivindicando aspirações nacionalistas, respaldando o que defende Jean-Paul Sartre no seu livro *Que é a literatura?*: «Escrever é uma certa maneira de desejar a liberdade; [...]. Trata-se de tornar-se o guardião dos valores ideais». (Sartre 2004, p. 53).

Quando, às portas de 1950, Viriato da Cruz e seus companheiros criaram a organização cultural nacionalista denominada Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA), procuraram vincar o carácter contestatário nas suas poesias publicadas na revista *Mensagem* e evidenciar o surgimento de uma literatura de origem angolana, rompendo com as imposições coloniais, sob o lema *Vamos descobrir Angola!*

Como nos conta Carlos Ervedosa, foi em 1948 que surgiu esse movimento cultural, iniciado por jovens negros, brancos e mestiços. Sobre o objectivo do grupo, Ervedosa avança que pretendiam estudar a sua terra natal, que amavam e tão mal conheciam:

Eram ex-alunos do liceu que recitavam de cor todos os rios [...] de Portugal, mas que mal sabiam os afluentes do Cuanza que corria ao seu lado, as suas serras de picos altaneiros, os seus povos de hábitos e línguas tão diversas [...] que sabiam com precisão todas as datas de todas as façanhas dos monarcas europeus, mas nada sobre a rainha Nzinga ou o rei Ngola. (Ervedosa 1985, p. 102)

Nessa campanha de incentivo à descoberta de Angola, um dos ideólogos do movimento, Viriato da Cruz, incitava os seus companheiros a engajarem a sua arte em favor de um espírito combativo semelhante ao dos escritores

africanos dos fins do século XIX, contrariando o respeito exagerado pelos valores culturais do ocidente.

No seguimento desse papel da geração de poetas do MNIA, Carlos Ervedosa refere que com eles começou a germinar uma literatura que seria a expressão dos sentimentos e o veículo das aspirações do povo angolano, pelas temáticas e exuberância da simbologia própria da terra:

O vermelho revolucionário das papoilas dos trigais europeus encontraram-no os poetas angolanos nas pétalas de fogo das acácias, e a cantada singeleza das violetas, na humildade dos “beijos-de-mulata” que crescem pelos baldios ao acaso. (Ervedosa 1985, p. 7)

Referindo-se aos intelectuais do *Vamos descobrir Angola!*, Ervedosa escreve que os textos desses poetas se impregnam de um aroma variado e estonteante da selva, o colorido dos poentes africanos, o sabor agrídoce dos seus frutos e a musicalidade nostálgica da marimba. Mas

Vêm também palpitantes de vida, com o cheiro verdadeiro dos homens que trabalham, o gosto salgado das suas lágrimas de desespero e a certeza inabalável na madrugada que sempre raia para anunciar o novo dia. Assim, os novos poetas foram cantando, com voz própria, a terra angolana e as suas gentes. (Ervedosa 1985, p. 7)

Nessa estratégia discursiva, e sem deixar de acusar as sevícias praticadas contra angolanos, Viriato da Cruz e pares engajam a sua arte em prol de uma crítica à sociedade e aos paradigmas culturais vigentes, propondo nova linguagem artística e novas temáticas. Sartre reconhece ser esse processo natural para quem se engaja por meio da literatura, cujos temas acabam compreendidos como problemas em aberto, sem no entanto desvalorizar a arte propriamente dita:

Assim como a física submete aos matemáticos novos problemas, que os obrigam a produzir uma simbologia nova, assim também as exigências sempre novas do social ou da metafísica obrigam o artista a descobrir uma nova língua e novas técnicas. (Sartre 2004, p. 22)

Ora, os artistas empenhavam-se na descoberta de novas técnicas e temáticas, tal como diria à época o poeta e ensaísta Agostinho Neto, correligionário de Viriato da Cruz no MNIA: «Desejo deixar bem frisado no espírito do leitor que não estou idealizando uma “nova arte colonial”. Eu idealizo uma “arte africana”». (Quino 2014, p. 209).

Com o MNIA, intelectuais como Viriato da Cruz, Agostinho Neto, António Jacinto, Mário António, promoviam uma agenda político-cultural própria, empreendendo uma revolução estética, que se confunde com uma luta de libertação de consciências colonizadas pelo regime fascista português. De certa forma, estava identificada a corrente ideológica destes intelectuais:

Os poetas militantes, politicamente de esquerda, acentuam a sua perspectiva ideológica, ao considerarem o homem como um ser histórico, cuja obra representa a sua visão de mundo.

A crítica engajada tem uma forte relação com o compromisso ideológico, secundarizando o exercício da arte pela arte. (Quino 2019, p. 22)

Nesse desafiante engajamento poético, Viriato e seus pares assumem-se como observadores críticos da sociedade, denunciam e desafiam mesmo o *status quo* com a promoção de reflexões a fim de agitar consciências, explorar dilemas e emoções, oferecendo ao leitor-tipo conexões que valorizam sua identidade. Como bem lembra Marx sobre a missão do escritor engajado: «Não se apresenta como um fim em si, mas apenas como um meio. A sua paixão essencial é a indignação, a sua tarefa essencial a denúncia». (Marx 1974, p. 205).

Também Sartre fala do engajamento do escritor, mergulhado numa expedição repleta de responsabilidades, sem contudo abdicar da escolha consciente da sua matriz político-cultural: «O escritor deve engajar-se inteiramente nas suas obras, e não como uma passividade abjeta, colocando em primeiro plano os seus vícios, as suas desventuras e as suas fraquezas, mas sim como uma vontade decidida, como uma escolha». (Sartre 2004, p. 29)

Do que temos vindo a afirmar, há, portanto, um engajamento do cidadão Viriato da Cruz que, na pele de poeta,

[...] se engaja na definição do homem angolano, vivendo, ele próprio, as angústias, desejos, medos e esperanças do sujeito poético perdido dentro do

homem que havia nele, desenhando-o através de imagens poéticas e recorrendo ao dia-a-dia do angolano (Quino 2014, p. 112).

O intelectual na cultura

Intelectual de indiscutível craveira, Viriato da Cruz cedo percebeu que a cultura devia ser um privilegiado mecanismo de luta. Ele próprio deixou claro esse seu posicionamento no Manifesto fundacional do MPLA, ao referir que os actores do amplo Movimento Popular de Libertação de Angola:

... devem procurar sempre levar os indivíduos a conhecer, a praticar e a amar a cultura do nosso povo e as dos outros povos africanos (a história, as línguas, etc.), pois a Cultura [de] um povo constitui um dos alicerces da sua existência e garantia da sua sobrevivência. (Júlio et al. 2008, p. 412)

Na reflexão e acção em prol da denominada angolanidade, Carlos Serrano fala mesmo de Viriato da Cruz como um dos destacados da sua geração no capítulo cultural e intelectual:

Participou com os jovens de sua geração das associações culturais legais como a Liga Nacional Africana e a Associação dos Naturais de Angola. Foi um dos mentores do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (1948), da revista Mensagem (1951–1952) e da revista Cultura nas quais manteve uma contribuição como poeta, um dos mais destacados da sua geração. (Serrano 2012, p. 166)

Também, os seus contemporâneos reconhecem nele um intelectual dedicado aos estudos e reflexão sobre o momento crítico em que se encontravam. O poeta angolano e seu amigo de infância, Tomaz Jorge, realça essa paixão e dedicação doutrinal:

Viriato foi um caudilho, um lutador cívico, um intelectual maior sem, no entanto, ter deixado obra literária ao nível superior do seu talento. Tão ocupado com a revolução e a doutrina marxista-leninista, esqueceu-se de que era um poeta de grandeza maior, escultor e até pintor. A militância política estava em primeiro lugar. (Rocha, Soares e Fernandes 2008, p. 67)

Julgamos dispensável voltar a destacar o envolvimento de Viriato na edificação de pensamentos culturais reflectidos em instituições que tiveram as

suas impressões. Porém, não deixaremos de evidenciar a sua participação em eventos que marcaram toda uma geração e ainda hoje permitem compreender as dinâmicas culturais de então, como acima referimos citando Carlos Serra-no.

Tendo assumido o comunismo como um pensamento orientador das suas acções, certamente olhava para a construção de uma sociedade nova livre da exploração do homem pelo homem, sendo que o desenvolvimento cultural seria a garantia de liberdade e respeito entre todos. Aliás, e seguindo a lógica abaixo descrita por Jean-Paul Sartre, Viriato deveria ter bem presente a importância da mobilização de consciências para a luta através da literatura.

O escritor “engajado” sabe que a palavra é ação: sabe que desvendar é mudar e que não se pode desvendar senão tencionando mudar. Ele abandonou o sonho impossível de fazer uma pintura imparcial da Sociedade e da condição humana. O homem é o ser em face de quem nenhum outro ser pode manter a imparcialidade (Sartre 2004, pp. 20-21).

Um outro elemento valorativo do empenho cultural de Viriato da Cruz prende-se com a correspondência recuperada da que foi enviada para Flórida entre 1952 e 1964, ida de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Reportada por Salim Miguel em livro, *Cartas d’África e alguma poesia*, apresenta-nos um Viriato da Cruz vincadamente poético na descrição que faz da relação entre as duas margens do Atlântico, numa demonstração de profunda esperança de conciliação de influência cultural:

Desconheço até que ponto os asiáticos, os americanos e os europeus amam os grandes filhos de outros povos, mas posso afirmar, todavia, que nós, africanos, — em virtude da nossa indulgência cultural e, consequentemente, da falta, entre nós, de indivíduos esclarecidos — amamos profundamente, num misto de admiração e esperança, homens como Graciliano, como Jorge, Aragon, Alves Redol, para só citar alguns. É como se África fosse a noite, e eles o sol que sabemos já existir e que esperamos iluminar-nos numa próxima manhã. (Miguel 2005, p. 47)

A poética de Viriato da Cruz é essa mesma de elevada indulgência cultural porque, para si, a poesia não era apenas um prolongamento do seu posicionamento crítico sobre a realidade objectiva dos povos oprimidos e das cul-

turas subjugadas. Por isso afirmou que era necessário: «dar a tudo um carácter político, ligar tudo aos interesses do nosso povo, à luta do nosso povo» (Júlio *et al.* 2008, p. 413).

Defendendo também a poesia como liberdade e acção cultural, vamos ver que no poema «Rimance da menina da roça» nos traz uma prova disso, do vislumbre significativo da natureza da luta dos homens que perseguem a liberdade, como podemos avaliar nos versos abaixo:

*A menina da roça
está no terreiro
cosendo a toalhinha
pró seu enxoval...* (Cruz 2014, p. 21)

O poema conta-nos da vida simples de uma menina do campo, entretida pela subtilidade da natureza que a cerca. Mas, do mesmo modo que o poeta nos prepara para conhecer a simples vida campestre da menina, também nos faz mergulhar na delicadeza da sua alma cheia de sonhos e aspirações.

Francisco Soares diz-nos que, com esse poema, Viriato da Cruz contrapõe os romances regionalistas brasileiros em que se falava nas roças e nos seus amores infelizes, respondendo com uma representação dialéctica:

O poema de Viriato da Cruz pode ser lido como uma resposta da poesia nacionalista angolana ao carácter, originalmente subtil e requintado, mas alienado, que a história do “rimance” continha no país (por via da lírica dos colonos) e fora dele (pelas vias citadas). Por tal motivo o caminho que aponta à angolanidade literária é o de uma alegoria comprometida com uma visão crítica da sociedade. (Rocha, Soares e Fernandes 2008, pp. 92-93)

Também defendo, tal como Francisco Soares, que o poema é um método encontrado por Viriato para uma argumentação histórico-filosófica do contexto. Nesse particular, Francisco Soares é certo:

O aspecto crítico está representado, na terceira estrofe, pela imagem da menina alongando “a vista”, à qual se segue a resposta “do aço de enxadas / dos negros na tanga ...”, que nega a ilusão do carro a vir, o carro que traria o seu amado pelas rodas da civilização. (Rocha *et al.* 2008, pp. 92-93)

Numa análise extensiva, entendo que a menina da roça pode até ser uma representação simbólica de uma África ou uma Angola que cose o seu enxoval, preparando-se para enfrentar um ambiente esperado e desejado. O autor, de modo a explorar as habilidades do leitor em formular seus próprios argumentos (consciencialização), transporta-nos com os versos para o mundo da menina da roça e faz das suas nossas emoções (mobilização). Os seis versos interrogativos provocam lembranças, não só de dúvidas quanto ao futuro, mas sobre a construção de pensares.

A construção de pensares flui como as águas do rio, que segue em gravidade em direção a um ponto natural, como descrito no último verso do poema:

*Menina da roça — águas do rio
saudades da fonte... desejos de amar* (Cruz 2014, p. 25)

O poema «Rimance da menina da roça» também sugere que as incertezas, provocadas pelas irregularidades das métricas dos versos e do relevo por que correm as águas, não matam o amor; um amor subterrâneo só deixa à superfície ver a menina, e nunca a fonte, da qual não se desliga. Dito de outro modo, a evidência da cultura subjugada se faz presente no ser aculturado, mesmo que aparentemente se tenha esfumado com a repressão ou tentativa de culturocídio.

O recurso ao rimance, como título e como estratégia discursiva presente no poema, justifica-se por ser um estilo usual para preservar a sobrevivência do amor para lá da morte. Se a morte não retira o fôlego de vida do amor, também a injustiça não anula o essencial: «Só há um caminho para o povo angolano se libertar: o da luta revolucionária». (Júlio *et al.* 2008, p. 406)

Ao cultivar este tipo de composição, em verso, dispondo o poema para ser musicado no curso da estratégia do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA), Viriato anunciava-nos que no triste amor há a possibilidade de transformar meras saudades da fonte em energias para o estabelecimento de uma sociedade igualitária, «num lago azul/ que faz sonhar...».

Sobre o político

A meu ver, e justificando-me pelas fontes consultadas, o posicionamento ideológico de Viriato da Cruz é claro: comunista. Nos seus pronunciamentos,

e até ao firmamento fundacional do seu primeiro manifesto político, deixou claro a sua ideologia ou filosofia política, defendendo o estabelecimento de uma sociedade estruturada sob as ideias de igualitarismo.

Em Novembro de 1955, Viriato da Cruz funda o Partido Comunista Angolano, juntamente com outros nacionalistas da sua época, como António Jacinto e Ilídio Machado. Ambos procuraram, através desse sistema político real, aplicar um quadro teórico desenvolvido por Karl Marx, que visava essencialmente criticar os sistemas económicos que enfatizam a estratificação de classes e promover a partilha dos recursos produtivos entre todos os membros da sociedade.

Essa ideologia política por eles defendida era um caminho para a busca de um mundo sem divisões de classes. Viriato da Cruz procurou ser fiel a esse pensamento de esquerda, como nos lembra Christine Messiant: «No conflito sino-soviético, Viriato, tal como outros camaradas seus, situa-se mais do lado de Pequim, porque os comunistas chineses lhe parecem mais revolucionários». (Laban 2003, p. 228).

A análise do excerto de Christine Messiant permite-nos apreciar um posicionamento mais próximo de um bloco. Ou seja, clarifica que Viriato se revia muito mais no comunismo chinês, baseado no campesinato, contra o comunismo soviético, baseado no proletariado. Portanto, Messiant assegura a opção política de Viriato da Cruz.

Ainda no livro sobre Viriato, coordenado por Michel Laban, de onde tirámos a menção de Messiant, pode ler-se: «No marxismo de Viriato são flagrantes tanto a sua fidelidade a Marx e a Lénine [...] instrumentos para pensar melhor, e isto enquanto se confronta com as realidades sociais e históricas». (Laban 2003, p. 314).

Estamos, de facto, a olhar para um Viriato da Cruz disciplinado, pragmático, com leituras orientadas, como o desenhou o poeta Tomaz Jorge, seu amigo de infância: «Consumia-se em teorias políticas e sociais, no seu marxismo-leninismo — talvez em demasia». (Rocha, Soares e Fernandes 2008: p. 67). O próprio Tomaz Jorge acrescentaria: «Viriato deixou-se alucinar pelo marxismo e apaixonadamente procurou sempre a verdade e a pureza das ideias. Mas a verdade e a pureza são tão subjectivas como a paixão. Ficamos escravos pelo ideal, pelo amor aos outros» (Rocha, Soares e Fernandes 2008, p. 69).

Está aqui o sentido de deslumbramento que dissemos existir no político, cujas crenças ideológicas promulgavam a construção de uma sociedade mais justa e solidária, induzida por uma revolução conduzida pela classe camponesa. À semelhança do que ocorrera na grande China, com Mao Tsé-Tung, Viriato da Cruz depositou na revolução, na luta armada e na mobilização em massa os meios para alcançar a transformação social.

A situação de extrema desumanidade de então, denunciada nos poemas dos adeptos do MNIA, terá forçado a adopção de posições mais radicais por parte dos políticos angolanos contestatários do regime colonial, como o próprio Viriato da Cruz.

A consciência de classe proletária de Viriato, orientada para a coesão social necessária ao desenvolvimento de uma sociedade igualitária, não encontrava resposta positiva no posicionamento inflexível e repressivo do regime colonial português:

Toda a pressão e repressão colonial iam forçando os nacionalistas a adoptar outras estratégias de luta. No dia 05 de Dezembro de 1960, Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz declaram em Londres que por o regime colonial português ter recusado todas as propostas de discussão pacífica do problema, o MPLA decidira passar à acção directa. (Quino 2014, p. 104)

Em caderno político editado por Michel Laban, destaca-se que a luta de Viriato, reflectida no seu pensamento, privilegia a organização da classe operária para que a luta não se limite aos conteúdos ou ideias, mas à acção, como o próprio viria a afirmar: «Em minha opinião, o que mais importa neste momento é conduzir uma luta consequente e organizada contra o chauvinismo que se apoderou de toda a burguesia e da maior parte dos socialistas oportunistas» (Laban 2003, p. 141).

Ele diria mais:

Esta luta, no entanto, só alcançará a vitória através de uma frente única de todas as forças anti-imperialistas de Angola, sem ligar às cores políticas, à situação social dos indivíduos, às crenças religiosas e às tendências filosóficas dos indivíduos, através portanto do mais amplo MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA». (Júlio et al. 2008, p. 406)

Em 1959, escrevendo para Lúcio Lara, numa carta com a data de 22 de Novembro, Viriato da Cruz reforça a sua determinação na luta:

*Ora, o que pretendemos nós? Mendigar independência para os nossos povos? Pedi-la, mesmo em termos correctos? Tudo isso seria ingenuidade, incompatível já com a maturidade da nossa condição de homens adultos. Nós queremos criar Estados independentes. Em matéria política este objectivo é o mais sério dentre todos.*¹

Transportando essa realidade para o terreno, tendo em vista uma Angola, sua terra, que se encontrava sob o jugo do regime colonial português, essa sua forma de encarar a luta fica espelhada no documento conhecido por «Manifesto do MPLA», redigido por si e de que acima citámos um excerto: «O colonialismo português domina inteiramente — e de maneira cínica, desumana, cruel e brutal — a nossa vida económica, social, política, cultural e privada. Somos humilhados como indivíduo [sic] e como povo». (Júlio *et al.*, 2008, p. 402)

Diante dessa constatação assente no quadro político-social pintado por si, Viriato da Cruz considera as mais elementares necessidades inadiáveis do povo angolano. E o político, também poeta engajado, define o fim último da luta:

exigem a mobilização e a luta [...] do povo angolano para o aniquilamento do imperialismo, do colonialismo português, para tornar Angola um Estado independente, para a instauração de um governo angolano democrático e popular. [...]. Um governo de todas as forças anti-imperialistas, e à frente do qual esteja a classe trabalhadora. (Júlio *et al.* 2008, p. 406)

Entretanto, mesmo diante da urgência da luta, Viriato sabia que era necessário esperar o momento certo: «Nunca se deve ceder à impaciência, ainda que ela seja legítima.» (Júlio *et al.* 2008, p. 410)

Diálogos de fidelidade entre política e cultura

Tanto com o MNIA quanto com o PCA, e posteriormente o MPLA, Viriato da Cruz pôs-se numa recta linha de fidelidade ideológica. Na pele de homem de cultura ou de político, manteve no seu discurso o carácter reflexi-

¹ Carta dactilografada dirigida por Viriato da Cruz a Lúcio Lara, que se encontrava na ocasião em Beiersdorf, Berlim, Alemanha, datada de 22 de Novembro de 1959, conservada na Associação Tchiweka de Documentação, entretanto publicada no 1.º Volume da obra *Um amplo Movimento...*

vo e contestatário contra as difíceis condições sociais dos angolanos, subalternizados pelo fascismo, procurando sem receios romper as imposições colonialistas daquele Portugal.

Para melhor fundamentar o que aludimos, podemos envolver um princípio apresentado por Marx na sua obra sobre literatura e arte: «Quando Marx declara que a literatura é “um fim em si, não está a defender a teoria da arte pela arte, mas a independência do escritor, que não deve ser submetido, nem vender-se, mas deve poder servir livremente o seu ideal”». (Marx 1974, pp. 72-73).

Ou seja:

Em luta contra essas condições sociais, a crítica não é uma paixão cerebral, mas o cérebro da paixão. O seu objectivo é o inimigo que ela não pretende refutar, mas destruir.

[...]

A crítica que se ocupa desse objecto é uma crítica empenhada num combate corpo a corpo e, nessa luta, não se trata de saber se o adversário é um adversário nobre, um adversário da vossa estirpe, um adversário interessante. Trata-se de feri-lo. (Marx 1974, p. 205)

Daqui surge a nossa defesa segundo a qual Viriato da Cruz carregou num mesmo sonho essa intrínseca relação político-poeta em um misto de fascínio, angústia, luta e esperança, harmonizando um diálogo de permanente intertextualidade. Francisco Soares lembra-nos que «a relação entre literatura e política não é passiva por parte da literatura, mas biunívoca, provocando recriações recíprocas. A literatura tem, portanto, uma função ainda que é a de renovar a política». (Soares 2007, p. 123).

O conforto dessa citação advém do facto de não estarmos a trazer nada de novo sobre essa voz biunívoca entre a política e a arte. Entretanto, e tal como aludimos no resumo deste trabalho, há uma constante na sua construção de esperança, tanto política quanto poética, esculpidas nas invariantes liberdade, nação, África e cultura.

No poema «Rimance da menina da roça», Viriato transmove um misto de fé e alucinações, alimentadas por uma esperança retratada no enxoval que se constrói no cafezal, magistralmente desenhado pelo punho de António Jacinto, outro poeta angolano com quem Viriato partilhou sonhos e crenças ideo-

lógicas artísticas e políticas. Falo do poema «Monangamba», cujos versos iniciais apresentam assim o cafezal:

*Naquela roça grande não tem chuva
é o suor do meu rosto que rega as plantações:*

*Naquela roca grande tem café maduro
e aquele vermelho-cereja
são gotas do meu sangue feitas seiva.*

*O café vai ser torrado
pisado, torturado,
vai ficar negro, negro da cor do contratado.*

Negro da cor do contratado!

O cafezal, enquanto terreiro propício para a descrição de momentos de tortura, humilhações e desumanização do homem negro, é também utilizado por Viriato da Cruz para materializar a preparação da revolução, que deveria ser liderada pelos camponeses, tal como ocorreu na República Popular da China, sob a liderança de Mao Tsé-Tung.

Se o político afirmou que «Nunca se deve ceder à impaciência, ainda que ela seja legítima» (Júlio *et al.* 2008, p. 410), o poeta não destoa e alinha num verso do poema «Rimance da menina da roça» a que já nos referimos:

*(Por que bates tão depressa, coração alucinado?
Coração alucinado, espera que o dia amanheça).* (Cruz 2014, p. 25)

Podemos facilmente depreender que estamos a falar de um homem consciente do papel do intelectual na luta revolucionária para o aniquilamento do imperialismo, do colonialismo português, para tornar Angola um Estado independente, para a instauração de um governo angolano democrático e popular. Como escreveu Carlos Serrano:

O nacionalismo de Viriato era, tal como o de Amílcar Cabral e Mário Pinto de Andrade, o projecto de uma nação socialista, solidária com outras nações que buscavam as independências e dos povos que lutavam contra as mesmas injustiças sociais criadas num mesmo contexto colonial. (Serrano 2012, p. 175)

Estamos, portanto, a falar de um intelectual doutrinado em princípios ideológicos que defendem a construção duma sociedade estruturada sob as ideias de igualitarismo. Mas, conforme caracterizado por seus pares, também estamos a falar de um homem honesto, íntegro, dedicado aos amigos e fiel aos referentes da cultura da sua gente.

Já aqui o dissemos, e reiteramos, que Viriato da Cruz procurou manter-se fiel aos princípios filosóficos marxistas, num diálogo intertextual que estabeleceu entre os seus textos poéticos e políticos. Essa relação de fidelidade nos transporta para uma ideia que, resumidamente nos permite afirmar que a recuperação política do eu cultural traria a felicidade da sua comunidade.

Conclusão

Na nossa reflexão, procuramos demonstrar que a base da produção textual de Viriato da Cruz é o seu senso de fidelidade aos princípios ideológicos comprometidos com a construção duma sociedade igualitária e leal aos referentes da cultura da sua gente.

Como sustentáculo teórico do trabalho, foi importante realçar que os poetas adeptos da crítica militante encaram a poesia como um meio para alcançar um determinado objectivo a favor de causas sociais, políticas ou humanitárias, por meio de denúncias, reflexões ou propostas de mudança. É deste modo que utilizam o dom artístico para defender essa mesma causa, assumir um posicionamento e um comprometimento político e/ou social, como foi o caso de Viriato da Cruz.

O político, antes de tudo poeta, lavrou no engajamento literário e na acção política a relação de estabelecimento de um contínuo diálogo intertexto. Enquanto escritor engajado, envolveu-se profundamente com a sua arte a favor da solução dos problemas enfrentados pela e na sua sociedade, conectando emocionalmente os seus membros com questões como desigualdade e injustiça, analisando criticamente o mundo ao seu redor e contribuindo para a conscientização e a mudança.

Tanto nos textos poético-culturais quanto nos político-ideológicos, essa presença marcante de denúncias, utopias e esperanças regula o rigor do discurso de Viriato da Cruz em prol da busca da liberdade, também representados pela menina da roça, que anseia por dias melhores.

Fontes e referências bibliográficas

- CRUZ, Viriato, 2014. *Poemas*. Lisboa: UCCLA.
- DENIS, Benoît, 2002. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. São Paulo / Bauru, SP: EDUSC.
- DERRIDA, Jacques, 1994. *Essa estranha instituição chamada literatura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- ERVEDOSA, Carlos, 1985. *Roteiro da literatura angolana*. Luanda: UEA.
- JACINTO, António, 2015. *Poemas*. Lisboa: UCCLA.
- JÚLIO, Artur, coord., 2008. *História do MPLA. 1.º Volume (1940-1966)*. Luanda: Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA (CDIH-CC).
- LABAN, Michel, org., 2003. *Viriato da Cruz: Cartas de Pequim* — com uma entrevista de Monique Chajmowiez e um ensaio de Christine Messiant. Luanda: Chá Caxinde.
- MARX, Karl, e Friedrich ENGELS, 1974. *Sobre literatura e arte*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MIGUEL, Salim, 2005. *Cartas d'África e alguma poesia* (Coligidas e selecionadas por Salim Miguel seguidas de conversa carioca de Marques Rebelo). Rio de Janeiro: Top Books.
- NETO, Maria Eugénia, e Irene NETO, 2012. *Agostinho Neto e a libertação de Angola (1949 – 1974) – Arquivos da PIDE-DGS. Volume I (1949–1960)*. Lisboa: FAAN.
- QUINO, António, 2019. *Poética engajada: um estudo comparado entre Agostinho Neto e Solano Trindade*. Braga: Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho. Tese de doutoramento.
- QUINO, António, 2014. *Duas faces da esperança: Agostinho Neto, António Nobre num estudo comparado*. Luanda: Fenacult.
- ROCHA, Edmundo, Francisco SOARES, e Moisés FERNANDES, 2008. *Angola — Viriato da cruz, o homem e o mito*. Luanda: Kilombelombe.
- SERRANO, Carlos, 2012. Viriato da Cruz: um intelectual angolano do séc. XX. A memória que se faz necessária. *Revista África*. [S. l.], n. esp: 165-178. DOI: 10.11606/issn.2526-303X.v0iespp165-178. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/afrika/article/view/102613>. Acesso em: 31 maio. 2023.
- SARTRE, Jean-Paul, 2004. *Que é a literatura?*. São Paulo: Ática.
- SOARES, Francisco, 2007. *Teoria da literatura, criatividade e estrutura*. Luanda: Kilombelombe.

Viriato da Cruz: uma obra poética de esperança

Viriato da cruz: a poetic work of hope

Maria do Carmo Cardoso Mendes

Universidade do Minho / CLEPUL

mcpinheiro@elach.uminho.pt

Vibro no couro pelado do tambor festivo
em europas sorridentes de farturas e turismos
sobre a fertilidade do suor negro
em áfricas envelhecidas sobre a vergonha de serem áfricas
em áfricas renovadas no brilho firme do sol
Agostinho Neto, «Na pele do tambor»

Resumo: O ensaio tem como propósitos centrais: 1) Identificar a receção dos vetores ideológicos dos movimentos que, a partir do continente americano, inspirariam a obra do poeta; 2) Demonstrar que «Mamã Negra (canto de esperança)», o mais negritudista dos poemas de Viriato, cumpre os ideais de movimentos como a *Black Renaissance*, e a revalorização negra reivindicadas na América Central e no Brasil; convoca géneros musicais cruciais para a afirmação da Negritude africana de língua portuguesa — o jazz, os blues e os *spirituals* — e da violência imposta com base no preconceito racial; 3) Assinalar na poesia lírica «Mamã negra (Canto da Esperança)» o sonho de retorno a valores tradicionais das culturas africanas (a oralidade, as tradições e os ritmos musicais africanos que propiciam o anseio de uma sociedade humanista); e o grito de esperança que quer anunciar maiusculamente «O DIA DA HUMANIDADE»; 4) Estabelecer diálogos com outros escritores africanos que fizeram, em evidente sintonia com Viriato (eg. Agostinho Neto e Craveirinha), do apelo imperativo à reivindicação da identidade negra o *Leitmotif* poético; 5) demonstrar que os motivos poéticos de Viriato continuam a ser atuais, num mundo ainda carente de ideais de igualdade, liberdade e fraternidade.

Palavras-chave: Cruz (Viriato da); Negritude africana; Angola

Abstract: The main purposes of this essay are: To identify the reception of Negritude ideological vectors in Viriato da Cruz' poem «Mamã Negra (Canto da Esperança)»; to show that this poem fulfils the ideals of Black Renaissance and the revaluation of Blackness advocated in Central America; To highlight the affirmation of African Negritude and the importance of musical genres (jazz, blues and spiritual) on the poems by Negritude writers such as Viriato, Noémia de Sousa and José Craveirinha; To identify how Viriato's poetry flighted against racial prejudice; To identify in «Mamã Negra (Canto da Esperança)» the poet's dream of returning to traditional values of African cultures (orality, ancestralism, and African musical rhythms that foster the desire for a humanistic society); To explain the cry hope emphatically expressed by Viriato's sentence: «THE DAY OF HUMANITY»; to establish dialogues between Viriato's poetry and «ther African writers

who, in clear harmony with the Angolan writer, made claimed for black identity; To demonstrate that Viriato's poetic motives remain relevant in a world still lacking ideals of equality, freedom and fraternity.

Key-words: Cruz (Viriato da); African Negritude; Angola

1. Introdução

Viriato da Cruz (Kuanza Sul, 1929; Pequim, 1973) foi um dos mais relevantes membros do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola. Embora escassa, a sua obra poética é marcadamente influenciada pela Negritude, num percurso pelas raízes culturais de Angola e pela reivindicação da identidade do Negro.

No ensaio, procuro identificar a receção dos vetores ideológicos dos movimentos que, a partir do continente americano, inspirariam a obra do poeta; demonstrar que «Mamã Negra (canto de esperança)», o mais negritudista dos poemas de Viriato, cumpre os ideais de movimentos como a *Black Renaissance*, e a revalorização negra reivindicadas na América Central e no Brasil, e convoca géneros musicais cruciais para a afirmação da Negritude africana de língua portuguesa – o jazz, os blues e os *spirituals*; 3) identificar, na reflexão sobre «Mamã negra (Canto da Esperança)» dois motivemas: o sonho de retorno a valores da ancestralidade cultural africana (a oralidade, as tradições e os ritmos musicais africanos que propiciam o anseio de uma sociedade humanista); e o grito de esperança que quer anunciar maiusculamente «O DIA DA HUMANIDADE»; 4) estabelecer diálogos com outros escritores africanos (eg. Agostinho Neto, Noémia de Sousa e José Craveirinha) que realizaram apelos imperativos à reivindicação da identidade negra) e denunciaram preconceitos raciais; 4) demonstrar que os motivos poéticos de Viriato continuam a ser atuais, num mundo manifestamente carente de ideais de igualdade, liberdade e fraternidade.

2. Negritude em diálogos

Ao estabelecer o *corpus* fundamental da Negritude, isto é, todos os textos que «reúnem atributos imagéticos, estilísticos, enunciativos simbólicos, referenciais, temáticos, etc.,» que cumprem os princípios da Negritude, José Luís Pires Laranjeira (1995, p. 157) contempla duas composições poéticas de Viriato da Cruz: «Mamã negra (canto de esperança)» e «Serão de menino».

Sustenta o mesmo investigador que «A Negritude foi o instrumento decisivo para combater, na era colonial, a pressão do que, com o suporte sociológico do luso-tropicalismo, poderia redundar numa lusofonia persistentemente englobante, quando o movimento teórico e prático ia na direcção contrária» (Laranjeira 1995, p. 198).

A formação da Negritude africana de língua portuguesa deve-se ao influxo de movimentos exteriores ao continente africano: a *Black Renaissance*, o Indigenismo haitiano, o Negrismo cubano e a revalorização negra no Brasil. A poesia da Negritude valoriza os instintos, os hábitos ancestrais e a pureza original da raça negra e da sua cultura; recusa a alienação por assimilação, proclamando a substituição dos valores do mundo ocidental pelos das culturas africanas; aclama triunfadores e mestres negros da diáspora (atletas como Jesse Owens e Joe Louis; intérpretes musicais como Louis Armstrong, Billie Holiday, Marian Anderson, Paul Robeson e Nat King Cole; pensadores como o martinicano Aimé Césaire e o senegalês Léopold Sédar Senghor); e defende o património e o humanismo dos povos negros. Em Moçambique, poetas como José Craveirinha e Noémia de Sousa cumprem esses vetores ideológicos de modo muito marcante; em Angola, Agostinho Neto é um dos mais assinaláveis reivindicadores de tais valores.

Em Moçambique, o poeta e combatente José Craveirinha exprimiu, em poesias narrativas como «Manifesto», «África» e «Quando José pensa na América», a concretização dos valores da Negritude, denunciando traços que moldaram a colonização — designadamente a imposição religiosa, a dominação de grupos fragilizados, o desrespeito pelos valores autóctones e pela ancestralidade e tradições africanas, e o tráfico negreiro — observáveis em «África», e os efeitos perniciosos da tecnologia ocidental e do artificialismo da cultura norte-americana em «Quando o José pensa na América», respetivamente:

*Em meus lábios grossos fermenta
a farinha do sarcasmo que coloniza minha Mãe África
e meus ouvidos não levam ao coração seco
misturado com o sal dos pensamentos
a sintaxe anglo-latina de novas palavras* (Craveirinha 1995, p. 10).

Tais valores, que põem em confronto cultura colonizadora e colonial, e culturas africanas, redonda na valorização de práticas africanas: o culto animista; a defesa da harmonia Homem-Natureza; a exaltação do Negro.

Na sociedade norte-americana, perspectivada a partir do bairro moçambicano da Mafalala, observa o poeta, em registos sistematicamente irónicos, um absoluto dissídio com valores africanos:

*Na Mafalala quando o José pensa bem na América
velhas lágrimas de spiritual salgam os encardidos
asfaltos de água do grande Mississipi com muitas recordações
(...)*

*Tudo isto, Doreen, tudo isto
é sempre uma fortuita coincidência
entre os firmes princípios da Casa Branca
algumas toneladas de pacotes de chewing-gum
muitas palmas à voz de Nat King Cole e à sua carapinha alisada
e os efeitos da excessiva pintura dos bastões
pincelando de vermelho o suor
dos negros democraticamente (Craveirinha 2004, p. 187).*

Viriato da Cruz, embora tenha tido uma produção literária diminuta, cumpre os valores primordiais da Negritude. É essa concretização que pretende assinalar na composição poética «Mamã negra (canto de esperança)».

O título do texto (datado de 1949) traduz ao mesmo tempo a representação do continente africano e a figura da ama de leite dos filhos dos burgueses brancos. Numa dimensão simbólica, «mamã negra» é a «fecundadora da humanidade, afinando pelo diapasão de toda a esperançosa poesia neo-realista» (Laranjeira 1995, p. 369). Na expressão parentética, evidenciam-se dois tópicos que integram a Negritude: a musicalidade, valorizando géneros inequivocamente associados à cultura negra — *jazz, blues, gospels e spirituals* — e a confiança num futuro celebrado no último verso da poesia (no plural, repetindo o penúltimo verso).

O reconhecimento do contributo de géneros musicais de ascendência negra, entoados pelos escravos em plantações de arroz, nos canaviais, nos cafezais e nos engenhos, convoca vozes que incitam à esperança, como no poema de Noémia de Sousa (Lourenço Marques, 1926; Cascais, 2002), «Let my people go», convocando a diáspora judaica e a fuga do cativeiro no Egito, assim como a dor expressa em géneros musicais de ascendência negra e o

dissídio de valores culturais ocidentais (manifestado na expressão «música fútil / das valsas de Strauss»):

*Mas vozes da América remexem-me a alma e os nervos.
E Robeson e Marian cantam para mim
spirituals negros de Harlem.
(...)
E eu abro os olhos e já não posso dormir.
Dentro de mim soam-me Anderson e Paul
E não são doces vozes de embalo.
(...)
E enquanto me vierem do Harlém
vozes de lamentação
e meus vultos familiares me visitarem
em longas noites de insônia,
não poderei deixar-me embalar pela música fútil
das valsas de Strauss.
Escreverei, escreverei,
com Robeson e Marian gritando comigo:
Let my people go,
OH DEIXA PASSAR O MEU POVO! (Sousa 2001, pp. 57-58)*

Na composição poética «Súplica», Noémia reitera, em tom apelativo, a reivindicação dos sons, ritmos, géneros musicais africanos e uma dança tradicional moçambicana:

*Tirem-nos tudo,
mas deixem-nos a música!
Tirem-nos a terra em que nascemos,
onde crescemos
e onde descobrimos pela primeira vez
que o mundo é assim:
um labirinto de xadrez...
Tirem-nos a luz do sol que nos aquece,
a tua lírica de xingombela
nas noites mulatas
da selva moçambicana
(essa lua que nos semeou no coração
a poesia que encontramos na vida)
tirem-nos a palhota — humilde cubata
onde vivemos e amamos,
tirem-nos a machamba que nos dá o pão,
tirem-nos o calor de lume
(que nos é quase tudo)*

*mas não nos tirem a música!
Podem desterrar-nos,
levar-nos
para longes terras,
vender-nos como mercadoria,
acorrentar-nos
à terra, do sol à lua e da lua ao sol,
mas seremos sempre livres
se nos deixarem a música!
Que onde estiver nossa canção
mesmo escravos, senhores seremos;
e mesmo mortos, viveremos.
E no nosso lamento escravo
estará a terra onde nascemos,
a luz do nosso sol,
a lua das xingombelas,
o calor do lume,
a palhota onde vivemos,
a machamba que nos dá o pão!
E tudo será novamente nosso,
ainda que cadeias nos pés
e azorrague no dorso...
E o nosso queixume
será uma libertação
derramada em nosso canto!
— Por isso pedimos,
de joelhos pedimos:
Tirem-nos tudo...
Mas não nos tirem a vida,
Não nos levem a música! (Sousa 2001, pp. 114-115)*

Os dois versos finais estabelecem uma relação umbilical entre vida e música: nesta encontraram Negros subtraídos à sua identidade uma possibilidade esperançosa de renascimento, de reencontro com as suas raízes e com intérpretes que, fora de África, alimentaram a sua esperança.

Sublinhe-se que no texto de Noémia todos os obstáculos, violências e usurpação da identidade negra encontram um contraponto compensador na preservação de valores culturais africanos, em especial a música e a dança. A súplica reiterada enfrenta a denúncia da subalternização colonial do Negro que, na visão necropolítica do filósofo e académico camaronês Achille Mbembe, o submete a uma tripla alienação: do corpo, da identidade individual e do reconhecimento coletivo. Nos termos de Mbembe (2006, pp. 30-

-31), a necropolítica assenta na força de determinar a vida e a morte, ou seja, é o:

(...) pouvoir et la capacité de dire qui pourra vivre et qui doit mourir (...) La race a constitué l'ombre toujours présente sur la pensée et la pratique politiques occidentales, surtout lorsqu'il s'agit d'imaginer l'inhumanité des peuples étrangers et la domination à exercer sur eux.

No texto de Viriato, a dimensão simbólica da «mamã negra» como representação imagética do continente africano é explicitada no primeiro terceto: «Tua presença, minha Mãe — drama vivo duma Raça, / drama de carne e sangue / que a Vida escreveu com a pena dos séculos!» (Cruz 1976, p. 155).

O sangue constitui uma reivindicação etno-rácica que integra o próprio sentido de Negritude e que possibilita uma aproximação à poesia de Agostinho Neto — desde logo ao texto «Consciencialização»:

*A História está a ser contada
de novo*

Medo no ar!

*Acontece que eu
homem humilde
ainda mais humilde na pele negra
me regresso África
para mim
com os olhos secos (Neto 1979, p. 77¹)*

No poema de Viriato, a voz da «mamã negra» convoca todas as vozes de negros que, dentro e fora de África, sofreram a escravatura, a discriminação, a brutalidade e a desigualdade. Assim, articulo o «canto de esperança» com essas inúmeras vozes:

¹ O tom combativo da poesia de Agostinho Neto (próprio da Negritude) denuncia a segregação racial, identificável, por exemplo, em «A renúncia impossível — negação» (atingindo as práticas racistas de Lourenço Marques, Nova Iorque, Léopoldville e Cape Town — cf. Neto 2021, p. 115), a discriminação, a violação de direitos humanos dos africanos colonizados, e os maus tratos sobre mulheres, crianças e trabalhadores. Cf. Neto 2021, pp. 111-120.

*Pela tua voz
Vozes vindas dos canaviais, dos arrozais, dos cafezais
(dos seringais dos algodoais!...
Vozes das plantações de Virgínia
dos campos das Carolinas
Alabama
Cuba
Brasil...
Vozes dos engenhos dos banguês das tongas dos eitos
das pampas das minas!
Vozes de Harlem Hill District South,
vozes das sanzalas!
Vozes gemendo blues, subindo do Mississipi, ecoando
dos vagões! (Cruz 1976, p. 155)*

Observa-se na repetição anafórica o valor atribuído a géneros musicais de ascendência negra que, no continente americano, expressaram a condição inferiorizada do negro. Identifica-se também a associação entre géneros musicais de origem negra e locais de trabalho que historicamente representam práticas de violência colonial: os algodoais, os canaviais, os arrozais, os cafezais, os engenhos, as sanzalas, os seringais foram lugares de sofrimento dos Negros, mas também, como assinalou Laranjeira (1995, pp. 368-369), «uma enunciação da topografia da diáspora, exposta nos seus topónimos emblemáticos: Virgínia, Carolinas, Alabama, Cuba, Brasil, Harlem, Mississipi, América». Nesses locais de crueldade extrema, onde o Negro era apenas força de trabalho sem quaisquer direitos ou reconhecimento da sua identidade, o canto foi incitação à esperança e prece divina. De resto, o intertexto bíblico está presente no poema, através da alusão aos «Dramas de Cam e Jafé»: nestas duas figuras bíblicas representando a raça negra do primeiro filho de Noé e a raça ariana do seu terceiro filho, sintetiza Viriato a conflitualidade racial que dominou um longo período na História da Humanidade.

O Harlem foi um local particularmente relevante na formação de um dos movimentos precursores da Negritude: o Renascimento Negro Norte-Americano — conhecido como *Black Renaissance*, *Harlem Renaissance* ou *New Negro* — encontrou nesse bairro nova-iorquino a sua plena expansão artística: aí se encontraram intelectuais do movimento, liderados pelo seu principal representante, Langston Hughes.

O Harlem tornou-se um lugar mítico na afirmação da identidade negra afro-americana no teatro (de onde partiram peças para a Broadway, escritas, dirigidas e interpretadas por negros) e na música (onde se destacaram figuras como Josephine Baker, Paul Robeson e Marian Anderson). Para além de lugar de afirmação negra e de representação da diáspora africana, o Harlem foi também ghetto (cf. Laranjeira 1995, p. 405).

Langston Hughes não é o único impulsionador de movimentos que originariam a Negritude: o poema de Viriato é dedicado à memória do poeta haitiano Jacques Roumain (que conheceu Hughes em 1932 e cujos textos traduziu), impulsionador do Indigenismo haitiano e fundador do partido comunista do Haiti.

Nicolás Guillén, que também conheceu Hughes e cuja «bela voz» merece reconhecimento na composição de Viriato, foi o grande impulsionador do Negrismo cubano (ou Negrismo crioulo), numa obra poética apoiada na língua e na cultura autóctones. A publicação em 1930 de *Motivos de Son* constitui uma revolução na poesia cubana, que se afasta definitivamente da subserviência aos modelos europeus. Interessante é também o facto de que algumas das figuras do Negrismo fossem brancos. No prefácio à compilação de poemas de Guillén, Angel Augier (1979, p. 7) afirma:

Este libro resolvió un problema de expresión poética autóctona, mediante una forma popular que es producto artístico del mestizaje de la población cubana, de la confluencia de blancos y negros en la Isla, de origen español y africano. Pero también era importante que en la poesía cubana el negro, preterido, humillado, discriminado, apareciera como protagonista y utilizando sus propios ritmos.

Assume ainda relevo na composição a figura de Toussaint Louverture, o haitiano que, entre 1801 e 1803, tomou o poder no seu país, extinguiu a escravatura e promulgou uma Constituição.

No conjunto, a composição poética de Viriato: plasma vetores de movimentos fora do continente africano e de intelectuais que os defenderam, e que influenciariam de modo determinante a Negritude africana de língua portuguesa; dialoga com outros poetas negritudinistas africanos, com relevo para Noémia de Sousa, José Craveirinha e Agostinho Neto.

3. Notas conclusivas

Termino esta reflexão com duas notas sistematizadoras:

Primeira: A dimensão dialógica de «Mamã negra» estabelece-se com outros poetas da Negritude africana de língua portuguesa e com pensadores e ativistas dos movimentos que, no continente americano, a antecederam. Langston Hughes e James Corrothers nos Estados Unidos, Toussaint Louverture no Haiti, Zumbi dos Palmares do Brasil reivindicaram a identidade da raça negra e de ideais Iluministas.

Segunda: A celebração de géneros musicais estreitamente associados à aspiração de liberdade e de igualdade raciais constitui um *topos* incontornável da poesia negritudinista de língua portuguesa, em lutadores e criadores literários como José Craveirinha, Noémia de Sousa, Agostinho Neto e Viriato da Cruz. Encontros e diálogos (em vez de “influências”), seguindo a preferência do poeta português Eugénio de Andrade não constituem uma “angústia da influência”, mas sim um meio através do qual os poetas da Negritude não só denunciaram as crueldades colonizadoras e coloniais, mas também lutaram pela liberdade dos seus povos; em última instância, a liberdade universal.

Terceira: «O Dia da Humanidade» constitui não apenas um sonho de curto prazo; representa uma adesão fundamental de um poeta da Negritude a valores universais (pretéritos e atuais).

Referências

- CRAVEIRINHA, José, 1995. *Xigubo*. Maputo: AEMO.
- CRUZ, Viriato da, 2021. «Mamã negra (Canto da Esperança)». In: Irene Guerra MARQUES, e Carlos FERREIRA, org. *Entre a Lua, o Caos e o Silêncio: a Flor. Antologia de Poesia Angolana*. Lisboa: Guerra e Paz, pp. 609-612 e 612-614.
- GUILLÉN, Nicolás, e Ángel AUGIER, 1979. *Nueva Antología Mayor*. Habana: Letras Cubanas.
- LARANJEIRA, José Luís Pies, 1995. *A Negritude Africana de Língua Portuguesa*. Porto: Afrontamento.
- MBEMBE, A., 2016. Nécropolitique. In *Raisons Politiques*. N. 21, pp. 29-60.
- NETO, Agostinho, 1979. *Sagrada Esperança*. Luanda. Luanda: União dos Escritores Angolanos.

- NETO, Agostinho, 2021. *A renúncia impossível — negação*. In: Irene Guerra MARQUES, e Carlos FERREIRA org. *Entre a Lua, o Caos e o Silêncio: a Flor. Antologia de Poesia Angolana*. Lisboa: Guerra e Paz, pp. 111-120.
- SAÚTE, Nelson, 2004. *Nunca Mais é Sábado. Antologia de Poesia Moçambicana*. Lisboa: Dom Quixote.
- SOUSA, Noémia de, 2001. *Sangue negro*. Maputo: União dos Escritores de Moçambique.

Viriato e a poesia-política: uma proposta retórico-discursiva em *Poemas* (1961)

Viriato and political poetry:
a rhetorical-discursive proposal in *Poems* (1961)

Ana Flávia dos Santos Martins¹

Fabíola de Jesus Soares Santana²

Raíce Adrielle Ribeiro Martins³

Resumo: Esta pesquisa mergulha nas raízes da literatura angolana ao analisar o discurso de Viriato da Cruz durante a luta pela independência. Tendo como objeto científico sua única obra publicada, *Poemas* (1961), utilizou-se a abordagem retórico-discursiva crítica de Fairclough (1989, 1992), dividida em três dimensões: a textual, a discursiva e a social. Desta forma, busca-se compreender o papel ideológico do discurso literário que atuou como uma ferramenta de mobilização política, desafiando as estruturas de poder no território angolano. As escolhas linguísticas, como a lexicalização da língua do colonizador (o português europeu) e a língua banto africana do colonizado (o quimbundo), fizeram da poesia um convite à revolução, evidenciando que no discurso literário reside um desconhecido e poderoso veículo de transformação social. Antes de morrer, Viriato deixa ao povo um último grito, a sua única obra individual publicada, momento em que o poeta renasce no corpo político que apesar de cansado, jamais desiste. Resiste.

Palavras-chave: Discurso; Poesia; Independência; Viriato da Cruz; Angola

Abstract: This research delves into the roots of Angolan literature by analyzing the discourse of Viriato da Cruz during the struggle for independence. Focusing on his sole published work, *Poemas* (1961), the critical rhetorical-discursive approach of Fairclough (1989, 1992) was employed, divided into three dimensions: the textual, the discursive, and the social. Thus, the aim is to understand the ideological role of literary discourse as a tool for political mobilization, challenging power structures in Angolan territory. Linguistic choices, such as the lexicalization of the colonizer's language (European Portuguese) and the Bantu African language of the colonized (Kimbundu), turned poetry into an invitation

¹ Universidade do Porto / Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). up202010072@up.pt Discente do Mestrado em Estudos Literários, Culturais (FLUP), em regime de cotutela com o Mestrado Acadêmico em Teoria Literária (UEMA).

² UEMA. fabiolasantana@professor.uema.br Professora Doutora do Departamento de Letras.

³ UEMA. raiceadrielle1993@gmail.com Discente do Mestrado Acadêmico em Teoria Literária.

to revolution, highlighting that literary discourse harbors an unknown and powerful vehicle for social transformation. Before his death, Viriato leaves the people with a final cry, his only individually published work, a moment in which the poet is reborn in the political body that, despite fatigue, never gives up. It resists.

Keywords: Discourse; Poetry; Independence; Viriato da Cruz; Angola

1. INTRODUÇÃO: por que um olhar retórico-linguístico sobre a poesia de Viriato?

Quais as razões do sucesso num poeta de que saiu um pequeno livro, escassos poemas e que trocou muito cedo a poesia pela política?

Francisco Soares, 2023

O objetivo desta pesquisa concentra-se em propor uma dessas razões que julgamos ser capaz de explicar como aquilo que à primeira vista nos parece pequeno, curto, breve, tímido, exerceu em Angola um poder transformador e transgressor da realidade colonial e escravagista, que só começa a traçar o caminho da liberdade quando entra em cena um mestiço-sonhador que tem na poesia sua principal aliada. Foi poeta? Foi político? Foi político na poesia? Foi poeta na política? Como entender que dessa estranha forma o filho de Porto Amboim tornou-se o «fundador de uma nova era» (Laranjeira 1995, p. 40) da máxima expressão poética da literatura nacionalista angolana?

Numa mistura bilinguista do português e do quimbundo, a grandeza dessa pequena obra se materializa em seis poemas dos dez que ao todo dele se conhecem: «Makèzú», «Sô Santo» «Rimance da menina da roça», «Mamã negra (canto de esperança)», «Serão de menino» e «Namoro»⁴, escritos entre os anos de 1947 e 1950, mas publicados em 1961, em Lisboa.

Este curioso paradigma em torno da curta, porém longa, obra poética de Viriato, suscita na realidade um grande debate científico a partir de estudos oriundos de diversas áreas do conhecimento. Uma das dessas áreas é a linguística, designadamente a Análise do Discurso (AD), que se dedica a en-

⁴ *Namoro* e *Mamã negra* saíram em *Mensagem*, n.º 1. Em 1974, no Lobito, saiu uma reedição, sob o n.º 25 dos Cadernos Capricórnio. Depois da independência, houve nova edição, sempre com menos poemas do que os que dele realmente já se conhecem, como explica Laranjeira (1995).

tender como o discurso (inclusive o literário) é uma forma de ação e transformação sobre o mundo e sobre os outros.

Para isso, diante da vasta possibilidade de análise preconizada pela AD, partimos do domínio do propósito discursivo do texto que, neste primeiro momento, tem como sustentáculo as concepções do linguista francês Dominique Maingueneau sobre o discurso literário⁵. Este autor, defendendo a indissociabilidade entre o texto e o contexto, refuta a ideia de regulação social sobre «o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura determinada» (Maingueneau 1997, p. 22).

Segundo esta concepção, podemos dizer que os efeitos sociais do discurso do poeta angolano foram determinados, primeiramente, pela posição dele diante de todo o contexto que o envolvia, originando a partir disso a concepção de ordem do discurso, que compreende que o relacionamento entre as práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade controla o que pode e deve ser dito em determinado contexto, sendo com base nisto que nas sociedades modernas o poder é exercido a partir das práticas discursivas institucionalizadas, o que fortalece o vínculo e a indissociabilidade entre discurso e poder.

Encontramos maiores possibilidades para fundamentar as manifestações discursivas reverberadas em *Poemas* (1961) com a perspectiva que ao longo dos anos de 1990 e 2000 foi reinventada até chegar à reformulação proposta pelo linguista britânico Norman Fairclough (1989-2003) denominada Análise do Discurso Crítica (ADC)⁶. Autor da obra *Language and Power* (1989), Fairclough mostra como a análise de recursos linguísticos utilizados na construção de um texto pode evidenciar relações de poder e mitigar prováveis processos ideológicos no discurso.

A linguística crítica difere das demais linhas «na atenção que dedica à gramática e ao vocabulário dos textos [...] isto é, o modo como o texto representa a realidade» (Resende e Ramalho 2013, p. 48). Entendendo-a como elemento teórico norteador da nossa análise, procederemos à investigação do léxico e do vocabulário textual contido nos seis poemas e, mais tarde, abordaremos a vinculação do texto ao modo de representação e construção identitária.

⁵ Maingueneau, 2006.

Nesta perspectiva, o conceito de discurso está relacionado com um «modo particular de representar parte do mundo» (Fairclough 2003, p. 26), o que sugere que determinadas práticas sociais e as diferentes posições ocupadas pelos atores sociais nessas práticas são um modo particular de representação que transcende textos pessoais e particulares. Assim, ao referirmo-nos ao texto literário, não devemos tratar o discurso como sendo de alguém, mas antes como sendo articulado por alguém.

Tais materialidades discursivas são precisamente uma forma de prática social, um modo de ação sobre o mundo e sobre a sociedade: «um elemento da vida social interconectado a outros elementos» que, entre outras possíveis intervenções, «contribui para a construção das identidades sociais e posições de sujeito, para os sujeitos e os tipos de “eu”» (Fairclough 2001, p. 91).

Assim, entendemos que o discurso, ao representar sujeitos sociais — neste caso o povo angolano livre da interferência europeia —, acaba por construir uma identidade social, pois é na manifestação do discurso por meio da linguagem que nós, enquanto sujeitos sociais, assumimos, recusamos ou transformamos nossos posicionamentos:

Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’; diferentes discursos constituem entidades-chave de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais (por exemplo, professores ou políticos), e são esses efeitos sociais do discurso que são focalizados na análise de discurso.

(Fairclough 2001, p. 91)

Esta pesquisa, portanto, fundamenta-se na noção funcionalista de discurso, que considera não somente a interioridade e complexidade dos sistemas linguísticos, mas também a investigação de como tais sistemas funcionam em favor da construção das relações sociais, e não somente da estruturação, perpetuação, reafirmação e contestação de ideologias no discurso.

Com isso, o discurso é, antes de tudo e qualquer coisa⁷, uma prática política e ideológica, pois como prática política é inteiramente capaz de estabelecer, manter e transformar as relações de poder e as entidades coletivas; e

⁶ Conforme apontado por Resende e Ramalho 2013.

⁷ Fairclough 2008.

como prática ideológica, constitui, incorpora, mantém e, principalmente, ressignifica os mais diversos posicionamentos do sujeito na sociedade.

2. Texto, discurso e sociedade: a análise

Finalmente, em *Discurso e Mudança Social*⁸, deparamo-nos com a abordagem que norteou o estudo em tela, dividida em três dimensões: o texto (análise linguística); a prática discursiva (análise da produção e interpretação do texto); e a prática social (em que são analisadas as circunstâncias das instituições e organizações que fazem parte do evento comunicativo).

Quadro1—Concepção tridimensional do discurso em Fairclough (1992, p. 101)



Fonte: Com base em Resende & Ramalho (2004)

Entende-se por **texto** o vocabulário (neologismos, lexicalizações, superexpressão, relações entre palavras e sentidos); a gramática (a combinação de vários vocábulos na frase); a coesão (a combinação entre as frases, estabelecida por mecanismos de referência, palavras do mesmo campo semântico, sinônimos e conjunções); e a estrutura textual (que se refere à organização deste texto em larga escala, considerando a forma como todos os elementos são combinados).

A **prática discursiva** está relacionada com os processos sociais, econômicos, políticos e institucionais, classificados em: produção, distribuição e

⁸ Fairclough 1989; 1992.

consumo do texto, atuando como mediadora do texto e da prática social. Como explica Fairclough:

A conexão entre o texto e a prática social é vista como mediada pela prática discursiva: de um lado, os processos de produção e interpretação são formados pela natureza da prática social, ajudando também a formá-la e, por outro lado, o processo de produção forma (e deixa vestígios) no texto, e o processo interpretativo opera sobre 'pistas' no texto. (Fairclough 2001, pp. 35-36)

Já a **prática social** está diretamente ligada à ideologia e à hegemonia presentes no discurso, sendo a primeira analisada pelo sentido expresso na palavra, pelas pressuposições que podem ser levantadas por ela, pelas metáforas e pelo estilo; e na hegemonia, o discurso tem que ser observado a partir de possíveis orientações econômicas, políticas, ideológicas e culturais.

2.1. O vocabulário

As escolhas linguísticas feitas pelas pessoas não apenas influenciam a estrutura e o modelo das sentenças, mas também refletem escolhas mais amplas sobre significados e a construção, manutenção ou subversão de identidades sociais, relações sociais, conhecimento e crenças.

Norman Fairclough, 1992

As escolhas lexicais e terminológicas feitas pelos produtores do discurso podem revelar aspectos ideológicos e representacionais. O simples ato de incluir uma palavra, termo ou expressão no vocabulário oficial de uma língua de forma que seja reconhecido e compreendido pelos falantes nativos gera novas categorias culturalmente essenciais, pois «os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões que são variáveis socialmente e socialmente contestadas, facetas de processos sociais e culturais mais amplos» (Fairclough 2001, pp. 35-36).

O processo bilinguista do português europeu e o quimbundo — muitas vezes, diglósico, quando faz menção às variações dialetais entre os diversos estatutos dos falantes — revela-se como um dos traços mais marcantes da

obra poética de Viriato, sendo uma forma de expor a cultura banto frente à do colonizador português, como mostram os poemas «Makèzú» e «Sô Santo».

Makèzú é o plural do termo quimbundo *dikezu*⁹, que significa em português noz-de-cola, um alimento símbolo das comunidades rurais angolanas, que logo ao acordarem, comiam *makèzú* com gengibre para saciar a fome até a hora incerta do próximo alimento. Já o termo que o antecede, *Kuakié*, refere-se ao horário do dia em que a refeição com o *makèzú* é feita: «A cola e o gengibre são o verdadeiro mata-bicho das gentes do mato» (Ribeiro 2006).

Além de alimento, *makezu* é um elemento religioso sagrado na cultura africana — tanto angolana como iorubana — conhecido como *obi*. No site *Mbanza Congo* é explicada a importância do *makezu* ou *obis* como elo religioso e também social em todo o continente africano¹⁰: «tradicionalmente, as nozes-de-cola não são apenas trocadas como sinal de amizade, mas também são usados como ferramentas de adivinhação e oferendas a espíritos ancestrais»¹¹.

As marcas da lexicalização começam desde a primeira linha de *Makèzú*, onde são observadas lacunas semânticas: «— Kuakié!!!... Makèzú, Makèzú...», que indicam a inserção de termos dialetais ou autóctones. Essa composição semântica, não por acaso, é frequentemente observada nos textos pós-independência, como forma de ab-rogação dos padrões da língua do colonizador.

O uso repetido e enfático deste termo atua como contraponto à língua canônica portuguesa, quando a preferência pelo *makèzú* ao invés do *pão com chouriço* (alimento tipicamente português), constitui-se como uma autoafirmação da identidade angolana em detrimento da europeia: «a linguagem cria e unifica uma consciência nacional, em que as fronteiras culturais correspondem muitas vezes mais poderosas e fundamentadas do que as fronteiras políticas e geográficas» (Paradiso 2009, p. 34).

⁹ Chatelain 2001, pp. 31-33.

¹⁰ Adolfo 2009.

¹¹ Tradução livre de Sante e Mazama, 2009: *traditionally, kola nuts are not only exchange as a sign of friendship, but are also used as divining tools and offering to ancestral and other spirits.*

A crítica ao colonialismo reverberada no vocabulário é notória quando a figura metonímica da ancestralidade, «Avó Ximinha», diz em tom irônico que a nova geração «Pegô um costume novo / Qui diz qué civrização» (Cruz 1974, p. 6). O uso incorreto do termo «civilização» não é, assim como todas as demais escolhas vocabulares do poeta angolano, em vão, pois escrever no português errado aquilo que para o português é sagrado provoca, desdenha e ironiza o discurso civilizador do colonizador em detrimento da alegada selvajaría indígena dos nativos angolanos.

Na linha discursiva deste mesmo recurso vocabular, o poema «Sô Santo» é escrito (quase) todo em quimbundo e em português bantuizado, com exceção — também não por acaso — da parte final. Ao contar sobre a riqueza de Sô Santo, Viriato opta por se manter na linha dissonante bilinguista, dando cada vez mais evidência à bantuização do português. Contudo, na penúltima e última estrofe, quando testemunha sobre a decadência nefasta do personagem, o narrador resolve descrevê-lo na norma padrão do português europeu, levando o leitor a deduzir que a ruína de Sô Santo coincidia com a «perda de poder, identidade e vigor cultural do colonialismo no princípio do século XX» (Soares 2023, p. 82).

A figura simbólica de Sô Santo representa de maneira marcante o típico mulato da classe burguesa que, à medida que a colonização avança, já não tem como manter a vida que tinha, conforme descrito na frase «não tem um tostão». O poema emprega diversas técnicas estilísticas, semânticas e discursivas para criar uma representação vívida e realista desse personagem e do lugar em que vive. O uso de marcas dialogais, a incorporação de cantares populares como «coma e arrebenta» e elementos de imitação interjeccional, como «Hum-hum», adicionam uma dimensão oral e dialogal à narrativa.

Elementos como a métrica e o ritmo do poema são habilmente manipulados por meio da síncope e da fusão de palavras, como em «Banquetes pr'a gentes desconhecidas» e «Kitoto e batuque pró povo cá fora». O uso das aspas angulares (« ») também contribui para a densidade do texto, reforçando a sensação de objetividade na representação do contexto social. A voz do narrador, ao adotar a perspectiva da terceira pessoa, confere à estória uma

espécie de voz onisciente¹², ampliando a profundidade da representação do cenário.

Desta forma, a incorporação do quimbundo no texto escrito em português, também refuta uma lacuna figurativa da língua, principalmente, metonímica: a introdução de termos, frases, expressões e códigos da língua materna ou nativa dentro de um texto escrito na língua imposta pelo colonizador resulta numa interação linguística que, além de refletir uma dinâmica complexa da fusão de culturas, insere-a no mesmo patamar da língua do colonizado.

Esta análise textual, focada, neste primeiro ciclo, no vocabulário, permite-nos compreender como os processos linguístico-discursivos empregados na poesia de Viriato da Cruz criam uma representação do real, suscitando através do texto a mudança dessa mesma realidade, abrindo o espaço que se faz necessário para adentrar nas práticas discursivas que ligam a poesia à liberdade.

3. Do discurso à mudança social: o papel da ideologia

Antes de começar, o que é mesmo ideologia? Este foi um termo tradicionalmente vinculado ao marxismo¹³, que designava, conforme o materialismo de Karl Marx e Friedrich Engels (1982)¹⁴, aquilo que sua etimologia se traduz como uma ciência das ideias (ideo+logia)¹⁵, os juízos puramente especulativos que permeiam a sociedade. Considerado um dos conceitos mais polêmicos e controversos das ciências humanas, «é amplamente aceito que a noção de ‘ideologia’ deu origem a mais dificuldades conceituais e analíticas do que provavelmente qualquer outro termo nas ciências sociais»¹⁶.

Também influenciada pela corrente marxista, a Análise do Discurso Crítica ressalta que, embora não seja exatamente clara qual, como e por que determinadas concepções ideológicas conduzem à construção da narrativa, ela tem tanto mais chances de operar diante da sociedade quanto mais implí-

¹² Como menciona Laranjeira (1995).

¹³ Eagleton, 1997.

¹⁴ Cf. Engels e Marx 1999.

¹⁵ Eagleton 1997.

¹⁶ Abercrombie *et al.* 1984.

cita for a sua manifestação: «a ideologia é mais efetiva quando sua ação é menos visível» (Fairclough 1989, p. 85).

Segundo Fairclough, as ideologias no discurso refletem ainda as relações de dominação que podem ser facilmente observadas na realidade social, pois são:

Significações / construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas / sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (Fairclough 2001, p. 117)

Mário António (1990) apontou Viriato da Cruz como o único e verdadeiro marxista angolano, pois desde muito novo aderiu a essa ideologia política que moldou profundamente seu engajamento na luta pela independência. Isso fez com que suas poesias não fossem vistas só como meras composições artísticas, mas sim como manifestos ideológicos que ecoavam os princípios do marxismo nos meandros da revolução. Como exemplo, o último poema da pequena-grande obra de Viriato, «Mamã Negra (canto de esperança)», deixa transparecer o apelo ideológico à liberdade da África-mãe:

*Tua presença, minha Mãe
— drama vivo duma Raça
drama de carne e sangue
que a Vida escreveu com a pena de séculos.*

A figura da mãe negra como o «drama vivo duma Raça» insere a voz desesperada dessa mãe, que pode ser ouvida nos trabalhos árduos dos negros no campo, nas plantações, nas usinas, em várias partes do mundo, da Virgínia ao Brasil, de Cuba às Carolinas, do Alabama ao Mississipi. Essas vozes representam a diáspora forçada vivida pelo continente desde a maldição da geração de Noé, como se percebe pela referência a «Cam e Jafé», símbolos da exploração resultante de sistemas modernos segregadores como o capitalismo.

Essa representação pode ser entendida através da identificação dos trabalhadores negros como a «classe oprimida»¹⁷, perceptível pela menção aos

¹⁷ Ler Engles & Marx (1999).

«dorsos suados» e às «mãos calejadas», resultantes das condições de exploração e opressão: «a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados de meios de produção próprios, se veem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir» (Marx 1999, p. 40).

A referência à força de Lynch — um proprietário de escravos da região caribenha, reconhecido pelos métodos hediondos de tortura e que está na base do verbo «linchar» — também evoca a violência sistemática infligida à classe trabalhadora, uma característica comum das sociedades modernas centradas no capital.

O verso «a enxada é o seu brinquedo» pode ser entendido como uma poderosa metáfora que também se relaciona com os preceitos marxistas. A transformação do instrumento de trabalho em algo associado ao lazer e à infância sugere a ideia de que, sob um sistema mais justo, o trabalho deixaria de ser um fardo e se tornaria uma atividade mais digna, onde as pessoas teriam tempo para, finalmente, viver. Esta referência à enxada pode também aludir ao símbolo central da bandeira comunista, que muitas vezes a apresenta como um dos emblemas representativos do duro trabalho do proletariado.

Outro sinal marxista é a retratação da música como um meio de evasão, criação e resistência, expressão da cultura popular que muitas vezes se desenvolve nas entranhas das classes¹⁸. A música, nesse contexto, desempenha a missão quase humanitária de unir as pessoas e inspirar a solidariedade, valores fulcrais da ideologia marxista.

A esperança começa e termina o poema, desde o título «canto da esperança» ao verso final da crença inabalável no «DIA DA HUMANIDADE», momento em que a igualdade prevalecerá, concretizando a aspiração comunista a uma sociedade sem classes, na qual a exploração econômica e a opressão racial serão páginas passadas nos novos capítulos a serem escritos pela história. Essa visão de um futuro mais justo e igualitário está alinhada com os princípios fundamentais do marxismo, que busca a emancipação da classe trabalhadora e a construção de uma sociedade centrada nas pessoas e nas relações entre elas.

Entender que o discurso é ideológico, é imprescindível para analisar o principal objetivo deste estudo: como a formação discursiva em *Poemas*

¹⁸ Marx (1999, p. 40).

(1961) recria posições identitárias, uma vez que as «ideologias são, em princípio, *representações*, mas podem ser legitimadas em maneiras de *ação* social e inculcadas das *identidades* dos agentes sociais»¹⁹.

Ao mergulhar no vasto oceano da vida e da obra de Viriato, torna-se evidente sua ligação intrínseca e transversal à ideologia marxista, sendo a poesia a sua “enxada” de trabalho, que desafia as estruturas de dominação colonial e promove uma visão de Angola como uma nação livre e independente, onde as relações sociais e as identidades culturais são moldadas e orquestradas pela igualdade racial e humana.

Conclusão

Este artigo parte de um recorte de um estudo dissertativo de mestrado que demonstra, antes de tudo, que a poesia de Viriato da Cruz não foi apenas um amontoado de palavras guardado na estante empoeirada do imenso e inexplorado acervo africano, mas uma ferramenta textual poderosa que transcendeu o óbvio e desafiou as estruturas da sociedade colonial no século XX.

Pudemos observar a profunda e complexa ligação entre ideologia, política, cultura, literatura e discurso, especialmente no contexto da Ditadura de Salazar em Angola, durante os longos anos da colonização portuguesa. Por meio das três etapas que dividiram a análise, revelaram-se os baldrames da teia de influências que moldou o destino de Angola.

O colonialismo português personificado na figura de António de Oliveira Salazar estabeleceu as bases para a exploração racial na África portuguesa com o Estatuto do Indigenato. Diante das pressões do «mundo-novo», o ditador viu-se obrigado a alterar a rota das «Colônias» para as «Províncias Ultramarinas», encontrando no além-mar do luso-tropicalismo brasileiro uma retórica aliada, que o ajudou a encobrir sua verdadeira natureza²⁰.

Neste imbróglio, o grito da alma angolana em «Vamos Descobrir Angola!» deu origem a uma inquietude cultural que culminou na criação do MPLA, rasgando as veredas da revista *Mensagem* (1951–1952), que uniu poesia e angolanidade²¹.

¹⁹ Como analisa e contextualiza o artigo de Neves 2022.

²⁰ Com base em Pimenta (2010, 2013); Trigo (1977); e Castelo (1999).

²¹ Com base em Laranjeira (1995); António (1990) e Trigo (1977).

Investigou-se, sobretudo, o (re)nascimento do poeta-político na curta e infinda obra *Poemas* (1961), onde foram ponderadas pelo tripé discursivo da Análise do Discurso Crítica, que avaliou a prática textual na poesia, a prática discursiva na luta antissalazarista e a prática social resultante na liberdade de Angola, em 1975²².

No texto, concluiu-se que as escolhas linguísticas, lexicais, semânticas e sintáticas do poeta compõem um arcabouço vívido do conhecimento e das crenças que constituem as identidades e as relações sociais. As palavras e imagéticas em *Poemas* (1961) se coadunam com a perspectiva fairclougiana que vê a linguagem como uma força determinante de transformação social.

Na análise do vocabulário, notou-se como a escolha lexical do poeta ao utilizar o quimbundo e a bantuização do português funcionou como forma de resistência ao discurso colonial, pois questionou a narrativa de civilização e inseriu o indígena no mesmo estatuto civil, ético e moral do colonizador.

No discurso, deixa-se o campo «descritivo» e aprofunda-se no «interpretativo», percebendo-se como a produção, distribuição e consumo dos textos são motivados pelos ambientes econômicos, políticos e institucionais, pois ao incorporar fragmentos de outros textos e outros discursos, ressignificam convenções sociais já estabelecidas, fazendo do poema um convite à ação para o povo angolano.

Por último, na dimensão social, compreendeu-se o poder da ideologia no texto, uma vez que ela contribuiu para a articulação, desarticulação e rearticulação de complexos ideológicos que tiraram a liberdade de Angola durante meio milênio. Balizada pela ideologia marxista e pela hegemonia cultural, a poesia de Viriato transgride as estruturas de dominação e os mecanismos que as sustentam ou desafiam.

A oportunidade de poder responder a questões como estas sobre aquele que foi o continente mais violado pela história, contribui para a missão humanitária de reparar aquilo que talvez seja irreparável. Desde a Terra de Canaã, a amaldiçoada geração de Cam e Jafé, na narrativa bíblica de Noé às expedições marítimas do rico continente europeu que ali encontrou uma fonte inesgotável de recursos naturais e humanos; à diáspora que obrigou e ainda obriga o povo a fugir das guerras tribais, da expansão dos impérios, da

²² Com base em Cruz (1961, 1974 e 2013); Fairclough (2001); Maingueneau (2006); Chouliaraki (1999); Resende e Ramalho (2006); e Magalhães, Martins e Resende (2017).

fome, da seca, da carência de tudo; à Conferência de Berlim (1884-1885) que repartiu sua terra e sua gente como «um pedaço de carne» aos lobos famintos; ao triste e recente relatório do Fundo Monetário Internacional²³, de 2023, que atesta que os 10 países mais pobres do mundo estão em África (Burundi, Sudão do Sul, Somália, Malauí, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Moçambique, Níger, Libéria e Chade); aos filhos dela que fora de lá estão: no crime, no tráfico, na favela, na rua, na periferia, na travessia da fronteira, na boia de garrafa no mar, no motor do navio escondido, na asa do avião agarrado. Mas também no jazz, no samba, na arte, no esporte, no cinema, na literatura. Ressoada na voz de Castro Alves, de Luther King, de Mandela, de Maria Firmina dos Reis, de Malcom X, de Zumbi dos Palmares, de Angela Davis, de Marielle Franco, de Bob Marley, de Chico César, de Carolina Maria de Jesus, na poesia-política de Viriato da Cruz.

Bibliografia ativa

- ANTÓNIO, Mário, 1990. *Reler África*. Coimbra: IAUC.
- CASTELO, Cláudia, 1999. *O modo português de estar no mundo. O Luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento.
- CHOULIARAKI, Lilie, e Norman FAIRCLOUGH, 1999. *Discourse in late modernity. Rethinking critical discourse analysis*. Edimburgo: Edimburgh University Press.
- Cultura: Jornal Angolano de Artes e Letras*. Ano VIII, n.º 251, Semana de homenagem a Viriato da Cruz. 7 de junho de 2023.
- CRUZ, Viriato, 1961. *Poemas*. Capa: Luandino Lisboa: Casa dos Estudantes do Império. Colecção de Autores Ultramarinos.
- CRUZ, Viriato, 1974. *Poemas*. Lobito: Coleção Cadernos Capricórnio, 25.
- CRUZ, Viriato, 2013. *Poemas*. Vila Nova de Cerveira: NósSomos. ISBN 978-989-8563-13-2.
- FAIRCLOUGH, Norman, 2001. *Discurso e mudança social*. Coord. trad.; revisão e prefácio à ed. brasileira de Izabel Magalhães. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- FAIRCLOUGH, Norman, 2003. *Analysing discourse, Textual analysis for social research*. Londres / Nova York: Routledge.

²³ FMI 2023.

- FAIRCLOUGH, Norman, 2001. *Language and Power*. Londres: Longman.
- LARANJEIRA, Pires, 1995. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- MAGALHÃES, Izabel, 2005a. Análise do discurso publicitário. *Revista da ABRALIN*. 4:1 e 2, pp. 231-260.
- MAGALHÃES, Izabel, 2005b. Introdução: A Análise de Discurso Crítica. *DELTA*, 21: Especial.
- MARTINS, André; I. MAGALHÃES, e V. RESENDE, V. 2017. *Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- MAINGUENEAU, Dominique, 2006. *Discurso Literário*. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Contexto.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2010. *Portugal e o Século XX. Estado-Império e Descolonização, 1890-1975*. Porto: Edições Afrontamento.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2013. «A Ideologia do Estado Novo, a Guerra Colonial, e a Descolonização em África». In: João Paulo Avelãs NUNES e Américo FREIRE, coord. *Historiografias Portuguesa e Brasileira no século XX. Olhares Cruzados*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra e Fundação Getúlio Vargas, pp. 53-79.
- ROCHA, Edmundo, Francisco SOARES, e Moisés FERNANDES, 2008. *Viriato da Cruz — O Homem e o Mito*. Luanda: Chá de Caxinde.
- TRIGO, Salvato, 1977. *Introdução à Literatura Angolana de Expressão Portuguesa*. Porto: Brasília Editora.

Bibliografia passiva

- A Carta de Willie Lynch*. Portal Geledés — Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/carta-de-willie-lynch/>. Acesso em 2 de setembro de 2023.
- AA.VV. O Estado Novo, 1987. *Das origens ao fim da autarcia, 1926-1959*. 2 volumes. Lisboa: Fragmentos.
- ABERCROMBIE, Nicholas, Stephen HILL, and Bryan S. TURNER, 1984. *The Dominant Ideology Thesis*. London: Allen & Unwin.
- ADOLFO, S. P. Noz de cola. In: Mbanza Congo. Disponível em: <http://mbanzakongo.blogspot.com/2009/08/noz-de-cola.html>. Acesso em: 12 ago. 2023.
- ANTT, PIDE. *Proc.º Viriato da Cruz*, n.º 1153/51, doc. 479-489.
- ANTT, PIDE. *Proc.º Viriato da Cruz*, n.º 1153/51, doc. 479-489.
- CHATELAIN, H., 2001. *Fifty Tales, with Ki-Mbundu Text Literal English Translation Introduction, and Notes*. Honolulu: University Press of Pacific.

- CORREIA, António Augusto Mendes, 1943. *Raças do Império*. Porto: Portucaleense.
- CRUZ, Manuel Braga, 1980. *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Presença / GIS.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2023. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/linchar>>. Acesso em: 10 de setembro de 2023.
- EAGLETON, Terry, 1997. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora UNESP; Boitempo.
- FREYRE, Gilberto, 1933. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt.
- FREYRE, Gilberto, 1940. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- GEORGEL, Jacques, 1981. *Le Salazarisme — Histoire et bilan*. Paris: Editions Cujas.
- HALLIDAY, M. A. K. *Language as Social Semiotic*. Londres: Edward Arnold, 1978.
- HASAN, R. 1978. «Text in the Systemic-functional Model». In: W. DRESSLER, org. *Current Trends in Text linguistics*. Berlim: Walter de Gruyter.
- International Monetary Fund (FMI). *World Economic Outlook Database*. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2023/> April. Acesso em: 10 de setembro de 2023.
- LUFT, C. P. 2001. *Minidicionário Luft*. 20.^a ed. São Paulo: Ática.
- MACÊDO, Tania, 2015. «O império colonial português e sua retórica». In: Benjamin ABDALA JÚNIOR e Rejane Vecchia da Rocha e SILVA, org. *Literatura e memória política: Angola, Brasil, Moçambique, Portugal*. Cotia: Ate-liê Editorial.
- MAINGUENEAU, Dominique, 1997. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes / Unicamp.
- MARX, Karl, e F. ENGELS, 1982. «L'ideologie allemande. Conception matérialiste et critique du monde». In: *Karl Marx, Œuvres. Éd. établie par Maximilien Rubel*. Paris: Gallimard. Vol. III: Philosophie.
- MEDINA, João, 1978. *Salazar e os fascistas*. Lisboa: Bertrand.
- MENEZES, Filinto Elísio de, 1949. *Apontamentos sobre a poesia de Angola*. Luanda: Sociedade Cultural de Angola.
- Ministério das Colónias, 1926 — *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, Decreto n.º 12.533, de 23 de Outubro.
- Ministério do Ultramar, 1954. *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*, promulgado por decreto-lei n.º 39.666, de 20 de Maio.

- NEVES, Victor, 2022. *Musicistas e sua classe: uma aproximação marxista*. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música. Universidade Federal do Espírito Santo.
- PACHECO, Carlos, 2016. *Agostinho Neto, o Perfil de um Ditador. A História do MPLA em Carne Viva*. 2 vols. Lisboa: Vega Editora. ISBN 978-972-699-988-1.
- PINTO, António Costa, 1992. *O salazarismo e o fascismo europeu*. Lisboa: Estampa.
- PINTO, António Costa, 1992. *O salazarismo e o fascismo europeu*. Lisboa: Estampa.
- ROCHA, Edmundo, 2003. *Angola, Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano, período de 1950-1964*. Lisboa / Luanda: Autor e Kilombelombe.
- ROSAS, Fernando, 1986. *O Estado Novo nos Anos Trinta. Elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo (1928-1938)*. Lisboa: Estampa.
- ROSAS, Fernando, 1990. *Portugal entre a Paz e a Guerra. Estudo do impacto da Segunda Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)*. Lisboa: Estampa.
- SANTE, M. K. e A. MAZAMA, 2009. *Encyclopedia of African Religion*. Thousand Oaks: SAGE.
- SANTILLI, M. A., 1985. *Contornos literários*. São Paulo: Ática.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz, 1993. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- TORGAL, Luís Reis, 2009. *Estados Novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- WOOLF, Stuart, 1968. *European Fascism*. Londres: Weidenfeld & Nicolson.
- WRIGHT, George, 1997. *The Destruction of a Nation: United States Policy Towards Angola Since 1945*. Londres: Pluto Press. ISBN 0-7453-1030-3.

Quando o menos é mais: Viriato da cruz, poeta

When less is more: Viriato da Cruz, poet

Francisco Topa

FLUP / CITCEM
ftopa@letras.up.pt

Resumo: O artigo aborda a obra poética de Viriato da Cruz, marcada simultaneamente pelo signo do menos (a quantidade, a contenção) e pelo signo do mais (a diversidade de registos, a diversidade de metros e de modelos poéticos, a quase unanimidade do público e da crítica, que fizeram de Viriato da Cruz uma espécie de equivalente angolano de José de Alencar). Praticando diversos géneros e linguagens, pintando quadros e desenhando personagens que soube tornar emblemáticas, falando a todos os públicos, dentro e fora de Angola, Viriato da Cruz soube, como o Alencar do romantismo brasileiro, ajudar a fundar uma literatura nacional, criando um imaginário em que todos se revejam.

Palavras-chave: Viriato da Cruz; poesia; José de Alencar

Abstract: The article addresses the poetic work of Viriato da Cruz, marked simultaneously by the sign of less (quantity, containment) and the sign of more (the diversity of registers, the diversity of meters and poetic models, the almost unanimity of public and critics, who made Viriato da Cruz a kind of Angolan equivalent of José de Alencar). Practicing different genres and languages, painting pictures and drawing characters that he knew how to make emblematic, speaking to all audiences, inside and outside Angola, Viriato da Cruz knew, like the Alencar of Brazilian romanticism, to help found a national literature, creating an imaginary where everyone sees each other.

Keywords: Viriato da Cruz; poetry; José de Alencar

Vivemos numa época em que a todos — criadores e trabalhadores em geral — se exige cada vez mais. Pensando sobretudo nos primeiros, é inegável que um pintor, um escultor, um músico, um cineasta, um escritor que não apresente regularmente novos trabalhos e que não mantenha uma presença constante no meio público (que nos nossos dias inclui também esse corpo estranho que são as redes ditas sociais) tem mais dificuldade em se ver reconhecido e em ver valorizado o seu trabalho. Apesar disso, há exceções, mesmo nestes tempos de produção e consumo em série: pensemos no poeta português José Alberto Oliveira, falecido em maio de 2023.

Se alargarmos o arco temporal, os exemplos multiplicam-se. Que se saiba, o jogral Mendinho escreveu apenas uma cantiga de amigo, o magnífico poema começado pelo verso «Sedia-m’eu na ermida de Sam Simion». E isso não impede (não tem impedido) que criador e criatura sejam considerados geniais. Moderando um pouco mais a adjetivação, algo de semelhante pode ser dito de dois ficcionistas, ambos comprometidos com os direitos de africanos e de afrodescendentes: a norte-americana Harper Lee, autora do clássico romance *To Kill a Mockingbird*, e o moçambicano Luís Bernardo Honwana, que escreveu a coletânea de contos *Nós matámos o Cão-tinhoso!*

Ainda a propósito do menos como mais, recordemos o poeta brasileiro João Cabral de Melo Neto: à obra do autor de *O cão sem plumas* se referiu Antônio Carlos Secchin como a poesia do menos, numa justa avaliação de uma poética dominada pela redução ao essencial. Ora, de uma outra maneira, também a obra literária de Viriato da Cruz pode ser encarada sob a marca de um menos: o da quantidade, evidentemente (são nove os poemas que conhecemos dele¹) e o da contenção (o *eu* das suas composições prefere a sombra dos bastidores ao centro do palco). Mas também a marca de um mais: a diversidade de registos; a diversidade de metros e de modelos poéticos; a quase unanimidade do público leitor (e ouvinte), da crítica e da historiografia literárias, que fizeram de Viriato da Cruz uma espécie de equivalente angolano de José de Alencar. É certo que não escreveu tanto como o autor de *Iracema* nem repartiu o seu trabalho literário por tantos géneros; é certo também que não se afirmou como o primeiro *homem de letras* angolano, tanto mais que se dedicou à poesia apenas durante um curto período de tempo. Mas não deixa de ser verdade que podemos encontrar nos seus poemas uma vertente urbana, outra regionalista, outra histórica e outra, não indianista, mas negritudinista, mais ou menos como encontramos nos romances do brasileiro. Por outro lado, e para retomar a perspetiva de Antonio Candido, ao Alencar «dos rapazes, heróico, altissonante»; ao «Alencar das mocinhas, gracioso, às vezes pelintra, outras, quase trágico» (Candido 1997, II, p. 201); ao Alencar «dos adultos» (*ibid.*, p. 204) — podemos também contrapor um idêntico Viriato, que, tal como o brasileiro, soube dar «a uma nação de história curta, a profundidade do tempo lendário» (*ibid.*, p. 202).

¹ Ou dez, se levarmos em conta que um deles está dividido em duas partes.

«Namoro» (Cruz 2013, p. 45-6)² pode, assim, ser visto como representando o Viriato dos rapazes. De facto, para além das leituras sociológicas, históricas e ideológicas que possamos fazer, o poema conta-nos a história universal e atemporal dos desencontros e encontros amorosos entre rapazes e moças, propondo uma mensagem que a teoria dos géneros hoje contesta: que os rapazes sejam rapazes; que abandonem estratégias artificiais (o papel perfumado, a letra bonita, a linguagem *literária*, o *ofertório*, a autocomiseração) ou mediadas (o amigo, a vizinha, a feiticeira) e que assumam o risco do contacto direto, físico («dancei com ela», em vez da alienação das «doçuras do corpo rijo» em que ainda não se tocou e que por isso não pode ser nem doce nem rijo) e oral («pedi-lhe um beijo»). Além disso, põe em evidência a importância do coletivo (a «malta» que leva o enunciador ao baile e que depois o aplaude, e as «moças mais lindas do Bairro Operário» a quem «ela» conta o caso).

«Rimance da menina da roça» (36-8) é, por assim dizer, a versão feminina de «Namoro», inclusive na sua forma mais tradicional (tendência para a estrofe de oito versos, resultante da junção de duas quadras, e para o isossilabismo, neste caso a redondilha menor, comum na poesia popular portuguesa). Mantém-se a toada narrativa, embora ela seja agora de tipo durativo, pois este é um tempo impregnado pela angústia da espera (de resto não muito longe do que encontramos em muitas cantigas de amigo). Mantém-se também o pano de fundo colonial, igualmente discreto, mas inequívoco («(...) é o bater compassado / do aço de enxadas / dos negros na tonga...»). Mantém-se, por fim, a sugestão da fusão do sujeito com o meio ambiente, como se pode ver pelo belo dístico final, em que o travessão e as reticências substituem o verbo que poderia ligar os amantes: «Menina da roça — águas do rio / saudades da fonte... desejos de amar.»

Representando — também no sentido dramático, como bem apontou Francisco Soares — o outro extremo da pirâmide geracional, temos o também muito conhecido «Makèzú» (41-2), espécie de crónica ou de reportagem poética sobre um tempo em mudança, marcado por outra forma de alienação: a «nova geração», deixando de lado a noz de cola, adere a outros hábitos alimentares, julgando assim aceder às «“venidas de alcatrão”». Mais que o

² Para as restantes citações de poemas de Viriato da Cruz, limitar-me-ei a indicar o número da página.

conflito geracional e de perspetivas quanto à colonização e aos seus efeitos, o poema mostra a diferença entre quem «Rasga estradinhas na areia» e os criados, os pedreiros, as «alegres lavadeiras», que percorrem os «caminhos» «que vão p'ra Baixa», uma Baixa que os acolhe de manhã, mas que os expulsa ao final do dia, uma baixa que não lhes permite criar a raiz que assegura a longevidade de Ximinha e Filisberto. A este retrato periurbano ou suburbano não falta o apontamento linguístico, com a utilização criativa daquilo que na altura era pejorativamente designado como *pretoguês* e que progressivamente iria ganhando, nos anos seguintes, direitos de cidadania literária.

Na mesma linha — quadro urbano, decadência, velhice — se situa outro dos mais conhecidos poemas de Viriato da Cruz: «Sô Santo» (43-4). Também aqui estamos próximos da crónica ou da reportagem poética, num quadro vivo, a várias vozes. A crítica tem sublinhado sobretudo a perda sofrida pela personagem (ficou a bengala e a corrente de ouro, mas o bolso «não tem um tostão»), interpretando-a como consequência da mudança introduzida pelo mundo colonial. Não descartando essa leitura, prefiro, contudo, sublinhar dois outros aspetos: o facto de «Sô Santo» ter conservado, não só os dedos, mas também os *anéis* (ao contrário, pois, do que aconselha o provérbio «Vão-se os anéis, fiquem os dedos»); por outro lado, a circunstância de a sua decadência financeira não ser acompanhada pela decadência social. De facto, talvez a bengala e a corrente sejam suficientes para iludir o estatuto de novo pobre da personagem, como em tempos que remontam ao século XVII luso-brasileiro eram indicadores de novo rico: lembremos o verso em que Gregório de Matos se queixava dos que traziam «bengala hoje na mão, ontem garlopa» (Topa 1999, p. 313). Por outro lado, e ao contrário do que talvez fosse de esperar, a crise que afeta agora a personagem não faz cessar os cumprimentos e saudações públicas nem equivale a nenhuma forma de morte social como é comum em tais circunstâncias. A falta de resposta de avó Naxa parece ser compensada pela informação do narrador: «Banquetes p'ra gentes desconhecidas», «Kitoto e batuque pró povo cá fora». Seja ou não essa a explicação para a manutenção do afeto e de um certo estatuto, creio que estamos perante um exemplo claro de uma filosofia de vida muito diferente da dos ocidentais que gostam de separar os *winners* dos *losers*.

Outra vertente que Viriato da Cruz partilha com José de Alencar é aquela que poderíamos designar como regionalista, que se concretiza nos poemas

«Sá da Bandeira» (34-5) e, de certo modo, «Serão de menino» (39-40). O primeiro surpreende pela imagem da louça de Rouen e, mais ainda, pela sensualidade da animização a partir de certa altura: «a fogagem poética do vento / voando a tua saia azul — do azul do céu... / e pondo ao léu as rendas-nuvens da tua combinação...». É de sublinhar também o eco de Cesário Verde e a proposta da cidade como sinédoque de uma Angola de futuro promissor: «O ritmo inicial da marcha em crescendo / Do progresso da Huíla! Do Progresso de Angola!» (34). Já «Serão de menino» não está identificado com um espaço concreto, embora tudo pareça apontar para um ambiente rural, a partir do qual ainda é possível ver as estrelas «na vasta sanzala do céu». O motivo central do poema tem que ver, por um lado, com os «contos bantus» com que as avós encantam os meninos — frisando assim, uma vez mais, o valor formativo e identitário da tradição —, mas também com a proclamação do riso, do amor, da Felicidade (assim mesmo, com maiúscula) como princípios básicos da vida da «gente grande».

Os três restantes poemas são talvez mais doutrinários, revelando-nos um Viriato da Cruz mais universalista. São eles «Mamã negra (Canto de esperança)» (47-9), «Dois poemas à terra» (29-31) e «Na encruzilhada» (32-3), curiosamente todos com dedicatória (a Jacques Roumain, a um Jorge Luís que não consigo identificar e a William Dubois e Agostinho Neto). A figura da mãe que surge nas três composições, assume na primeira uma forma particular: trata-se da mãe (ou mamã) negra — bem diferente da que, pouco tempo depois, será cantada por Alda Lara. Esta é uma mãe cuja voz se transforma em vozes, cujo dorso se converte em dorsos, cujo regaço é desviado para outros que não os seus filhos, cujos olhos contemplam os «oceanos de dor» dos descendentes dos dois filhos menos afortunados de Noé, Cam e Jafé. Convocando espaços e tempos diversos, a escravatura e o trabalho forçado, a opressão e a injustiça, a música e a poesia de Corrothers, Hughes, Guillén, o heroísmo de Zumbi dos Palmares e de Toussaint Louverture, o sujeito vai mais longe que aquilo que os ecos pan-africanistas e negritudinistas do poema fariam supor, anunciando no final «O DIA DA HUMANIDADE!...» Também os dois restantes poemas são marcados por um universalismo, igualmente com alguma coisa de precursor, mas de outro tipo — uma espécie de pan-humanismo, indissociável de um amor à terra e à natureza que tem muito do que hoje identificamos na chamada eco-literatura:

*E o abraço universal dos rios, enlaçando
vilas, aldeias e cidades
campos e países,
dá-me a lição da fraternidade...*

*e a beleza harmónica dos plainos pontilhados
de plantas várias e variegadas flores,*

*e o amor aberto nos cálices abertos esperando
o amplexo do pólen vindo
quer num verso musical do vento
quer na paleta voejante
das asas-íris de uma borboleta,
e a infância cuidada e doce das árvores nos frutos,
— de onde vêm, de onde vêm senão, ó Terra,
do seres o berço de todos,
o regaço de todos
a Mãe ubérrima livremente dadivosa e igual — de todos? ...*

Oh!

Oh Terra! Oh Terra, oh nossa Mãe Terra... (30-1)

Concluindo, creio que devemos enfatizar como a poesia de Viriato da Cruz resistiu bem à passagem do tempo: quase 80 anos depois, mantém a vivacidade e a força de uma esperança transformadora de Angola e do mundo. Praticando diversos géneros e linguagens, pintando quadros e desenhando personagens que soube tornar emblemáticas, falando a todos os públicos, dentro e fora de Angola, Viriato da Cruz soube, como o Alencar do romantismo brasileiro, ajudar a fundar uma literatura nacional, criando um imaginário em que todos se revejam.

Bibliografia

CANDIDO, Antonio, 1997. *Formação da literatura brasileira (Momentos decisivos): 2.º volume (1836-1880)*. 8.ª ed. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: Editora Itatiaia.

CRUZ, Viriato da, 2013. *Poemas*. Vila Nova de Cerveira: NósSomos.

- SECCHIN, Antônio Carlos, 1985. *João Cabral: a poesia do menos*. São Paulo / Brasília: Livraria Duas Cidades / Instituto Nacional do Livro, Fundação Nacional Pró-Memória.
- SOARES, Francisco, 2013. “No descruzar dos caminhos”. Prefácio a *Poemas*, de Viriato da Cruz. Vila Nova de Cerveira: NósSomos, pp. 7-27.
- TOPA, Francisco, 1999. *Edição crítica da obra poética de Gregório de Matos — Vol. II: edição dos sonetos*. Porto.



gencos

da banga

condemna oman
de! ligu' hunda
ubibu neman

edam
pactum
gencos deceptum
adregedde neman

de
gencos deceptum
adregedde neman
de

deceptum neman

ISBN 978-989-53548-8-7

